



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 959

Quarta-feira - 28 de Março de 2012

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce	1
Antônio Carlos	5
Ascurra	23
Biguaçu	23
Braço do Trombudo	25
Caçador	36
Camboriú	43
Campo Alegre	69
Campos Novos	75
Canoinhas	82
Capinzal	83
Catanduvas	98
Chapadão do Lageado	100
Concórdia	104
Cordilheira Alta	127
Coronel Martins	128
Corupá	128
Curitibanos	143
Ermo	160
Eral Velho	162
Fraiburgo	162
Garopaba	167
Garuva	168
Governador Celso Ramos	168
Guaramirim	169
Herval do Oeste	171
Imbituba	180
Irineópolis	181
Itaiópolis	181
Itapoá	181
Joaçaba	182
Lages	191
Leoberto Leal	202
Lindóia do Sul	205
Luzerna	205
Macieira	208
Morro da Fumaça	209
Navegantes	209
Novo Horizonte	210
Palhoça	211
Passo de Torres	224
Paulo Lopes	225
Pinheiro Preto	226
Porto União	227
Rio do Sul	242
Salto Veloso	256
São Bento do Sul	257
São Lourenço do Oeste	262
São Pedro de Alcântara	270

Schroeder	270
Timbó	275
Três Barras	277
Tunápolis	281
Turvo	282
Videira	288

Associações

EGEM	302
------------	-----

Consórcios

CIGA	303
CIMVI	304

Água Doce

PREFEITURA

Lei N° 2.065/2012

LEI N° 2.065/2012 - DE 23 DE MARÇO DE 2012.

"ALTERA DISPOSITIVO DA LEI N. 745, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1991 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 6º da Lei n. 745, de 27 de novembro de 1991, que dispõe sobre a política municipal da agricultura, alterado pela Lei n. 1064, de 06 de abril de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º. O Conselho Municipal da Agricultura é constituído pelo Secretário Municipal da Agricultura, como coordenador, 19 (dezenove) membros distribuídos e indicados, paritariamente, entre os seguintes órgãos públicos e civis da área rural:

I - dois representantes da EPAGRI ou órgão substitutivo;

II - um representante da CIDASC ou órgão substitutivo;

III - dois representantes da Cooperativa Rio do Peixe Ltda. - CO-OPERIO;

IV - dois representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Água Doce;

V - dois representantes do Sindicato Rural de Água Doce;

VI - dois representantes da Associação de Agricultores Vale do Rio Água Doce;

VII - dois representantes da Associação de Agricultores Vale do Estreito;

VIII - dois representantes da Associação de Agricultores Nova Olinda;

IX - dois representantes da Associação de Agricultores Conquista

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Guilherme Noronha e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, n° 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

da Luta;

X - dois representantes da Associação Verdes Campos;

XI - dois representantes do Centro de Educação Profissional Professor Jaldyr Bering Faustino da Silva - CEDUP.

§ 1º. O Poder Executivo nomeará, por ato próprio, o Conselho Municipal de Agricultura.

§ 2º. O Conselho Municipal de Agricultura, coordenado pelo Secretário Municipal de Agricultura e por ele convocado, reunir-se-á sempre que necessário, no mínimo três vezes por ano.

§ 3º. O mandato dos membros do Conselho Municipal da Agricultura será por tempo indeterminado, sendo substituído conforme mudança no órgão que representa ou quando o Conselho entender conveniente, por votação de 2/3 (dois terços) dos seus membros.

§ 4º. Os membros do Conselho Municipal da Agricultura serão indicados pelos órgãos representativos, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da vigência da presente Lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de março de 2012.

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

Lei Nº 2.066/2012

LEI Nº 2.066/2012 - DE 23 DE MARÇO DE 2012

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR, CRIAR ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 80.235,31 (oitenta mil duzentos e trinta e cinco reais e trinta e um centavos), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para aquisição de veículo para Polícia Militar.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente o elemento de despesa 4.4.90.00.0.3.0054/160 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E URBANISMO
01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO
06.181.0047.2.044 MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO RÁDIO PATRULHA
4.4.90.00.0.3.0054/160 Aplicações Diretas R\$ 80.235,31

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a utilizar o superávit financeiro do exercício de 2011 verificado na rubrica Convênio Polícia Militar.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de março de 2012.

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

Lei Nº 2.067/2012

LEI Nº 2.067/2012 - DE 23 DE MARÇO DE 2012

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR PARCIALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a seguinte dotação orçamentária constante do orçamento municipal vigente:

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E URBANISMO
01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO
06.181.0047.2.044 MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO RÁDIO PATRULHA
3.3.90.00.0.1.0054.0/116 Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
TOTAL R\$ 25.000,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º desta Lei será utilizado para suplementar o seguinte elemento de despesa:

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E URBANISMO
01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO
06.181.0047.2.044 MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO RÁDIO PATRULHA
4.4.90.00.0.1.0054.0/117 Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
TOTAL R\$ 25.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de março de 2012.

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

Lei Nº 2.068/2012

LEI Nº 2.068/2012 - DE 23 DE MARÇO DE 2012.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM O DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com o DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL, ATRAVÉS DA 8ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL-SC, para aquisição e disponibilização de materiais necessários para mobiliar a futura unidade operacional da Polícia Rodoviária Federal em Água Doce, nas margens da BR-153, constante no anexo à presente.

Artigo 2º. O prazo de vigência do Convênio será de 10 (dez) anos, contado da data de sua assinatura, podendo ser renovado por iguais períodos.

Artigo 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei e do Convênio celebrado correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

Artigo 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º. Revogam-se as disposições em contrário.



Água Doce, 23 de março de 2012.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita

ANEXO

Item	Qtde
Cozinha 1,20 com aéreo, balcão, fundo e lateral em MDF, pia inox 1,20 cuba retangular	2
Mesa com seis cadeiras	2
Talheres para 12 pessoas (cartela c/ 12 peças cabo polipropileno)	
Garfos.....	2
Facas.....	
Colheres.....	
TOTAL.....	
Copos de vidro 280 ml Pacote com 6 unidades	2
*para 12 pessoas	
Aparelho de jantar 30 peças	
6 pratos fundos	
6 pratos rasos	
6 pratos lanche	
6 xícaras	2
6 pires	
*para 12 pessoas	
Beliches duplos	8
Colchões 88cm D60	8
Armários metálicos com 8 portas e fechaduras individuais	
*opção em MDF com 1,70 largura x 1,80 altura x 0,50 prof. na cor cinza	4
Armário grande de metal com fechadura para guarda de materiais de uso controlado	2
Estantes metálicas	4

Lei Nº 2.069/2012

LEI Nº 2.069/2012 - DE 23 DE MARÇO DE 2012

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR TOTAL OU PARCIALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular total ou parcialmente as seguintes dotações orçamentárias constante do orçamento municipal vigente:

02 Gabinete do Prefeito
01 GABINETE DO PREFEITO E VICE
04.122.0004.2.004 ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR
3.3.90.00.0.1.0000.0/13 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
01 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS
04.122.0006.2.007 REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO
3.3.90.00.0.1.0000.0/18 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
03 DEPARTAMENTO DE TURISMO
23.695.0038.1.015 CONSTRUÇÃO DE PORTAL TURÍSTICO NO MUNICÍPIO
4.4.90.00.0.1.0000.0/89 Aplicações Diretas R\$ 1.850,00
TOTAL R\$ 11.850,00

Art. 2º. Os valores anulados conforme artigo 1º desta Lei serão utilizados para suplementar o seguinte elemento de despesa:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
01 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS
04.122.0006.2.006 MANUTENÇÃO SECRETARIA ADM. FAZENDA E DEPTOS.
4.4.90.00.0.1.0000.0/17 Aplicações Diretas R\$ 11.850,00
TOTAL R\$ 11.850,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de março de 2012.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita Municipal

Decreto Nº 028/2012

DECRETO Nº 028/2012 - DE 23 DE MARÇO DE 2012

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.066, de 23 de março de 2012,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 80.235,31 (oitenta mil duzentos e trinta e cinco reais e trinta e um centavos), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para aquisição de veículo para Polícia Militar.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente o elemento de despesa 4.4.90.00.0.3.0054/160 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E URBANISMO
01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO
06.181.0047.2.044 MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO RÁDIO PATRULHA
4.4.90.00.0.3.0054/160 Aplicações Diretas R\$ 80.235,31

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o superávit financeiro do exercício de 2011 verificado na rubrica Convênio Polícia Militar.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de março de 2012.
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI
Prefeita Municipal

Decreto Nº 029/2012

DECRETO Nº 029/2012 - DE 23 DE MARÇO DE 2012

"ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.067, de 23 de março de 2012,

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada parcialmente a seguinte dotação orçamentária constante do orçamento municipal vigente:

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E URBANISMO**01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO**

06.181.0047.2.044 MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO RÁDIO PATRULHA

4.4.90.00.0.1.0054.0/116 Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

TOTAL R\$ 25.000,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º deste Decreto será utilizado para suplementar o seguinte elemento de despesa:

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E URBANISMO**01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO**

06.181.0047.2.044 MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO RÁDIO PATRULHA

4.4.90.00.0.1.0054.0/117 Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

TOTAL R\$ 25.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de março de 2012.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

Decreto Nº 030/2012

DECRETO Nº 030/2012 - DE 23 DE MARÇO DE 2012

“ANULA TOTAL OU PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.069, de 23 de março de 2012,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam anuladas total ou parcialmente as seguintes dotações orçamentárias constante do orçamento municipal vigente:

02 Gabinete do Prefeito**01 GABINETE DO PREFEITO E VICE**

04.122.0004.2.004 ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR

3.3.90.00.0.1.0000.0/13 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA**01 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS**

04.122.0006.2.007 REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

3.3.90.00.0.1.0000.0/18 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

05 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**03 DEPARTAMENTO DE TURISMO**

23.695.0038.1.015 CONSTRUÇÃO DE PORTAL TURÍSTICO NO MUNICÍPIO

4.4.90.00.0.1.0000.0/89 Aplicações Diretas R\$ 1.850,00

TOTAL R\$ 11.850,00

Art. 2º. Os valores anulados conforme artigo 1º deste Decreto serão utilizados para suplementar o seguinte elemento de despesa:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA**01 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS**

04.122.0006.2.006 MANUTENÇÃO SECRETARIA ADM. FAZENDA E DEPTOS.

4.4.90.00.0.1.0000.0/17 Aplicações Diretas R\$ 11.850,00

TOTAL R\$ 11.850,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de março de 2012.

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

Decreto Nº 031/2012

DECRETO Nº 031/2012 - DE 23 DE MARÇO DE 2012

“DISPÕE SOBRE O ARQUIVAMENTO DAS NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita Municipal de Água Doce (SC). No uso de suas atribuições legais e em consonância com o que dispõe o Anexo 11 do RICMS e Portaria SEF nº 048 de 16/03/2010 ambas do Estado de Santa Catarina e demais disposições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido o Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica - DANFE como documento fiscal hábil, devidamente impresso, para integrar a documentação contábil dos caixas diários da Prefeitura e Fundos Municipais.

Art. 2º. Os arquivos XML das Notas Fiscais Eletrônicas deverão ser mantidos em arquivo digital para consulta sendo parte integrante dos Balancetes Mensais.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução do presente Decreto serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de março de 2012

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI

Prefeita Municipal

Portaria 086/2012

PORTARIA N.º 086/2012 - DE 23 DE MARÇO DE 2012.

“NOMEIA SERVIDORAS PARA MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL”

NELCI FÁTIMA TRENTTO BORTOLINI, Prefeita de Água Doce-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

NOMEAR, as servidoras NILZE MARIA BALESTRIN SARI, gestora e ordenadora de despesas do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, de que trata o artigo 14, da Lei nº 949/96, de 09 de abril de 1996, até o mês de abril de 2012 e EDIONE TERESINHA BALESTRIN FIORESE, tesoureira do mesmo FUNDO, para representá-lo junto às instituições financeiras, podendo movimentar contas correntes e promover aplicação e resgate de recursos.

Esta portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Água Doce, 23 de março de 2012.

NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI
Prefeita

Portaria 087/2012

PORTARIA Nº 087/2012 de 23 DE MARÇO DE 2012

“EXONERA A PEDIDO DO CARGO DE SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE O SERVIDOR QUE MENCIONA”

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Exonerar a pedido do cargo comissionado de Secretária da Educação, Cultura, e Esporte, a servidora Elisete Aguiar Vieira Balestrin, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 591 464 869 - 68, e portador do RG 11/R 1.976.923, a partir de 31/03/2012.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 23 de março de 2012
NELCI FÁTIMA TRENTO BORTOLINI
Prefeita Municipal

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Responsável pelo RH

Portaria 088/2012

PORTARIA Nº 088/2012 de 27 de março de 2012

“CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA.”

Nelci Fátima Trento Bortolini, Prefeita Municipal de Água Doce- SC no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto do artigo 55 inciso VI da lei complementar nº 015/98 demais normas legais,

Resolve:

Artigo 1º Conceder licença por 02 anos e sem vencimentos ao Funcionário(a) efetivo no cargo de Professor de séries iniciais do ensino fundamental, a Senhora Márcia Dozoretz, a referida licença passa a contar da data de 03/02/2012 a 03/02/2014.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo 03/02/2012 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 27 de março de .
NELCI FATIMA TRENTO BORTOLINI.
Prefeita Municipal

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Resp. Dpto Rec.Humanos.

Antônio Carlos

PREFEITURA**Aviso DE Licitação Nº 061/2012****AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório: nº. 061/2012; Modalidade: Pregão Presencial nº. 038/2012; Tipo: Menor Preço Global; Objeto: aquisição de peças e serviços de mão de obra para revisar e recuperar partes danificadas da Caminhonete Ford F-1000, Ano 1989, Placa MAU 3398 da Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Município de Antônio Carlos, conforme descrito no edital e seus anexos; Abertura: dia 11/04/2012 as 09:00 (nove) horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº. 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone (48) 3272-1123. Ou no e-mail: administracao@antoniocarlos.sc.gov.br

Antônio Carlos, 27 de Março de 2012.
PEDRO PAULO DOS SANTOS
Prefeito Municipal Em Exercício

Extrato DE Termo DE Homologação e Adjudicação
EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Origem: Licitação nº. 037/2012 - Tomada de Preço nº. 005/2012; Objeto: contratação de empresa e ou pessoa física com formação em bacharel ou licenciatura plena para trabalhar como instrutor em atividades físicas com os grupos de idosos no Município de Antonio Carlos; Pedro Paulo dos Santos, Prefeito Municipal Em Exercício, nos usos das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve HOMOLOGAR o presente processo licitatório e ADJUDICAR o mesmo a Pessoa Física Ana Carolina dos Santos, no valor total de R\$ 9.000,00.

Antônio Carlos, 26 de Março de 2012.
PEDR PAULO DOS SANTOS
Prefeito Municipal Em Exercício

Extrato DE Contrato Nº 053/2012**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº. 053/2012; Origem: Processo Licitatório nº. 048/2012 - Dispensa de Licitação nº. 003/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri; Objeto: prestação de serviço de assistência técnica e extensão rural para o município de Antonio Carlos/SC; Valor Mensal: R\$ 4.622,20 (Quatro mil seiscentos e vinte e dois reais e vinte centavos); Valor Total: R\$ 46.222,00 (Quarenta e seis mil duzentos e vinte e dois reais); Prazo: 10 (dez) meses.

Antônio Carlos, 16 de Março de 2012.
PEDRO PAULO DOS SANTOS
Prefeito Municipal Em Exercício

Extrato DA Ata DE Registro DE Preço N° 063/2012
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 063/2012; Origem: Processo Licitatório nº. 043/2012 - Pregão Presencial nº. 029/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Radial Engenharia, Construções e Dragagens Ltda; Objeto: execução de serviços de recuperação asfáltica (tapa buraco) para Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Município de Antônio Carlos; Valor: R\$ 82.000,00 (Oitenta e dois mil reais); Prazo: 23/03/2012 - 22/03/2013.

Antônio Carlos, 23 de Março de 2012.
PEDRO PAULO DOS SANTOS
Prefeito Municipal Em Exercício

Balanço Orçamentário

Município de ANTONIO CARLOS - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.351.000,00	22.351.000,00	3.229.312,44	14,45	3.229.312,44	14,45	19.121.687,56
RECEITAS CORRENTES	19.980.500,00	19.980.500,00	3.089.110,41	15,46	3.089.110,41	15,46	16.891.389,59
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.725.800,00	1.725.800,00	204.143,28	11,83	204.143,28	11,83	1.521.656,72
IMPOSTOS	1.556.800,00	1.556.800,00	193.831,23	12,45	193.831,23	12,45	1.362.968,77
TAXAS	169.000,00	169.000,00	10.312,05	6,10	10.312,05	6,10	158.687,95
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	606.100,00	606.100,00	72.534,76	11,97	72.534,76	11,97	533.565,24
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	406.100,00	406.100,00	35.155,93	8,66	35.155,93	8,66	370.944,07
CONTRIB P/ CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLIC	200.000,00	200.000,00	37.378,83	18,69	37.378,83	18,69	162.621,17
RECEITA PATRIMONIAL	1.153.100,00	1.153.100,00	263.282,38	22,83	263.282,38	22,83	889.817,62
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.153.100,00	1.153.100,00	263.282,38	22,83	263.282,38	22,83	889.817,62
RECEITA AGROPECUARIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Outras Rec. Agropecuárias	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	26.000,00	26.000,00	5.095,45	19,60	5.095,45	19,60	20.904,55
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.303.100,00	16.303.100,00	2.507.540,34	15,38	2.507.540,34	15,38	13.795.559,66
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	15.773.100,00	15.773.100,00	2.500.063,22	15,85	2.500.063,22	15,85	13.273.036,78
Transf. de Conv.	530.000,00	530.000,00	7.477,12	1,41	7.477,12	1,41	522.522,88
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	161.400,00	161.400,00	36.514,20	22,62	36.514,20	22,62	124.885,80
Multas e Juros de Mora	46.400,00	46.400,00	4.073,48	8,78	4.073,48	8,78	42.326,52
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	52.000,00	52.000,00	22.446,64	43,17	22.446,64	43,17	29.553,36
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	63.000,00	63.000,00	9.994,08	15,86	9.994,08	15,86	53.005,92
RECEITAS DE CAPITAL	2.370.500,00	2.370.500,00	140.202,03	5,91	140.202,03	5,91	2.230.297,97
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	50.000,00	50.000,00	21.000,00	42,00	21.000,00	42,00	29.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	50.000,00	50.000,00	21.000,00	42,00	21.000,00	42,00	29.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	500,00	500,00	209,68	41,94	209,68	41,94	290,32
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.220.000,00	2.220.000,00	118.992,35	5,36	118.992,35	5,36	2.101.007,65
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.220.000,00	2.220.000,00	118.992,35	5,36	118.992,35	5,36	2.101.007,65
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	812.000,00	812.000,00	69.736,77	8,59	69.736,77	8,59	742.263,23
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	812.000,00	812.000,00	69.736,77	8,59	69.736,77	8,59	742.263,23
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	812.000,00	812.000,00	69.736,77	8,59	69.736,77	8,59	742.263,23
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	812.000,00	812.000,00	69.736,77	8,59	69.736,77	8,59	742.263,23
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	23.163.000,00	23.163.000,00	3.299.049,21	14,24	3.299.049,21	14,24	19.863.950,79

Continua 1/3

Município de ANTONIO CARLOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	23.163.000,00	23.163.000,00	3.299.049,21	14,24	3.299.049,21	14,24	19.863.950,79
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	23.163.000,00	23.163.000,00	3.299.049,21	14,24	3.299.049,21	14,24	19.863.950,79
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	641.762,20	—	—	89.675,78	—	—
Superávit Financeiro	—	641.762,20	—	—	89.675,78	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	22.351.000,00	1.726.795,12	24.077.795,12	4.966.233,99	4.966.233,99	2.462.607,68	2.462.607,68	10,23	21.615.187,44
DESPESAS CORRENTES	15.658.136,00	291.750,90	15.949.886,90	3.469.648,14	3.469.648,14	2.294.760,42	2.294.760,42	14,39	13.655.126,48
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.980.580,00	46.739,24	8.027.319,24	1.279.693,52	1.279.693,52	1.278.373,52	1.278.373,52	15,93	6.748.945,72
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	90.000,00	0,00	90.000,00	1.797,03	1.797,03	1.797,03	1.797,03	2,00	88.202,97
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.587.556,00	245.011,66	7.832.567,66	2.188.157,59	2.188.157,59	1.014.589,87	1.014.589,87	12,95	6.817.977,79
DESPESAS DE CAPITAL	5.270.400,00	1.435.044,22	6.705.444,22	1.496.585,85	1.496.585,85	167.847,26	167.847,26	2,50	6.537.596,96
INVESTIMENTOS	4.940.400,00	1.435.044,22	6.375.444,22	1.476.863,32	1.476.863,32	148.124,73	148.124,73	2,32	6.227.319,49
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	330.000,00	0,00	330.000,00	19.722,53	19.722,53	19.722,53	19.722,53	5,98	310.277,47
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	214.464,00	0,00	214.464,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	214.464,00
RESERVA LEGAL DO RPPS	1.208.000,00	0,00	1.208.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.208.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	812.000,00	0,00	812.000,00	69.736,77	69.736,77	69.736,77	69.736,77	8,59	742.263,23
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	812.000,00	0,00	812.000,00	69.736,77	69.736,77	69.736,77	69.736,77	8,59	742.263,23

Continua 2/3

Município de ANTONIO CARLOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	812.000,00	0,00	812.000,00	69.736,77	69.736,77	69.736,77	69.736,77	8,59	742.263,23
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	23.163.000,00	1.726.795,12	24.889.795,12	5.035.970,76	5.035.970,76	2.532.344,45	2.532.344,45	10,17	22.357.450,67
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	23.163.000,00	1.726.795,12	24.889.795,12	5.035.970,76	5.035.970,76	2.532.344,45	2.532.344,45	10,17	22.357.450,67
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	766.704,76	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	23.163.000,00	1.726.795,12	24.889.795,12	5.035.970,76	5.035.970,76	2.532.344,45	3.299.049,21	10,17	22.357.450,67

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 135.881,39

FONTE:

ANTONIO CARLOS, 26/03/2012

PEDRO PAULO DOS SANTOS
Prefeito em Exercício

CARLICE B. SCHMITZ
Contador CRC/SC-14.636

ANA CARLA PRIM
Controle Interno

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

CONTROLE DA ORIGEM e dos GASTOS Com Saúde**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS****CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE***Mês de Fevereiro de 2012***1 – BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS**

Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadado até o mês
IPTU	0,00
ITBI	8.344,66
ISS	130.231,96
FPM	952.328,49
IRRF	55.254,61
ICMS	1.393.418,38
IPI	18.040,60
IPVA	113.328,26
ITR	1.635,24
Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	7.320,40
Receita da Dívida Ativa de Impostos	9.346,59
Multas e Juros de Mora de Impostos	3.897,35
(-) Descontos e Renúncia de Receita	0,00
TOTAL	2.693.146,54

2 – ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE

Código Destinação Recursos	Especificação	Acumulado até o mês
0.1.002	Recursos Oriundos de Impostos - 20%	538.629,31
0.2.002	Rendimentos de Aplicação de Recursos Próprios	1.195,47
0.2.012	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	3.358,48
0.6.012	Superávit de Taxa de Fisc. De Vigilância Sanitária	32.559,07
0.2.064.32	Piso de Atenção Básica - PAB Fixo	22.596,38
0.6.064.32	Superávit - Piso de Atenção Básica - PAB Fixo	24.084,98
0.2.066.33	Vigilância Sanitária	92,99
0.6.066.33	Superávit - Vigilância Sanitária	11.517,19
0.2.067.34	Farmácia Básica	63,94
0.6.067.34	Superávit - Farmácia Básica	8.048,28
0.2.066.35	Vigilância Epidemiológica	343,90
0.6.066.35	Superávit - Vigilância Epidemiológica	5.735,57
0.2.064.36	PACS	25.649,23
0.6.064.36	Superávit - PACS	29.540,34
0.2.064.37	PSF	20.274,58
0.6.064.37	Superávit - PSF	12.484,07
0.2.064.38	Saúde Bucal	2.148,25
0.6.064.38	Superávit - Saúde Bucal	5.766,30
0.2.064.39	Núcleos de Apoio à Saúde da Família	7.134,87
0.6.064.39	Superávit - Núcleo de Apoio à Saúde da Família	149.087,73
0.2.067.40	Farmácia Básica Estadual	5.637,67
0.6.067.40	Superávit - Farmácia Básica Estadual	7.385,24

0.2.064.76	PMAQ		2,47	
0.6.064.76	Superávit - PMAQ		4.300,00	
	TOTAL		917.636,31	
3 – DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE				
Código das Fontes de Recursos	Especificação	Exigência Legal (1)	Realizada (2)	Diferença (3)
0.1.002	20% das Receitas oriundas de Impostos	538.629,31	678.593,81	139.964,50
0.3.002	Superávit de Rec. Oriundas de Impostos	0,00	0,00	0,00
1.6.002	Superávit de Rec. Oriundas de Impostos	0,00	0,00	0,00
0.2.002	Rend. de Aplicação de Rendimentos Próprios	1.195,47	0,00	-1.195,47
0.2.012	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	3.358,48	0,00	-3.358,48
0.6.012	Superávit de Taxa de Fisc. De Vig. Sanitária	32.559,07	1.195,08	-31.363,99
0.2.064.32	Piso de Atenção Básica - PAB Fixo	22.596,38	34.646,39	12.050,01
0.6.064.32	Superávit - Piso Atenção Básica - PAB Fixo	24.084,98	0,00	-24.084,98
0.2.066.33	Vigilância Sanitária	92,99	938,00	845,01
0.6.066.33	Superávit - Vigilância Sanitária	11.517,19	0,00	-11.517,19
0.2.067.34	Farmácia Básica	63,94	2.198,83	2.134,89
0.6.067.34	Superávit - Farmácia Básica	8.048,28	0,00	-8.048,28
0.2.066.35	Vigilância Epidemiológica	343,90	1.686,29	1.342,39
0.6.066.35	Superávit - Vigilância Epidemiológica	5.735,57	0,00	-5.735,57
0.2.064.36	PACS	25.649,23	12.548,11	-13.101,12
0.6.064.36	Superávit - PACS	29.540,34	0,00	-29.540,34
0.2.064.37	PSF	20.274,58	29.711,57	9.436,99
0.6.064.37	Superávit - PSF	12.484,07	0,00	-12.484,07
0.2.064.38	Saúde Bucal	2.148,25	0,00	-2.148,25
0.6.064.38	Superávit - Saúde Bucal	5.766,30	0,00	-5.766,30
0.2.064.39	Núcleos de Apoio à Saúde da Família	7.134,87	9.181,40	2.046,53
0.6.064.39	Superávit - Núcleo Apoio à Saúde da Família	149.087,73	0,00	-149.087,73
0.2.067.40	Farmácia Básica Estadual	5.637,67	9.543,62	3.905,95
0.6.067.40	Superávit - Farmácia Básica Estadual	7.385,24	0,00	-7.385,24
0.2.064.76	PMAQ	2,47	0,00	-2,47
0.6.064.76	Superávit - PMAQ	4.300,00	0,00	-4.300,00
	TOTAL	917.636,31	780.243,10	-137.393,21

Despesas de Saúde com recursos de Impostos - 25,20%

Antônio Carlos, em 21 de Março de 2012.

PEDRO PAULO DOS SANTOS
Prefeito em Exercício

CARLICE B SCHMITZ
Contador

VERA LUCIA C. SILVEIRA
Secretário de Saúde

DEMONSTRATIVO DA Despesa Com Pessoal

MUNICÍPIO DE ANTONIO CARLOS - SC - PODER EXECUTIVO
CAMARA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2011 A FEVEREIRO/2012

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	588.025,19	0,00
Pessoal Ativo	588.025,19	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	588.025,19	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	588.025,19	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	19.375.983,82	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	3,03	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%	11.625.590,29	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%	11.044.310,78	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

ANTONIO CARLOS, 26/03/2012

PEDRO PAULO DOS SANTOS
Prefeito em Exercício

CARLICE B. SCHMITZ
Contador CRC/SC-14.636

ANA CARLA PRIM
Controle Interno

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

DEMONSTRATIVO DA Despesa Com Pessoal

MUNICÍPIO DE ANTONIO CARLOS - SC - PODER EXECUTIVO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
 RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MARÇO/2011 A FEVEREIRO/2012

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	9.031.124,02	0,00
Pessoal Ativo	8.180.744,58	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	850.379,44	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	635.524,80	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	31.559,87	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	603.964,93	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	8.395.599,22	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	8.395.599,22	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	19.375.983,82	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	43,33	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	10.463.031,26	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	9.939.879,70	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

ANTONIO CARLOS, 26/03/2012

PEDRO PAULO DOS SANTOS
 Prefeito em Exercício

CARLICE B. SCHMITZ
 Contador CRC/SC-14.636

ANA CARLA PRIM
 Controle Interno

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
 Secretário de Administração e Finanças

DEMONSTRATIVO DA Despesa Com Pessoal

MUNICÍPIO DE ANTONIO CARLOS - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
FEVEREIRO/2011 A JANEIRO/2012

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	584.713,31	0,00
Pessoal Ativo	584.713,31	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	584.713,31	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	584.713,31	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	19.221.085,37	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	3,04	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	1.153.265,12	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%	1.095.601,87	
FONTE: CAMARA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

DEMONSTRATIVO DA Despesa Com Pessoal

MUNICÍPIO DE ANTONIO CARLOS - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2011 A FEVEREIRO/2012

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	588.025,19	0,00
Pessoal Ativo	588.025,19	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	588.025,19	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	588.025,19	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	19.375.983,82	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	3,03	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	1.162.559,03	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%	1.104.431,08	
FONTE: CAMARA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

DEMONSTRATIVO DA Execução DAS Despesas POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Município de ANTONIO CARLOS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.351.000,00	24.077.795,12	4.966.233,99	4.966.233,99	2.462.607,68	2.462.607,68	97,25	10,23	21.615.187,44
Legislativa	985.000,00	985.000,00	117.038,52	117.038,52	93.318,21	93.318,21	3,69	9,47	891.681,79
Ação Legislativa	985.000,00	985.000,00	117.038,52	117.038,52	93.318,21	93.318,21	3,69	9,47	891.681,79
Administração	1.717.880,00	1.717.880,00	359.522,18	359.522,18	213.123,24	213.123,24	8,42	12,41	1.504.756,76
Planejamento e Orçamento	265.000,00	265.000,00	29.209,84	29.209,84	27.671,84	27.671,84	1,09	10,44	237.328,16
Administração Geral	1.452.880,00	1.452.880,00	330.312,34	330.312,34	185.451,40	185.451,40	7,32	12,76	1.267.428,60
Segurança Pública	144.600,00	168.693,60	48.968,50	48.968,50	29.607,54	29.607,54	1,17	17,55	139.086,06
Policiamento	131.500,00	155.593,60	48.968,50	48.968,50	29.607,54	29.607,54	1,17	19,03	125.986,06
Assistência Comunitária	13.100,00	13.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.100,00
Assistência Social	301.700,00	337.112,58	90.856,25	90.856,25	30.602,50	30.602,50	1,21	9,08	306.510,08
Assistência ao Idoso	105.200,00	107.612,58	6.365,58	6.365,58	5.650,85	5.650,85	0,22	5,25	101.961,73
Assistência à Criança e ao Adolescente	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
Assistência Comunitária	184.500,00	217.500,00	84.490,67	84.490,67	24.951,65	24.951,65	0,99	11,47	192.548,35
Previdência Social	1.130.000,00	1.130.000,00	141.023,43	141.023,43	141.023,43	141.023,43	5,57	12,48	988.976,57
Previdência do Regime Estatutário	1.130.000,00	1.130.000,00	141.023,43	141.023,43	141.023,43	141.023,43	5,57	12,48	988.976,57
Saúde	4.308.060,00	4.429.844,80	1.249.540,74	1.249.540,74	775.002,71	775.002,71	30,60	17,50	3.654.842,09
Atenção Básica	4.042.560,00	4.164.344,80	1.091.048,01	1.091.048,01	752.808,19	752.808,19	29,73	18,08	3.411.536,61
Vigilância Sanitária	80.300,00	80.300,00	13.539,23	13.539,23	8.848,26	8.848,26	0,35	11,02	71.451,74
Vigilância Epidemiológica	40.100,00	40.100,00	13.383,50	13.383,50	4.216,93	4.216,93	0,17	10,52	35.883,07
Alimentação e Nutrição	145.100,00	145.100,00	131.570,00	131.570,00	9.129,33	9.129,33	0,36	6,29	135.970,67
Educação	4.257.096,00	4.899.918,36	1.802.475,36	1.802.475,36	501.979,35	501.979,35	19,82	10,24	4.397.939,01
Ensino Fundamental	2.900.196,00	3.104.855,92	1.114.387,10	1.114.387,10	255.863,79	255.863,79	10,10	8,24	2.848.992,13
Ensino Médio	160.000,00	160.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160.000,00
Ensino Superior	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
Educação Infantil	981.300,00	1.419.462,44	688.086,60	688.086,60	246.113,90	246.113,90	9,72	17,34	1.173.348,54
Educação de Jovens e Adultos	45.600,00	45.600,00	1,66	1,66	1,66	1,66	0,00	0,00	45.598,34
Educação Especial	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Cultura	410.000,00	410.000,00	22.126,17	22.126,17	21.801,47	21.801,47	0,86	5,32	388.198,53
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	187.000,00	187.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	187.000,00
Difusão Cultural	223.000,00	223.000,00	22.126,17	22.126,17	21.801,47	21.801,47	0,86	9,78	201.198,53

Continua 1/3

Município de ANTONIO CARLOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.351.000,00	24.077.795,12	4.966.233,99	4.966.233,99	2.462.607,68	2.462.607,68	97,25	10,23	21.615.187,44
Urbanismo	2.271.000,00	3.173.381,78	364.834,55	364.834,55	106.711,46	106.711,46	4,21	3,36	3.066.670,32
Infra-Estrutura Urbana	1.510.000,00	2.412.381,78	221.232,88	221.232,88	2.381,78	2.381,78	0,09	0,10	2.410.000,00
Serviços Urbanos	711.000,00	711.000,00	143.601,67	143.601,67	104.329,68	104.329,68	4,12	14,67	606.670,32
Recuperação de Áreas Degradadas	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Habitação	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Habitação Rural	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Saneamento	675.000,00	675.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	675.000,00
Saneamento Básico Rural	550.000,00	550.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	550.000,00
Saneamento Básico Urbano	125.000,00	125.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125.000,00
Agricultura	925.000,00	925.000,00	175.378,62	175.378,62	119.547,07	119.547,07	4,72	12,92	805.452,93
Extensão Rural	925.000,00	925.000,00	175.378,62	175.378,62	119.547,07	119.547,07	4,72	12,92	805.452,93
Comércio e Serviços	112.000,00	112.000,00	8.383,53	8.383,53	8.383,53	8.383,53	0,33	7,49	103.616,47
Turismo	112.000,00	112.000,00	8.383,53	8.383,53	8.383,53	8.383,53	0,33	7,49	103.616,47
Transporte	2.546.200,00	2.546.200,00	415.143,90	415.143,90	315.758,59	315.758,59	12,47	12,40	2.230.441,41
Transporte Rodoviário	2.546.200,00	2.546.200,00	415.143,90	415.143,90	315.758,59	315.758,59	12,47	12,40	2.230.441,41
Desporto e Lazer	385.000,00	385.000,00	73.464,34	73.464,34	30.905,98	30.905,98	1,22	8,03	354.094,02
Desporto Comunitário	385.000,00	385.000,00	73.464,34	73.464,34	30.905,98	30.905,98	1,22	8,03	354.094,02
Encargos Especiais	700.000,00	700.300,00	97.477,90	97.477,90	74.842,60	74.842,60	2,96	10,69	625.457,40
Ensino Fundamental	40.000,00	40.000,00	5.866,29	5.866,29	5.866,29	5.866,29	0,23	14,67	34.133,71
Serviço da Dívida Interna	380.000,00	380.000,00	15.653,27	15.653,27	15.653,27	15.653,27	0,62	4,12	364.346,73
Outras Transferências	280.000,00	280.300,00	75.958,34	75.958,34	53.323,04	53.323,04	2,11	19,02	226.976,96
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	214.464,00	214.464,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	214.464,00
RESERVA DO RPPS	1.208.000,00	1.208.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.208.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	812.000,00	812.000,00	69.736,77	69.736,77	69.736,77	69.736,77	2,75	8,59	742.263,23
Legislativa	15.000,00	15.000,00	741,93	741,93	741,93	741,93	0,03	4,95	14.258,07
Ação Legislativa	15.000,00	15.000,00	741,93	741,93	741,93	741,93	0,03	4,95	14.258,07
Administração	77.000,00	77.000,00	8.186,49	8.186,49	8.186,49	8.186,49	0,32	10,63	68.813,51
Planejamento e Orçamento	12.000,00	12.000,00	1.200,90	1.200,90	1.200,90	1.200,90	0,05	10,01	10.799,10

Continua 2/3

Município de ANTONIO CARLOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	812.000,00	812.000,00	69.736,77	69.736,77	69.736,77	69.736,77	2,75	8,59	742.263,23
Administração	77.000,00	77.000,00	8.186,49	8.186,49	8.186,49	8.186,49	0,32	10,63	68.813,51
Administração Geral	65.000,00	65.000,00	6.985,59	6.985,59	6.985,59	6.985,59	0,28	10,75	58.014,41
Assistência Social	8.000,00	8.000,00	569,96	569,96	569,96	569,96	0,02	7,12	7.430,04
Assistência ao Idoso	3.000,00	3.000,00	569,96	569,96	569,96	569,96	0,02	19,00	2.430,04
Assistência Comunitária	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Saúde	231.000,00	231.000,00	14.369,72	14.369,72	14.369,72	14.369,72	0,57	6,22	216.630,28
Atenção Básica	222.000,00	222.000,00	13.679,89	13.679,89	13.679,89	13.679,89	0,54	6,16	208.320,11
Vigilância Sanitária	9.000,00	9.000,00	689,83	689,83	689,83	689,83	0,03	7,66	8.310,17
Educação	254.000,00	254.000,00	32.220,35	32.220,35	32.220,35	32.220,35	1,27	12,69	221.779,65
Ensino Fundamental	160.000,00	160.000,00	20.300,42	20.300,42	20.300,42	20.300,42	0,80	12,69	139.699,58
Educação Infantil	94.000,00	94.000,00	11.919,93	11.919,93	11.919,93	11.919,93	0,47	12,68	82.080,07
Cultura	18.000,00	18.000,00	1.710,88	1.710,88	1.710,88	1.710,88	0,07	9,50	16.289,12
Difusão Cultural	18.000,00	18.000,00	1.710,88	1.710,88	1.710,88	1.710,88	0,07	9,50	16.289,12
Urbanismo	13.000,00	13.000,00	713,83	713,83	713,83	713,83	0,03	5,49	12.286,17
Serviços Urbanos	13.000,00	13.000,00	713,83	713,83	713,83	713,83	0,03	5,49	12.286,17
Agricultura	40.000,00	40.000,00	3.355,09	3.355,09	3.355,09	3.355,09	0,13	8,39	36.644,91
Extensão Rural	40.000,00	40.000,00	3.355,09	3.355,09	3.355,09	3.355,09	0,13	8,39	36.644,91
Transporte	150.000,00	150.000,00	7.144,82	7.144,82	7.144,82	7.144,82	0,28	4,76	142.855,18
Transporte Rodoviário	150.000,00	150.000,00	7.144,82	7.144,82	7.144,82	7.144,82	0,28	4,76	142.855,18
Desporto e Lazer	6.000,00	6.000,00	723,70	723,70	723,70	723,70	0,03	12,06	5.276,30
Desporto Comunitário	6.000,00	6.000,00	723,70	723,70	723,70	723,70	0,03	12,06	5.276,30
TOTAL (III) = (I + II)	23.163.000,00	24.889.795,12	5.035.970,76	5.035.970,76	2.532.344,45	2.532.344,45	100,00	10,17	22.357.450,67

FONTE:

ANTONIO CARLOS, 26/03/2012

PEDRO PAULO DOS SANTOS
Prefeito em Exercício

CARLICE B. SCHMITZ
Contador CRC/SC-14.636

ANA CARLA PRIM
Controle Interno

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO BÁSICO**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS****DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO BÁSICO****REFERÊNCIA ATÉ FEVEREIRO DE 2012.****1. BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS**

1.1. Receitas Oriundas de Impostos	Realizada até o mês
IPTU	0,00
ITBI	8.344,66
ISS	130.231,96
IRRF	55.254,61
Receita da Dívida Ativa de Impostos	9.346,59
Multas e Juros de Mora de Impostos	3.897,35
(-) Descontos e Renúncia de Receita	0,00
SOMA	207.075,17
1.2. Receitas Resultantes de Impostos, Base de Cálculo do FUNDEB	
Cota-Parte do FPM	952.328,49
Cota-Parte do ICMS Exportação	7.320,40
Cota-Parte do ICMS	1.393.418,38
Cota-Parte do IPI	18.040,60
Cota-Parte do ITR	1.635,24
Cota-Parte do IPVA	113.328,26
SOMA	2.486.071,37
1.3. TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS	2.693.146,54

2 – ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO BÁSICO

	CÓDIGO D.R.	Especificação Das Fontes de Recursos	Valor até o Mês
2.1	0.1.001	Receitas oriundas de Impostos - 26%	727.149,57
2.2	0.1.018	Transferências do FUNDEB – Parte do 60%	222.373,34
2.3	0.1.018	Rendimento s/ Aplicação FUNDEB 60%	1.063,83
2.4	0.1.019	Transferência do FUNDEB – Parte do 40%	148.248,86
2.5	0.3.019	Superávit Financeiro do FUNDEB	46.739,24
2.6	0.1.058	Cota-Parte do Salário Educação	36.280,88
2.7	0.1.058	Rendimento Aplicação Salário Educação	764,79
2.8	0.3.058	Superávit Financeiro do Salário Educação	76.933,39
2.9	0.1.022.5	Convênio Transporte Escolar Estadual - Ensino Básico	0,00
2.10	0.1.022.5	Rendimento s/ Aplicação do Transporte Escolar Estadual	663,58
2.11	0.3.022.5	Superávit Financeiro do Transporte Escolar Estadual	68.569,09
2.12	0.1.024.6	Convênio Transporte Escolar Estadual - Ensino Médio	0,00
2.13	0.1.059	Transferências Diretas do FNDE – PDDE	0,00
2.14	0.1.059	Rendimento s/ Aplicação do PDDE	0,00
2.15	0.1.061	Transferências Diretas do FNDE - PNATE	0,00
2.16	0.1.061	Rendimento s/ Aplicação do PNATE	205,80
2.17	0.3.061	Superávit Financeiro do PNATE	12.418,20
2.18	0.1.062	Programa Brasil Alfabetizado	0,00
2.19	0.1.062	Rendimento s/ Aplicação do Programa Brasil alfabetizado	0,01
2.20	0.3.062	Superávit Financeiro - Programa Brasil Alfabetizado	1,65
2.21	0.1.060	Transferências Diretas do FNDE - PNAE	0,00
2.22	0.1.060	Rendimento s/ Aplicação do PNAE	0,00

2.23	0.3.060	Superávit Financeiro - PNAE	0,00
2.24	0.1.022.71	Convênio com o MEC - Ampliação da Rede Escolar Infantil	124.598,34
2.25	0.1.022.71	Superávit Financeiro - Convênio MEC - Ampliação Rede Esc. Infantil	253.129,52
TOTAL			1.719.140,09

3. DESTINAÇÃO DO RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO BÁSICO

	CÓDIGO DAS F.R.	CÓDIGO SUB- FUNÇÃO	Especificação	Exigência Legal	Realizada até o mês	Diferença
3.1	0.1.001	361	Ensino Fundamental 72,67%	167.093,98	46.786,74	-120.307,24
3.2	0.3.001	361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00
3.3	0.1.001		Contribuição ao FUNDEB	497.214,27	497.213,82	-0,45
3.4	0.1.001	365	Educação Infantil 24,44%	56.196,19	2.829,35	-53.366,84
3.5	0.3.001	365	Educação Infantil	0,00	0,00	0,00
3.6	0.1.018	361	Ensino Fundamental 60,23%	134.576,21	128.586,43	-5.989,78
3.7	0.1.018	365	Educação Infantil 39,77%	88.860,96	105.799,62	16.938,66
3.8	0.1.019	361	Ensino Fundamental 81,23%	120.422,55	37.545,57	-82.876,98
3.9	0.1.019	365	Educação Infantil 18,77%	27.826,31	26.629,91	-1.196,40
3.10	0.3.019	361	Ensino Fundamental	46.739,24	46.739,24	0,00
3.11	0.1.058	361	Ensino Fundamental	37.045,67	0,00	-37.045,67
3.12	0.3.058	361	Ensino Fundamental	76.933,39	0,00	-76.933,39
3.13	0.1.022.5	361	Ensino Fundamental	663,58	268,00	-395,58
3.14	0.3.022.5	361	Ensino Fundamental	68.569,09	16.235,96	-52.333,13
3.15	0.1.024.6	362	Ensino Médio	0,00	0,00	0,00
3.16	0.1.059	361	Ensino Fundamental %	0,00	0,00	0,00
3.17	0.1.059	365	Educação Infantil - %	0,00	0,00	0,00
3.18	0.1.061	361	Ensino Fundamental	205,80	0,00	-205,80
3.19	0.3.061	361	Ensino Fundamental	12.418,20	5.868,56	-6.549,64
3.20	0.1.062	361	Ensino Fundamental	0,01	1,66	1,65
3.21	0.3.062	361	Ensino Fundamental	1,65	0,00	-1,65
3.22	0.1.060	361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00
3.23	0.3.060	361	Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00
3.25	0.1.022.71	365	Educação Infantil	124.598,34	122.774,95	-1.823,39
3.26	0.3.022.71	365	Educação Infantil	253.129,52	0,00	-253.129,52
3.26	0.1.001	366	Educ. Jovens Adultos - 2,89%	6.645,13	0,00	-6.645,13
TOTAL				1.719.140,09	1.037.279,81	-681.860,28

4. CONTROLE DO CUMPRIMENTO DOS GASTOS	MÍNIMO	REALIZADO	DIFERENÇA
4.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	25%	16,63%	-8,37
4.2. Remuneração Profissionais do Magistério	60%	63,06%	3,06

* Saldo do FUNDEB = 98.872,86

Memória de Cálculo: $4.1 = (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5+3.26-\text{saldo FUNDEB}) / 1.3$

$4.2 = (3.6+3.7) / (2.2+2.3+2.4)$

Antônio Carlos, em 21 de Março de 2012.

PEDRO PAULO DOS SANTOS
Prefeito Municipal em Exercício

CARLICE B. SCHMITZ
Contador

FÁBIO LUIZ EGERT
Secretário M. de Educação

Quadro Demonstrativo do Comportamento Orcamentário e Financeiro

ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

Quadro Demonstrativo do Comportamento Orcamentário e Financeiro

Betha Sistemas

Página: 1/1

Exercício de 2012

Mês: Janeiro

Mes	COMPORTAMENTO ORCAMENTARIO				COMPORTAMENTO FINANCEIRO ATÉ O MÊS		
	Receita	Despesa	Déficit / Superávit		Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Déficit/ Superávit
			Valor	Acumulado			
Janeiro		70.547,82	70.547,82 D	70.547,82 D	49.685,17	5.802,54	43.882,63 S
Fevereiro							
Marco							
Abril							
Maiο							
Junho							
Julho							
Agosto							
Setembro							
Outubro							
Novembro							
Dezembro							
TOTAL	0,00	70.547,82	70.547,82 D	70.547,82 D	49.685,17	5.802,54	43.882,63 S

VILSON ANTONIO GELSLEICHTER
Presidente da Camara

JUCILENE AP. M. SCHMITZ
Contadora CRC/SC-025973/O-3

Quadro Demonstrativo do Comportamento Orcamentário e Financeiro

ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS

Quadro Demonstrativo do Comportamento Orcamentário e Financeiro

Betha Sistemas

Página: 1/1

Exercício de 2012

Mês: Fevereiro

Mes	COMPORTAMENTO ORCAMENTARIO				COMPORTAMENTO FINANCEIRO ATÉ O MÊS		
	Receita	Despesa	Déficit / Superávit		Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Déficit/ Superávit
			Valor	Acumulado			
Janeiro		70.547,82	70.547,82 D	70.547,82 D	49.685,17	5.802,54	43.882,63 S
Fevereiro		47.232,63	47.232,63 D	117.780,45 D	83.439,62	7.499,76	75.939,86 S
Marco							
Abril							
Maiο							
Junho							
Julho							
Agosto							
Setembro							
Outubro							
Novembro							
Dezembro							
TOTAL	0,00	117.780,45	117.780,45 D	117.780,45 D	83.439,62	7.499,76	75.939,86 S

VILSON ANTONIO GELSLEICHTER
Presidente da Camara

JUCILENE AP. M. SCHMITZ
Contadora CRC/SC-025973/O-3

Ascurra

PREFEITURA

Edital DE Pregão 27/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
EDITAL DE PREGÃO N. 27/2012

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 12/04/2012, PREGÃO PRESENCIAL para, AQUISIÇÃO DE 02 TRATORES AGRÍCOLAS, conforme Edital. Maiores Informações e cópia do Edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site www.ascurra.sc.gov.br

Ascurra, 27 de março de 2012.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

Aviso DE Pregão (Presencial) 011/2012- FMA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO (PRESENCIAL) 011/2012- FMA

OBJETO: aquisição de material de consumo e limpeza para o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural de Biguaçu.
Recebimento dos documentos de habilitação e propostas até as 15:30 horas, do dia 11 abril, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Abertura do envelope de documentação e proposta: às 16:00 horas, do dia 11 abril, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 26 de março de 2012.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Aviso DE Pregão (Presencial) 21/2012- FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO (PRESENCIAL) 21/2012- FMAS

OBJETO: contratação de empresa especializada (pessoa jurídica) ou autônomo (pessoa física), para ministrar cursos de patchwork, biscuit, pintura em geral, artes plásticas, informática básica e educação física, para o centro de convivência do idoso - CCI, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Recanto da Criança e do Adolescente - RECRIA, deste Município.
Recebimento dos documentos de habilitação e propostas até as

16:00 horas, do dia 12 abril, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Abertura do envelope documentação e proposta: às 16:30 horas, do dia 12 abril, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um CD ou pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010, 8020 e 8048.

Biguaçu, 26 de março de 2012.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Aviso DE Revogação do Processo Licitatório PP275/2011-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERENCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PP275/2011-PMB

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Senhor José Castelo Deschamps, torna público para conhecimento de todos os interessados, a Revogação do Processo Licitatório PP 275/2011-PMB, que tem por objeto "aquisição de equipamentos para o Centro de Ensino Profissionalizante Poeta Cláudio Alvim de Souza - Cep Zininho, devido a insuficiência de informações descritas nas especificações do Anexo I do Edital.

Biguaçu, 26 de março de 2012.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Aviso DE Revogação do Processo Licitatório PP69/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PP69/2012-PMB

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Senhor José Castelo Deschamps, torna público para conhecimento de todos os interessados, a Revogação do Processo Licitatório PP69/2012-PMB, que tem por objeto "aquisição de móveis escolares para as Escolas, CEIMS e Secretaria de Educação do Município de Biguaçu", devido à erros na especificação e na quantidade dos produtos.

Biguaçu, 26 de março de 2012.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Republicação do PP 42/2012-FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
REPUBLICAÇÃO DO PP 42/2012-FMAS

Devido à falta de empresas interessadas no PP 42/2012 FMAS, que tem como objeto "aquisição de pneus, óleos lubrificantes, filtros e material de limpeza veicular para a Secretaria da Assistência

Social”, fica republicada a mesma para a seguinte data:
Recebimento dos envelopes de documentação e Propostas de Preços: Dia 12/04/2012, até 16:00 horas.
Abertura dos envelopes de documentação e proposta de preços: Dia 12/04/2012, às 16:30 horas.

Biguaçu, 26 de março de 2012.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Por Delegação - REGINA EVALDT
Secretária De Administração

Retificação do Edital Pregão Presencial 55/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPAL DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 55/2012 PMB

Comunicamos as empresas interessadas em participar do Pregão Presencial nº 55/2012 PMB, que fica ALTERADO O OBJETO DO EDITAL E SEU ANEXO I do referido processo. Assim, transfere-se a data do recebimento de documentos e de abertura da proposta para:

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: ATÉ ÀS 13:30 HORAS, DO DIA 10 DE ABRIL DE 2012, NO SETOR DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: ÀS 14:00 HORAS, DO DIA 10 DE ABRIL DE 2012, NO SETOR DE LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA

Ficando assim inalteradas as demais cláusulas do edital.

Biguaçu, 26 de março de 2012.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Ata de Registro de Preço 5/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011

Página: 1/11

Número do Registro de Preços: 5/2011 Data do Registro: 28/09/2011 Válido até: 28/09/2012

Objeto da Compra: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares e material fisioterapêutico.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Acionador de torneira a pedal modelo tipo universal. (1899)	UND	MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	biovision	0	80,0000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	STERMAX	0	90,0000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	CRISTOFOLI	0	102,7700	3
2	Acionador de torneira a pedal tipo balcão. (1898)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	STERMAX	0	129,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SOLUCENTER	0	130,0000	2
3	Ambú reanimador de silicone transparente adulto com máscara de silicone e reservatório de o2 e exstensor e autoclavável (1750)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	JG MORIYA	0	99,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	protec	0	135,0000	2
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	PROTEC	0	136,0000	3
4	Ambú reanimador de silicone transparente infantil com máscara de silicone e reservatório de o2 e exstensor e autoclavável (1751)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	JG MORIYA	0	99,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	protec	0	135,0000	2
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	PROTEC	0	136,0000	3
5	Andador ortopédico - Características: Resistência: até 130 kg;Tamanho único: usuários com altura entre 1,50 m a 2,00 m;Diferenciais:Sete níveis de regulagem de altura, através de pinos de fácil ajuste;Peça plástica interna para reduzir ruído;Fabricado em alumínio anodizado espelhado, que não risca e não perde o brilho;Composição:Corpo: alumínio;Barras centrais: aço;Ponteira: borracha. (2601)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	82,5000	1
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	ORTOMETAL	0	83,0000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	QUEIROZ	0	93,4200	3
6	Armário vitrine de parede. (Porta com fechadura cilíndrica, fundo e teto em chapa de aço esmaltado, porta e laterais de vidro cristal de 3mm, com 2 prateleiras de vidro fantasia de 4mm . Dimensões: 0,50m comp. x 0,30m prof. x 0,65m de altura). (1756)	UND	CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	RENASCEER	0	420,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	LM MOVEIS	0	428,0000	2
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	METALIC	0	429,0000	3
8	Banqueta giratória com regulagem de altura - feito em aço carbono, revestido em courvin; possui regulagem de altura; sobre rodas; altura mínima: 51 cm; altura máxima: 62,8 cm; Peso máximo suportado: 135Kg; Azul claro; (2578)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	METALIC	0	81,6700	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	T.M.	0	120,0000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	RENOVAR	0	139,0000	3
9	Barra paralela, em tubos em ferro/aço pintados, corrimão pintado após tratamento anti-ferruginoso, com duas barras verticais de cada lado, duas barras horizontais com regulagem de altura e largura, 2 mts de comprimento, plataforma de madeira revestida em piso antiderrapante, dimensões de: 2,00 x 0,80 (C x L), corrimão máxima: 0,90 m e corrimão altura mínima 0,52m, largura máxima corrimão: 0,60 e largura mínim corrimão: 0,39m, registro no ministério da Saúde. (2555)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	775,9500	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	1.060,0700	2
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	ISP	0	1.073,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 10/11

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011

Número do Registro de Preços: 5/2011 Data do Registro: 28/09/2011 Válido até: 28/09/2012

Objeto da Compra: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares e material fisioterapêutico.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
75	Step madeira, cor marfim, medindo no mínimo 85x15x45cm (2553)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	110,0000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	129,9500	3
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	123,2000	1
76	Tabua de atividade de vida diária (2570)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	FISIOMED	0	193,4100	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	469,7600	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	300,5700	1
77	Tábua proprioceptiva bailarina, Superfície com uma camada emborrachada (ravenna) colada; Certificação da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária); Peso limite: 120 Kg (2563)	UND	CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	ISP	0	343,0000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	353,2000	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	88,2900	1
78	Tatame de encaixe 10 mm, Três camadas de E.V.A; Peças de 1m x 1m; Cor: Azul;Altura: 10mm (2586)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	107,0800	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	112,3400	3
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	48,0000	1
80	Tornozeleira, par de 0,500 kg com fecho em velcro ajustável (2545)	PAR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	48,2400	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	52,1600	3
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	26,4600	1
81	Tornozeleira, par de 1 kg com fecho em velcro ajustável (2546)	PAR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	29,0900	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	34,1800	3
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	30,6100	1
82	Tornozeleira, par de 2 kg com fecho em velcro ajustável (2547)	PAR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	32,3600	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	38,0200	3
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	33,2600	1
83	Tornozeleira, par de 3 kg com fecho em velcro ajustável (2548)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	36,6900	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	43,1100	3
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CARCI	0	28,2400	1
84	Travesseiro clínico, Travesseiro revestido em couvrin; Estrutura ergonômica (2571)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	46,6100	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	51,4000	3
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	44,5700	1
85	Trena antropométrica (1759)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	52,3700	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	54,0600	3
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CARCI	0	10,4200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 11/11

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011

Número do Registro de Preços: 5/2011 Data do Registro: 28/09/2011 Válido até: 28/09/2012

Objeto da Compra: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares e material fisioterapêutico.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	WILSON	0	23,5600	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	SANNY	0	38,7100	3
86	ULTRASSOM FISIOTERAPÊUTICO - Descrição Aparelho destinado a terapia por ultra-som com frequência de 1 e 3 MHz no mesmo transdutor. Características Técnicas - Aparelho microcontrolado com seleção automática 110/220V, Gabinete metálico com pintura eletrostática, ACD: Auto Check Device, um exclusivo sistema que verifica se a emissão ultra-sônica está funcionando perfeitamente, Entrada para terapia combinada para associar Ultra-som c/ correntes, Comunicação com computadores, Display LCD Blueligth, Sistema de programação otimizada, 77 Memórias de tratamento (fábrica e regraváveis), Transdutor com cristal especial 1 e 3 MHz, 02 frequências de repetição de pulso (16 e 100 Hz), operação em modo contínuo e 06 tipos de pulsados, Sensor de temperatura evitando aquecimento. Acessórios Inclusos Cabo de força, Transdutor aplicador, Tubo de gel ultra-som, Cabo terapia combinada, Medidor de água (seringa) Materiais Auxiliares - Manual de operação e instruções - Certificado de garantia (18 meses) - Controle de qualidade - Certificado de calibração PESO APROXIMADO (GABINETE): 4,0 kg - PESO APROXIMADO (EMBALADO): 5,0 kg (2588)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CARCI	0	1.342,8800	1
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	HTM	0	2.000,0000	2

BRACO DO TROMBUDO , 28 de Setembro de 2011.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/11

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011

Número do Registro de Preços: 5/2011 Data do Registro: 28/09/2011 Válido até: 28/09/2012

Objeto da Compra: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares e material fisioterapêutico.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	Bastões coloridos, jogo com 5 unidades acompanha suporte para posicionar os bastões na parede. Registro na Anvisa. (2561)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	163,6800	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	183,2000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	191,1500	3
11	Bengala tipo T- Ponteira de borracha na base; madeira mogno (2600)	UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	INDAIA	0	15,9900	1
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	18,4000	2
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	ISP	0	33,0000	3
12	Bola de massagem, cor amarela, tamanho 8 cm, composição picloreto de vinila. (2544)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MERCUR	0	17,0600	1
13	Bola exercitadora mãos e dedos, modelo coração. (2567)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	3,3300	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	3,9100	2
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	ISP	0	4,0000	3
14	Bola feijão, 40 cm, Bola composta em látex especial com 3,0 mm de espessura; Formato em rolo, Comprimento(cheia): 90cm - Diâmetro: 40cm; Suporta até 300 kg. (2569)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	76,7300	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	112,6400	2
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	ISP	0	119,0000	3
15	Bola feijão, 50 cm, Bola composta em látex especial com 3,0 mm de espessura; Comprimento(cheia): 95cm - Diâmetro: 50cm; Formato em rolo, Suporta até 300 kg. (2568)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	103,9500	1
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	ISP	0	119,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	137,8400	3
16	Bola terapêuta 30 cm de circunferência (2536)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	34,1000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	34,5900	2
17	Bola terapêuta 45 cm de circunferência (2537)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	34,5900	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	40,6400	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	41,9500	3
18	Bola terapêuta 55 cm de circunferência (2538)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	58,6800	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	61,7600	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	69,5500	3
19	Bola terapêuta 65 cm de circunferência (2539)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	68,6000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	69,1900	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	81,3000	3
20	Bola terapêuta 75 cm de circunferência (2540)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	79,5600	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	88,8300	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/11

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011

Número do Registro de Preços: 5/2011 Data do Registro: 28/09/2011 Válido até: 28/09/2012

Objeto da Compra: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares e material fisioterapêutico.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	Bola terapêuta 85 cm de circunferência (2541)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	94,9500	3
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	100,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	114,4400	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	118,9000	3
22	Bomba manual, Corrente contínua: a bomba infla tanto no movimento de subida quando no movimento de descida, reduzindo pela metade o tempo para enchimento; É possível selecionar a opção Inflar ou Desinflar facilmente, trocando o lado de encaixe da mangueira na bomba; Possui 4 bicos de fácil encaixe, e 5 diferentes tamanhos e formatos; Possui base com encaixe para os pés, o que permite que a bomba fique "fixa" no chão, facilitando o seu uso; Feita em plástico leve, resistente e não corrosivo; Mangueira sanfonada e muito resistente, de fácil armazenagem. (2557)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	74,8000	1
23	Bomba para inflar bola terapêutica (2542)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	87,8900	2
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	ISP	0	95,0000	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	DYNA	0	9,1500	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	10,7400	2
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	ISP	0	14,0000	3
24	Caixa para esterilização inox 42x28x12cm (1765)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	ARTINOX	0	260,0000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	FAVA	0	264,0000	2
25	Caneta padrão que acompanha o aparelho LASER 904nm 75nM 75W (2592)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	IBRAMED	0	1.659,5700	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	1.950,2100	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	IBRAMED	0	2.013,1200	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/11

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011

Número do Registro de Preços: 5/2011 Data do Registro: 28/09/2011 Válido até: 28/09/2012

Objeto da Compra: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares e material fisioterapêutico.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
26	CARDIOVERSOR MONOFÁSICO, Portátil, em caixa de material sintético de alto impacto com alça de transporte e Suportes para fixar as pás, composto de Monitor e Desfibrilador em uma única unidade. Saída para registro através de Eletrocardiógrafo, alimentação em rede elétrica de 90/230 volts com chaveamento automático, entrada para fonte externa de 12 volts para uso em ambulâncias e bateria interna recarregável. MONITOR CARDÍACO, de 01 canal, 07 derivações, indicação da Frequência Cardíaca digital de 0 a 300 BPM, alarme de bradi e taquicardia com ajuste digital, alarme de eletrodo solto, pré-amplificador flutuante, proteção contra descarga de Desfibrilador, sinal sonoro da onda "R", monitoração de ECG através do cabo paciente ou através das próprias pás do Desfibrilador. Teclado de membrana sensível ao toque. Com imagem congelada, tela de cristal líquido luminosa com 5 polegadas. DESFIBRILADOR, Tecla Liga/Desliga de sincronismo com monitor para cardioversão, indicação luminosa da onda "R". Teclado de membrana com indicação visual para seleção de energia e funções. Possibilidade de uso de pás internas e externas adulto e infantil, seleção automática das escalas de energia de acordo com a pá utilizada (adulto/infantil externo e adulto/infantil interno). Escalas para seleção de carga, de 01, 02, 05, 10, 20, 30, 40 e 50 Joules para desfibrilação interna adulto, interna e externa infantil. De 10, 20, 40, 80, 160, 240, 300 e 360 Joules para desfibrilação externa adulto. Tempo de carga de 9 a 15 segundos dependendo da carga selecionada (norma IEC 601.2) Circuito anula carga automático que cancela a energia selecionada após 45 segundos ou manual através de tecla no painel. Teste das pás diretamente no equipamento, com lâmpada néon para indicação do disparo. Bateria interna recarregável com capacidade para ate 40 disparos ou 2 horas de monitoração, quando em plena carga. OXÍMETRO DE PULSO, para monitoração da Saturação de Oxigênio (SpO ₂), com indicação digital através da tela do monitor. Faixa de medida de 0 a 100%, resolução de 1% e precisão de ± 2% nas medidas de 70 a 100% e ± 3% nas medidas de 60 a 69%, ajuste de alarmes alto e baixo selecionáveis. Acessórios Standard: 01 Cabo de força tripolar, 01 Cabo paciente 05 vias, 01 Jogo de Pás externas adulto, 02 Fusíveis 2A/250v, 02 Fusível 1A/250v com retardo, 05 Eletrodos, 01 Oxisensor universal tipo Clip e 01 Manual de Instruções.O equipamento deverá possuir Registro na ANVISA. (2616)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CMOS DRAKE	0	8.700,0000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	Ecafix	0	8.775,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	TEB	0	11.333,3300	3
27	Cavalinho, Fabricado em vinil de alta densidade com pintura (2572)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	163,8300	1
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	LIDER	0	190,0000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	192,5100	3
28	Colchonete médio, Possui sua estrutura em espuma e couvrin náutico sintético; Densidade da espuma: 26, Azul claro; (2565)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ZEDAMED	0	139,2000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	154,8100	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	181,9140	3
29	Compressor, pressão máxima de trabalho 5-8 bar(72,5-116lbs/pol), deslocamento teórico (fluxo de ar) 304 litros/min,(10,73 pés cúbicos/min), velocidade de 1.750 RPM, estágio (número de pistões) 4, capacidade do reservatório de ar 60 litros, nível ruído 54 db, dimensões 71x42,5x73, voltagem 220 v, isento de óleo. (1895)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	CRISTOFOLI	0	2.250,9000	1
30	Conjunto de banquetas para RPG - Banqueta com corvin resistente e pernas em metal. Registro na Anvisa, garantia: 3 anos , Tamanhos GRANDE: C = 57 cm L = 34 cm A = 31,4 cm P = 3,700 KG 2) MÉDIA C = 46,9 cm, L = 33,9 cm, A = 24,8 cm, P = 3,100 KG, 3) PEQUENA C = 37 cm L = 34 cm, A = 17,8 cm, P = 2,400 KG, Azul claro. (2560)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	168,5000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	193,5400	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	197,2100	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/11

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011

Número do Registro de Preços: 5/2011 Data do Registro: 28/09/2011 Válido até: 28/09/2012

Objeto da Compra: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares e material fisioterapêutico.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
31	Cuba redonda inox 09x05cm 250ml (1764)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	ARTINOX	0	7,4200	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	FAMI	0	7,8100	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	FAMI ITA	0	8,7500	3
32	Cuba retangular inox 30x16x8cm com tampa (1763)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	ARTINOX	0	33,0400	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	FAMITA	0	80,4100	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	FAMI ITA	0	91,5000	3
33	Cunha para posicionamento grande, Possui sua estrutura em espuma e courvin; Peso máximo suportado: 135 kg, Azul claro; (2581)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	106,1600	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	124,7400	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	129,9000	3
34	Detector fetal portátil indicado para ausculta dos batimentos cardíaco fetal e fluxo sanguíneo do cordão umbilical, além auxiliar na localização da placenta a partir da 10ª semana de gestação, tem a finalidade de avaliar, a partir da ausculta, a vitalidade fetal, sofrimento fetal, número de fetos e posição fetal (local onde os batimentos cardíacos fetais são mais intensos) com 1 bateria alcalina + carregador. (1890)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	MEDPEJ	0	246,1000	1
			HOSPLIFE COM. DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA (6594)	MEDPEJ-DF4001	0	280,0000	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	MEDPEJ	0	280,0000	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MEDPEJ	0	302,8000	4
35	Disco inflável 35 cm Superfície coberta por cravos emborrachados e pontiagudos medindo 0,3mm. (2564)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	63,0000	1
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	ISP	0	75,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	113,9600	3
36	Divã adulto para exames clínicos com cabeceira reclinável e suporte para papel lençol. (Próprio para exames, armação tubular, esmaltado, leito acolchoado em espuma e napa, cabeceira reclinável. Acompanha suporte para lençol de papel descartável de 50cm. Dimensões: 180cm comp. x 65cm larg. x 80cm altura.) (1754)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MARCOS MOVEIS	0	265,2300	1
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	METALIC	0	276,7500	2
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	LEVITA	0	299,0000	3
37	Divã pediátrico. (Armação em tubos redondos esmaltados, leito acolchoado em espuma e napa. Dimensões: 150cm comp. x 50cm larg. x 90cm altura) (1755)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	METALIC	0	152,5000	1
			MF DE ALMEIDA & CIA.LTDA. (6249)	LEVITA	0	190,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MARCOS MOVEIS	0	236,5600	3
38	eletrodos adesivos para TENS, FES, CORRENTE RUSSA; tamanho 5x5cm, pacote com 4 unidades. (2595)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	VALUTRODE	0	19,9000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	VALUTRODE	0	21,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/11

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011

Número do Registro de Preços: 5/2011 Data do Registro: 28/09/2011 Válido até: 28/09/2012

Objeto da Compra: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares e material fisioterapêutico.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
39	Equipamento eletromédico para terapia por laser. Modos de emissão contínua e pulsada, memórias de tratamento. Características Técnicas - Gabinete Metálico com pintura eletrostática, 3 tipos de Laser: 904 - 830 e 658 nm com potências diversas, Dosimetria automática com opção FREE, Time-OFF: Tempo de religamento automático, Check Laser para verificação de emissão Laser, Caneta emissora com botão de disparo, Detector toposcópio com sinal visual e sonoro, Frequência especial para Laseracupuntura (Nogier), comunicação com computadores, Display LCD Bluelight, Memórias de tratamento, Trava de segurança com chave, Alimentação 127/220V. Acessórios inclusos; Cabo de força; Materiais Auxiliares; - Manual de operação e instruções; - Certificado de garantia (18 meses); - Controle de qualidade; - Certificado de calibração; PESO APROXIMADO; (GABINETE): 2,9 kg; PESO APROXIMADO (EMBALADO): 4,5 kg (2602)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	IBRAMED	0	1.066,0200	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	1.252,7100	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	IBRAMED	0	1.293,1200	3
40	Escada para reabilitação com rampa escada de canto com rampa adulto e infantil, com regulação de altura e corrimão. Com adaptação para direita, esquerda e longitudinal; Ajuste das barras (3 níveis) para utilização infantil; Certificação da Anvisa, Comprimento quando montado em reta: 3,17cm; Comprimento quando montado em L: 2,42 X 1,57cm; Altura corrimão infantil (max.): 0,67m; Altura corrimão infantil (min.): 0,57m; Altura corrimão adulto: 0,90m; Peso máximo suportado: 135 kg; Degraus com altura de 100mm; Madeira: Sarrafeado de eucalipto. (2556)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	1.067,5400	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	1.254,4900	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	1.294,3600	3
41	Escadinha com 02 (dois) degraus, armação em tubos redondos esmaltada, degraus revestidos com antiderrapante, pés com ponteira de borracha. (1753)	UND	CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	RENASCER	0	50,0000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	MACHE	0	51,0000	2
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	METALIC	0	52,5000	3
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	T.M	0	55,0000	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MARCOS MOVEIS	0	55,9100	5
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MACOS MOVEIS	0	58,0000	6
42	Espaguete para hidroterapia (2573)	UND	CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	ISP	0	9,1100	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	9,6100	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	10,3900	3
43	Espalдар/Barra de Ling, O equipamento deve ser fixo na parede, conforme o manual que acompanha o produto; Certificação da Anvisa, Distância entre parede e espalдар: 13,5 cm Distância entre os bastões: 19cm Peso suportado: 135 Kg (2559)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	302,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	303,8600	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	355,6000	3
44	Exercitadores Elásticos, Largura: 14 cm, composição borracha natural, cor branca extra suave. (2562)	MT	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI BAND	0	12,0400	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MERCUR	0	21,9200	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	23,7000	3
45	Exercitadores Elásticos, Largura: 14 cm, composição borracha natural, cor azul extra forte. (2614)	MT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MERCUR	0	30,6800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 7/11

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011

Número do Registro de Preços: 5/2011 Data do Registro: 28/09/2011 Válido até: 28/09/2012

Objeto da Compra: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares e material fisioterapêutico.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
46	Exercitadores Elásticos, Largura: 14 cm, composição borracha natural, cor vermelho médio. (2611)	MT	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI BAND	0	31,3400	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	36,0400	3
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI BAND	0	14,5100	1
47	Exercitadores Elásticos, Largura: 14 cm, composição borracha natural, cor cinza super forte (2613)	MT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MERCUR	0	27,0300	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	29,7800	3
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI BAND	0	27,9300	1
48	Exercitadores Elásticos, Largura: 14 cm, composição borracha natural, cor verde forte. (2612)	MT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MERCUR	0	42,6800	2
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	MERCUR	0	48,0000	3
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI BAND	0	18,0000	1
49	Exercitadores Elásticos, Largura: 14 cm, composição borracha natural, cor amarelo suave. (2610)	MT	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MERCUR	0	27,1000	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	31,5400	3
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI BAND	0	12,7700	1
50	Galão de gel com corante para aparelhos de ultrassom fisioterapeutico com 5kg (2597)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MERCUR	0	23,5800	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	27,0000	3
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI BAND	0	12,9000	1
51	Halter 0,500 kg, ferro fundido, acabamento emborrachado (2549)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	DENTAL TEC	0	16,1200	2
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	MAXICOR	0	17,5500	3
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	6,7200	1
52	Halter 1 kg, ferro fundido, acabamento emborrachado (2550)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CARCI	0	7,9800	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	8,5700	3
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	12,1900	1
53	Halter 2 kg, ferro fundido, acabamento emborrachado (2551)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CARCI	0	14,4500	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	17,4400	3
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	24,3800	1
54	Halter 3 kg, ferro fundido, acabamento emborrachado (2552)	UND	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CARCI	0	28,8900	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	32,5300	3
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	CARCI	0	36,5700	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CARCI	0	43,3500	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	46,6100	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 8/11

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011

Número do Registro de Preços: 5/2011 Data do Registro: 28/09/2011 Válido até: 28/09/2012

Objeto da Compra: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares e material fisioterapêutico.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
55	Infravermelho com pedestal sem lâmpada para fisioterapia, fototerapia (1590) + lâmpada infra vermelho para fisioterapia, termoterapia, altura mínima 93 cm, altura máxima 148 cm. (2590)	UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	VAGALUME	0	303,0000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CARCI	0	304,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	INFRALUX	0	496,3300	3
56	INTERFERENCIAL/CORRENTE RUSSA - Descrição Aparelho microcontrolado de Corrente Interferencial e Corrente Russa indicados, respectivamente, para tratamento através de eletroanalgesia e eletroestimulação. Essas correntes operam em média frequência oferecendo maior profundidade muscular e conforto ao paciente. Características Técnicas - Aparelho microcontrolado com seleção automática de tensão: 110/220V, Gabinete metálico com pintura eletrostática e cabo de força trifásico, Memórias de tratamento, Frequência de batimento fixa ou automática, Comunicação com computadores, Display LCD Blueilight, Sistema de programação otimizada, Modo de estimulação: tetrapolar, bipolar, vetorial automático e vetorial manual (Interferencial) e recíproca e sincronizada (Russa), Forma de onda senoidal ou quadrada, Controles: Rise, Decay, ON e OFF (Russa): variável de 02 a 40 segundos (passos de 2 segundos), 18 memórias com os principais tratamentos sendo: 9 para Interferencial e 9 para Russa. Acessórios Inclusos Cabo de força, Tubo de gel, Eletrodo cirúrgico - 4 und, Eletrodo normal 5 cm - 4 und, Eletrodo normal 3 cm - 4 und, Cabo de aplicação azul, Cabo de aplicação vermelho. Fusíveis 1A (Tipo 20AG com retardo) - 2 und. Materiais Auxiliares- Manual de operação e instruções- Certificado de garantia (18 meses) Controle de qualidade - Certificado de calibração PESO APROXIMADO (GABINETE): 3,3 kg PESO APROXIMADO (EMBALADO): 4,3 kg* (2591)	UND	CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	KLD	0	2.480,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	INTERFERENCIAL	0	2.490,0000	2
57	Jogo de calços para RPG, 12 unidades (2585)	JG	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	37,8000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	37,9000	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	43,9000	3
58	Kit 3 bolas composição - borracha natural, polibutadieno e butílica, cores verdes, azuis, e vermelhas, resistência suave, média e forte. (2543)	KIT	CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	ISP	0	29,0000	1
60	Maca/divã com cabeceira regulável, feita em aço carbono; revestida em ourvin, azul claro, cabeceira possui ângulo aproximado de 40º, peso máximo suportado: 135 Kg, Altura: 81 cm. (2576)	UND	MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	METALIC	0	232,2000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	L.M.	0	283,2000	2
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MACOS MOVEIS	0	300,0000	3
61	Maca/divã tablado, revestido em courvin; Altura: 51 cm, azul claro, o produto é desmontável. (2575)	UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MARCOS MOVEIS	0	509,0000	1
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	MARCOS MOVEIS	0	598,4000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	645,5500	3
62	Meia bola cravo, Composto por material emborrachado com cravos espalhados na superfície. (2566)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	81,7900	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	96,1200	2
63	Mesa auxiliar com 3 gabinetes e suporte para cabos, Feita em aço carbono; Bandejas em polietileno Vacuun Forming; Possui 3 gabinetes que suportam até 7Kg cada um; Possui suporte para cabos na bandeja superior; Pintura epóxi branca; Sobre rodinhas. (2580)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	270,9700	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 9/11

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2011

Número do Registro de Preços: 5/2011 Data do Registro: 28/09/2011 Válido até: 28/09/2012

Objeto da Compra: Aquisição de equipamentos médicos hospitalares e material fisioterapêutico.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
64	Mesa de Mayo Inox Instrumental (Armação tubular em aço inox, altura regulável por roseta) (1752)	UND	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	MARCOS MOVEIS	0	205,0000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	RENOVAR	0	208,0000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MARCOS MOVEIS	0	307,1000	3
65	Mesa Ginecológica. (Cabeceira reclinável, duas portas, quatro gavetas, em madeira revestida com fórmica, leito estofado, pernas forradas. Medidas 1,83m x 0,53m x 0,80m). (1757)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	MACHE	0	1.505,3800	1
67	Moldura para espelho de postura, medidas do espelho: 1650 x 510 mm. (2558)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	244,0700	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	285,6500	2
			CIRURGICA CLIMAZA COMERCIO DE MATERIAIS MÉDIC LTDA (6400)	ISP	0	376,0000	3
68	Muleta canadense articulada - Características: Resistência:Até 130 kg/par;Tamanho:Tamanho único (par): usuários com altura entre 1,50 m a 2,00 m;Diferenciais:Quatro regulagens de altura na parte superior e dez regulagens de altura na parte inferior;Ajuste ao tamanho do braço;Apoio de braço em polipropileno;Ponteiras em borracha com peça metálica interna que reduz o desgaste e aumenta a durabilidade;Fabricada em alumínio anodizado espelhado, que não riscas e não perde o brilho;Composição:Parte metálica: alumínio;Braçadeira: polipropileno; Ponteira: borracha.Revestimento do punho policloreto de vinila. (2599)	PAR	PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	CARCI	0	57,7000	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	MERCUR	0	57,8800	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ALO	0	63,0800	3
69	Negatoscopio construído em chapa de aço, visor em chapa de acrílico leitoso de 3mm de espessura, prendedor de radiografia, fonte de luz de uma lâmpada fluorescente de 15w, em 220 volts medidas (m) 0,36, (larg0 0,47, (alt) 0,10 (prof). (2534)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	NSPR	0	129,0300	1
			OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6352)	LEVITA	0	185,0000	2
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	METALIC	0	205,8700	3
70	Óculos anti-laser que acompanha o aparelho laser (2594)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	IBRAMED	0	473,5300	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	556,4700	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	IBRAMED	0	574,4200	3
71	Régua antropométrica infantil de madeira com cursores em inox 01 metro. (1758)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	INDAIA	0	28,1800	1
			MEDICAL VENDAS LTDA ME. (6641)	TAYLOR	0	33,5700	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	INDAIA	0	33,9000	3
72	Rolo Bobath grande, Possui sua estrutura em madeira, espuma e courvin, Azul claro; (2582)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	197,0900	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	231,6000	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	239,0800	3
73	Rolo Bobath médio, Possui sua estrutura em madeira, espuma e courvin. Azul claro; (2583)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	159,5400	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	ISP	0	187,4700	2
			PROHOSPITAL COM.DE MAT.MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA. (6156)	ISP	0	193,5200	3
74	Rolo Bobath pequeno, Possui sua estrutura em madeira, espuma e courvin. Azul claro; (2584)	UND	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	ISP	0	109,5000	1

Caçador

PREFEITURA

Lei Nº 2.880

L E I Nº 2.880, de 24 de fevereiro de 2012.

Autoriza o Prefeito Municipal a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênio, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Caçador - APAE, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal de Caçador autorizado a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênio com a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Caçador - APAE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.800.103./0001-09, com sede na Rua Altamiro Guimarães, nº 543, nesta cidade de Caçador, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), divididos em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), a serem pagas a contar de 1º de janeiro de 2012.

§ 1º Os recursos, objeto deste artigo, serão destinados a custear despesas advindas da manutenção dos programas oferecidos pela entidade, na forma constante do plano de trabalho proposto.

§ 2º O convênio de que trata o caput deste artigo será firmado nas condições estabelecidas no termo anexo, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2012:

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.367.0011.2.068 - Contribuição Financeiras as Entidades de Apoio aos Portadores de Deficiência Sem Fins Lucrativos

3.3.50.00.00.00 - Contribuições R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Art. 3º A APAE prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas expedidas pela Secretaria Municipal da Administração e Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 24 de fevereiro de 2012.

Imar Rocha - Prefeito Municipal.

Luciane Regina Pereira - SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO.

Celso Luiz Thomé - SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA.

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 001, de 24 de fevereiro de 2012.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAÇADOR E ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAÇADOR - APAE.

Pelo presente Termo de Convênio, o MUNICÍPIO DE CAÇADOR, pessoa jurídica de direito interno, doravante denominado Município, com sede na Rua Santa Catarina, 195 - Caçador - SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.074.302/0001-31, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Imar Rocha, e do outro lado a APAE DE CAÇADOR, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ nº 82.800.103/0001-09, com sede na Rua Altamiro Guimarães, nº 543, nesta cidade de Caçador - SC., representada neste ato por

sua Presidente ÉLIDA PANCERI GUZZI, com CPF nº 745.813.929-34, acordam o que segue: CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO - O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados a custear despesas advindas da manutenção dos programas oferecidos pela entidade, na forma constante do Plano de trabalho proposto pela APAE de Caçador e aprovado pelo Secretário Municipal da Administração e Fazenda integrante do presente convênio. CLÁUSULA SEGUNDA DOS RECURSOS - Para a execução do presente Termo de Convênio o MUNICÍPIO transferirá à APAE de Caçador o valor total de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Subcláusula única. O MUNICÍPIO efetuará o repasse em 12 (doze) parcelas iguais e mensais, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), a partir de 1º de janeiro de 2012. CLÁUSULA SÉTIMA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS A Conveniente fica obrigada a apresentar a prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela. As contas deverão ser prestadas em consonância com a Resolução TC 016/94. Parágrafo único - Não poderão ser pagas com recursos deste convênio despesas contraídas fora de sua vigência, bem como aquela decorrente de multas, juros, taxas de mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de taxa de administração. CLÁUSULA OITAVA DO PRAZO E DA VIGÊNCIA O presente convênio terá vigência até 31 de dezembro de 2012 a partir da data de sua publicação, em extrato, no Diário Oficial do Município. CLAUSULA NONA DOS TERMOS ADITIVOS

O presente convênio poderá sofrer alterações ou ter sua vigência prorrogada através de Termos Aditivos, desde que em mútuo consenso das partes, exceto do prazo para Prestação de Contas. Parágrafo único - E vedado aditar convênio com o intuito de modificar seu objeto, ainda que parcialmente, mesmo que sem alteração da categoria de programação de despesa.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 24 de fevereiro de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

ÉLIDA PANCERI GUZZI

Presidente da APAE.

Lei Nº 2.881

L E I Nº 2.881, de 24 de fevereiro de 2012.

Autoriza o Prefeito Municipal a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênio, à Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social - ACEIAS, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal de Caçador autorizado a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênio com a Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social - ACEIAS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.774.643/0001-43, com sede na Rua João Remílio Rigo, nº 296, nesta cidade de Caçador, no valor de R\$ 2.404.409,39 (dois milhões, quatrocentos e quatro mil, quatrocentos e nove reais e trinta e nove centavos), divididos em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 200.367,45 (duzentos mil, trezentos e sessenta e sete reais e quarenta e cinco centavos), a serem pagas a contar de 1º de janeiro de 2012.

§ 1º Os recursos, objeto deste artigo, serão destinados a custear despesas advindas da manutenção de serviços de atenção à criança e ao adolescente, através de creches, projetos sociais e casa lar, na forma constante do plano de trabalho proposto.

§ 2º O convênio de que trata o caput deste artigo será firmado nas

condições estabelecidas no termo anexo, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2012:

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.365.0011.2.056 - Manutenção do Convênio com as ACEIAS

3.3.50.00.00.00 - Transferências as Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos R\$ 2.404.409,39

(dois milhões, quatrocentos e quatro mil, quatrocentos e nove reais e trinta e nove centavos).

Art. 3º A ACEIAS prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas expedidas pela Secretaria Municipal da Administração e Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 24 de fevereiro de 2012.

Imar Rocha - Prefeito Municipal.

Luciane Regina Pereira - SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO.

Celso Luiz Thomé - SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA.
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 002, de 24 de fevereiro de 2012.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAÇADOR E ASSOCIAÇÃO CAÇADORENSE DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ACEIAS. Pelo presente Termo de Convênio, o MUNICÍPIO DE CAÇADOR, pessoa jurídica de direito interno, doravante denominado Município, com sede na Rua Santa Catarina, 195 - Caçador - SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.074.302/0001-31, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Imar Rocha, e do outro lado a ASSOCIAÇÃO CAÇADORENSE DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ACEIAS, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ/MF nº 04.774.643/0001-43, com sede na Rua João Remílio Rigo, 296, nesta cidade de Caçador - SC, representada neste ato por sua Presidente MARIA LUCIA MACEDO BERTOLINI, com CPF nº 728.182.809-82, acordam o que segue: CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO - O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados a custear despesas advindas da manutenção de serviços de atenção a criança e ao adolescente, através de creches, projetos sociais e casa lar, oferecidos pela entidade, na forma constante do Plano de trabalho proposto pela ACEIAS de Caçador e aprovado pelo Secretário Municipal da Administração e Fazenda integrante do presente convênio. CLÁUSULA SEGUNDA DOS RECURSOS - Para a execução do presente Termo de Convênio o MUNICÍPIO transferirá à ACEIAS o valor total de R\$ 2.404.409,39 (dois milhões, quatrocentos e quatro mil, quatrocentos e nove reais e trinta e nove centavos). Subcláusula única. O MUNICÍPIO efetuará o repasse em 12 (doze) parcelas iguais e mensais, no valor de R\$ 200.367,45 (duzentos mil, trezentos e sessenta e sete reais e quarenta e cinco centavos), a partir de 1º de janeiro de 2012. A Conveniente fica obrigada a apresentar a prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela. As contas deverão ser prestadas em consonância com a Resolução TC 016/94. Parágrafo único - Não poderão ser pagas com recursos deste convênio despesas contraídas fora de sua vigência, bem como aquela decorrente de multas, juros, taxas de mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de taxa de administração. CLÁUSULA OITAVA DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio terá vigência até 31 de dezembro de 2012 a partir da data de sua publicação, em extrato, no Diário Oficial do Município. CLÁUSULA NONA DOS TERMOS ADITIVOS O presente convênio poderá sofrer alterações ou ter sua vigência prorrogada através de Termos Aditivos, desde que em mútuo consenso das partes, exceto do prazo para Prestação de Contas. Parágrafo único

- E vedado aditar convênio com o intuito de modificar seu objeto, ainda que parcialmente, mesmo que sem alteração da categoria de programação de despesa.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 24 de fevereiro de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

MARIA LÚCIA MACEDO BERTOLINI

Presidente Da ACEIAS.

Lei Nº 2.882

L E I Nº 2.882, de 24 de fevereiro de 2012.

Autoriza o Prefeito Municipal a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênio, à Associação de Pais e Amigos de Surdos de Caçador - APAS, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal de Caçador autorizado a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênio com a Associação de Pais e Amigos de Surdos de Caçador - APAS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.496.619/0001-26, com sede a Rua Manoel Frâncio, nº 94, nesta cidade de Caçador, no valor de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), divididos em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 18.333,33 (dezoito mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), a serem pagas a contar de 1º de janeiro de 2012.

§ 1º Os recursos, objeto deste artigo, serão destinados a custear despesas advindas da manutenção de serviços de qualificação dos trabalhos oferecidos as pessoas com deficiência auditiva desenvolvidos pela entidade, na forma constante do Plano de trabalho proposto.

§ 2º O convênio de que trata o caput deste artigo será firmado nas condições estabelecidas no termo anexo, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2012:

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.367.0011.2.068 - Contribuições Financeiras as Entidades de Apoio aos Portadores de Deficiência sem fins lucrativos

3.3.50.00.00.00 - Contribuições R\$ 220.000,00

(duzentos e vinte mil reais).

Art. 3º A APAS prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas expedidas pela Secretaria Municipal da Administração e Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 24 de fevereiro de 2012.

Imar Rocha - Prefeito Municipal.

Luciane Regina Pereira - SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO.

Celso Luiz Thomé - SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 003, de 24 de fevereiro de 2012.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAÇADOR E ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE SURDOS DE CAÇADOR - APAS. Pelo presente Termo de Convênio, o MUNICÍPIO DE CAÇADOR, pessoa jurídica de direito interno, doravante

denominado Município, com sede na Rua Santa Catarina, 195 - Caçador - SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.074.302/0001-31, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Imar Rocha, e do outro lado a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE SURDOS DE CAÇADOR - APAS, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 78.496.619/0001-26, com sede na Rua Manoel Frâncio, 94, nesta cidade de Caçador - SC., representada neste ato por sua Presidente Marlise Fleck Roveda, com CPF nº 004.018.249-50, acordam o que segue: CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO - O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados a custear despesas advindas da manutenção de serviços de atendimento as pessoas com deficiência auditiva, outros integrantes da sociedade caçadoreense que desejam obter conhecimentos e domínio da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e prestação de serviços de saúde na área de audiologia, oferecidos pela entidade, na forma constante do Plano de trabalho proposto e aprovado pelo Secretário Municipal da Administração e Fazenda integrante do presente convênio. CLÁUSULA SEGUNDA DOS RECURSOS - Para a execução do presente Termo de Convênio o MUNICÍPIO transferirá à APAS o valor total de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais). Subcláusula única. O MUNICÍPIO efetuará o repasse em 12 (doze) parcelas iguais e mensais, no valor de R\$ 18.333,33 (dezoito mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), a serem pagas a contar de 1º de janeiro de 2012. CLÁUSULA SÉTIMA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS A Conveniente fica obrigada a apresentar a prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela. As contas deverão ser prestadas em consonância com a Resolução TC 016/94. Parágrafo único. Não poderão ser pagas com recursos deste convênio despesas contraídas fora de sua vigência, bem como aquela decorrente de multas, juros, taxas de mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de taxa de administração. CLÁUSULA OITAVA DO PRAZO E DA VIGÊNCIA O presente convênio terá vigência até 31 de dezembro de 2012 a partir da data de sua publicação, em extrato, no Diário Oficial do Município. CLAUSULA NONA DOS TERMOS ADITIVOS O presente convênio poderá sofrer alterações ou ter sua vigência prorrogada através de Termos Aditivos, desde que em mútuo consenso das partes, exceto do prazo para Prestação de Contas. Parágrafo único - E vedado aditar convênio com o intuito de modificar seu objeto, ainda que parcialmente, mesmo que sem alteração da categoria de programação de despesa.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 24 de fevereiro de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

MARLISE FLECK ROVEDA
Presidente Da APAS.

Lei Nº 2.883

L E I Nº 2.883, de 24 de fevereiro de 2012.

Autoriza o Prefeito Municipal a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênio, à Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador "Bombeiros Voluntários", e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal de Caçador autorizado a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênio com a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador "Bombeiros Voluntários", pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.798.653/0001-22, com sede na Rua General

Antônio Sampaio, nº 200, nesta cidade de Caçador, no valor de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais), divididos em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), a serem pagas a contar de 1º de janeiro de 2012.

§ 1º Os recursos, objeto deste artigo, serão destinados a custear despesas advindas da manutenção, aquisição de equipamento e ampliação de estações da corporação, na forma constante do Plano de Trabalho proposto.

§ 2º O convênio de que trata o caput deste artigo será firmado nas condições estabelecidas no termo anexo, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2012:

02.04 - SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

06.182.0004.2.017 - Auxílio Financeiro à Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador

3.3.50.00.00.00 - Transferências as Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais).

Art. 3º A Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador, prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas expedidas pela Secretaria Municipal da Administração e Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 24 de fevereiro de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CELSON LUIZ THOMÉ
Secretário Da Administração E Fazenda.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 004, de 24 de fevereiro de 2012.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAÇADOR E ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE CAÇADOR "BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS". Pelo presente Termo de Convênio, o MUNICÍPIO DE CAÇADOR, pessoa jurídica de direito interno, doravante denominado Município, com sede na Rua Santa Catarina, 195 - Caçador - SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.074.302/0001-31, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Imar Rocha, e do outro lado a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador "Bombeiros Voluntários", pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.798.654/0001-22, com sede na Rua General Antônio Sampaio, 200, nesta cidade de Caçador - SC, representada neste ato por seu Presidente Dirceu Camati, com CPF nº 068.721.319-34, acordam o que segue: CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO - O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados a custear despesas advindas da manutenção, aquisição de equipamento e ampliação de estações da corporação no tocante a combate de incêndios, atendimento a acidentes em geral e de assistência social, oferecidos pela entidade, na forma constante do Plano de trabalho proposto e aprovado pelo Secretário Municipal da Administração e Fazenda integrante do presente convênio. CLÁUSULA SEGUNDA DOS RECURSOS - Para a execução do presente Termo de Convênio o MUNICÍPIO transferirá à Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador "Bombeiros Voluntários", o valor total de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais). Subcláusula única. O MUNICÍPIO efetuará o repasse em 12 (doze) parcelas iguais e mensais, no valor de R\$

40.000,00 (quarenta mil reais), a serem pagas a contar de 1º de janeiro de 2012. CLÁUSULA SÉTIMA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS A Conveniente fica obrigada a apresentar a prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela. As contas deverão ser prestadas em consonância com a Resolução TC 016/94. Parágrafo único - Não poderão ser pagas com recursos deste convênio despesas contraídas fora de sua vigência, bem como aquela decorrente de multas, juros, taxas de mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de taxa de administração. CLÁUSULA OITAVA DO PRAZO E DA VIGÊNCIA O presente convênio terá vigência até 31 de dezembro de 2012 a partir da data de sua publicação, em extrato, no Diário Oficial do Município. CLAUSULA NONA DOS TERMOS ADITIVOS O presente convênio poderá sofrer alterações ou ter sua vigência prorrogada através de Termos Aditivos, desde que em mútuo consenso das partes, exceto do prazo para Prestação de Contas. Parágrafo único - E vedado aditar convênio com o intuito de modificar seu objeto, ainda que parcialmente, mesmo que sem alteração da categoria de programação de despesa.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 24 de fevereiro de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

DIRCEU CAMATI
Presidente Da Associação De Serviços Sociais Voluntários De Caçador.

Lei Nº 2.884

L E I Nº 2.884, de 24 de fevereiro de 2012.

Autoriza o Prefeito Municipal a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênio, à Associação Maria Rosa - AMAR, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal de Caçador autorizado a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênio com a Associação Maria Rosa - AMAR, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.003.020/0001-77, com sede na Rua Carlos Coelho de Souza, nº 480, nesta cidade de Caçador, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), divididos em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 8.333,33 (oito mil, trezentos e trinta e três reais e três centavos), a serem pagas a contar de 1º de janeiro de 2012.

§ 1º Os recursos, objeto deste artigo, serão destinados a custear despesas advindas da manutenção da Casa-Abrigo Maria Rosa, na forma constante do plano de trabalho proposto.

§ 2º O convênio de que trata o caput deste artigo será firmado nas condições estabelecidas no termo anexo, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2012:

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2.194 - Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social
3.3.50.00.00.00 - Transferências as Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos R\$100.000,00 (cem mil reais)

Art. 3º A Associação Maria Rosa - AMAR, prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas expedidas

pela Secretaria Municipal da Administração e Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 24 de fevereiro de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

MARINÊS DELAVECHIA COLAÇO
Secretária De Assistência Social.

Celso Luiz Thomé - SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA. EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 005, de 24 de fevereiro de 2012.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAÇADOR E ASSOCIAÇÃO MARIA ROSA - AMAR. Pelo presente Termo de Convênio, o MUNICÍPIO DE CAÇADOR, pessoa jurídica de direito interno, doravante denominado Município, com sede na Rua Santa Catarina, 195 - Caçador - SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.074.302/0001-31, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Imar Rocha, e do outro lado a Associação Maria Rosa - AMAR, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.003.020/0001-77, com sede na Rua Carlos Coelho de Souza, 480, nesta cidade de Caçador - SC, representada neste ato por sua Presidente Terezinha Dobler Huçulak, com CPF nº 046.011.078-06, acordam o que segue: CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO - O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados a custear despesas advindas da manutenção da Casa -Abrigo Maria Rosa, oferecidos pela entidade, na forma constante do Plano de trabalho proposto e aprovado pelo Secretário Municipal da Administração e Fazenda integrante do presente convênio. CLÁUSULA SEGUNDA DOS RECURSOS - Para a execução do presente Termo de Convênio o MUNICÍPIO transferirá à Associação Maria Rosa - AMAR, o valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Subcláusula única. O MUNICÍPIO efetuará o repasse em 12 (doze) parcelas iguais e mensais, no valor de R\$ 8.333,33 (oito mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), a serem pagas a contar de 1º de janeiro de 2012. CLÁUSULA SÉTIMA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS A Conveniente fica obrigada a apresentar a prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela. As contas deverão ser prestadas em consonância com a Resolução TC 016/94. Parágrafo único - Não poderão ser pagas com recursos deste convênio despesas contraídas fora de sua vigência, bem como aquela decorrente de multas, juros, taxas de mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de taxa de administração. CLÁUSULA OITAVA DO PRAZO E DA VIGÊNCIA O presente convênio terá vigência até 31 de dezembro de 2012 a partir da data de sua publicação, em extrato, no Diário Oficial do Município. CLAUSULA NONA DOS TERMOS ADITIVOS O presente convênio poderá sofrer alterações ou ter sua vigência prorrogada através de Termos Aditivos, desde que em mútuo consenso das partes, exceto do prazo para Prestação de Contas. Parágrafo único - E vedado aditar convênio com o intuito de modificar seu objeto, ainda que parcialmente, mesmo que sem alteração da categoria de programação de despesa.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 24 de fevereiro de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

TEREZINA DOBLER HUÇULAK
Presidente Da AMAR.

Lei Nº 2.887

L E I Nº 2.887, de 21 de março de 2012.

Cria o Fundo Municipal de Pavimentação - FMP, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

L E I

Art.1º Fica criado o Fundo Municipal de Pavimentação - FMP, com o objetivo de vincular e aplicar receitas públicas no desenvolvimento de programas de pavimentação de vias e logradouros em todo o território do Município de Caçador.

Art. 2º Constituirão receitas do Fundo Municipal de Pavimentação - FMP:

I - receitas oriundas da cobrança de tributos que tenham como fato gerador o benefício decorrente da realização de obras públicas de pavimentação de vias ou logradouros urbanos;

II - receitas arrecadadas de proprietários ou empreiteiras, em razão de pavimentação com recursos do FMP;

III - dotação específicas constantes do Orçamento Municipal de Caçador;

IV - créditos especiais destinados pela Prefeitura Municipal;

V - auxílios, subvenções e contribuições de pessoas jurídicas de direito público, com fins específicos de aplicação na pavimentação de vias e logradouros urbanos;

VI - contribuições, auxílios, donativos e legados de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, com distinguir exclusiva para pavimentação de vias e logradouros urbanos;

VII - rendimentos da eventual aplicação de recursos no mercado de capitais;

VIII - 50% (cinquenta por cento) do valor arrecadado nas vendas de imóveis do Município;

IX - receita proveniente de até 10% (dez por cento) do total arrecadado do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU em cada exercício financeiro;

X - outras receitas que lhe sejam destinadas.

Parágrafo único. Os recursos do Fundo Municipal de Pavimentação - FMP, serão depositados em conta especial, mantida em instituição financeira oficial, e serão aplicados exclusivamente em obras de pavimentação, drenagem, serviços preparatórios e complementares, que abrangem a execução de todo e qualquer tipo de obras e melhoramentos necessários às vias e logradouros públicos do Município.

Art. 3º Todos os recursos, destinados ao Fundo e transferidos pela Prefeitura Municipal, deverão ser contabilizados como receita orçamentária municipal e a ele alocados por meio de dotação consignadas na lei orçamentária ou de crédito adicional, obedecendo sua aplicação as normas gerais de direito financeiro.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Administração e Fazenda emitirá, trimestralmente, um balancete demonstrativo da receita e da despesa do Fundo, que deverá ser remetido à apreciação, análise e acompanhamento do Controle Interno do Município.

Art. 5º Anualmente, será elaborado um balanço geral da receita e da despesa do Fundo, com encaminhamento ao Controle Interno do Município até o dia 30 (trinta) de janeiro do exercício subsequente.

Art. 6º Fica autorizada abertura crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, a favor do Fundo Municipal de Pavimentação - FMP, no valor de até R\$ 1.350.000,00 (um milhão e trezentos e cinquenta mil reais), utilizando recursos oriundos de programas sociais e convênio como Governo do Estado de Santa Catarina e recursos próprios no valor de R\$ 311.300,00 (trezentos e onze mil e trezentos reais), cuja codificação institucional

e orçamentária, será definida no respectivo decreto de abertura.

Art. 7º Todos os recursos, destinados ao Fundo Municipal de Pavimentação - FMP e transferidos pela municipalidade, deverá ser contabilizados como receita orçamentária municipal e a ele alocados por meio de dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual ou de crédito adicional, subordinada sua aplicação as normas gerais de direito financeiro.

Art. 8º Os planos de investimentos anuais e plurianuais, destinados a absorver recursos do fundo devem estar vinculados a projetos específicos e determinados no tempo e no espaço, bem como orçamento determinado, indicando convênios e/ou financiamentos, se os houver.

Art. 9º Esta lei será regulamentada, por decreto no prazo de 90 (cento e vinte) dias, a contar da sua publicação.

Art. 10. As disposições desta Lei ficam incluídas no Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

DARCI RIBEIRO DOS SANTOS

Secretário De Infraestrutura.

CELSON LUIZ THOMÉ

Secretário Da Administração E Fazenda.

Lei Nº 2.889

L E I Nº 2.889, de 21 de março de 2012.

Autoriza realizar serviços de retirada de terra em terreno particular, para aproveitamento no Posto de Saúde do Bairro Martelo.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar serviços de retirada de terras do terreno urbano de propriedade do Senhor Antônio Voitach, localizado na Rua Pedro Fernandes de Oliveira, para serem utilizadas no aterramento no pátio do Posto de Saúde, localizado na Rua João D'Agostini, Bairro Martelo.

Parágrafo único. Para realização dos serviços de aterramento a municipalidade utilizará aproximadamente até 10 (dez) horas de retroescavadeira e caminhão basculante.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

DARCI RIBEIRO DOS SANTOS
Secretário De Infraestrutura.

Lei Nº 2.890

L E I Nº 2.890, de 21 de março de 2012.

Autoriza transferir recursos financeiros à Casa da Provisão Assistencial de Caçador - CPAC.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Caçador autorizado a transferir recursos financeiros, a título de contribuições correntes, à Casa da Provisão Assistencial de Caçador - CPAC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.891.033/0001-18, estabelecida na Rua Floriano Peixoto, nº 119, neste Município de Caçador, na importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), após a aprovação desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos transferidos nos termos da presente Lei destinam-se a custear despesas advindas dos projetos sociais desenvolvidos em nossa cidade pela entidade.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Caçador:

02.01 - SECRETARIA DO Gabinete do Prefeito
Programa 04.122.0002.2.013 - Transferências às Instituições Privadas
Elemento 3.3.50.00.00.00 R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 3º A Entidade prestará contas dos recursos financeiros recebidos, de acordo com as normas expedidas pela Secretaria Municipal da Administração e Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de março de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

CELSON LUIZ THOMÉ
Secretário Da Administração E Fazenda.

Lei Nº 2.891

L E I Nº 2.891, de 21 de março de 2012.

Delega competência para execução de parte da pavimentação das Rodovias Municipais CDRs- 070, 432 e 426, ao Governo do Estado de Santa Catarina, através da 10ª Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Caçador.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal de Caçador autorizado a delegar competência com a finalidade de execução de parte da pavimentação em lajota das Rodovias Municipais CDRs-070, 432 e 426, ao Governo do Estado de Santa Catarina, através da 10ª

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Caçador, interligando a malha urbana da cidade de Caçador com a Linha Rio Bugre, numa extensão total de 5.870,00m (cinco mil, oitocentos e setenta metros) e pista de rolamento de 6,00m (seis metros), conforme Projeto Geométrico para Pavimentação que fica fazendo parte integrante desta Lei.

§ 1º A 10ª Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Caçador caberá a execução plena dos serviços de pavimentação e outros elencados no Projeto Geométrico Para Pavimentação.

§ 2º O acompanhamento e apoio das obras de pavimentação das estradas vicinais acima descritas, fica sob a responsabilidade do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador - IPPUC e Secretária de Infraestrutura.

Art. 2º - As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta da Secretaria Municipal de Infraestrutura, consignada no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2012.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de março de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

DARCI RIBEIRO DOS SANTOS
Secretário De Infraestrutura.

TIAGO BORGIA
Secretário De Agricultura, Pecuária E Do Abastecimento.

Lei Nº 2.892

L E I Nº 2.892, de 21 de março de 2012.

Declara de Utilidade Pública o Grupo de Danças Chama Crioula.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública o Grupo de Danças Chama Crioula, entidade sem fins lucrativos, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.851.567/0001-22, com sede na Rua Panamá, nº 1.346, Bairro dos Municípios, nesta cidade de Caçador.

Art. 2º Ficam asseguradas ao Grupo, todas as vantagens, benefícios e prerrogativas previstas na legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de março de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

Lei Nº 2.893

L E I Nº 2.893, de 21 de março de 2012.

Declara de Utilidade Pública o Vento Negro Companhia de Teatro.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes

do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Vento Negro Companhia de Teatro, entidade sem fins lucrativos, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.765.272/0001-04, com sede na Avenida Santa Catarina, nº 228, Sala 04, Centro, nesta cidade de Caçador.

Art. 2º Ficam asseguradas a Companhia, todas as vantagens, benefícios e prerrogativas previstas na legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Lei Nº 2.894

L E I Nº 2.894, de 21 de março de 2012.

Dispõe sobre a reserva de vagas, para veículos de pessoas idosas, nos estacionamentos públicos e privados do Município de Caçador, Santa Catarina.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º Ficam os estacionamentos públicos e privados do Município obrigados a reservar 5% (cinco por cento) das suas vagas para as pessoas idosas.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, compreende-se como idoso a pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, estando como condutor ou passageiro do veículo.

§ 2º Quando o cálculo de 5% (cinco por cento) das vagas não resultar em fração ideal, considerando o número de vagas, esta será arredondada para o número inteiro imediatamente superior.

Art. 2º As vagas serão reservadas em locais próximos às edificações que demandam os estacionamentos.

Art. 3º Nos estacionamentos públicos, pátios de repartições públicas municipais ou nos espaços públicos a estas reservados fica assegurada a prioridade na ocupação das vagas às pessoas idosas, da seguinte forma:

I - localização privilegiada das vagas a serem demarcadas;

II - vagas identificadas com a sinalização adequada e acesso apropriado;

III - reserva de no mínimo duas vagas em cada local;

IV - utilização gratuita das vagas reservadas, com exceção da denominada Zona Nobre, que tem regulamentação própria pela Lei Municipal nº 2.774 de 2010 e alterações subsequentes.

Art. 4º O não-cumprimento do disposto nesta lei sujeitará o infrator às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a ser aplicada em dobro em caso de reincidência.

Art. 5º Caberá ao Chefe do Poder Executivo, por meio do órgão competente, a sinalização e a demarcação das vagas reservadas

aos idosos nos pátios de repartições públicas ou nos espaços públicos a estes reservados.

Art. 6º A fiscalização do cumprimento desta lei, por parte dos estacionamentos privados será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal no prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação desta lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário Da Administração E Fazenda.

MARINÊS DELAVECHIA COLAÇO

Secretária De Assistência Social.

Edital de Convocação Nº 008 - ACT's Educação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008, de 20 de março de 2012.

Convoca aprovados em Processo Seletivo para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário para atuar no Magistério Público Municipal - Edital nº 04/2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

C O N V O C A:

Os cidadãos, abaixo relacionados, classificados no Processo Seletivo para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário para atuar no Magistério Público Municipal - Edital nº 04/2011, para TOMAREM POSSE NOS SEUS RESPECTIVOS CARGOS, conforme sequência de classificação:

EDUCAÇÃO INFANTIL:

Gisele Santore

Marinez do Amaral

Suzamara Maria Stachelski

2º ao 5º ANO

Deisy Roberta Polli

Ivanice Niendicher

Bibiane Baldassari da Neves

Michele Castelani

Solange Aparecida Pivotto

John Lenon Godoi Marafon

Janice Marcon

SECRETÁRIO ESCOLAR

Edson Ferreira Lopes

Diego Braz de Camargo

Kariane Danily de Oliveira

Cristiane da Silva Andrique

MERENDEIRA

Soeli de Souza Bastista

Adair de Brito

Alessandra de Fátima da Silva Mendes

a) Os cidadãos deverão se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Secretaria de Educação, munidos de identidade e comprovante de escolaridade no ato da escolha, no prazo de 72 (setenta e duas) horas úteis, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perderem o direito ao Contrato.

b) A posse e o exercício dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de março de 2012.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

Camboriú

PREFEITURA

Ata de Registro de Preços PR 8/12 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 008/2012- PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 008/2012 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS, VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO E ACESSÓRIOS, NOVOS DE PRIMEIRA QUALIDADE PARA OS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 23/03/2013

1ª Publicação.

Edital de Contribuição de Melhoria 004/2012

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 004/2012

A Prefeita Municipal de Camboriú/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 91 da Lei Orgânica e da Lei Municipal nº. 1695 de 22 de maio de 2006 faz saber a quem interessar possa que o Município de Camboriú baixa EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DA OBRA, COM FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento ao erário, dos valores parciais despendidos nas obras de pavimentação e drenagem pluvial, compreendendo a seguinte(s) via(s) pública(s) desta cidade:

1 -RUA TEREZA EVANGELISTA GONÇALVES, no Taboleiro, totalizando 1.470,40m2 (Hum Mil Quatrocentos e Setenta e Quarenta Metros Quadrados), tendo como confrontação os lotes relacionados no ANEXO I deste edital.

2 -PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO

Projeto Gráfico de Drenagem Pluvial e Pavimentação da referida via pública, com memorial descritivo e planilhas de quantidades e valores, para a execução dos serviços de drenagem pluvial e pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, nos termos definidos na Lei Municipal nº. 1695/2006.

3 -DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis que não aderiram ao Programa de Pavimentação Comunitária ou se recusarem a efetuar o pagamento, situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes

com a RUA TEREZA EVANGELISTA GONÇALVES, que foram valorizados com a execução da obra.

4 -DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra (planilha em anexo a este edital), computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano desta municipalidade.

5 -DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de até 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel. A municipalidade participa no custo da obra para a pavimentação da via pública em locais dentro do trecho da obra que não estão na responsabilidade dos proprietários na área beneficiada.

6 - PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será o custo este referente à obra realizada de frente seu respectivo imóvel.

7 -DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

Os custos unitários e totais para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas, têm seus valores unitários referenciados na Tabela SINAPI/SC de JAN/2010, anexa a este edital, e por preços da região conforme Anexo II deste Edital de Contribuição de Melhoria, sendo que o valor total da referida obra é de R\$ 104.459,52 (Cento e Quatro Mil Quatrocentos e Cinquenta e Nove Reais e Cinquenta e Dois Centavos).

8 -FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes, à Secretaria Municipal de Finanças, obedecendo às seguintes condições:

8.1 - Pagamento à vista:

A ser pago pelo contribuinte, em cota única, por ocasião do final da obra.

8.2 - Pagamento parcelado:

A ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra em 6 (seis) ou em 12 (doze) vezes, aplicando-se mais a atualização monetária prevista em lei, com juros de 1% (um por cento) ao mês.

9 -OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

10 -DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste Edital a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital, têm o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do Edital de Contribuição de Melhoria, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal por meio de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e número de prestações.

11 -DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto à Municipalidade.

Camboriú, 26 de Março de 2012.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Edital DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 004/2012 - Anexo I

RUA - TEREZA EVANGELISTA GONÇALVES																	
QUANTITATIVO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA - DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA																	
L O T E	INSCRIÇÃO CADASTRAL PMC	PROPRIETÁRIO	RUAS	TESTADA DO LOTE (m)	ÁREA RUA EM m²	FAT DE RIBUÃO	A CONSTRUIR	ESCAVAÇÃO DRENAGEM M³	REATERRO DRENAGEM M³	BSTC Ø30 UNIDADE	BSTC Ø40 UNIDADE	CL UNIDADE	BL UNIDADE	PV UNIDADE	PREPARO CANCHA M²	MEIO FIO SARJETA M	PAVIMENTAÇÃO M²
						1	FATOR	375,50	300,40	64	157	6	15	1	1.470,40	360,00	1.470,40
1	01.03.138.0016.001	Gisleida Morgana Schutze	Tereza Evangelista G.	16,00	64,00	0,04825	1,00	18,12	14,49	3,09	7,58	0,29	0,72	0,05	70,95	17,37	70,95
2	01.03.138.0026.001	Vanderlei Lopes	Tereza Evangelista G.	10,00	40,00	0,03016	1,00	11,32	9,06	1,93	4,73	0,18	0,45	0,03	44,34	10,86	44,34
3	01.03.138.0036.001	Adriana E. Oliveira Salles	Tereza Evangelista G.	10,00	40,00	0,03016	1,00	11,32	9,06	1,93	4,73	0,18	0,45	0,03	44,34	10,86	44,34
4	01.03.138.0046.001	Igreja Brasil para Cristo	Tereza Evangelista G.	10,00	40,00	0,03016	1,00	11,32	9,06	1,93	4,73	0,18	0,45	0,03	44,34	10,86	44,34
5	01.03.138.0056.001	Luciano Conceição da Silva	Tereza Evangelista G.	10,00	40,00	0,03016	1,00	11,32	9,06	1,93	4,73	0,18	0,45	0,03	44,34	10,86	44,34
6	01.03.138.0066.001	Regina Peres da Rocha	Tereza Evangelista G.	10,00	40,00	0,03016	1,00	11,32	9,06	1,93	4,73	0,18	0,45	0,03	44,34	10,86	44,34
7	01.03.138.0076.001	Mauro Sebastião Correa	Tereza Evangelista G.	10,00	40,00	0,03016	1,00	11,32	9,06	1,93	4,73	0,18	0,45	0,03	44,34	10,86	44,34
8	01.03.138.0086.001	Adriano Afflen	Tereza Evangelista G.	10,00	40,00	0,03016	1,00	11,32	9,06	1,93	4,73	0,18	0,45	0,03	44,34	10,86	44,34
9	01.03.138.0096.001	Genezio de Brito	Tereza Evangelista G.	10,00	40,00	0,03016	1,00	11,32	9,06	1,93	4,73	0,18	0,45	0,03	44,34	10,86	44,34
10	01.03.138.0106.001	Otávio Camargo da Rosa	Tereza Evangelista G.	10,00	40,00	0,03016	1,00	11,32	9,06	1,93	4,73	0,18	0,45	0,03	44,34	10,86	44,34
11	01.03.138.0116.001	Laurita Costa dos Anjos e Waldecir Batista Rocha	Tereza Evangelista G.	10,00	40,00	0,03016	1,00	11,32	9,06	1,93	4,73	0,18	0,45	0,03	44,34	10,86	44,34
12	01.03.138.0126.001	Jose Miranda Machado	Tereza Evangelista G.	10,00	40,00	0,03016	1,00	11,32	9,06	1,93	4,73	0,18	0,45	0,03	44,34	10,86	44,34
13	01.03.138.0136.001	Agnaldo Sebastião de Miranda	Tereza Evangelista G.	10,00	40,00	0,03016	1,00	11,32	9,06	1,93	4,73	0,18	0,45	0,03	44,34	10,86	44,34
14	01.03.138.0146.001	Cidiclei Chuvai	Tereza Evangelista G.	15,60	62,40	0,04704	1,00	17,67	14,13	3,01	7,39	0,28	0,71	0,05	69,17	16,94	69,17
15	01.03.138.0156.001	Marlene Oliveira de Avila	Tereza Evangelista G.	10,00	40,00	0,03016	1,00	11,32	9,06	1,93	4,73	0,18	0,45	0,03	44,34	10,86	44,34
16	01.03.138.0186.001	Olivio Pereira	Tereza Evangelista G.	10,00	40,00	0,03016	1,00	11,32	9,06	1,93	4,73	0,18	0,45	0,03	44,34	10,86	44,34
17	01.03.139.0194.001	Luiz Gonçalves de Moraes	Tereza Evangelista G.	10,00	40,00	0,03016	1,00	11,32	9,06	1,93	4,73	0,18	0,45	0,03	44,34	10,86	44,34
18	01.03.139.0204.001	Mario de Oliveira	Tereza Evangelista G.	10,00	40,00	0,03016	1,00	11,32	9,06	1,93	4,73	0,18	0,45	0,03	44,34	10,86	44,34
19	01.03.139.0214.001	Delvimir Bernard	Tereza Evangelista G.	10,00	40,00	0,03016	1,00	11,32	9,06	1,93	4,73	0,18	0,45	0,03	44,34	10,86	44,34

		ino Chagas da Silva															
20	01.03.1 39.022 4.001	Valdivin a da Silva Abreu de Lima	Tereza Evangel ista G.	5,00	20,00	0,01 508	1,00	5,66	4,53	0,97	2,37	0,09	0,23	0,02	22,17	5,43	22,17
21	01.03.1 39.022 4.002	Adão Forte	Tereza Evangel ista G.	5,00	20,00	0,01 508	1,00	5,66	4,53	0,97	2,37	0,09	0,23	0,02	22,17	5,43	22,17
22	01.03.1 39.023 4.001	Adriana Saldanh a Guedes	Tereza Evangel ista G.	10,00	40,00	0,03 016	1,00	11,32	9,06	1,93	4,73	0,18	0,45	0,03	44,34	10,86	44,34
23	01.03.1 39.024 4.001	Jose Vilberto Eduard o	Tereza Evangel ista G.	10,00	40,00	0,03 016	1,00	11,32	9,06	1,93	4,73	0,18	0,45	0,03	44,34	10,86	44,34
24	01.03.1 39.025 4.001	Carlos Alberto dos Passos	Tereza Evangel ista G.	10,00	40,00	0,03 016	1,00	11,32	9,06	1,93	4,73	0,18	0,45	0,03	44,34	10,86	44,34
25	01.03.1 39.026 4.001	Eduard o de Souza	Tereza Evangel ista G.	10,00	40,00	0,03 016	1,00	11,32	9,06	1,93	4,73	0,18	0,45	0,03	44,34	10,86	44,34
26	01.03.1 39.027 4.001	Valdir Kosman n	Tereza Evangel ista G.	10,00	40,00	0,03 016	1,00	11,32	9,06	1,93	4,73	0,18	0,45	0,03	44,34	10,86	44,34
27	01.03.1 39.028 4.001	Celita Maria Zanatta	Tereza Evangel ista G.	10,00	40,00	0,03 016	1,00	11,32	9,06	1,93	4,73	0,18	0,45	0,03	44,34	10,86	44,34
28	01.03.1 39.029 4.001	Darci Carneir o de Almeida	Tereza Evangel ista G.	10,00	40,00	0,03 016	1,00	11,32	9,06	1,93	4,73	0,18	0,45	0,03	44,34	10,86	44,34
29	01.03.1 39.030 4.001	Jair Prates pereira	Tereza Evangel ista G.	10,00	40,00	0,03 016	1,00	11,32	9,06	1,93	4,73	0,18	0,45	0,03	44,34	10,86	44,34
30	01.03.1 39.031 4.001	Julio Cesar Neves	Tereza Evangel ista G.	10,00	40,00	0,03 016	1,00	11,32	9,06	1,93	4,73	0,18	0,45	0,03	44,34	10,86	44,34
31	01.03.1 39.032 4.001	Ana Clair Santan a	Tereza Evangel ista G.	10,00	40,00	0,03 016	1,00	11,32	9,06	1,93	4,73	0,18	0,45	0,03	44,34	10,86	44,34
32	01.03.1 39.033 4.001	Genezio de Brito	Tereza Evangel ista G.	10,00	40,00	0,03 016	1,00	11,32	9,06	1,93	4,73	0,18	0,45	0,03	44,34	10,86	44,34
33	01.03.1 39.036 9.001	Genezio de Brito	Tereza Evangel ista G.	10,00	40,00	0,03 016	1,00	11,32	9,06	1,93	4,73	0,18	0,45	0,03	44,34	10,86	44,34
		ÁREA COMU M ESQUI NAS	TODAS														
					144,00												
	TOTAL			331,60	1.470,40	1,00		375,50	300,40	64,00	157,00	6,00	15,00	1,00	1.470,40	360,00	1.470,40
	VALOR UNITÁ RIO	VALOR UNITÁ RIO (R\$)						8,76	13,49	31,50	45,62	354, 36	542, 51	667,60	1,50	19,90	46,00
	VALOR SUBTO TAL	VALOR SUB- TOTAL (R\$)						3.289,38	4.052, 39	2.016, 00	7.162,34	2.12 6,16	8.13 7,65	667,60	2.205,60	7.164,00	67.638,40
	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL (R\$)															104.459,52

PR 13/12 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2012-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA SEREM UTILIZADOS NOS ATENDIMENTOS REALIZADOS PELO SAMU,VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, CEDIT, CERFIS, CAPS E UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 10:00 horas do dia 17 (dezessete) de Abril de 2012, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 26 de Março de 2012.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 1º Bimestre 2012

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	85.027.000,00	85.027.000,00	20.161.092,10	23,71	20.161.092,10	23,71	64.865.907,90
RECEITAS CORRENTES	84.454.000,00	84.454.000,00	18.611.621,72	22,04	18.611.621,72	22,04	65.842.378,28
RECEITA TRIBUTARIA	14.086.800,00	14.086.800,00	5.137.643,58	36,47	5.137.643,58	36,47	8.949.156,42
IMPOSTOS	9.395.800,00	9.395.800,00	4.224.507,45	44,96	4.224.507,45	44,96	5.171.292,55
TAXAS	4.681.000,00	4.681.000,00	913.136,13	19,51	913.136,13	19,51	3.767.863,87
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.301.030,00	2.301.030,00	517.883,31	22,51	517.883,31	22,51	1.783.146,69
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	701.030,00	701.030,00	208.815,89	29,79	208.815,89	29,79	492.214,11
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	1.600.000,00	1.600.000,00	309.067,42	19,32	309.067,42	19,32	1.290.932,58
RECEITA PATRIMONIAL	1.242.470,00	1.242.470,00	398.816,69	32,10	398.816,69	32,10	843.653,31
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.242.470,00	1.242.470,00	398.816,69	32,10	398.816,69	32,10	843.653,31
RECEITA DE SERVIÇOS	6.540.000,00	6.540.000,00	1.185.495,94	18,13	1.185.495,94	18,13	5.354.504,06
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	57.111.500,00	57.111.500,00	10.531.777,76	18,44	10.531.777,76	18,44	46.579.722,24
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	57.006.500,00	57.006.500,00	10.531.777,76	18,47	10.531.777,76	18,47	46.474.722,24
Transf. de Conv.	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.172.200,00	3.172.200,00	840.004,44	26,48	840.004,44	26,48	2.332.195,56
Multas e Juros de Mora	503.200,00	503.200,00	58.902,73	11,71	58.902,73	11,71	444.297,27
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	38.000,00	38.000,00	7.769,95	20,45	7.769,95	20,45	30.230,05
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	2.540.000,00	2.540.000,00	616.746,12	24,28	616.746,12	24,28	1.923.253,88
RECEITAS DIVERSAS	91.000,00	91.000,00	156.585,64	172,07	156.585,64	172,07	-65.585,64
RECEITAS DE CAPITAL	573.000,00	573.000,00	1.549.470,38	270,41	1.549.470,38	270,41	-976.470,38
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000,00	1.000,00	1.199.337,55	933,75	1.199.337,55	933,75	-1.198.337,55
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000,00	1.000,00	1.199.337,55	933,75	1.199.337,55	933,75	-1.198.337,55
ALIENAÇÃO DE BENS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	567.000,00	567.000,00	350.132,83	61,75	350.132,83	61,75	216.867,17
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	567.000,00	567.000,00	350.132,83	61,75	350.132,83	61,75	216.867,17
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.573.000,00	1.573.000,00	267.625,39	17,01	267.625,39	17,01	1.305.374,61
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.573.000,00	1.573.000,00	267.625,39	17,01	267.625,39	17,01	1.305.374,61
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.405.500,00	1.405.500,00	246.782,42	17,56	246.782,42	17,56	1.158.717,58
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.405.500,00	1.405.500,00	246.782,42	17,56	246.782,42	17,56	1.158.717,58
RECEITA DE SERVIÇOS INTRAORÇAMENTÁRIAS	167.500,00	167.500,00	20.842,97	12,44	20.842,97	12,44	146.657,03
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	86.600.000,00	86.600.000,00	20.428.717,49	23,59	20.428.717,49	23,59	66.171.282,51

Continua 1/3

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	86.600.000,00	86.600.000,00	20.428.717,49	23,59	20.428.717,49	23,59	66.171.282,51
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	86.600.000,00	86.600.000,00	20.428.717,49	23,59	20.428.717,49	23,59	66.171.282,51
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.039.385,75	—	—	292.565,62	—	—
Superávit Financeiro	—	1.039.385,75	—	—	292.565,62	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	85.027.000,00	15.794.053,78	100.821.053,78	50.235.393,86	50.235.393,86	16.588.934,86	16.588.934,86	16,45	84.232.118,92
DESPESAS CORRENTES	76.050.250,00	1.204.160,00	77.254.410,00	32.586.715,18	32.586.715,18	12.783.875,69	12.783.875,69	16,55	64.470.534,31
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	44.545.800,00	-864,00	44.544.936,00	8.582.492,13	8.582.492,13	6.965.878,84	6.965.878,84	15,64	37.579.057,16
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10.000,00	50.000,00	60.000,00	57.448,50	57.448,50	51.465,57	51.465,57	85,78	8.534,43
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.494.450,00	1.155.024,00	32.649.474,00	23.946.774,55	23.946.774,55	5.766.531,28	5.766.531,28	17,66	26.882.942,72
DESPESAS DE CAPITAL	7.976.750,00	14.589.893,78	22.566.643,78	17.648.678,68	17.648.678,68	3.805.059,17	3.805.059,17	16,86	18.761.584,61
INVESTIMENTOS	7.754.750,00	14.639.893,78	22.394.643,78	17.621.178,68	17.621.178,68	3.800.534,28	3.800.534,28	16,97	18.594.109,50
INVERSOES FINANCEIRAS	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	220.000,00	-50.000,00	170.000,00	27.500,00	27.500,00	4.524,89	4.524,89	2,66	165.475,11
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.573.000,00	0,00	1.573.000,00	385.303,15	385.303,15	156.606,10	156.606,10	9,96	1.416.393,90
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.405.500,00	0,00	1.405.500,00	259.303,15	259.303,15	135.692,47	135.692,47	9,65	1.269.807,53
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	167.500,00	0,00	167.500,00	126.000,00	126.000,00	20.913,63	20.913,63	12,49	146.586,37

Continua 2/3

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.573.000,00	0,00	1.573.000,00	385.303,15	385.303,15	156.606,10	156.606,10	9,96	1.416.393,90
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	86.600.000,00	15.794.053,78	102.394.053,78	50.620.697,01	50.620.697,01	16.745.540,96	16.745.540,96	16,35	85.648.512,82
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	86.600.000,00	15.794.053,78	102.394.053,78	50.620.697,01	50.620.697,01	16.745.540,96	16.745.540,96	16,35	85.648.512,82
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	3.683.176,53	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	86.600.000,00	15.794.053,78	102.394.053,78	50.620.697,01	50.620.697,01	16.745.540,96	20.428.717,49	16,35	85.648.512,82

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 781.014,74

FONTE:

Camboriú, 26/03/2012

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Kaita Helen Testoni
Controladoria

Renata Pereira
Contadora - CRC/SC 028070/O-6

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	85.027.000,00	100.821.053,78	50.235.393,86	50.235.393,86	16.588.934,86	16.588.934,86	99,06	16,45	84.232.118,92
Legislativa	2.372.500,00	2.372.500,00	1.778.506,14	1.778.506,14	407.035,15	407.035,15	2,43	17,16	1.965.464,85
Ação Legislativa	2.372.500,00	2.372.500,00	1.778.506,14	1.778.506,14	407.035,15	407.035,15	2,43	17,16	1.965.464,85
Judiciária	454.000,00	454.000,00	217.732,74	217.732,74	201.913,39	201.913,39	1,21	44,47	252.086,61
Ação Judiciária	181.000,00	181.000,00	155.790,84	155.790,84	155.790,84	155.790,84	0,93	86,07	25.209,16
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	273.000,00	273.000,00	61.941,90	61.941,90	46.122,55	46.122,55	0,28	16,89	226.877,45
Administração	11.962.250,00	12.090.700,00	6.435.872,49	6.435.872,49	1.946.296,58	1.946.296,58	11,62	16,10	10.144.403,42
Administração Geral	10.158.250,00	10.286.700,00	5.684.968,93	5.684.968,93	1.576.971,77	1.576.971,77	9,42	15,33	8.709.728,23
Administração Financeira	1.070.000,00	1.070.000,00	250.821,23	250.821,23	155.399,14	155.399,14	0,93	14,52	914.600,86
Normatização e Fiscalização	132.000,00	132.000,00	27.591,46	27.591,46	25.896,46	25.896,46	0,15	19,62	106.103,54
Administração de Receitas	242.000,00	242.000,00	218.653,66	218.653,66	39.400,00	39.400,00	0,24	16,28	202.600,00
Comunicação Social	360.000,00	360.000,00	253.837,21	253.837,21	148.629,21	148.629,21	0,89	41,29	211.370,79
Segurança Pública	606.250,00	796.250,00	226.892,87	226.892,87	90.384,28	90.384,28	0,54	11,35	705.865,72
Policiamento	204.250,00	204.250,00	87.027,12	87.027,12	29.987,73	29.987,73	0,18	14,68	174.262,27
Defesa Civil	402.000,00	592.000,00	139.865,75	139.865,75	60.396,55	60.396,55	0,36	10,20	531.603,45
Assistência Social	3.250.000,00	3.523.750,00	1.913.718,78	1.913.718,78	576.045,66	576.045,66	3,44	16,35	2.947.704,34
Assistência ao Idoso	180.000,00	180.000,00	152.943,40	152.943,40	26.365,45	26.365,45	0,16	14,65	153.634,55
Assistência à Criança e ao Adolescente	895.000,00	895.000,00	656.871,20	656.871,20	128.142,33	128.142,33	0,77	14,32	766.857,67
Assistência Comunitária	2.175.000,00	2.448.750,00	1.103.904,18	1.103.904,18	421.537,88	421.537,88	2,52	17,21	2.027.212,12
Previdência Social	1.289.000,00	1.289.000,00	142.574,64	142.574,64	142.574,64	142.574,64	0,85	11,06	1.146.425,36
Previdência do Regime Estatutário	1.289.000,00	1.289.000,00	142.574,64	142.574,64	142.574,64	142.574,64	0,85	11,06	1.146.425,36
Saúde	15.584.300,00	16.931.149,43	6.856.896,19	6.856.896,19	2.777.562,08	2.777.562,08	16,59	16,41	14.153.587,35
Atenção Básica	13.038.300,00	14.385.149,43	5.730.789,54	5.730.789,54	2.586.973,33	2.586.973,33	15,45	17,98	11.798.176,10
Vigilância Sanitária	931.000,00	931.000,00	13.757,13	13.757,13	0,00	0,00	0,00	0,00	931.000,00
Vigilância Epidemiológica	605.000,00	605.000,00	123.617,67	123.617,67	61.577,64	61.577,64	0,37	10,18	543.422,36
Alimentação e Nutrição	1.010.000,00	1.010.000,00	988.731,85	988.731,85	129.011,11	129.011,11	0,77	12,77	880.988,89
Educação	29.411.000,00	32.247.121,56	10.168.110,00	10.168.110,00	5.343.827,99	5.343.827,99	31,91	16,57	26.903.293,57
Ensino Fundamental	20.553.000,00	21.453.000,00	6.382.718,47	6.382.718,47	3.930.738,14	3.930.738,14	23,47	18,32	17.522.261,86
Educação Infantil	8.834.000,00	10.770.121,56	3.785.391,53	3.785.391,53	1.413.089,85	1.413.089,85	8,44	13,12	9.357.031,71
Educação de Jovens e Adultos	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00

Continua 1/4

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	85.027.000,00	100.821.053,78	50.235.393,86	50.235.393,86	16.588.934,86	16.588.934,86	99,06	16,45	84.232.118,92
Educação	29.411.000,00	32.247.121,56	10.168.110,00	10.168.110,00	5.343.827,99	5.343.827,99	31,91	16,57	26.903.293,57
Educação Especial	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
Cultura	159.000,00	159.000,00	48.610,00	48.610,00	7.270,00	7.270,00	0,04	4,57	151.730,00
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Difusão Cultural	157.000,00	157.000,00	48.610,00	48.610,00	7.270,00	7.270,00	0,04	4,63	149.730,00
Urbanismo	8.642.000,00	19.343.082,79	15.266.036,59	15.266.036,59	3.567.357,56	3.567.357,56	21,30	18,44	15.775.725,23
Infra-Estrutura Urbana	6.731.000,00	17.432.082,79	14.250.809,73	14.250.809,73	3.058.913,87	3.058.913,87	18,27	17,55	14.373.168,92
Serviços Urbanos	1.911.000,00	1.911.000,00	1.015.226,86	1.015.226,86	508.443,69	508.443,69	3,04	26,61	1.402.556,31
Habitação	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Habitação Urbana	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Saneamento	6.399.500,00	6.399.500,00	4.806.917,13	4.806.917,13	657.575,74	657.575,74	3,93	10,28	5.741.924,26
Saneamento Básico Urbano	6.399.500,00	6.399.500,00	4.806.917,13	4.806.917,13	657.575,74	657.575,74	3,93	10,28	5.741.924,26
Gestão Ambiental	261.000,00	261.000,00	118.475,76	118.475,76	4.518,37	4.518,37	0,03	1,73	256.481,63
Preservação e Conservação Ambiental	261.000,00	261.000,00	118.475,76	118.475,76	4.518,37	4.518,37	0,03	1,73	256.481,63
Agricultura	955.000,00	955.000,00	350.733,43	350.733,43	154.595,06	154.595,06	0,92	16,19	800.404,94
Extensão Rural	955.000,00	955.000,00	350.733,43	350.733,43	154.595,06	154.595,06	0,92	16,19	800.404,94
Indústria	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Produção Industrial	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Comércio e Serviços	588.200,00	588.200,00	122.861,76	122.861,76	44.104,93	44.104,93	0,26	7,50	544.095,07
Turismo	588.200,00	588.200,00	122.861,76	122.861,76	44.104,93	44.104,93	0,26	7,50	544.095,07
Desporto e Lazer	1.180.000,00	1.497.800,00	1.018.506,84	1.018.506,84	449.465,06	449.465,06	2,68	30,01	1.048.334,94
Desporto Comunitário	1.180.000,00	1.497.800,00	1.018.506,84	1.018.506,84	449.465,06	449.465,06	2,68	30,01	1.048.334,94
Encargos Especiais	908.000,00	908.000,00	762.948,50	762.948,50	218.408,37	218.408,37	1,30	24,05	689.591,63
Serviço da Dívida Interna	230.000,00	230.000,00	84.948,50	84.948,50	55.990,46	55.990,46	0,33	24,34	174.009,54
Outros Encargos Especiais	678.000,00	678.000,00	678.000,00	678.000,00	162.417,91	162.417,91	0,97	23,96	515.582,09
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.573.000,00	1.573.000,00	385.303,15	385.303,15	156.606,10	156.606,10	0,94	9,96	1.416.393,90
Legislativa	3.500,00	3.500,00	2.000,00	2.000,00	70,66	70,66	0,00	2,02	3.429,34
Ação Legislativa	3.500,00	3.500,00	2.000,00	2.000,00	70,66	70,66	0,00	2,02	3.429,34

Continua 2/4

Município de Camboriú - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.573.000,00	1.573.000,00	385.303,15	385.303,15	156.606,10	156.606,10	0,94	9,96	1.416.393,90
Judiciária	3.000,00	3.000,00	504,70	504,70	261,14	261,14	0,00	8,70	2.738,86
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	3.000,00	3.000,00	504,70	504,70	261,14	261,14	0,00	8,70	2.738,86
Administração	101.000,00	101.000,00	34.435,93	34.435,93	8.267,23	8.267,23	0,05	8,19	92.732,77
Administração Geral	75.000,00	75.000,00	30.061,85	30.061,85	6.056,66	6.056,66	0,04	8,08	68.943,34
Administração Financeira	24.000,00	24.000,00	4.087,37	4.087,37	2.067,12	2.067,12	0,01	8,61	21.932,88
Normatização e Fiscalização	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Comunicação Social	1.500,00	1.500,00	286,71	286,71	143,45	143,45	0,00	9,56	1.356,55
Assistência Social	28.000,00	28.000,00	8.898,57	8.898,57	3.251,23	3.251,23	0,02	11,61	24.748,77
Assistência à Criança e ao Adolescente	5.000,00	5.000,00	2.000,00	2.000,00	1.152,37	1.152,37	0,01	23,05	3.847,63
Assistência Comunitária	23.000,00	23.000,00	6.898,57	6.898,57	2.098,86	2.098,86	0,01	9,13	20.901,14
Saúde	154.000,00	154.000,00	28.577,65	28.577,65	11.580,84	11.580,84	0,07	7,52	142.419,16
Atenção Básica	154.000,00	154.000,00	28.577,65	28.577,65	11.580,84	11.580,84	0,07	7,52	142.419,16
Educação	1.160.000,00	1.160.000,00	277.565,38	277.565,38	122.326,49	122.326,49	0,73	10,55	1.037.673,51
Ensino Fundamental	720.000,00	720.000,00	186.500,48	186.500,48	81.335,83	81.335,83	0,49	11,30	638.664,17
Educação Infantil	440.000,00	440.000,00	91.064,90	91.064,90	40.990,66	40.990,66	0,24	9,32	399.009,34
Urbanismo	92.000,00	92.000,00	15.703,16	15.703,16	8.087,22	8.087,22	0,05	8,79	83.912,78
Infra-Estrutura Urbana	80.000,00	80.000,00	13.306,11	13.306,11	6.791,82	6.791,82	0,04	8,49	73.208,18
Serviços Urbanos	12.000,00	12.000,00	2.397,05	2.397,05	1.295,40	1.295,40	0,01	10,80	10.704,60
Agricultura	11.000,00	11.000,00	2.298,29	2.298,29	892,93	892,93	0,01	8,12	10.107,07
Extensão Rural	11.000,00	11.000,00	2.298,29	2.298,29	892,93	892,93	0,01	8,12	10.107,07
Comércio e Serviços	500,00	500,00	319,47	319,47	167,62	167,62	0,00	33,52	332,38
Turismo	500,00	500,00	319,47	319,47	167,62	167,62	0,00	33,52	332,38
Desporto e Lazer	20.000,00	20.000,00	15.000,00	15.000,00	1.700,74	1.700,74	0,01	8,50	18.299,26
Desporto Comunitário	20.000,00	20.000,00	15.000,00	15.000,00	1.700,74	1.700,74	0,01	8,50	18.299,26

Continua 3/4

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.573.000,00	1.573.000,00	385.303,15	385.303,15	156.606,10	156.606,10	0,94	9,96	1.416.393,90
Desporto e Lazer	20.000,00	20.000,00	15.000,00	15.000,00	1.700,74	1.700,74	0,01	8,50	18.299,26
Desporto Comunitário	20.000,00	20.000,00	15.000,00	15.000,00	1.700,74	1.700,74	0,01	8,50	18.299,26
TOTAL (III) = (I + II)	86.600.000,00	102.394.053,78	50.620.697,01	50.620.697,01	16.745.540,96	16.745.540,96	100,00	16,35	85.648.512,82

FONTE:

Camboriú, 26/03/2012

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Kaita Helen Testoni
Controladoria

Renata Pereira
Contadora - CRC/SC 028070/O-6

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2011 A FEVEREIRO/2012

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES														PREVISÃO ATUALIZADA 2012
	Mar/2011	Abr/2011	Mai/2011	Jun/2011	Jul/2011	Ago/2011	Set/2011	Out/2011	Nov/2011	Dez/2011	Jan/2012	Fev/2012	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)		
RECEITAS CORRENTES (I)	7.803.156,19	7.675.643,04	7.845.850,71	7.479.490,98	7.241.202,02	7.516.360,32	7.070.801,50	7.568.544,86	7.656.517,48	9.609.627,55	8.445.054,16	11.276.801,34	97.189.050,15	90.287.000,00	
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.697.942,98	1.193.988,24	1.008.238,32	930.513,46	915.055,22	898.132,84	855.199,44	856.638,73	959.092,66	1.270.736,35	1.309.384,20	3.828.259,38	15.723.181,82	14.086.800,00	
I.P.T.U.	632.058,04	376.572,74	72.966,29	77.378,64	69.663,85	76.172,34	52.814,17	38.063,67	55.262,52	63.387,44	453.475,49	2.899.576,61	4.867.391,80	4.500.000,00	
I.S.S.	270.433,18	207.636,06	213.599,18	264.027,34	233.991,94	238.210,20	253.724,17	241.356,96	224.002,97	367.533,10	254.568,78	221.251,86	2.990.335,74	2.800.000,00	
I.T.B.I.	164.033,32	167.244,25	297.860,49	224.471,77	225.626,34	252.805,79	227.193,23	238.578,66	306.859,09	290.724,91	203.593,23	175.855,64	2.774.846,72	1.819.000,00	
I.R.R.F.	16.631,73	13.733,23	17.504,28	16.571,65	17.618,22	18.138,22	25.020,91	16.768,55	15.937,38	110.509,19	3.981,17	12.204,67	284.619,24	276.800,00	
Outras Receitas Tributárias	614.786,71	428.801,96	406.308,08	348.064,06	368.154,83	312.806,29	296.446,96	321.870,89	357.030,70	438.581,71	393.765,53	519.370,60	4.805.988,32	4.691.000,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	215.493,38	237.261,69	205.752,03	225.267,61	225.091,85	222.413,42	244.042,94	228.810,83	223.058,94	311.484,12	239.689,54	278.193,77	2.856.560,12	2.301.030,00	
RECEITA PATRIMONIAL	233.282,00	167.310,88	249.618,21	140.185,24	173.409,34	474.633,08	159.690,08	193.005,78	227.184,26	95.200,68	187.340,13	211.476,56	2.512.336,24	1.242.470,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	601.209,16	550.993,06	567.685,25	515.919,29	517.018,14	532.032,09	487.246,42	513.028,47	552.901,92	596.659,83	594.778,20	590.717,74	6.620.189,57	6.540.000,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.663.317,06	5.190.342,34	5.487.446,41	5.379.749,98	5.080.888,52	5.095.822,28	4.997.499,15	5.524.065,42	5.407.010,00	6.834.323,45	5.770.539,63	5.871.471,91	65.302.476,15	62.944.500,00	
Cota-Parte do F.P.M.	1.220.954,56	1.618.371,37	1.857.551,69	1.676.571,25	1.426.218,61	1.471.169,98	1.174.481,50	1.543.772,98	1.631.055,29	2.742.883,25	1.723.942,97	2.085.370,92	20.172.344,37	20.000.000,00	
Cota-Parte do I.C.M.S.	576.069,24	572.581,98	559.636,75	548.992,46	598.220,36	593.891,09	627.344,49	634.173,26	646.664,29	660.663,65	698.597,03	610.760,02	7.327.594,62	6.000.000,00	
Cota-Parte do I.P.V.A.	248.400,05	284.996,02	318.726,73	320.266,20	320.304,52	322.693,99	327.300,29	273.237,08	227.419,12	196.444,04	188.202,74	219.835,26	3.247.826,04	3.000.000,00	
Cota-Parte do ITR.	126,85	250,99	236,88	186,58	196,49	99,00	903,19	5.229,18	1.986,64	831,37	216,67	353,80	10.617,64	5.000,00	
Transferências da LC 61/1989	8.621,25	11.646,34	9.815,15	10.850,80	10.663,67	10.700,74	9.919,88	14.013,38	13.143,18	14.867,56	5.502,14	11.492,93	131.237,02	120.000,00	
Transferências da LC 87/1996	3.234,97	3.234,97	3.234,97	3.234,97	3.234,97	3.234,97	3.234,97	3.234,97	3.234,97	3.234,97	3.448,08	3.448,08	39.245,86	40.000,00	
Transferências do FUNDEB	1.846.353,50	1.943.666,23	1.987.209,34	1.940.662,33	1.895.485,18	1.929.855,49	1.988.364,97	2.086.267,26	2.075.946,31	2.150.908,13	2.367.316,25	2.206.626,23	24.418.661,22	24.000.000,00	
Outras Transferências Correntes	759.556,64	755.594,44	751.034,90	878.985,39	826.564,72	764.177,02	865.949,86	964.137,31	807.560,20	1.064.490,48	783.313,75	733.584,67	9.954.949,38	9.779.500,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	391.911,61	335.746,83	327.110,49	287.855,40	329.738,95	293.326,61	327.123,47	252.995,63	287.269,70	501.223,12	343.322,46	496.681,98	4.174.306,25	3.172.200,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DEDUÇÕES (II)	494.635,55	582.022,31	633.577,81	596.128,71	563.495,61	572.978,54	538.253,70	587.570,05	597.829,77	729.729,06	617.979,15	701.070,52	7.215.270,78	6.534.030,00	
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	83.154,38	83.806,17	83.737,57	84.108,48	91.728,11	92.620,83	109.617,06	92.838,09	92.941,51	176.599,99	93.997,42	114.818,47	1.199.968,08	701.030,00	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	411.481,17	498.216,14	549.840,24	512.020,23	471.767,50	480.357,71	428.636,64	494.731,96	504.888,26	553.129,07	523.981,73	586.252,05	6.015.302,70	5.833.000,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	7.308.520,64	7.093.620,73	7.212.272,90	6.883.362,27	6.677.706,41	6.943.381,78	6.532.547,80	6.980.974,81	7.058.687,71	8.879.898,49	7.827.075,01	10.575.730,82	89.973.779,37	83.752.970,00	

FONTE:

Camboriú, 26/03/2012

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Kaita Helen Testoni
Controladoria

Renata Pereira
Contadora - CRC/SC 028070/O-6

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	22.714,50	426.639,49	0,01	426.005,06	23.348,92	654.847,64	2.192.058,99	-	1.331.961,14	1.514.945,49
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	22.361,50	90.328,46	0,00	90.328,46	22.361,50	300.067,67	103.411,87	0,00	102.286,47	301.193,07
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	18.442,63	90.328,46	0,00	90.328,46	18.442,63	300.067,67	103.411,87	0,00	102.286,47	301.193,07
SECRETARIA DA FAZENDA	92,00	0,00	0,00	0,00	92,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	2.557,00	0,00	0,00	0,00	2.557,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE PLANJ.,IND.,COM.,E TURISMO	1.269,87	0,00	0,00	0,00	1.269,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAMBOR	174,00	0,00	0,00	0,00	174,00	310.544,59	88.407,74	0,00	167.325,95	231.626,38
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	174,00	0,00	0,00	0,00	174,00	310.544,59	88.407,74	0,00	167.325,95	231.626,38
FUNDO DE MELHORIA DA POLICIA MILITAR DE CAM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.148,00	0,00	3.148,00	0,00
FUNDO DE MELHORIA DA POLICIA MILITAR DE CAI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.148,00	0,00	3.148,00	0,00
FUNDO MUN. AGROPECUARIO E MEIO AMB. DE CAI	0,00	9.337,96	0,00	9.337,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AI	0,00	9.337,96	0,00	9.337,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMBOF	0,00	14.291,28	0,00	14.291,28	0,00	0,00	16.824,80	0,00	14.990,76	1.834,04
FUNDO MUNICIPAL DE DESENV. E ASSISTÊNCIA S	0,00	14.291,28	0,00	14.291,28	0,00	0,00	16.824,80	0,00	14.990,76	1.834,04
FUNDO MUN. REEQ. DO CORPO DE BOMBEIROS DE	0,00	434,84	0,01	434,83	0,00	0,00	109.741,54	0,00	71.083,69	38.657,85
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOM	0,00	434,84	0,01	434,83	0,00	0,00	109.741,54	0,00	71.083,69	38.657,85
FUNDO MUN.DOS DIR. DA CRIANCA E ADOLESC CA	0,00	2.733,40	0,00	2.733,40	0,00	0,00	1.750,00	0,00	1.750,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DOS DIR.DA CRIANÇA E ADOLI	0,00	2.733,40	0,00	2.733,40	0,00	0,00	1.750,00	0,00	1.750,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CAMBORIU	0,00	197.955,75	0,00	197.321,33	634,42	1.022,29	503.481,24	0,00	348.862,67	155.640,86
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	197.955,75	0,00	197.321,33	634,42	1.022,29	503.481,24	0,00	348.862,67	155.640,86
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE C	0,00	9.712,03	0,00	9.712,03	0,00	0,00	552.700,17	0,00	275.349,01	277.351,16
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	0,00	9.712,03	0,00	9.712,03	0,00	0,00	552.700,17	0,00	275.349,01	277.351,16
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMBORIU	179,00	101.644,93	0,00	101.644,93	179,00	43.213,09	777.927,79	0,00	313.531,75	507.609,13
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	4,00	101.644,93	0,00	101.644,93	4,00	43.213,09	338.972,04	0,00	75.050,85	307.134,28
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	175,00	0,00	0,00	0,00	175,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	438.955,75	0,00	238.480,90	200.474,85
LEGISLATIVO	0,00	200,84	0,00	200,84	0,00	0,00	34.665,84	0,00	33.632,84	1.033,00
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	200,84	0,00	200,84	0,00	0,00	34.665,84	0,00	33.632,84	1.033,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	147,95	111.121,67	-	111.121,67	147,95	-	-	-	-	-
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	12.862,09	0,00	12.862,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	0,00	12.862,09	0,00	12.862,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN. AGROPECUARIO E MEIO AMB. DE CAI	0,00	802,29	0,00	802,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AI	0,00	802,29	0,00	802,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMBOF	0,00	1.742,95	0,00	1.742,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE DESENV. E ASSISTÊNCIA S	0,00	1.742,95	0,00	1.742,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN.DOS DIR. DA CRIANCA E ADOLESC CA	147,95	116,05	0,00	116,05	147,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO DOS DIR.DA CRIANCA E DO ADOLESCENT	147,95	0,00	0,00	0,00	147,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DOS DIR.DA CRIANÇA E ADOLI	0,00	116,05	0,00	116,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CAMBORIU	0,00	84.981,08	0,00	84.981,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	84.981,08	0,00	84.981,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE C	0,00	778,14	0,00	778,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	0,00	778,14	0,00	778,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMBORIU	0,00	9.803,74	0,00	9.803,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	9.803,74	0,00	9.803,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011			
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	147,95	111.121,67	-	111.121,67	147,95	-	-	-	-	-
LEGISLATIVO	0,00	35,33	0,00	35,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	35,33	0,00	35,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	22.862,45	537.761,16	0,01	537.126,73	23.496,87	654.847,64	2.192.058,99	0,00	1.331.961,14	1.514.945,49

FONTE:

Camboriú, 26/03/2012

 Luzia Lourdes Coppi Mathias
 Prefeita Municipal

 Sérgio Luiz Venâncio
 Secretário de Finanças

 Kaita Helen Testoni
 Controladoria

 Renata Pereira
 Contadora - CRC/SC 028070/O-6

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.094.500,00	1.094.500,00	534.232,32	534.232,32	172.194,51
RECEITAS CORRENTES	1.094.500,00	1.094.500,00	534.232,32	534.232,32	172.194,51
Receita de Contribuições dos Segurados	701.030,00	701.030,00	208.815,89	208.815,89	102.222,13
Pessoal Civil	701.030,00	701.030,00	208.815,89	208.815,89	102.222,13
Ativo	701.030,00	701.030,00	208.815,89	208.815,89	102.222,13
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	368.470,00	368.470,00	320.306,08	320.306,08	65.611,94
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	368.470,00	368.470,00	320.306,08	320.306,08	65.611,94
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	25.000,00	25.000,00	5.110,35	5.110,35	4.360,44
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	25.000,00	25.000,00	5.110,35	5.110,35	4.360,44
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.405.500,00	1.405.500,00	246.782,42	246.782,42	120.807,97
RECEITAS CORRENTES	1.405.500,00	1.405.500,00	246.782,42	246.782,42	120.807,97
Receita de Contribuições Patronais	1.405.500,00	1.405.500,00	246.782,42	246.782,42	120.807,97
Pessoal Civil	1.405.500,00	1.405.500,00	246.782,42	246.782,42	120.807,97
Ativo	1.405.500,00	1.405.500,00	246.782,42	246.782,42	120.807,97
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de Camboriú - SC

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	2.500.000,00	2.500.000,00	781.014,74	781.014,74	293.002,48
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	128.517,89
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	6.424,73
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	6.424,73
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	122.093,16
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	122.093,16
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	100.911,22
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	21.181,94
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-

Continua 2/4

Município de Camboriú - SC

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	128.517,89
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)	2.500.000,00	2.500.000,00	781.014,74	781.014,74	164.484,59
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2012	Até o Bimestre/2011
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			0,00		

BENS E DIREITOS DO RPPS	JANEIRO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2012	2011
Bancos Conta Movimento	2.167,54	1.154,06	5.229,19
Investimentos	11.224.359,24	11.576.439,51	8.155.892,98

FONTE:

Continua 3/4

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

Camboriú, 26/03/2012

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Kaita Helen Testoni
Controladoria

Renata Pereira
Contadora - CRC/SC 028070/O-6

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Dez 2011 (B)	Em 29 Fev 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.828.245,86	1.828.245,86	3.023.058,52
DEDUÇÕES (II)	5.079.515,58	5.079.515,58	6.928.670,72
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.448.926,66	5.448.926,66	8.452.488,22
Demais Haveres Financeiros	191.212,53	191.212,53	203.509,76
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	560.623,61	560.623,61	1.727.327,26
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-3.251.269,72	-3.251.269,72	-3.905.612,20
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-3.251.269,72	-3.251.269,72	-3.905.612,20

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2012 (C - A)
VALOR	-654.342,48	-654.342,48

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	5.105.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 31 Dez 2011 (B)	Em 29 Fev 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	13.889.325,31	13.889.325,31	13.889.325,31
Passivo Atuarial	13.889.325,31	13.889.325,31	13.889.325,31
DEDUÇÕES (VIII)	10.947.856,67	10.947.856,67	11.577.593,57
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.333,59	3.333,59	1.154,06
Investimentos	10.944.523,08	10.944.523,08	11.576.439,51
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	2.941.468,64	2.941.468,64	2.311.731,74
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	2.941.468,64	2.941.468,64	2.311.731,74

FONTE:

Camboriú, 26/03/2012

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Kaita Helen Testoni
Controladoria

Renata Pereira
Contadora - CRC/SC 028070/O-6

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	84.784.530,00	18.480.430,42	18.480.430,42	15.904.751,74
Receita Tributária	14.086.800,00	5.137.643,58	5.137.643,58	4.660.194,85
I.P.T.U.	4.500.000,00	3.353.052,10	3.353.052,10	2.885.358,50
I.S.S.	2.800.000,00	475.820,64	475.820,64	583.141,16
I.T.B.I.	1.819.000,00	379.448,87	379.448,87	440.939,01
I.R.R.F.	276.800,00	16.185,84	16.185,84	15.272,46
Outras Receitas Tributárias	4.691.000,00	913.136,13	913.136,13	735.483,72
Receita de Contribuição	3.706.530,00	764.665,73	764.665,73	493.780,91
Receitas Previdenciárias	2.106.530,00	455.598,31	455.598,31	223.030,10
Outras Contribuições	1.600.000,00	309.067,42	309.067,42	270.750,81
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	1.242.470,00	398.816,69	398.816,69	234.986,06
(-) Aplicações Financeiras	1.242.470,00	398.816,69	398.816,69	234.986,06
Transferências Correntes	57.111.500,00	10.531.777,76	10.531.777,76	9.136.972,30
F.P.M.	16.000.000,00	3.047.451,17	3.047.451,17	2.885.014,73
I.C.M.S.	4.800.000,00	1.047.485,78	1.047.485,78	859.428,34
Convênios	105.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	36.206.500,00	6.436.840,81	6.436.840,81	5.392.529,23
Demais Receitas Correntes	9.879.700,00	2.046.343,35	2.046.343,35	1.613.803,68
Dívida Ativa	2.540.000,00	616.746,12	616.746,12	593.698,23
Diversas Receitas Correntes	7.339.700,00	1.429.597,23	1.429.597,23	1.020.105,45
RECEITAS DE CAPITAL (II)	573.000,00	1.549.470,38	1.549.470,38	162.035,73
Operações de Crédito (III)	1.000,00	1.199.337,55	1.199.337,55	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	5.000,00	0,00	0,00	105.050,00
Transferências de Capital	567.000,00	350.132,83	350.132,83	56.985,73
Convênios	567.000,00	350.132,83	350.132,83	56.985,73
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	567.000,00	350.132,83	350.132,83	56.985,73
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	85.351.530,00	18.830.563,25	18.830.563,25	15.961.737,47
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
DESPESAS CORRENTES (VIII)	78.827.410,00	12.940.481,79	12.940.481,79	8.269.500,36
Pessoal e Encargos Sociais	45.950.436,00	7.101.571,31	7.101.571,31	5.630.693,82
Juros e Encargos da Dívida (IX)	60.000,00	51.465,57	51.465,57	1.136,22
Outras Despesas Correntes	32.816.974,00	5.787.444,91	5.787.444,91	2.637.670,32
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	78.767.410,00	12.889.016,22	12.889.016,22	8.268.364,14
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	22.566.643,78	3.805.059,17	3.805.059,17	219.856,26
Investimentos	22.394.643,78	3.800.534,28	3.800.534,28	184.515,59
Inversões Financeiras	2.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	2.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	170.000,00	4.524,89	4.524,89	35.340,67
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	22.396.643,78	3.800.534,28	3.800.534,28	184.515,59
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	100.000,00	-	-	-

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
RESERVA DO RPPS (XVII)	900.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	102.164.053,78	16.689.550,50	16.689.550,50	8.452.879,73
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-16.812.523,78	2.141.012,75	2.141.012,75	7.508.857,74
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	292.565,62	0,00
Superávit Financeiro	-	-	292.565,62	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-926.000,00

FONTE:

Camboriú, 26/03/2012

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Kaita Helen Testoni
Controladoria

Renata Pereira
Contadora - CRC/SC 028070/O-6

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	11.656.800,00	11.656.800,00	4.734.228,97	4.734.228,97	40,61
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	6.570.000,00	6.570.000,00	3.835.775,19	3.835.775,19	58,38
1.1.1- IPTU	4.500.000,00	4.500.000,00	3.353.052,10	3.353.052,10	74,51
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	10.000,00	10.000,00	772,15	772,15	7,72
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	2.000.000,00	2.000.000,00	481.950,94	481.950,94	24,10
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.820.000,00	1.820.000,00	379.448,87	379.448,87	20,85
1.2.1- ITBI	1.819.000,00	1.819.000,00	385.448,87	385.448,87	21,19
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	(6.000,00)	(6.000,00)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.990.000,00	2.990.000,00	502.819,07	502.819,07	16,82
1.3.1- ISS	2.800.000,00	2.800.000,00	476.444,05	476.444,05	17,02
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	160.000,00	160.000,00	26.998,43	26.998,43	16,87
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	(623,41)	(623,41)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	276.800,00	276.800,00	16.185,84	16.185,84	5,85
1.4.1- IRRF	276.800,00	276.800,00	16.185,84	16.185,84	5,85
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	29.165.000,00	29.165.000,00	5.551.170,64	5.551.170,64	19,03
2.1- Cota-Parte FPM	20.000.000,00	20.000.000,00	3.809.313,89	3.809.313,89	19,05
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	20.000.000,00	20.000.000,00	3.809.313,89	3.809.313,89	19,05
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	6.000.000,00	6.000.000,00	1.309.357,05	1.309.357,05	21,82
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	40.000,00	40.000,00	6.896,16	6.896,16	17,24
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	120.000,00	120.000,00	16.995,07	16.995,07	14,16
2.5- Cota-Parte ITR	5.000,00	5.000,00	570,47	570,47	11,41
2.6- Cota-Parte IPVA	3.000.000,00	3.000.000,00	408.038,00	408.038,00	13,60
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	40.821.800,00	40.821.800,00	10.285.399,61	10.285.399,61	25,20

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	2.322.000,00	2.322.000,00	507.666,74	507.666,74	21,86
5.1- Transferências do Salário-Educação	2.300.000,00	2.300.000,00	507.666,74	507.666,74	22,07
5.2- Outras Transferências do FNDE	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	102.000,00	102.000,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	102.000,00	102.000,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	562.000,00	562.000,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.986.000,00	2.986.000,00	507.666,74	507.666,74	17,00

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	5.833.000,00	5.833.000,00	1.110.233,78	1.110.233,78	19,03
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	4.000.000,00	4.000.000,00	761.862,72	761.862,72	19,05
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.200.000,00	1.200.000,00	261.871,27	261.871,27	21,82
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	8.000,00	8.000,00	1.379,22	1.379,22	17,24
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	24.000,00	24.000,00	3.399,04	3.399,04	14,16
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.000,00	1.000,00	114,08	114,08	11,41
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	600.000,00	600.000,00	81.607,45	81.607,45	13,60
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	24.100.000,00	24.100.000,00	4.584.968,18	4.584.968,18	19,02
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	24.000.000,00	24.000.000,00	4.573.942,48	4.573.942,48	19,06
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	100.000,00	100.000,00	11.025,70	11.025,70	11,03
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	18.167.000,00	18.167.000,00	3.463.708,70	3.463.708,70	19,07

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	16.870.000,00	16.870.000,00	2.365.485,54	2.365.485,54	14,02
13.1- Com Educação Infantil	6.840.000,00	6.840.000,00	1.082.933,63	1.082.933,63	15,83
13.2- Com Ensino Fundamental	10.030.000,00	10.030.000,00	1.282.551,91	1.282.551,91	12,79
14- OUTRAS DESPESAS	7.230.000,00	8.426.837,62	1.677.146,06	1.677.146,06	19,90
14.1- Com Educação Infantil	1.830.000,00	2.226.837,62	344.759,65	344.759,65	15,48
14.2- Com Ensino Fundamental	5.400.000,00	6.200.000,00	1.332.386,41	1.332.386,41	21,49
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	24.100.000,00	25.296.837,62	4.042.631,60	4.042.631,60	15,98
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					51,59
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	10.205.450,00	10.205.450,00	2.571.349,90	2.571.349,90	25,20
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	9.173.000,00	9.569.837,62	1.454.080,51	1.454.080,51	15,19
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	8.670.000,00	9.066.837,62	1.427.693,28	1.427.693,28	15,75
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	503.000,00	503.000,00	26.387,23	26.387,23	5,25
24- ENSINO FUNDAMENTAL	18.962.000,00	19.862.000,00	3.322.546,38	3.322.546,38	16,73
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	15.430.000,00	16.230.000,00	2.614.938,32	2.614.938,32	16,11
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.532.000,00	3.632.000,00	707.608,06	707.608,06	19,48
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	28.135.000,00	29.431.837,62	4.776.626,89	4.776.626,89	16,23
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					3.463.708,70
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					11.025,70
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					3.474.734,40
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.301.892,49
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					12,66

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2.300.000,00	2.729.032,00	671.377,59	671.377,59	24,60
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	124.000,00	1.234.251,94	18.150,00	18.150,00	1,47
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.424.000,00	3.963.283,94	689.527,59	689.527,59	17,40
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	30.559.000,00	33.395.121,56	5.466.154,48	5.466.154,48	16,37
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	238.250,72	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.573.942,48	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	4.521.504,12	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	11.025,70	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	301.714,78	0,00

Camboriú, 26/03/2012

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Kaita Helen Testoni
Controladoria

Renata Pereira
Contadora - CRC/SC 028070/O-6

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de Camboriú - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	0,00	
Previsão Atualizada		—	86.600.000,00	
Receitas Realizadas		20.428.717,49	20.428.717,49	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	292.565,62	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	86.600.000,00	
Créditos Adicionais		—	15.794.053,78	
Dotação Atualizada		—	102.394.053,78	
Despesas Empenhadas		50.620.697,01	50.620.697,01	
Despesas Liquidadas		16.745.540,96	16.745.540,96	
Superavit Orçamentário		—	3.683.176,53	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		50.620.697,01	50.620.697,01	
Despesas Liquidadas		16.745.540,96	16.745.540,96	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			89.973.779,37	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		781.014,74	781.014,74	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		781.014,74	781.014,74	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		5.105.000,00	-2.331.747,17	-45,68
Resultado Primário		-926.000,00	2.141.012,75	-231,21
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	560.623,61	0,01	537.126,73	23.496,87
EXECUTIVO	560.387,44	0,01	536.890,56	23.496,87
LEGISLATIVO	236,17	0,00	236,17	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	2.846.906,63	0,00	1.331.961,14	1.514.945,49
EXECUTIVO	2.812.240,79	0,00	1.298.328,30	1.513.912,49
LEGISLATIVO	34.665,84	0,00	33.632,84	1.033,00
TOTAL:	3.407.530,24	0,01	1.869.087,87	1.538.442,36
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.301.892,49	25%	12,66
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.365.485,54	60%	51,59
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		1.199.337,55	-1.198.337,55	
Despesa de Capital Líquida		3.805.059,17	18.761.584,61	

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de Camboriú - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2012	2020	2030	2045
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	5.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	5.000,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.778.555,96	15,00	17,29

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

Camboriú, 26/03/2012

 Luzia Lourdes Coppi Mathias
 Prefeita Municipal

 Sérgio Luiz Venâncio
 Secretário de Finanças

 Kaita Helen Testoni
 Controladoria

 Renata Pereira
 Contadora - CRC/SC 028070/O-6

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 6.951 DE 26 DE Março DE 2012

DECRETO Nº 6.951 DE 26 DE MARÇO DE 2012
HOMOLOGAÇÃO DOS APROVADOS NO PROCESSO
SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2012.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 20 da Lei Municipal Complementar 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Homologar a lista dos Classificados do Edital do Processo Seletivo Simplificado Edital nº 005/2012, conforme Anexo Único parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Os candidatos classificados serão requisitados para nomeação conforme a necessidade das Secretaria Municipal de Educação de Campo Alegre/SC.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre "SC", 26 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 26/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO ÚNICO

CARGO: PROFESSOR VII - CIÊNCIAS - CURSANDO CIÊNCIAS

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/MF	PONTUAÇÃO
1º	003	FERNANDO JOSÉ DA CONCEIÇÃO	042.347.929-69	-

CARGO: PROFESSOR VII - CIÊNCIAS NÃO HABILITADO - COM PEDAGOGIA

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME	CPF/MF	PONTUAÇÃO
2º	001	MARIA NOGUEIRA DE LIMA	051.496.089-20	0,45
3º	002	FABIANA DE OLIVEIRA CAMARGO SCHADECK	015.600.869-63	0,35
4º	004	SHEILA SUCHOMEL ALVES	004.053.069-89	-
5º	006	SIRLEI LIBMANN DE JESUS	009.801.839-60	-

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre "SC", 26 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.952 DE 26 DE Março DE 2012

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 6.952 DE 26 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE RESCISÃO A PEDIDO DO
CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2003; Decreta:

Art.1º) Rescindir a pedido o Contrato Temporário firmado com a Srª. SCHEILA DE ANDRADE, Professor I - Arte, Registro no Sistema nº 955001, a partir de 26 de março de 2012.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 26 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 26/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.953 DE 26 DE Março DE 2012

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 6.953 DE 26 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE GRATIFICAÇÃO FG-1
AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Art. 126-A da Lei Complementar Municipal nº 006/2002 de 19 de setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 067 de 24 de julho de 2009; Decreta:

Art.1º) Conceder ao Servidor Público Municipal o Sr. ILÁRIO DE SOUZA, Matrícula Funcional nº 000379, Registro no Sistema sob nº 954784, ocupante do Cargo de Agente Operacional II, a receber a Gratificação no valor correspondente à 50% (cinquenta por cento) da Função Gratificada FG-1, no valor de R\$ 554,48 (quinhentos e cinquenta e quatro reais, quarenta e oito centavos) mensais, a partir de 08 de março de 2012, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

Parágrafo único: A Gratificação de que trata o Caput deste Artigo, será concedida durante o período em que o servidor estiver exercendo suas funções no Sistema de Abastecimento de Água e Tratamento de Esgoto Sanitário, em regime de sobre-aviso, sendo vedada a percepção de horas extras no período de sobre-aviso.

Art.2º) O pagamento desta Gratificação não se incorporará à remuneração do Servidor e tão pouco configurará como base de incidência da alíquota de contribuição para o IPRECAL, sendo sua natureza transitória, devida apenas no exercício da função de confiança.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de março de 2012.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 26 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 26/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 6.954 DE 27 DE Março DE 2012

Gabinete do Prefeito
DECRETO Nº 6.954 DE 27 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 37 Inciso IX da CF/88 e Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso VI; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar o Sr. FERNANDO JOSÉ DA CONCEIÇÃO, para exercer o cargo de Professor VII - Ciências, Registro no Sistema sob o nº 955037; Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, vencimentos Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 725,50 (setecentos e vinte e cinco reais, cinquenta centavos) mensais, pelo período de 27 de março de 2012 a 20 de dezembro de 2012, ou até que haja Concurso Público Municipal e Convocação do candidato aprovado e posse do mesmo.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 005/2012, em 1º lugar.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 27 de março de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 27/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.953 DE 12 DE Março DE 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 8.953 DE 12 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que

lhe confere o Artigo 71, Inciso IX da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar Municipal nº 067 de 24 de julho de 2009; Resolve:

Art.1º) O Servidor Público Municipal Sr. ILÁRIO DE SOUZA, Matrícula Funcional nº 000379, Registro no Sistema sob nº 954784, ocupante do cargo público de Agente Operacional II - Função Viagem, nomeado pelo Decreto Municipal nº 5.826 de 23 de setembro de 2009, sua lotação passa a ser na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, a partir de 08 de março de 2012.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 08 de março de 2012.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 12 de março de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 12/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.962 DE 19 DE Março DE 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 8.962 DE 19 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal ROSANY MARIA DA ROZA BASTOS, Matrícula Funcional nº 000160, Registro no Sistema nº 299120, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor "em extinção", para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. de Vencimento P1, Nível 1, Referência A, percebendo o valor de R\$ 870,60 (oitocentos e setenta reais e sessenta centavos) mensais, com jornada de trabalho de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.963 DE 19 DE Março DE 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 8.963 DE 19 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal SUELI DO ROCIU WOLLNER DA CRUZ, Matrícula Funcional nº 000175, Registro no Sistema sob nº 300150, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor "em extinção", para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Nível de Vencimento 1, Referência I, percebendo o valor de R\$ 1.634,18 (um mil seiscentos e trinta e quatro reais e dezoito centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.964 DE 19 DE Março DE 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 8.964 DE 19 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de

2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal SANDRA APARECIDA DE ANDRADE DE LIMA, Matrícula Funcional nº 277, Registro no Sistema sob nº 315690, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor "em extinção", para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Nível de Vencimento 1, Referência H, percebendo o valor de R\$ 1.610,03 (um mil seiscentos e dez reais e três centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.965 DE 19 DE Março DE 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 8.965 DE 19 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal CARLA ALEXANDRE BAGNHUCK DA SILVEIRA, Matrícula Funcional nº 000474, Registro no Sistema sob nº 954480, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor Auxiliar "em extinção", para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Nível de Vencimento 1, Referência A, percebendo o valor de R\$ 1.451,00 (um mil quatrocentos e cinquenta e um reais) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.966 DE 19 DE Março DE 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 8.966 DE 19 DE MARÇO DE 2012

DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal LUCIANA FUCKNER WALTMANN, Matrícula Funcional nº 000516, Registro no Sistema sob nº 954614, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor Auxiliar "em extinção", para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Nível de Vencimento 1, Referência A, percebendo o valor de R\$ 1.451,00 (um mil quatrocentos e cinquenta e um reais) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.967 DE 19 DE Março DE 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 8.967 DE 19 DE MARÇO DE 2012

DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que

lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal CRISTIANE MARIA OLESCOWITZ, Matrícula Funcional nº 000517, Registro no Sistema sob nº 000517, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor Auxiliar "em extinção", para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Nível de Vencimento 1, Referência A, percebendo o valor de R\$ 1.451,00 (um mil quatrocentos e cinquenta e um reais) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.968 DE 19 DE Março DE 2012

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 8.968 DE 19 DE MARÇO DE 2012

DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal ALINE DAIANE LIEBL, Matrícula funcional nº 000518, Registro no Sistema sob nº 954616, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor Auxiliar "em extinção", para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Nível de Vencimento 1, Referência A, percebendo o valor de R\$ 1.451,00 (um mil quatrocentos e cinquenta e um reais) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.969 DE 19 DE Março DE 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 8.969 DE 19 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal GABRIELE QUOST TABERT, Matrícula funcional nº 000520, Registro no Sistema sob nº 954618, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor Auxiliar "em extinção", para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Nível de Vencimento 1, Referência A, percebendo o valor de R\$ 1.451,00 (um mil quatrocentos e cinquenta e um reais) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.970 DE 19 DE Março DE 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 8.970 DE 19 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal SANDRA SCHWARZ, Matrícula Funcional nº 000522, Registro no Sistema sob nº 954620, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor Auxiliar "em extinção", para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Nível de Vencimento 1, Referência A, percebendo o valor de R\$ 1.451,00 (um mil quatrocentos e cinquenta e um reais) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.971 DE 19 DE Março DE 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 8.971 DE 19 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal LUANA BRUNA RODRIGUES, Matrícula Funcional nº 000525, Registro no Sistema sob nº 954625, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor Auxiliar "em extinção", para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Nível de Vencimento 1, Referência A, percebendo o valor de R\$ 1.451,00 (um mil quatrocentos e cinquenta e um reais) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.972 DE 19 DE Março DE 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 8.972 DE 19 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal VERA LÚCIA CARVALHO DE LIMA, Matrícula Funcional nº 000535, Registro no Sistema sob nº 954638, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor Auxiliar "em extinção", para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Nível de Vencimento 1, Referência A, percebendo o valor de R\$ 1.451,00 (um mil quatrocentos e cinquenta e um reais) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.973 DE 19 DE Março DE 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 8.973 DE 19 DE MARÇO DE 2012

DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal ANGELA MARIA GSCHWENDTNER, Matrícula Funcional sob nº 000557, Registro no Sistema sob nº 954678, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor Auxiliar "em extinção", para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Nível de Vencimento 1, Referência A, percebendo o valor de R\$ 1.451,00 (um mil quatrocentos e cinquenta e um reais) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.974 DE 19 DE Março DE 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 8.974 DE 19 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal SANDRA REGINA KOTOVICZ PRUCHNESKI, Matrícula Funcional nº 000261, registro no Sistema sob nº 101970, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência C, percebendo o valor de R\$ 1.108,34 (um mil, cento e oito reais e trinta e quatro centavos) mensais, com jornada de trabalho de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.975 DE 19 DE Março DE 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 8.975 DE 19 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal SILVANIRA TELMA, Matrícula Funcional nº 000226, Registro no Sistema sob nº 102000, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência B, percebendo o valor de R\$ 2.152,12 (dois mil, cento e cinquenta e dois reais e doze centavos) mensais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 8.976 DE 19 DE Março DE 2012

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 8.976 DE 19 DE MARÇO DE 2012
DISPÕE SOBRE ENQUADRAMENTO DA
SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 71, inciso IX, combinado com o Artigo 91, inciso II, alínea "b" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e com fundamento dos Artigos 177 e 178 da Lei Municipal Complementar nº 088/2012 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art.1º) Enquadrar a Servidora Pública Municipal MERI TEREZINHA MACHADO HÜBNER, Matrícula Funcional nº 000107, Registro no Sistema sob nº 102190, por força dos Artigos 177 e 178 da Lei Complementar Municipal nº 088/2012, no cargo de Professor I - Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), para exercer as funções definidas no Anexo III.I, do Estatuto dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Alegre, correspondente ao Cód. P2, Nível de Vencimento 2, Referência C, percebendo o valor de R\$ 1.108,34 (um mil, cento e oito reais e trinta e quatro centavos) mensais, com jornada de trabalho de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Ficam asseguradas todas as vantagens remuneratórias anteriormente adquiridas.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de março de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 19 de março de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 19/03/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 02/2012 DE 21/03/12

LEI COMPLEMENTAR Nº 02/2012 DE 21/03/12
REVOGA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 103 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 03/2000 QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS - SC., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE

LEI:

Art. 1º - Fica revogado o parágrafo único do Artigo 103 da Lei Complementar nº 03/2000 de 04/12/2000, que Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores públicos da Administração Direta e Indireta do Município de Campos Novos - SC.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em,
21 de março de 2012.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.740 DE 21/03/2012

LEI Nº 3.740 DE 21/03/2012

AUTORIZA O REAJUSTE DE VENCIMENTOS DOS SERVIDORES EFETIVOS ATIVOS E INATIVOS, COMISSIONADOS E PENSIONISTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Legislativo Municipal autorizado a conceder um reajuste de vencimentos dos servidores efetivos ativos, inativos e pensionistas, na ordem de 3,32 (três vírgula trinta e dois por cento).

Art. 2º. Aplicam-se os percentuais de reajuste previsto no artigos 1º aos ocupantes de cargos em comissão de livre nomeação pelo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 3º. Para o lançamento na folha de pagamento dos Servidores da Câmara Municipal será somado o índice de revisão geral anual de 4,68%, autorizado pela Lei nº 3737/2012 e o índice de reajuste mencionado no art. 1º e feito um único lançamento no percentual de 8,0% (oito por cento).

Art. 4º. Fica o chefe do Poder Legislativo Municipal autorizado a proceder os devidos ajustes e atualizações nos quadros de vencimentos que integram o Plano de Cargos e Salários do Poder Legislativo, mediante a aplicação do disposto na presente Lei.

Art. 5º. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações específicas consignadas no orçamento vigente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de março de 2012.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em,
21 de março de 2012.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.741 DE 21/03/2012

LEI Nº 3.741 DE 21/03/2012

DENOMINA DE "HILÁRIO ZANCANARO" A RUA LOCALIZADA NO LOTEAMENTO GRANZOTTO, NO BAIRRO SANTO ANTÔNIO.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Denomina de "HILÁRIO ZANCANARO" a Rua localizada no Loteamento Granzotto, no Bairro Santo Antônio, neste município, conforme mapa em anexo.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em,
21 de março de 2012.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.742 DE 21/03/2012

LEI Nº 3.742 DE 21/03/2012

DENOMINA DE "ZEFERINO BITTENCOURT" A RUA LOCALIZADA NO LOTEAMENTO GRANZOTTO, NO BAIRRO SANTO ANTÔNIO.

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Denomina de "ZEFERINO BITTENCOURT" a Rua localizada no Loteamento Granzotto, no Bairro Santo Antônio, neste município, conforme mapa em anexo.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Lei em,
21 de março de 2012.
VILIBALDO ERICH SCHMID
Prefeito Municipal

Decreto Nº 6.502/12 DE 26/03/12

DECRETO Nº 6.502/12 DE 26/03/12

NOMEIA MEMBROS DA INSTÂNCIA DO COMITÊ DE CONTROLE SOCIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DE CAMPOS NOVOS

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeadas as seguintes pessoas para comporem a Instância do Comitê de Controle Social do Programa Bolsa Família de Campos Novos:

DIRETORIA

Presidente: Beatriz Fátima Marcon Basílio

Vice-Presidente: Magdolna Carlesso de Lima

Secretária: Mirian Cestari Niebuhr

GOVERNAMENTAIS

- Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Beatriz Fátima Marcon Basílio

Suplente: Kerlly Juciane Walter

- Secretaria Municipal da Saúde

Titular: Ivone Maria Zambon

Suplente: Marciany Machado Gilioli

- Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Titular: Vera Lúcia de Vargas

Suplente: Magali Corona Mecabô

- Conselho Tutelar

Titular: Magdolna Carlesso de Lima

Suplente: Susana Vieira Sarmento

NÃO-GOVERNAMENTAIS

- Pastoral da Criança

Titular: Odete Maria Cinadon

Suplente: Maria Nilza de Oliveira

- Centro Beneficiente S. Aparecida

Titular: Maria Carmen Chiocca Binder

Suplente: Rosane Proner

- Associação das Senhoras Rotarianas Dona Maria Zorzi - Casa da Amizade

Titular: Cleide Pierina Foppa Glemboski

Suplente: Mirian Cestari Niebuhr - Suplente

- UNIÃO CAMPONOVENSE DE ENTIDADES COMUNITARIAS - UNICAMPO

Titular: Vilmar de Matos

Suplente: Antônio Freitas

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
26 de março de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

Aviso DE Licitação - Pregão Presencial Nº 13/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2012

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 10/04/2012 às 15:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço - Por Item, tendo como objeto CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA COM FORNECIMENTO DE APARELHOS ADEQUADOS E MATERIAIS PARA O ATENDIMENTO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 09h00min às 15h00min horas diariamente.

Campos Novos, 26 de março de 2012.

DIVALDETE MARIA BORTOLI

Secretária Municipal de Saúde

Aviso DE Licitação PR 20_12

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2012

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 11/04/2012 às 15:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço Global, tendo como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E LOCAÇÃO DO SISTEMA NOTA ELETRONICA, PRESTADORA DE SERVIÇO PARA LANÇAMENTO E GERAÇÃO DAS NOTAS FISCAIS DE SERVIÇO COM LANÇAMENTO AUTOMÁTICO DO IMPOSTO PARA A PREFEITURA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua São João Batista, no horário das 13:00 min às 17:30 horas diariamente.

Campos Novos, 28 de março de 2012.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto nº004/2012

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DAS CONTAS DO Prefeito Municipal REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2010.

O cidadão José Adelar Carpes, Presidente Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 65, do Regimento Interno..

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Ficam APROVADAS as Contas do Município de Campos Novos referente ao ano de 2010, conforme parecer exarado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, favorável ao parecer prévio do Tribunal de Contas, relativo ao processo PCP - 11/00137006.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 21 de março de 2012.

JOSÉ ADELAR CARPES

Presidente da Mesa

Moção Nº 10/2012

MOÇÃO Nº 10/2012

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparado no artigo 21 e incisos do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao setor competente a seguinte

“MOÇÃO de APELO”

O Poder Legislativo de Campos Novos (SC), por seus representantes legais, vem por meio deste solicitar à 8ª Secretaria Regional

- SDR - e a Gerência Regional de Saúde para realizar juntamente com o Conselho de Desenvolvimento do Município convênio com o Estado para viabilização da Implantação de uma Clínica de Reabilitação para Dependentes Químicos e Alcoólicos no município de Campos Novos. Observa-se que a região não possui um local adequado para tratar esse problema social e nas clínicas existentes não possuem mais vagas para internamento.

Continuação da moção nº 10/2012

Sala das Sessões, em 05/03/2012.

JOÃO VALDENIR DA SILVA
Vice-Presidente

JOSÉ ADELAR CARPES
Presidente da Mesa

JOSÉ TADEU GUZATTI
1º Secretário

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)
2º Secretário

ADAVILSON TELLES
Vereador

CIRILO RUPP
Vereador

LEONILDO RECALCATTI
Vereador

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES
Vereador

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO
Vereador

Moção Nº 12/2012

MOÇÃO Nº 12/2012

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparado no artigo 21 e incisos do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao setor competente a seguinte

“MOÇÃO de PARABENIZAÇÃO”

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por meio de seus representantes Legais, manifestam integral e irrestrita parabenização ao

“CONSELHO DA CAPELA SÃO JOSÉ DA BARRA DO LEÃO”

A pedido do Vereador “Leonildo Recalcatti”, vimos por meio deste parabenizar a comissão, festeiros e toda a comunidade da Barra do Leão, pela belíssima festa que foi realizada no último dia 04 em honra à Nossa Senhora de Lourdes.

O sucesso da festa nos mostra a ótima organização e a união dos membros desta comissão e festeiros envolvidos.

Outrossim desejamos sucesso em futuros eventos nos próximos anos, bem como já vem ocorrendo nesta Comunidade.

Era o que havia para o momento.

Continuação da moção nº 12/2012

Sala das Sessões, em 07/03/2012.

LEONILDO RECALCATTI
Vereador

JOSÉ ADELAR CARPES
Presidente da Mesa

JOÃO VALDENIR DA SILVA
Vice-Presidente

JOSÉ TADEU GUZATTI
1º Secretário

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)
2º Secretário

CIRILO RUPP
Vereador

ADAVILSON TELLES
Vereador

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES
Vereador

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO
Vereador

Moção Nº 13/2012

MOÇÃO Nº 13/2012

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparado no artigo 21 e incisos do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao setor competente a seguinte

“MOÇÃO de PARABENIZAÇÃO”

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por meio de seus representantes Legais, manifestam integral e irrestrita parabenização à

“TODAS AS MULHERES, PELO DIA INTERNACIONAL DA MULHER”

Neste 8 de março, Dia Internacional da Mulher, o Presidente José Adelar Carpes e todos os demais membros desta Casa, parabenizam vocês mulheres pelo seu dia. Parabéns por esta data especial, que vem enaltecer ainda mais a importância feminina na sociedade.

Força, inteligência, justiça, garra, liderança, perseverança, carinho, amor, criatividade, amizade, paciência, doçura e outras inúmeras qualidades presentes na alma feminina despertam durante sua trajetória de vida, revelando a grandiosidade que existe em cada uma de vocês mulheres.

Continuação da moção nº 13/2012

Mulheres que cada dia vem ocupando lugar de destaque em todas as áreas de nosso cotidiano, mostrando que conseguiram com o passar do tempo seu espaço mais que merecido e direitos iguais ao ser humano independente de sexo, cor ou religião.

Outrossim, desejamos que o símbolo da mulher continue a crescer,

continuando sempre a serem vistas como vitoriosas guerreiras, que um dia transformaram uma sociedade preconceituosas em uma sociedade igualitária.

Sala das Sessões, em 07/03/2012.

JOSÉ ADELAR CARPES
Presidente da Mesa

JOSÉ TADEU GUZATTI
1º Secretário

JOÃO VALDENIR DA SILVA
Vice-Presidente

ADAVILSON TELLES
Vereador

MAURILIO CASTRO CAMPAGNONI (CASSIO)
2º Secretário

CIRILO RUPP
Vereador

LEONILDO RECALCATTI
Vereador

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES
Vereador

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO
Vereador

Moção Nº 14/2012 MOÇÃO Nº 14/2012

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparado no artigo 21 e incisos do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao setor competente a seguinte

"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por meio de seus representantes Legais, manifesta integral e irrestrita parabenização a

"DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA COOCAM"

A pedido do Vereador Adavilson Telles "Mancha", vimos por meio deste parabenizar a Cristiane Moro eleita presidente e aos demais membros da nova diretoria da Associação de Funcionários da COOCAM, eleitos em assembléia realizada no dia 09 de março. Outrossim, desejamos pleno sucesso em todas as atividades que vierem a ser desenvolvidas pela nova diretoria.

Continuação da moção nº 14/2012

Sala das Sessões, em 07/03/2012.

ADAVILSON TELLES
Vereador

JOSÉ ADELAR CARPES
Presidente da Mesa

JOÃO VALDENIR DA SILVA
Vice-Presidente

JOSÉ TADEU GUZATTI
1º Secretário

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)
2º Secretário

CIRILO RUPP
Vereador

LEONILDO RECALCATTI
Vereador

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES
Vereador

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO
Vereador

Moção Nº 15/2012 MOÇÃO Nº 15/2012

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparado no artigo 21 e incisos do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao setor competente a seguinte

MOÇÃO de PARABENIZAÇÃO

O Poder Legislativo de campos Novos - SC, por meio de seus representantes legais, manifestam integral e irrestrita parabenização ao

"PROCON "

A pedido do vereador João Valdenir da Silva, vimos por meio deste parabenizar a atendente da agência do Procon, Maristela Carmi-natti, pelo excelente trabalho desenvolvido no encaminhamento das reclamações efetuadas na agência de Campos Novos -SC.

Outrossim, desejamos sucesso na realização de seus trabalhos.

Sala das Sessões, em 09/03/2012.

JOÃO VALDENIR DA SILVA
Vice-Presidente

Moção Nº 17/2012 MOÇÃO Nº 17/2012

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparado no artigo

21 e incisos do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao setor competente a seguinte

"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO".

O Poder Legislativo de Campos Novos-SC, por meio de seus representantes Legais, manifestam integral e irrestrita parabenização a

"DIRETORIA DA REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE CAMPOS NOVOS"

A pedido do Vereador Maurílio Castro Campagnoni, vimos por meio deste parabenizar a Senhora "SANDRA ALMEIDA CHIOCCA" que foi empossada Presidente da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Campos Novos, juntamente com toda a Diretoria Executiva e membros que fazem parte desta Rede, pela posse e pela iniciativa da implantação da entidade em nosso Município. Outrossim desejamos pleno sucesso neste maravilhoso trabalho, e contudo que sigam fazendo a diferença em nosso Município ajudando sempre a conscientizar e orientar as mulheres na importância do cuidado com a saúde e a prevenção do câncer, e dizer que é uma honra termos pessoas como vocês em nossa Cidade.

Continuação da moção nº 17/012

Sala das Sessões, em 14/03/2012.

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)
2º Secretário

JOSÉ ADELAR CARPES
Presidente da Mesa

JOÃO VALDENIR DA SILVA'
Vice-Presidente

JOSÉ TADEU GUZATTI
1º Secretário

ADAVILSON TELLES
Vereador

CIRILO RUPP
Vereador

LEONILDO RECALCATTI
Vereador

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES
Vereador

SÍLVIO HENRIQUE DE A.LOPES SOBRINHO
Vereador

Moção nº08/2012
MOÇÃO Nº 8/2012

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

O Vereador que a presente subscreve, componente da Bancada do PMDB, com assento nesta Casa, membro titular da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparado no artigo 21 e incisos do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal para que este determine, junto ao setor competente a seguinte

"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

A Pedido do Vereador Sílvio Henrique de Almeida Lopes Sobrinho (Silvinho), vimos através desta parabenizar a Agência de Comunicação AZ Eventos pela qualidade e organização na recepção de eventos na região, em especial a formatura de Direito realizada no dia 10 de fevereiro de 2012 em Campos Novos. Na oportunidade a empresa mostrou uma forma inovadora de realização de eventos agregando beleza, bom atendimento e modernização o que a torna referência neste segmento. Outrossim desejamos pleno sucesso na realização deste importante trabalho.

Sala das Sessões, em 22/02/2012.

SÍLVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO
Vereador

Moção nº09/2012
MOÇÃO Nº 9/2012

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparado no artigo 21 e incisos do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal para que este determine, junto ao setor competente a seguinte

"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por meio de seus representantes Legais, manifestam integral e irrestrita parabenização a

"ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO APARECIDA"

A pedido do Vereador Adavilson Telles "Mancha", vimos por meio deste parabenizar pela realização do Carnaval de Rua do Bairro Aparecida/2012.

Evento que proporcionou momentos de alegria e descontração ao público que curtiu a festa. Desta forma, mantendo viva em nosso município a festa mais popular de nosso país.

Outrossim, desejamos pleno sucesso na realização dos próximos eventos.

Continuação da moção nº 09/2012

Sala das Sessões, em 22/02/2012.

ADAVILSON TELLES
Vereador

JOSÉ ADELAR CARPES
Presidente da Mesa

JOÃO VALDENIR DA SILVA
Vice-Presidente

JOSÉ TADEU GUZATTI
1º Secretário

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI (CÁSSIO)

2º Secretário

CIRILO RUPP
Vereador

LEONILDO RECALCATTI
Vereador

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES
Vereador

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO
Vereador

Moção nº16/2012
MOÇÃO Nº 16/2012

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparado no artigo 21 e incisos do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao setor competente a seguinte

“MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO”.

O Poder Legislativo de Campos Novos-SC, por meio de seus representantes Legais, manifestam integral e irrestrita parabenização a

“ACADAV - ASSOCIAÇÃO CAMPONOVENSE DE APOIO AOS DEFICIENTES AUDITIVOS E VISUAIS”

A pedido do Vereador Maurílio Castro Campagnoni, vimos por meio deste parabenizar a Diretoria da Associação Camponovense de Apoio aos Deficientes Auditivos e Visuais e a todos os membros que fazem parte da mesma, pelos 5 anos de atividades em nosso Município.

Outrossim desejamos pleno sucesso em todas as atividades, e contudo que sigam fazendo este trabalho maravilhoso que vêm sendo feito nestes 5 anos, ajudando sempre as pessoas portadoras de deficiência, á conquistarem o seu espaço em nossa sociedade.

Continuação da moção nº 16/12

Sala das Sessões, em 14/03/2012.

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI(CÁSSIO)
2º Secretário

JOSÉ ADELAR CARPES
Presidente da Mesa

JOÃO VALDENIR DA SILVA
Vice-Presidente

JOSÉ TADEU GUZATTI
1º Secretário

ADAVILSON TELLES
Vereador

CIRILO RUPP
Vereador

LEONILDO RECALCATTI
Vereador

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES
Vereador

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO
Vereador

Moçãoº 11/2012
MOÇÃO Nº 11/2012

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparado no artigo 21 e incisos do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao setor competente a seguinte

“MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO”

O Poder Legislativo de Campos Novos - SC, por meio de seus representantes Legais, manifestam integral e irrestrita parabenização ao

“ROTARY CLUB - CAMPOS NOVOS”

A pedido do Vereador Adavilson Telles “MANCHA”, vimos por meio deste parabenizar a todos os rotarianos pelo passagem do Dia do Rotary no dia 23 de fevereiro.

Pela excelente postura em suas atuações sociais, sempre buscando o bem estar da coletividade. Sabemos que muitas realizações marcaram a trajetória deste clube de serviço, que mesmo depois de muitos serviços prestados aos camponovenses, temos certeza que ainda temos muito a nos orgulhar. Outrossim, desejamos sucesso a diretoria e demais integrantes.

Continuação da moção nº 11/2012

Sala das Sessões, em 05/03/2012.

ADAVILSON TELLES
Vereador

JOSÉ ADELAR CARPES
Presidente da Mesa

JOÃO VALDENIR DA SILVA
Vice-Presidente

JOSÉ TADEU GUZATTI
1º Secretário

MAURILIO CASTRO CAMPAGNONI (CASSIO)
2º Secretário

CIRILO RUPP
Vereador

LEONILDO RECALCATTI
Vereador

JOSÉ JAIR FAGUNDES ANTUNES
Vereador

SILVIO HENRIQUE DE A. LOPES SOBRINHO
Vereador

SAMAE

Portaria 016/2012

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Rua Caetano Carlos - 466 Fone/Fax (49) 3541-0844 e 3541-0834
89.620-000 CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA
CNPJ - 83.158.105/0001-09 Inscrição Estadual - Isento
PORTARIA SAMAE CNO 016/2012, DE 26 de Março de 2012

O Diretor do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos - SC, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o parecer da Procuradoria Jurídica do Município;

Com amparo nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 12/2011 - que institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários dos servidores do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE.

RESOLVE

Art. 1º Conceder ao servidor LUIS JOSE BORELLA, a incorporação de R\$ 53,43 (Cinquenta e três reais e quarenta e três centavos), correspondente a 10% (dez por cento) do valor da função de chefe de seção exercida no período de 01/06/1995 à 01/12/1995 e no período de 12/03/1998 à 31/08/1998 e no valor da função de coordenador das atividades administrativas no período de 01/10/2010 à 30/10/2010;

Art. 2º A incorporação do valor descrito no artigo 1º, constará em campo próprio na folha de pagamento;

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
Diretor do SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

Portaria Nº. 144/2012

PORTARIA Nº. 144/2012

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR PARA EXERCER CARGO COMISSIONADO

Art.1º - Fica nomeado ANDERSON RODRIGO STOLARSKY para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Família, cedido à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, a partir de 01/03/2012, conforme comunicação interna.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de fevereiro de 2012.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito em Exercício

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças em 23/02/2012.

PEDRO TEODORICO ARAÚJO

Secretário Municipal de Administração e Finanças Interino

Capinzal

PREFEITURA

Edital DE Notificação DE Imposição DE Penalidade Pelo Cometimento DE Infração DE Trânsito Nº. 266 963/2012 A 970/2012



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 266 963/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALB1270	55038192D	6920/0	03/02/2012	233
LXV0156	55038178D	6920/0	13/01/2012	233
LYD2617	55038174D	6920/0	13/01/2012	233
MBQ4100	55038086D	5010/0	09/01/2012	162 * I
MBQ4100	55038087D	5061/0	09/01/2012	163 c/c 162 * I
MBQ4100	55038088D	6599/2	09/01/2012	230 * V
MHO3440	55037917D	6599/2	01/01/2012	230 * V
MHO6462	55038177D	6920/0	13/01/2012	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 29 DE FEVEREIRO DE 2012

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 266 964/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CCK4477	55269879D	5541/2	05/01/2012	181 * XVII
JFV3664	55269870D	5541/2	03/01/2012	181 * XVII
LXO5754	55037887D	5185/1	03/01/2012	167
LZJ5345	55269871D	5541/2	03/01/2012	181 * XVII
LZR8786	55269858D	5541/2	29/12/2011	181 * XVII
MDR1420	55269905D	5541/2	18/01/2012	181 * XVII
MFR8265	55269843D	5541/5	23/12/2011	181 * XVII
MFS6208	55038085D	5967/0	06/01/2012	203 * V
MHB3676	55269872D	5541/2	03/01/2012	181 * XVII
MJB5039	55269881D	5541/2	05/01/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 29 DE FEVEREIRO DE 2012

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 266 965/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ANM8183	55038017D	6912/0	20/12/2011	R\$ 53,20	232
BGF5325	55037801D	6920/0	07/10/2011	R\$ 127,69	233
LXM5138	55037903D	5010/0	19/11/2011	R\$ 574,61	162 * I
LXM5138	55037904D	5061/0	19/11/2011	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LZH1315	55037820D	6920/0	17/10/2011	R\$ 127,69	233
MBT3846	55071095B	6599/2	10/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MGZ8398	55037759D	5010/0	09/11/2011	R\$ 574,61	162 * I
MGZ8398	55037760D	5061/0	09/11/2011	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MGZ8398	55037761D	6599/2	09/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MIK8653	54941886C	6610/2	27/10/2011	R\$ 127,69	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 29 DE FEVEREIRO DE 2012

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 266 966/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADX3383	55269753D	5541/2	24/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
AEX9792	55269737D	5541/2	18/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
AMV3291	55269690D	5541/2	27/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
ILD0241	55269560D	5541/2	22/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
LWZ1976	55037973D	7455/0	24/11/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXM0961	55269722D	5541/2	11/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
LXM5138	55037905D	7048/1	19/11/2011	R\$ 191,53	244 * II
LXR2455	55037971D	5967/0	24/11/2011	R\$ 191,53	203 * V
LZJ2637	54942919C	5835/0	01/10/2011	R\$ 127,69	195
LZJ2637	54942920C	5207/0	01/10/2011	R\$ 53,20	169
LZK0372	55269704D	5541/2	03/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MCQ4553	55269609D	5541/2	10/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MDY5453	54240597D	5541/2	31/08/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MEG4986	55038067D	6530/0	26/11/2011	R\$ 127,69	228
MFO9384	55269581D	5541/2	28/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MGX1806	55037972D	5185/1	24/11/2011	R\$ 127,69	167
MHJ5817	55269755D	5541/2	24/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MIG4536	55269686D	5541/2	26/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MIQ6193	55269539D	5541/2	15/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MIV4254	55269733D	5541/2	17/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MJB6755	55269826D	5541/2	16/12/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 29 DE FEVEREIRO DE 2012

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 266 967/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYJ6898	55038189D	6920/0	30/01/2012	233
MEL6449	55038251D	6912/0	31/01/2012	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 15 DE MARÇO DE 2012

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 266 968/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AQJ9434	55269896D	5541/2	12/01/2012	181 * XVII
MBC0882	55269889D	5541/2	07/01/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 15 DE MARÇO DE 2012

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 266 969/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ILX6462	55038132D	6920/0	08/12/2011	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 15 DE MARÇO DE 2012

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 266 970/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALL3779	55269832D	5541/2	17/12/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
CLP1136	55269580D	5541/2	28/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MDH9273	55269649D	5541/2	17/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MDP5082	55269741D	5541/2	19/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MDQ3898	55269665D	5541/2	19/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MIV3189	55037907D	5967/0	01/12/2011	R\$ 191,53	203 * V
MIV3189	55037908D	7366/2	01/12/2011	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

CAPINZAL/SC, 15 DE MARÇO DE 2012

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

Edital DE Notificação DE Imposição DE Penalidade Pelo Cometimento DE Infração DE Trânsito Nº. 266 971/2012 A 974/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 266 971/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
KCN9690	55037988D	5010/0	11/02/2012	162 * I
KCN9690	55037989D	5061/0	11/02/2012	163 c/c 162 * I
KCN9690	55037990D	5169/1	11/02/2012	165
MFS6208	54943498C	5274/3	23/01/2012	175
MIK8653	55037919D	5274/1	05/02/2012	175
MIK8653	55038022D	5274/2	05/02/2012	175
MIQ2771	54942868C	5169/1	04/02/2012	165
MJI3151	55037895D	6580/0	21/01/2012	230 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 26 DE MARÇO DE 2012

MARCOS ITO OKUMA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 266 972/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALK3375	55269911D	5541/2	20/01/2012	181 * XVII
DDB7209	55269942D	5541/2	03/02/2012	181 * XVII
LZR9552	55269933D	5541/2	01/02/2012	181 * XVII
MAY3770	55269919D	5541/2	24/01/2012	181 * XVII
MCS4205	55037980D	6050/1	21/01/2012	208
MDW4292	55269936D	5541/6	02/02/2012	181 * XVII
MFE5314	55269903D	5541/2	17/01/2012	181 * XVII
MFS6208	54943496C	7030/2	23/01/2012	244 * I
MFS6208	54943497C	7056/1	23/01/2012	244 * III
MFS6208	54943499C	5800/0	23/01/2012	192
MFS6208	54943500C	7064/0	23/01/2012	244 * IV
MGQ1846	55269910D	5541/2	20/01/2012	181 * XVII
MHW7787	55269890D	5541/2	09/01/2012	181 * XVII
MIS6206	55269920D	5541/2	24/01/2012	181 * XVII
MIV6054	55269930D	5541/2	01/02/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 26 DE MARÇO DE 2012

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 266 973/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABZ1593	55037837D	6920/0	04/11/2011	R\$ 127,69	233
AFQ2515	55037680D	5010/0	15/10/2011	R\$ 574,61	162 * I
AFQ2515	55037681D	5061/0	15/10/2011	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
AFQ2515	55037682D	6599/2	15/10/2011	R\$ 191,53	230 * V
AFQ2515	55037683D	6637/1	15/10/2011	R\$ 127,69	230 * IX
AJG9600	55037850D	6920/0	16/11/2011	R\$ 127,69	233
DSI9500	54943348C	6920/0	22/12/2011	R\$ 127,69	233
IDH3118	55038144D	6920/0	12/12/2011	R\$ 127,69	233
IGD7990	55038151D	6920/0	23/12/2011	R\$ 127,69	233
JLJ2732	55038126D	6920/0	08/12/2011	R\$ 127,69	233
LXC2822	55071098B	6599/2	14/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
LXQ2883	55038115D	6920/0	08/12/2011	R\$ 127,69	233
LXW1958	55037711D	6599/2	04/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
LXW7187	55037883D	6912/0	08/12/2011	R\$ 53,20	232
LZH1504	55037712D	5010/0	07/11/2011	R\$ 574,61	162 * I
LZH1504	55037713D	5061/0	07/11/2011	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LZH1504	55037715D	6556/4	07/11/2011	R\$ 191,53	230 * I
LZH1504	55037957D	6610/2	07/11/2011	R\$ 127,69	230 * VII
LZH1504	55037958D	6599/2	07/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MAO2903	54943492C	5010/0	10/11/2011	R\$ 574,61	162 * I
MAO2903	54943492C	5061/0	10/11/2011	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MAO2903	54943494C	6599/2	10/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MAU6477	55037828D	6920/0	21/10/2011	R\$ 127,69	233
MBL6536	55037955D	6599/2	04/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MBL6536	55037956D	6556/5	04/11/2011	R\$ 191,53	230 * I
MDJ2467	55038054D	5061/0	10/11/2011	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDJ2467	55038055D	5010/0	10/11/2011	R\$ 574,61	162 * I
MEE4434	55038143D	6920/0	12/12/2011	R\$ 127,69	233
MEQ4456	55038150D	6920/0	19/12/2011	R\$ 127,69	233
MHU3463	55037849D	6920/0	16/11/2011	R\$ 127,69	233
MHU3463	55037858D	6599/2	06/11/2011	R\$ 191,53	230 * V
MIW5375	55037684D	6653/1	20/10/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MJB2561	55037709D	7340/0	31/10/2011	R\$ 85,12	252 * IV
MJB2561	55037851D	5010/0	31/10/2011	R\$ 574,61	162 * I
MJB2561	55037852D	5061/0	31/10/2011	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MJB2561	55037853D	5274/1	31/10/2011	R\$ 191,53	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 26 DE MARÇO DE 2012

MARCOS ITO OKUMA
DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 266 974/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AIA1317	55269691D	5541/2	28/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
AJH1677	55038004D	6530/0	13/11/2011	R\$ 127,69	228
AKG0240	55269799D	5541/2	07/12/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
BTF4899	54943487C	5185/1	30/10/2011	R\$ 127,69	167
BWL2342	55269602D	5541/2	05/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
CIO5293	55269834D	5541/2	19/12/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
DUC9624	55269608D	5541/2	10/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
IGF7534	55269603D	5541/2	08/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
KIB6980	55071099B	5525/0	14/11/2011	R\$ 85,12	181 * XV
LYC8137	55269806D	5541/2	10/12/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
LYM1444	55269587D	5541/2	03/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MAD8905	55269706D	5541/2	04/11/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MAM6833	55037716D	5541/1	11/12/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MAU6477	55269669D	5541/2	20/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MBV0760	55269668D	5541/2	20/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MBX9371	55269590D	5541/2	03/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MCG1212	55269612D	5541/2	10/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MDA2228	55269599D	5541/2	05/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MDR5451	55269859D	5541/2	29/12/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MHZ8801	55269819D	5541/2	14/12/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MIW5375	55037685D	5347/0	20/10/2011	R\$ 85,12	178
MIW5375	55037686D	5207/0	20/10/2011	R\$ 53,20	169
MIW5375	55037687D	5215/2	20/10/2011	R\$ 191,53	170
MJB2561	55037710D	5835/0	31/10/2011	R\$ 127,69	195
MJF3967	55269670D	5541/2	20/10/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
NGN2291	55269573D	5541/2	27/09/2011	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 26 DE MARÇO DE 2012

ERALDO JOSE HACHMANN

DIRETOR DE TRANSITO

SIMAE**Portaria N º 003/2012/SIMAE-CAO**

PORTARIA N º 03/2012/SIMAE-CAO, de 26 de março de 2012.
Concede Revisão Geral anual a Servidores que especifica.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

Conceder Revisão Geral Anual aos vencimentos dos servidores ativos e inativos do Quadro Geral da Autarquia em 3,06% (três vírgula zero seis por cento), baseado no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), no período de maio a dezembro de 2011, sobre os vencimentos, a contar de 1º de abril de 2011, de acordo com a Lei nº 3.013/12, da Prefeitura Municipal de Capinzal. Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENSO
Diretor

Catanduvás**PREFEITURA****Extrato DE Contrato Nº 0070/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 0070/2012
Inexigibilidade nº 0003/2012 (Processo Licitatório nº 0034/2012).

Objeto: Aquisição de equipamentos mobiliários escolares para as escolas de ensino fundamental, visando o desempenho das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.
CONTRATADO: PROCOMP AMAZONIA INDÚSTRIA ELETRONICA LTDA..

Valor global contratado: R\$ 38.194,00 (trinta e oito mil cento e noventa e quatro reais).
Prazo de vigência: 15 de março de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 15 de março de 2012.
Gisa Aparecida Giacomini - Prefeita Municipal

Extrato DE Contrato Nº 0071/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 0071/2012
Inexigibilidade nº 0003/2012 (Processo Licitatório nº 0034/2012).

Objeto: Aquisição de equipamentos mobiliários escolares para as escolas de ensino fundamental, visando o desempenho das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.
CONTRATADO: CEQUIPEL INDÚSTRIA DE MOVEIS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS GERAIS LTDA.

Valor global contratado: R\$ 22.330,00 (vinte e dois mil trezentos e trinta reais).
Prazo de vigência: 15 de março de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 15 de março de 2012.
Gisa Aparecida Giacomini - Prefeita Municipal

Extrato DE Contrato Nº 0072/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 0072/2012
Inexigibilidade nº 0003/2012 (Processo Licitatório nº 0034/2012).

Objeto: Aquisição de equipamentos mobiliários escolares para as escolas de ensino fundamental, visando o desempenho das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.
CONTRATADO: L & Z ELETRICIDADE E ILUMINAÇÃO LTDA.
Valor global contratado: R\$ 1.466,97 (um mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e noventa e sete centavos).
Prazo de vigência: 15 de março de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 15 de março de 2012.
Gisa Aparecida Giacomini - Prefeita Municipal

Extrato DE Contrato Nº 0073/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 0073/2012
Inexigibilidade nº 0003/2012 (Processo Licitatório nº 0034/2012).

Objeto: Aquisição de equipamentos mobiliários escolares para as escolas de ensino fundamental, visando o desempenho das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.
CONTRATADO: BRINK MOBIL EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS LTDA.
Valor global contratado: R\$ 16.294,40 (dezesesseis mil, duzentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos).
Prazo de vigência: 15 de março de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 15 de março de 2012.
Gisa Aparecida Giacomini - Prefeita Municipal

Extrato DE Contrato Nº 0074/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 0074/2012
Inexigibilidade nº 0003/2012 (Processo Licitatório nº 0034/2012).

Objeto: Aquisição de equipamentos mobiliários escolares para as escolas de ensino fundamental, visando o desempenho das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.
CONTRATADO: HAYAMAX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA.
Valor global contratado: R\$ 9.851,79 (nove mil oitocentos e cinquenta e um reais e setenta e nove centavos).
Prazo de vigência: 15 de março de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 15 de março de 2012.
Gisa Aparecida Giacomini - Prefeita Municipal

Extrato DE Contrato Nº 0075/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 0075/2012
Inexigibilidade nº 0003/2012 (Processo Licitatório nº 0034/2012).

Objeto: Aquisição de equipamentos mobiliários escolares para as escolas de ensino fundamental, visando o desempenho das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.
CONTRATADO: COPERSON AUDIO E VÍDEO LTDA EPP.
Valor global contratado: R\$ 13.407,00 (treze mil, quatrocentos e sete reais).

Prazo de vigência: 15 de março de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 15 de março de 2012.

Gisa Aparecida Giacomini - Prefeita Municipal

Extrato DE Contrato Nº 0077/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0077/2012

Pregão nº 0015/2012 (Processo Licitatório nº 0030/2012).

Objeto: Contratação de profissionais habilitados na área de música e xadrez, visando o desenvolvimento das Secretarias de Educação, Cultura e Desporto e Assistência Social - Terceira Idade.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: SIMÃO ELIAS WOLF ME.

Valor global contratado: R\$ 11.000,00 (onze mil reais).

Prazo de vigência: 21 de março de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 21 de março de 2012.

Gisa Aparecida Giacomini - Prefeita Municipal

Extrato DE Contrato Nº 0078/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0078/2012

Pregão nº 0015/2012 (Processo Licitatório nº 0030/2012).

Objeto: Contratação de profissionais habilitados na área de música e xadrez, visando o desenvolvimento das Secretarias de Educação, Cultura e Desporto e Assistência Social - Terceira Idade.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: VALDIR DEMETRIO DA SILVA.

Valor global contratado: R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais).

Prazo de vigência: 21 de março de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 21 de março de 2012.

Gisa Aparecida Giacomini - Prefeita Municipal

Extrato DE Contrato Nº 0079/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0079/2012

Pregão nº 0015/2012 (Processo Licitatório nº 0030/2012).

Objeto: Contratação de profissionais habilitados na área de música e xadrez, visando o desenvolvimento das Secretarias de Educação, Cultura e Desporto e Assistência Social - Terceira Idade.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: DIOGO LUIZ DE OLIVEIRA.

Valor global contratado: R\$ 16.250,00 (dezesseis mil duzentos e cinquenta reais).

Prazo de vigência: 21 de março de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 21 de março de 2012.

Gisa Aparecida Giacomini - Prefeita Municipal

Extrato DE Contrato Nº 0080/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0080/2012

Pregão nº 0015/2012 (Processo Licitatório nº 0030/2012).

Objeto: Contratação de profissionais habilitados na área de música e xadrez, visando o desenvolvimento das Secretarias de Educação, Cultura e Desporto e Assistência Social - Terceira Idade.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: IVAN CARLOS RIBEIRO.

Valor global contratado: R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais).

Prazo de vigência: 21 de março de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 21 de março de 2012.

Gisa Aparecida Giacomini - Prefeita Municipal

Extrato DE Contrato Nº 0081/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0081/2012

Pregão nº 0016/2012 (Processo Licitatório nº 0032/2012).

Objeto: Aquisição de material e contratação de mão de obra, visando cumprimento de convênio celebrado com o Governo do Estado para pavimentação de quatro ruas do município de Catanduvas.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: CONCATAN - CONCRETOS CATANDUVAS LTDA.

Valor global contratado: R\$ 55.215,00 (cinquenta e cinco mil duzentos e quinze reais).

Prazo de vigência: 26 de março de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 26 de março de 2012.

Gisa Aparecida Giacomini - Prefeita Municipal

Extrato DE Contrato Nº 0082/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0082/2012

Pregão nº 0016/2012 (Processo Licitatório nº 0032/2012).

Objeto: Aquisição de material e contratação de mão de obra, visando cumprimento de convênio celebrado com o Governo do Estado para pavimentação de quatro ruas do município de Catanduvas.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: PEDREIRA JOAÇABA LTDA.

Valor global contratado: R\$ 48.476,25 (quarenta e oito mil quatrocentos e setenta e seis reais e vinte e cinco centavos).

Prazo de vigência: 26 de março de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 26 de março de 2012.

Gisa Aparecida Giacomini - Prefeita Municipal

Extrato DE Contrato Nº 0083/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0083/2012

Pregão nº 0016/2012 (Processo Licitatório nº 0032/2012).

Objeto: Aquisição de material e contratação de mão de obra, visando cumprimento de convênio celebrado com o Governo do Estado para pavimentação de quatro ruas do município de Catanduvas.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.
CONTRATADO: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TRELISSA LTDA ME..

Valor global contratado: R\$ 42.486,25 (quarenta e dois mil quatrocentos e oitenta e seis reais e vinte e cinco centavos).

Prazo de vigência: 26 de março de 2012 até o dia 31 de dezembro 2012.

Data e assinatura do contrato: 26 de março de 2012.

Gisa Aparecida Giacomini - Prefeita Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Decreto Nº 012/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 012/2012

"ATUALIZA TABELAS DE VENCIMENTO, SUBSÍDIO E SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS E DOS AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com as disposições do §3º do art.1º, da Lei nº 0545 de 09.03.2012,

DECRETA:

Art. 1º Ficam atualizadas, a partir de 1º de junho de 2011, as tabelas de vencimento, subsídio e salário dos Servidores Públicos e dos Agentes Políticos Municipais, na forma dos seguintes anexos, integrantes deste Decreto:

I - Anexo Único da Lei Complementar nº 47/2010 – Cargos de Provimento em Comissão;

II - Anexos III, IV e VI da Lei Complementar nº 007/99 - Plano de Carreira dos Servidores;

III - Anexos V e VII da Lei Complementar nº 006/99 – Plano de Carreira Magistério;

IV – Anexo I da Lei Complementar nº 026/06 - Tabela Salarial do PSF e PACS (ACT);

V - Anexo I da Lei Complementar nº 030/07 - Tabela Salarial do PSF e PACS (Emprego Público);

VI - Subsídio do Prefeito, Vice e Secretários Municipais, fixados pela Lei nº 0387/08.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 27 de março de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

I - Anexo Único da Lei Complementar nº 47/2010

Cargos de Provimento em Comissão

ANEXO ÚNICO

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO – DAS

GRUPO PROFISSIONAL:		DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - DAS	
GABINETE DO PREFEITO			
Nº	Cargo	Grupo	Vencimento (R\$)

1	Chefe de Gabinete	DAS 6	1.693,99
1	Agente de Controle Interno	DAS 7	2.428,05
1	Procurador Jurídico	DAS 8	3.387,98

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Vagas	Cargo	Grupo	Vencimento (R\$)
1	Secretário	Agente Político	
1	Diretor de Administração e Planejamento	DAS 6	1.806,92
1	Diretor do Departamento de Recursos Humanos	DAS 6	1.806,92
1	Chefe da Divisão de Serviços Gerais, Patrimônio e Frota	DAS 5	1.355,19
1	Assessor de Planejamento	DAS 3	880,88
1	Assessor Técnico	DAS 1	756,64

SECRETARIA DA FAZENDA

Vagas	Cargo	Grupo	Vencimento (R\$)
1	Secretário	Agente Político	
1	Chefe da Divisão de Compras, Contratos e Licitações	DAS 5	1.355,19
1	Coordenador Administrativo	DAS 2	892,16

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA

Vagas	Cargo	Grupo	Vencimento (R\$)
1	Secretário	Agente Político	
1	Diretor de Ensino	DAS 6	1.806,92
1	Chefe da Divisão de Cultura	DAS 5	1.355,19
1	Chefe da Divisão de Esportes	DAS 5	1.355,19
2	Coordenador Administrativo	DAS 2	892,16
1	Assessor Técnico	DAS 1	756,64

SECRETARIA DA SAÚDE

Vagas	Cargo	Grupo	Vencimento (R\$)
1	Secretário	Agente Político	
1	Diretor de Atenção Básica à Saúde	DAS 6	1.806,92
1	Chefe da Divisão de Saúde	DAS 5	1.355,19
1	Coordenador Administrativo, Gestão de Trabalho e Educação em Saúde	DAS 2	892,16
1	Coordenador dos Serviços de Vigilância	DAS 2	892,16
2	Assessor Técnico	DAS 1	756,64

SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Vagas	Cargo	Grupo	Vencimento (R\$)
1	Secretário	Agente Político	
1	Diretor de Transportes, Obras e Serviços Urbanos	DAS 6	1.806,92
1	Chefe da Divisão de Urbanismo	DAS 5	1.355,19
1	Coordenador Administrativo	DAS 2	892,16
1	Assessor Técnico	DAS 1	756,64

SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Vagas	Cargo	Grupo	Vencimento (R\$)
1	Secretário	Agente Político	
1	Diretor de Desenvolvimento Agrícola	DAS 6	1.806,92
1	Coordenador Administrativo	DAS 2	892,16
1	Assessor Técnico	DAS 1	756,64
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
Vagas	Cargo	Grupo	Vencimento (R\$)
1	Secretário	Agente Político	
1	Assessor Técnico	DAS 1	756,64
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO			
Vagas	Cargo	Grupo	Vencimento (R\$)
1	Secretário	Agente Político	
1	Assessor Técnico	DAS 1	756,64

II - Anexos III, IV e VI da Lei Complementar nº 007/99
Plano de Carreira dos Servidores

ANEXO III
NÚMERO DE VAGAS – NOMENCLATURA DOS CARGOS – CÓDIGO, VENCIMENTO

Vagas	Cargo	Código	Vencimento (R\$)
01	Administrador	1.1.01	2.145,72
02	Assistente Social	1.1.02	2.145,72
01	Contador	1.1.03	2.371,58
01	Engenheiro Agrônomo	1.1.04	2.145,72
01	Nutricionista	1.1.05	2.484,52
02	Médico	1.1.06	3.952,64
01	Médico Veterinário	1.1.07	1.145,72
01	Odontólogo	1.1.08	3.500,91
01	Psicólogo	1.1.09	2.145,72
01	Enfermeiro	1.1.10	2.145,72
01	Farmacêutico	1.1.11	903,46
01	Medico	1.1.12	7.905,29
01	Fonoaudiólogo	1.1.13	1.242,26
01	Engenheiro Civil	1.1.14	1.468,12
01	Psicólogo	1.1.16	1.129,32
Vagas	Cargo	Código	Vencimento (R\$)
03	Auxiliar de Enfermagem	2.2.01	959,92
02	Fiscal de Tributos	2.2.02	1.445,54
02	Fiscal Sanitário	2.2.03	1.445,54
03	Oficial Administrativo	2.2.04	1.445,54
08	Oficial de nível Médio	3.2.05	1.072,86
04	Secretário de Escola	2.2.06	1.072,86
02	Técnico Agrícola	2.2.07	1.072,86
02	Técnico em Enfermagem	2.2.08	1.095,44
Vagas	Cargo	Código	Vencimento(R\$)
02	Agente de Saúde	3.3.01	959,92
20	Agente de Serviços Gerais	3.3.02	621,13
05	Agente Profissional	3.3.03	1.050,00
12	Auxiliar Administrativo	3.3.04	1.016,39
25	Operador de Equipamento	3.3.05	790,52
15	Operário	3.3.06	621,13
01	Mecânico	3.3.07	1.806,92

02	Operador de Equipamento	3.3.08	395,26
02	Operador de Equipamentos	3.3.09	592,90

ANEXO IV
TABELA DE VENCIMENTO - PROGRESSÃO HORIZONTAL

	NIVEIS										
Código	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI
1.1. 01	2.145,72	2.234,34	2.326,62	2.422,71	2.522,76	2.626,95	2.735,45	2.848,42	2.966,06	3.088,56	3.216,12
1.1. 02	2.145,72	2.234,34	2.326,62	2.422,71	2.522,76	2.626,95	2.735,45	2.848,42	2.966,06	3.088,56	3.216,12
1.1. 03	2.371,58	2.469,53	2.571,52	2.677,72	2.788,31	2.903,47	3.023,38	3.148,25	3.278,27	3.413,66	3.554,65
1.1. 04	2.145,72	2.234,34	2.326,62	2.422,71	2.522,76	2.626,95	2.735,45	2.848,42	2.966,06	3.088,56	3.216,12
1.1. 05	2.484,52	2.587,13	2.693,98	2.805,24	2.921,10	3.041,74	3.167,36	3.298,17	3.434,39	3.576,23	3.723,93
1.1. 06	3.952,64	4.115,88	4.285,87	4.462,88	4.647,19	4.839,12	5.038,98	5.247,09	5.463,79	5.689,45	5.924,42
1.1.07	1.145,72	1.193,04	1.242,31	1.293,62	1.347,04	1.402,68	1.460,61	1.520,93	1.583,75	1.649,15	1.717,26
1.1.08	3.500,91	3.645,50	3.796,06	3.952,83	4.116,09	4.286,08	4.463,10	4.647,42	4.839,36	5.039,23	5.247,35
1.1.09	2.145,72	2.234,34	2.326,62	2.422,71	2.522,76	2.626,95	2.735,45	2.848,42	2.966,06	3.088,56	3.216,12
1.1.10	2.145,72	2.234,34	2.326,62	2.422,71	2.522,76	2.626,95	2.735,45	2.848,42	2.966,06	3.088,56	3.216,12
1.1.11	903,46	940,77	979,63	1.020,09	1.062,21	1.106,08	1.151,77	1.199,33	1.248,87	1.300,44	1.354,15
1.1.12	7.905,29	8.231,78	8.571,75	8.925,76	9.294,40	9.678,26	10.077,97	10.494,19	10.927,60	11.378,91	11.848,86
1.1.13	1.242,26	1.293,57	1.346,99	1.402,62	1.460,55	1.520,87	1.583,68	1.649,09	1.717,19	1.788,11	1.861,96
1.1.14	1.468,12	1.528,75	1.591,89	1.657,64	1.726,10	1.797,38	1.871,62	1.948,91	2.029,40	2.113,22	2.200,49
1.1.16	1.129,32	1.175,96	1.224,53	1.275,10	1.327,76	1.382,60	1.439,70	1.499,16	1.561,08	1.625,55	1.692,68
2.2.01	959,92	999,56	1.040,85	1.083,83	1.128,60	1.175,21	1.223,74	1.274,28	1.326,91	1.381,71	1.438,78
2.2.02	1.445,54	1.505,24	1.567,41	1.632,14	1.699,55	1.769,74	1.842,83	1.918,94	1.998,19	2.080,72	2.166,65
2.2.03	1.445,54	1.505,24	1.567,41	1.632,14	1.699,55	1.769,74	1.842,83	1.918,94	1.998,19	2.080,72	2.166,65
2.2.04	1.445,54	1.505,24	1.567,41	1.632,14	1.699,55	1.769,74	1.842,83	1.918,94	1.998,19	2.080,72	2.166,65
3.2.05	1.072,86	1.117,17	1.163,31	1.211,35	1.261,38	1.313,48	1.367,72	1.424,21	1.483,03	1.544,28	1.608,06
2.2.06	1.072,86	1.117,17	1.163,31	1.211,35	1.261,38	1.313,48	1.367,72	1.424,21	1.483,03	1.544,28	1.608,06
2.2.07	1.072,86	1.117,17	1.163,31	1.211,35	1.261,38	1.313,48	1.367,72	1.424,21	1.483,03	1.544,28	1.608,06
2.2.08	1.095,44	1.140,68	1.187,79	1.236,85	1.287,93	1.341,12	1.396,51	1.454,19	1.514,24	1.576,78	1.641,90
3.3.01	959,92	999,56	1.040,85	1.083,83	1.128,60	1.175,21	1.223,74	1.274,28	1.326,91	1.381,71	1.438,78
3.3.02	621,13	646,78	673,49	701,31	730,27	760,43	791,84	824,54	858,60	894,06	930,98
3.3.03	1.050,00	1.093,37	1.138,52	1.185,54	1.234,50	1.285,49	1.338,58	1.393,86	1.451,43	1.511,37	1.573,79
3.3.04	1.016,39	1.058,37	1.102,08	1.147,59	1.194,99	1.244,34	1.295,73	1.349,25	1.404,97	1.463,00	1.523,42
3.3.05	790,52	823,17	857,17	892,57	929,43	967,81	1.007,79	1.049,41	1.092,75	1.137,88	1.184,87
3.3.06	621,13	646,78	673,49	701,31	730,27	760,43	791,84	824,54	858,60	894,06	930,98
3.3.07	1.806,92	1.881,55	1.959,25	2.040,17	2.124,43	2.212,17	2.303,53	2.398,67	2.497,73	2.600,89	2.708,31

3.3.08	395,26	411,58	428,58	446,28	464,71	483,91	503,89	524,70	546,37	568,94	592,44
3.3.09	592,90	617,39	642,88	669,44	697,08	725,87	755,85	787,07	819,57	853,42	888,67

ANEXO VI

CARGOS ISOLADOS – EXTINTOS QUANDO VAGAREM

Cargo	Código	Vencimento
Agente de Saúde	3.3.01	959,92

III - Anexos V e VII da Lei Complementar nº 006/99
Plano de Carreira Magistério

ANEXO V

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

CÓDIGO: DASMA – DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR –
MAGISTÉRIO

CARGA HORÁRIA – 40 HORAS SEMANAIS

CARGO	Nº DE CARGOS	VENCIMENTO (R\$)	Nº ALUNOS
Diretor Nível I	02	1.242,26	Até 50
		1.355,19	De 51 à 100
		1.468,13	De 101 à 200
		1.581,06	+ de 200
Diretor Nível II	02	1.355,19	Até 50
		1.468,13	De 51 à 100
		1.581,06	De 101 à 200
		1.693,99	+ de 200

ANEXO VII

TABELA DE VENCIMENTOS - Horizontal - 50%

40 HORAS SEMANAIS

Classe/ Referencia	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Nível I	1.260,23	1.312,42	1.366,71	1.423,27	1.482,13	1.543,49	1.607,36	1.673,85	1.743,11	1.815,25	1.890,37
Nível II	1.463,32	1.523,88	1.586,91	1.652,61	1.721,00	1.792,18	1.866,33	1.943,61	2.024,02	2.107,77	2.194,99
Nível III	1.580,38	1.645,77	1.713,89	1.784,79	1.858,64	1.935,60	2.015,64	2.099,08	2.185,93	2.276,38	2.370,58
Nível IV	2.027,75	2.111,67	2.199,04	2.290,05	2.384,78	2.483,47	2.586,21	2.693,23	2.804,66	2.920,70	3.041,62
Nível V	2.628,64	2.737,45	2.850,73	2.968,64	3.091,49	3.219,39	3.352,63	3.491,40	3.635,87	3.786,31	3.942,98

IV – Anexo I da Lei Complementar nº 026/06
Tabela Salarial do PSF e PACS (ACT)

ANEXO I

NÚMERO DE VAGAS, GARGOS, TABELA SALARIAL

NÚMERO DE VAGAS	CARGOS/FUNÇÃO	SALÁRIO UNITÁRIO (R\$)
01	Médico do PSF	7.905,29
01	Odontólogo do PSF	3.800,17
01	Enfermeiro Padrão do PSF	2.145,72
01	Técnico de Enfermagem do PSF	1.095,44
01	Atendente de Consultório Dentário do PSF	903,46

08	Agente Comunitário de Saúde do PSF	795,60
----	------------------------------------	--------

V - Anexo I da Lei Complementar nº 030/07
Tabela Salarial do PSF e PACS (Emprego Público)

ANEXO I

EMPREGOS PÚBLICOS

GRUPO OCUPACIONAL, CARGA HORÁRIA E VENCIMENTO

GRUPO I – ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR – ANS

Nº de Empregos	Emprego	C.Horária	Vencimento (R\$)
01	Médico do PSF	40	7.905,29
01	Enfermeiro Padrão do PSF	40	3.800,17
01	Odontólogo do PSF	40	2.145,72



GRUPO II – ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO – ANM

Nº de Empregos	Emprego	C.Horária	Vencimento (R\$)
01	Técnico de Enfermagem do PSF	40	1.095,44
01	Atendente de Consultório Dentário do PSF	40	903,46

GRUPO III – ATIVIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL

Nº de Empregos	Emprego	C.Horária	Vencimento (R\$)
08	Agente Comunitário de Saúde do PSF	40	795,60

VI - Subsídios fixados pela Lei 0387/08
Subsídio do Prefeito, Vice e Secretários Municipais.

I – Prefeito: R\$ 8.230,19 (oito mil duzentos e trinta reais e dezanove centavos).

II – Vice-Prefeito: R\$ 3.174,49 (Três mil cento e setenta e quatro reais e quarenta e nove centavos).

III – Secretário Municipal: R\$ 2.322,09 (Dois mil trezentos e vinte e dois reais e nove centavos).

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 27 de março de 2012.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

Lei Nº 4.395, De 20 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.395, DE 20 DE MARÇO DE 2012.

Estabelece faixa de restrição de uso nas estradas rurais do Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica estabelecida a faixa de restrição de uso, nas estradas da área rural do Município de Concórdia, de no mínimo 2 (dois) metros de cada lado, sendo considerada para medição, a lateral da estrada.

Art. 2º Entende-se como faixa de restrição de uso, a área na qual o proprietário não poderá fazer edificações, efetuar plantio de árvores de grande porte ou qualquer outra forma de ocupação que venha causar dificuldade de visibilidade e manutenção.

Art. 3º Excetuam-se do art. 2º, as plantações de características rasteiras, desde que respeitados os locais onde são feitas as descargas de água.

Art. 4º O proprietário deverá também, fazer o trabalho de roçada nas margens da estrada, com o propósito de contribuir com as condições de segurança e trafegabilidade.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará, no que couber, a presente Lei, bem como determinando as sanções cabíveis.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor após a regulamentação pelo Município.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 329/2012, De 12 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 329/2012, DE 12 DE MARÇO DE 2012.

Revoga o Decreto nº 386/2007, de 12 de julho de 2007, que averba tempo de contribuição nos assentamentos funcionais do servidor MATEUS ALVES DA SILVA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX e considerando a solicitação da Diretoria de Direitos Humanos.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 386/2007, de 12 de julho de 2007, que averba tempo de contribuição nos assentamentos funcionais do servidor MATEUS ALVES DA SILVA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 267/2012, De 1º DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 267/2012, DE 1º DE MARÇO DE 2012.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor IVO BORGES.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2012, ao servidor IVO BORGES, ocupante do cargo de Agente Operacional, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a

remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de janeiro de 2004 a 31 de dezembro de 2008.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de março de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 268/2012, De 1º DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 268/2012, DE 1º DE MARÇO DE 2012.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ELISANDRA ERIG CRUZ.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2012, à servidora ELISANDRA ERIG CRUZ, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de janeiro de 2002 a 1º de janeiro de 2007.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

VILSON ANIVO HAEFLIGER
Secretário Municipal de Saúde, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de março de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 269/2012, De 1º DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 269/2012, DE 1º DE MARÇO DE 2012.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora CECILIA VARGAS TIBOLLA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2012, à servidora CECILIA VARGAS TIBOLLA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 6 de fevereiro de 2007 a 5 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de março de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 270/2012, De 1º DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 270/2012, DE 1º DE MARÇO DE 2012.

Nomeia JESSICA DAYANA DOBROVOLSKI BLANCK no cargo de Auxiliar de Creche.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, JESSICA DAYANA DOBROVOLSKI BLANCK, no cargo de Auxiliar de Creche, Grupo Ocupacional Funcional - GF, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 5 de março de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de março de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 271/2012, De 1º DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 271/2012, DE 1º DE MARÇO DE 2012.

Nomeia GIANE MARTELLO no cargo de Pedagogo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, GIANE MARTELLO, no cargo de Pedagogo, Grupo Ocupacional Especialista - GE, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 5 de março de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Secretária Municipal de Desenvolvimento

Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 272/2012, De 1º DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 272/2012, DE 1º DE MARÇO DE 2012.

Nomeia CAMILA CRISTINA MARINHO VIEIRA NOGUEIRA no cargo de Técnico Legislativo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, CAMILA CRISTINA MARINHO VIEIRA NOGUEIRA, no cargo de Técnico Legislativo, Grupo Ocupacional Especialista - GE, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 5 de março de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 273/2012, De 1º DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 273/2012, DE 1º DE MARÇO DE 2012.

Nomeia FABIO DILMAR XAVIER ACOSTA no cargo de Médico Veterinário.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, FABIO DILMAR XAVIER ACOSTA, no cargo de Médico Veterinário, Grupo Ocupacional Especialista - GE, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 5 de março de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ANTONIO COLUSSI

Secretário Municipal de Agricultura,
Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 274/2012, De 1º DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 274/2012, DE 1º DE MARÇO DE 2012.

Nomeia SILVANA WAGNER no cargo de Agente de Serviços Gerais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, SILVANA WAGNER, no cargo de Agente de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Operacional - GO, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 5 de março de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de março de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 275/2012, De 1º DE Março DE 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 275/2012, DE 1º DE MARÇO DE 2012.
Nomeia DEISE PAULA DE VARGAS no cargo de Auxiliar de Creche.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, DEISE PAULA DE VARGAS, no cargo de Auxiliar de Creche, Grupo Ocupacional Funcional - GF, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 5 de março de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de março de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 276/2012, De 1º DE Março DE 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 276/2012, DE 1º DE MARÇO DE 2012.
Nomeia FABIELE DE AGOSTINI no cargo de Auxiliar de Creche.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, FABIELE DE AGOSTINI, no cargo de Auxiliar de Creche, Grupo Ocupacional Funcional - GF, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 5 de março de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de março de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 277/2012, De 1º DE Março DE 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 277/2012, DE 1º DE MARÇO DE 2012.
Nomeia CARLA ADRIANE FAZZIONE RAMÃO no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, CARLA ADRIANE FAZZIONE RAMÃO, no cargo de Professor - Educação Infantil, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 5 de março de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de março de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 278/2012, De 1º DE Março DE 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 278/2012, DE 1º DE MARÇO DE 2012.
Nomeia DANIELE MINUSCOLI no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, DANIELE MINUSCOLI, no cargo de Professor - Língua Espanhola, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 5 de março de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 279/2012, De 1º DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 279/2012, DE 1º DE MARÇO DE 2012.
Nomeia ALEXANDRA DURGANTE no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ALEXANDRA DURGANTE, no cargo de Professor - Educação Infantil, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 5 de março de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 280/2012, De 1º DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 280/2012, DE 1º DE MARÇO DE 2012.
Nomeia SIRLEI REGINATO PERIN no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, SIRLEI

REGINATO PERIN, no cargo de Professor - Educação Infantil, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 5 de março de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 281/2012, De 1º DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 281/2012, DE 1º DE MARÇO DE 2012.
Nomeia ELIZIA SALETE AZEREDO no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ELIZIA SALETE AZEREDO, no cargo de Professor - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 5 de março de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 1º de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 282/2012, De 1º DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 282/2012, DE 1º DE MARÇO DE 2012.
Nomeia IVANIR TEREZINHA DALMOLIN DAHMER no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, IVANIR TEREZINHA DALMOLIN DAHMER, no cargo de Professor - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 5 de março de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 283/2012, De 1º DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 283/2012, DE 1º DE MARÇO DE 2012.

Exonera, a pedido, a servidora FLAVIA ROSANE CAMILLO TIBOLLA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora FLAVIA ROSANE CAMILLO TIBOLLA, do cargo de provimento em comissão de Encarregada da Seção de Formação, a partir de 5 de março de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 284/2012, De 1º DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 284/2012, DE 1º DE MARÇO DE 2012.

Nomeia FLAVIA ROSANE CAMILLO TIBOLLA no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, FLAVIA ROSANE CAMILLO TIBOLLA, no cargo de Professor - Língua Portuguesa, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 5 de março de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 285/2012, De 1º DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 285/2012, DE 1º DE MARÇO DE 2012.

Concede gratificação, pelo exercício de função de chefia, à servidora DENISE FAVASSA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora DENISE FAVASSA, ocupante do cargo de Odontólogo, matrícula 90433-00, gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o respectivo vencimento, pelo exercício da função de Chefia do Departamento de Odontologia, com dedicação exclusiva, a partir de 1º de março de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

VILSON ANIVO HAEFLIGER
Secretário Municipal de Saúde, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 286/2012, De 2 DE Março DE 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 286/2012, DE 2 DE MARÇO DE 2012.

Nomeia NEIVA DALLA ROSA SULENTA no cargo de Responsável do Setor Administrativo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora NEIVA DALLA ROSA SULENTA, para exercer o cargo de Responsável do Setor Administrativo - Gabinete do Prefeito, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 5, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 2 de março de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito MunicipalBEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa**Decreto Nº 287/2012, De 2 DE Março DE 2012**
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 287/2012, DE 2 DE MARÇO DE 2012.

Nomeia INDIANARA PALHANO RENOSTO no cargo de Responsável do Setor de Projetos Pedagógicos.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações e 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora INDIANARA PALHANO RENOSTO, para exercer o cargo de Responsável do Setor de Projetos Pedagógicos - Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 5, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 2 de março de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito MunicipalBEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de AdministraçãoSANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa**Decreto Nº 288/2012, De 2 DE Março DE 2012**
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 288/2012, DE 2 DE MARÇO DE 2012.

Nomeia JOSENCLER BRUNETTO RODEM no cargo de Encarregada da Seção de Programas e Custos.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora JOSENCLER BRUNETTO RODEM, para exercer o cargo de Encarregada da Seção de Programas e Custos - Assessoria de Planejamento, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 2 de março de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito MunicipalBEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa**Decreto Nº 289/2012, De 2 DE Março DE 2012**
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 289/2012, DE 2 DE MARÇO DE 2012.

Exonera, a pedido, o servidor ANDRE ROBERTO MENEGAT.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I, e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor ANDRE ROBERTO MENEGAT, do cargo de provimento efetivo de Médico, matrícula 76864-04, a partir de 5 de março de 2012.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 2 de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 290/2012, De 2 DE Março DE 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 290/2012, DE 2 DE MARÇO DE 2012.
Nomeia ANDRE ROBERTO MENEGAT no cargo de Médico.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, ANDRE ROBERTO MENEGAT, no cargo de Médico, com atuação em Medicina do Trabalho, Grupo Ocupacional Especialista - GE, faixa de vencimento I, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 5 de março de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 2 de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 291/2012, De 5 DE Março DE 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 291/2012, DE 5 DE MARÇO DE 2012.
Dispõe sobre a ampliação de vagas disponibilizadas no Edital de Concurso Público nº 1/2011 e alterações.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 4.351, de 5 de outubro de 2001 e alterações, e considerando:

- a necessidade de provimento de vagas surgidas durante a vigência do Edital de Concurso Público nº 1/2011, de 11 de julho de 2011 e alterações;
- o disposto no inciso IV do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- o Parecer nº 176/2002, da Assessoria Jurídica da Municipalidade.

DECRETA:

Art. 1º Para fins de aproveitamento dos aprovados no Concurso Público, fica ampliado para "2" (dois) o número de vagas para o cargo de Orientador de Informática, disponibilizadas no Edital nº 1/2011 e alterações.

Parágrafo único. Os candidatos aprovados serão investidos nos

cargos por ato próprio do Prefeito Municipal, à vista das necessidades da Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 5 de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 292/2012, De 5 DE Março DE 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 292/2012, DE 5 DE MARÇO DE 2012.
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora ELIZIA SALETE AZEREDO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2012, à servidora ELIZIA SALETE AZEREDO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 94870-01, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2007 a 17 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 5 de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 293/2012, De 5 DE Março DE 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 293/2012, DE 5 DE MARÇO DE 2012.

Constitui e designa comissão especial.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída comissão especial, com a finalidade de proceder à avaliação acerca da retirada e movimentação de cascalho, em terras de propriedade do senhor Moacir Decarli, localizada em Cachimbo, neste Município.

Art. 2º Ficam designados, para integrar referida comissão, os servidores abaixo relacionados:

I - presidente: ALBERTO FERREIRA DA FONTOURA, ocupante do cargo de Engenheiro - Agrônomo;

II - membros:

a) CRISTIANO PASTERNAK, ocupante do cargo de Engenheiro - Agrônomo;

b) VANEI LUIZ MELCHIOR, ocupante do cargo de Técnico Agropecuário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de março de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 294/2012, De 5 DE Março DE 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 294/2012, DE 5 DE MARÇO DE 2012.

Designa a servidora VANESSA DAIANE RIFFEL para responder, interinamente, pelo cargo de Encarregada da Seção Legislativa; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora VANESSA DAIANE RIFFEL, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para responder pelo cargo de Encarregada da Seção Legislativa, no período de 5 a 11 de março de 2012, em face do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento).

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica suspensa, no mesmo período, a gratificação concedida à referida servidora, pelo inciso II do art. 1º do Decreto nº 190/2011, de 23 de fevereiro de 2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de março de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 295/2012, De 6 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 295/2012, DE 6 DE MARÇO DE 2012.

Concede licença-prêmio à servidora KEILI STEIN BORDIN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora KEILI STEIN BORDIN, ocupante dos cargos de Professor, licença, a título de prêmio por assiduidade, equivalente à remuneração do cargo efetivo, na forma abaixo:

I - no mês de março de 2012, 1 (um) mês convertido em pecúnia, relativo ao quinquênio - período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2007 a 17 de fevereiro de 2012, matrícula 93246-03, código 10.12;

II - a partir de 9 de abril de 2012, o gozo de:

a) 2 (dois) meses, relativos ao quinquênio - período aquisitivo de 11 de dezembro de 2005 a 10 de dezembro de 2010, matrícula 93246-00, código 10.10;

b) 2 (dois) meses, relativos ao quinquênio - período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2007 a 17 de fevereiro de 2012, matrícula 93246-03, código 10.12.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 6 de março de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 296/2012, De 6 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 296/2012, DE 6 DE MARÇO DE 2012.

Exonera, a pedido, a servidora JULIANA JOSIANA KOPSEL LAZZARI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I, e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora JULIANA JOSIANA KOPSEL LAZZARI, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Creche, a partir de 5 de março de 2012.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 6 de março de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 297/2012, De 7 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 297/2012, DE 7 DE MARÇO DE 2012.

Designa o servidor LEVI ELOI DOS SANTOS para responder, interinamente, pelo cargo de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, na Lei nº 3.178, de 20 de setembro de 1999, no art. 21, IV e VI do Estatuto da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA, aprovado pelo Decreto nº 4.249, de 25 de julho de 2000 e no art. 12, IV e VI do Decreto nº 4.250, de 27 de julho de 2000.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor LEVI ELOI DOS SANTOS, ocupante do cargo de Chefe do Departamento Administrativo, para responder pelo cargo de Diretor-Geral da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA, no período de 7 a 18 de março de 2012, em face do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º O Diretor-Geral designado exercerá, no período referido no art. 1º, as funções e atribuições de Superintendente da FUMDEMA.

Art. 3º Em face do disposto neste ato, a movimentação das contas bancárias nºs. 555.071-8 e 555.080-7, da FUMDEMA, junto ao BB/BESC, agência 5236-1, será efetuada pelo Ordenador de Despesas/Diretor-Geral/Superintendente designado, senhor LEVI ELOI DOS SANTOS, no período de 7 a 18 de março de 2012, na forma estabelecida no Decreto nº 60/2009, de 2 de janeiro de 2009 e alteração.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 7 de março de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 298/2012, De 8 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 298/2012, DE 8 DE MARÇO DE 2012.

Concede promoção vertical à servidoras.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 28 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e considerando a avaliação efetuada pela Comissão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários - CPCCS, designada pelo Decreto nº 1/2011, de 3 de janeiro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida às servidoras de provimento estável do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, abaixo relacionadas, promoção vertical, para a Faixa de Vencimento II:

I - TERESINHA ADELA VOGT CECCHIN, ocupante do cargo de Auxiliar de Biblioteca;

II - VANUSA MASCHIO DAL BELLO, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de março de 2012.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de março de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 299/2012, De 8 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 299/2012, DE 8 DE MARÇO DE 2012.

Nomeia NAIR MARIA LORENZETTI no cargo de Auxiliar de Creche.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, NAIR MARIA LORENZETTI, no cargo de Auxiliar de Creche, Grupo Ocupacional Funcional - GF, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 12 de março de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 8 de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 300/2012, De 8 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 300/2012, DE 8 DE MARÇO DE 2012.

Nomeia CLEUSA APARECIDA LICHESKI no cargo de Auxiliar de Creche.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, CLEUSA APARECIDA LICHESKI, no cargo de Auxiliar de Creche, Grupo Ocupacional Funcional - GF, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 12 de março de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 8 de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 301/2012, De 8 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 301/2012, DE 8 DE MARÇO DE 2012.

Nomeia DANIELY LAZZAROTTI VIEIRA no cargo de Auxiliar de Creche.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, DANIELY LAZZAROTTI VIEIRA, no cargo de Auxiliar de Creche, Grupo Ocupacional Funcional - GF, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 12 de março de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 8 de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 302/2012, De 8 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 302/2012, DE 8 DE MARÇO DE 2012.

Nomeia FLAVIA BARBOSA DE OLIVEIRA no cargo de Terapeuta Ocupacional.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, FLAVIA BARBOSA DE OLIVEIRA, no cargo de Terapeuta Ocupacional, Grupo Ocupacional Especialista - GE, faixa de vencimento I, 30 (trinta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 12 de março de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

VILSON ANIVO HAEFLIGER

Secretário Municipal de Saúde, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 8 de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 303/2012, De 8 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 303/2012, DE 8 DE MARÇO DE 2012.

Nomeia PATRICIA VARGAS no cargo de Auxiliar de Creche.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, PATRICIA VARGAS, no cargo de Auxiliar de Creche, Grupo Ocupacional Funcional - GF, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 12 de março de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 304/2012, De 8 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 304/2012, DE 8 DE MARÇO DE 2012.

Nomeia VERIDIANA DORNELES DA SILVA no cargo de Auxiliar de Creche.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, VERIDIANA DORNELES DA SILVA, no cargo de Auxiliar de Creche, Grupo Ocupacional Funcional - GF, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 12 de março de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 305/2012, De 8 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 305/2012, DE 8 DE MARÇO DE 2012.

Nomeia VANESSA VIEIRA no cargo de Agente de Serviços Gerais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, VANESSA VIEIRA, no cargo de Agente de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Operacional - GO, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 12 de março de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 306/2012, De 8 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 306/2012, DE 8 DE MARÇO DE 2012.

Nomeia ELOISA REGINA ESSING BARBOZA no cargo de Auxiliar de Creche.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ELOISA REGINA ESSING BARBOZA, no cargo de Auxiliar de Creche, Grupo Ocupacional Funcional - GF, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 12 de março de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 307/2012, De 8 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 307/2012, DE 8 DE MARÇO DE 2012.

Nomeia SANDRA PIZZATTO no cargo de Professor; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração e nos arts. 36, I e 41, VI, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, SANDRA PIZZATTO, no cargo de Professor - Educação Infantil, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 12 de março de 2012.

Art. 2º Em face da nomeação constante no art. 1º deste Decreto fica a servidora afastada do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Creche, declarada a vacância e assegurada a recondução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 308/2012, De 8 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 308/2012, DE 8 DE MARÇO DE 2012.

Nomeia ARIANE BONATO MUNARETTO no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ARIANE BONATO MUNARETTO, no cargo de Professor - Educação Especial, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 12 de março de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 309/2012, De 8 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 309/2012, DE 8 DE MARÇO DE 2012.

Nomeia FRANCIELE FANTIN no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, FRANCIELE FANTIN, no cargo de Professor - Língua Portuguesa, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 12 de março de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 310/2012, De 8 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 310/2012, DE 8 DE MARÇO DE 2012.

Nomeia TAYSON SANDER BASEGGIO no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, TAYSON SANDER BASEGGIO, no cargo de Professor - Educação Física, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 12 de março de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 8 de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 311/2012, De 8 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 311/2012, DE 8 DE MARÇO DE 2012.
Dispõe sobre o desligamento da servidora MERCEDES MARIA SCHAEFER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, V, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de março de 2012, a servidora MERCEDES MARIA SCHAEFER, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 96407-00, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 8 de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 312/2012, De 8 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 312/2012, DE 8 DE MARÇO DE 2012.
Nomeia IARA ELIANE SAATKAMP WUNDER no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, IARA ELIANE SAATKAMP WUNDER, no cargo de Professor - Educação Especial, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 12 de março de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 8 de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 313/2012, De 8 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 313/2012, DE 8 DE MARÇO DE 2012.
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MIRIAM DORNELLES.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2012, à servidora MIRIAM DORNELLES, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 98841-00, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2007 a 17 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 8 de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 314/2012, De 8 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO Nº 314/2012, DE 8 DE MARÇO DE 2012.
Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora LADY BAUER GUIMARÃES.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2012, à servidora LADY BAUER GUIMARÃES, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 6 de fevereiro de 2007 a 5 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 315/2012, De 8 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 315/2012, DE 8 DE MARÇO DE 2012.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora GISELI ADRIANA FERREIRA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2012, à servidora GISELI ADRIANA FERREIRA, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 12 de fevereiro de 2007 a 11 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 316/2012, De 8 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 316/2012, DE 8 DE MARÇO DE 2012.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora DEONILDE DAROLD PERONDI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2012, à servidora DEONILDE DAROLD PERONDI, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 6 de fevereiro de 2007 a 5 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 317/2012, De 8 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 317/2012, DE 8 DE MARÇO DE 2012.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora CHRISTIANE VOSS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2012, à servidora CHRISTIANE VOSS, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de janeiro de 2007 a 1º de janeiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de março de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 318/2012, De 8 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 318/2012, DE 8 DE MARÇO DE 2012.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora NAURI MARTINI MERLINI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2012, à servidora NAURI MARTINI MERLINI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 59072-00, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2007 a 17 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de março de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 319/2012, De 8 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 319/2012, DE 8 DE MARÇO DE 2012.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora LASSI HEINRICHS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2012, à servidora LASSI HEINRICHS, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de abril de 2006 a 31 de março de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de março de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 320/2012, De 8 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 320/2012, DE 8 DE MARÇO DE 2012.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora DIRCI MERTINS DAHMER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de março de 2012, à servidora DIRCI MERTINS DAHMER, ocupante do cargo de Atendente de Consultório Odontológico, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 13 de fevereiro de 2007 a 12 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

VILSON ANIVO HAEFLIGER
Secretário Municipal de Saúde, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de março de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 321/2012, De 8 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 321/2012, DE 8 DE MARÇO DE 2012.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor ARTEMIO RECH.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e considerando os Decretos nºs. 274/2009, de 27 de fevereiro de 2009 e 344/2009, de 17 de março de 2009.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, a partir de 16 de março de 2012, ao servidor ARTEMIO RECH, ocupante do cargo de Mecânico, o gozo de 16 (dezesesseis) dias de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 16 de setembro de 1996 a 15 de setembro de 2001.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

VANEI LUIZ MELCHIOR

Secretário Municipal de Transportes, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 322/2012, De 8 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 322/2012, DE 8 DE MARÇO DE 2012.

Dispõe sobre a ampliação de vagas disponibilizadas no Edital de Concurso Público nº 1/2010 e alterações.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 4.351, de 5 de outubro de 2001 e alterações, e considerando:

- a necessidade de provimento de vagas surgidas durante a vigência do Edital de Concurso Público nº 1/2010, de 10 de junho de 2010 e alterações;
- o disposto no inciso IV do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- o Parecer nº 176/2002, da Assessoria Jurídica da Municipalidade.

DECRETA:

Art. 1º Para fins de aproveitamento dos aprovados no Concurso Público, fica ampliado para "2" (duas) o número de vagas para o cargo de Tesoureiro, disponibilizadas no Edital nº 1/2010 e alterações.

Parágrafo único. Os candidatos aprovados serão investidos nos cargos por ato próprio do Prefeito Municipal, à vista das necessidades da Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 323/2012, De 8 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 323/2012, DE 8 DE MARÇO DE 2012.

Dispõe sobre a ampliação de vagas disponibilizadas no Edital de Concurso Público nº 1/2011 e alterações.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 4.351, de 5 de outubro de 2001 e alterações, e considerando:

- a necessidade de provimento de vagas surgidas durante a vigência do Edital de Concurso Público nº 1/2011, de 11 de julho de 2011 e alterações;
- o disposto no inciso IV do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- o Parecer nº 176/2002, da Assessoria Jurídica da Municipalidade.

DECRETA:

Art. 1º Para fins de aproveitamento dos aprovados no Concurso Público objeto do Edital nº 1/2011 e alterações, fica ampliado o número de vagas disponibilizadas para os cargos de:

I - Auxiliar de Creche: 20 (vinte) vagas;

II - Professor - Educação Física: 8 (oito) vagas;

III - Professor - Educação Infantil: 22 (vinte e duas) vagas.

Parágrafo único. Os candidatos aprovados serão investidos nos cargos por ato próprio do Prefeito Municipal, à vista das necessidades da Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 8 de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Decreto Nº 324/2012, De 9 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 324/2012, DE 9 DE MARÇO DE 2012.

Altera expressão constante no art. 1º do Decreto nº 242/2012, de 24 de fevereiro de 2012, que concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora LEONICE JUNG.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a expressão: "6 de fevereiro de 2002 a 5 de fevereiro de 2007" para: "6 de fevereiro de 2007 a 5 de fevereiro de 2012", constante no art. 1º do Decreto nº 242/2012, de 24 de fevereiro de 2012, que concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora LEONICE JUNG.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 9 de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 325/2012, De 9 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 325/2012, DE 9 DE MARÇO DE 2012.

Averba tempo de contribuição.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 3.776 dias, ou seja: 10 (dez) anos, 4 (quatro) meses e 6 (seis) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora SIRLEI ROMANI, ocupante do cargo de Atendente de Consultório Odontológico, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em 27 de janeiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 9 de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 326/2012, De 9 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 326/2012, DE 9 DE MARÇO DE 2012.

Averba tempo de contribuição.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 2.809 dias, ou seja: 7 (sete) anos, 8 (oito) meses e 14 (quatorze) dias de tempo de contribuição, nos

assentamentos funcionais da servidora LEDA MARIA TURCATEL, ocupante do cargo de Enfermeiro, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em 20 de janeiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 9 de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 327/2012, De 9 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 327/2012, DE 9 DE MARÇO DE 2012.

Averba tempo de contribuição.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados, nos assentamentos funcionais do servidor ANTONIO LUIZ ZAMPEZE, ocupante do cargo de Almoxarife, tempo de contribuição, na forma abaixo:

I - 401 dias, ou seja: 1 (um) ano, 1 (um) mês e 6 (seis) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pela Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, em 13 de abril de 2009;

II - 3.679 dias, ou seja: 10 (dez) anos e 29 (vinte e nove) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em 4 de junho de 2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 9 de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT
Diretora Administrativa

Decreto Nº 328/2012, De 12 DE Março DE 2012.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 328/2012, DE 12 DE MARÇO DE 2012.

Designa membros para integrar o Conselho Gestor do Fundo

Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDD.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 621, de 16 de fevereiro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Ficam designadas, para integrar o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDD, pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 12 de março de 2012, as pessoas abaixo relacionadas, com os respectivos órgãos e entidades que representam:

I - representantes do Poder Executivo Municipal:

a) titular: ELISETE MARIA PEDOTT;

b) suplente: DENISE MARCONATTO;

II - representantes do Fundo Municipal de Saúde - FMS:

a) titular: SOLANGE INES GERHARDT;

b) suplente: RENATA FABIANE PETRY;

III - representantes do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS:

a) titular: MARCIANO BRESSAN;

b) suplente: BRUNA HELOISA ZANFERARI;

IV - representantes da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA:

a) titular: ALTAIR NICOLLI;

b) suplente: IVETE DAHMER ALBIERO;

V - representantes da União Municipal das Associações de Moradores de Concórdia - UMAMC:

a) titular: JOÃO SCAPINI;

b) suplente: GENECI SILVEIRA GRASSI;

VI - representantes do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON:

a) titular: LUCAS DE FRANCESCHI ROSSETTO;

b) suplente: MICHEL POY OLMÍ.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 12 de março de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

Portaria Nº 54/2012, De 7 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 54/2012, DE 7 DE MARÇO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e considerando as justificativas apresentadas.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, a partir do dia 12 de março de 2012, por absoluta necessidade do serviço:

I - ALCEONE JOSE MÜLLER, ocupante do cargo de Auditor Interno;

II - EDSON FABRICIO, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

III - LIDIANE DAL PRA, ocupante do cargo de Agente Administrativo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 55/2012, De 7 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 55/2012, DE 7 DE MARÇO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- as informações contidas no processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 23387/2011, em 16 de dezembro de 2011, do qual se extrai que o servidor SADI DOMINGOS ALBIERO, em tese, em seu local de trabalho, não exerce com zelo e dedicação as atribuições do cargo, não atende com presteza ao público em geral e trata as pessoas sem urbanidade;

- que o servidor infringiu, em tese, o disposto no art. 151, incisos I, V e XI da Lei Complementar nº 90/1994;

- o parecer da Assessoria Jurídica, de 7 de fevereiro de 2012, no sentido de instauração de Sindicância;

- que, se comprovada a culpabilidade do servidor, o mesmo poderá sujeitar-se à penalidade prevista no art. 165, da Lei Complementar nº 90/1994.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo o servidor SADI DOMINGOS ALBIERO, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, Grupo Ocupacional Operacional - GO.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas, em face da presente Sindicância:

I - presidente: LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, Grupo Ocupacional Especialista - GE;

II - secretário: VANDERLEI FERRI, ocupante do cargo de Agente

Administrativo;

III - vogais:

- a) CLAIR SALETE POLETO, ocupante do cargo de Pedagogo;
- b) SIMONE PASQUALON MARTINI, ocupante do cargo de Escriturário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 56/2012, De 8 DE Março DE 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 56/2012, DE 8 DE MARÇO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, e considerando a CI DRH 189/2012, de 1º de março de 2012, emitida pela Diretoria de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar o Adicional de Insalubridade concedido à servidora RENATA FONTANA MINCARONI, ocupante do cargo de Odontólogo, matrícula 92223-00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de janeiro de 2012.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 57/2012, De 8 DE Março DE 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 57/2012, DE 8 DE MARÇO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, e considerando a CI DRH 215/2012, de 8 de março de 2012, emitida pela Diretoria de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar o Adicional de Insalubridade concedido à servidora JULIANA GUARESE DALBELLO, ocupante do cargo de Atendente de Consultório Odontológico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2012.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 58/2012, De 8 DE Março DE 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 58/2012, DE 8 DE MARÇO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto nas Leis Complementares nºs. 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e 257, de 9 de dezembro de 2002, e considerando:

- os Adendos nºs. 07/2012 e 12/2012 ao Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT da Secretaria Municipal de Saúde;

- as CIs DRH nºs. 189/2012, de 1º de março de 2012 e 215/2012, de 8 de março de 2012, emitidas pela Diretoria de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder às servidoras abaixo relacionadas, Adicional de Periculosidade, correspondente a 30% (trinta por cento) do respectivo vencimento (salário base):

I - JULIANA GUARESE DALBELLO, ocupante do cargo de Atendente de Consultório Odontológico, a partir de 1º de fevereiro de 2012;

II - RENATA FONTANA MINCARONI, ocupante do cargo de Odontólogo, matrícula 92223-00, a partir de 10 de janeiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 59/2012, De 8 DE Março DE 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 59/2012, DE 8 DE MARÇO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011 e considerando a CI SEMED 455, de 8 de março de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a partir de 12 de março de 2012, a ampliação da carga horária da servidora IARA ELIANE SAATKAMP WUNDER, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 88161-04, objeto da Portaria nº 37/2012, de 10 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 60/2012, De 14 DE Março DE 2012
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
PORTARIA Nº 60/2012, DE 14 DE MARÇO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes, e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- as informações contidas no processo protocolizado na Secretaria

Municipal de Administração sob nº 1507, em 3 de fevereiro de 2012, do qual se extrai que a servidora IVANETE PELIZZARI, não teria comparecido ao trabalho no período de 22 a 30 de novembro de 2011 e desde 2 de janeiro de 2012, injustificadamente;

- que a servidora infringiu, em tese, o disposto no art. 172 da Lei Complementar nº 90/1994;
- o Parecer nº 0118/12 da Assessoria Jurídica, no sentido de instauração de Processo Administrativo Disciplinar;
- que, se comprovada a culpabilidade da servidora, a mesma poderá sujeitar-se à penalidade prevista no art. 168, III, da Lei Complementar nº 90/1994.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo a servidora IVANETE PELIZZARI, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, Grupo Ocupacional Operacional - GO.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas, em face do presente Processo Administrativo Disciplinar:

I - presidente: LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN, servidora estável, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, Grupo Ocupacional Especialista - GE;

II - secretário: PAULO HENRIQUE VICARI, servidor estável, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

III - vogal: DENISE BRUSCO, servidora estável, ocupante do cargo de Escrevente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 61/2012, De 14 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 61/2012, DE 14 DE MARÇO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- o processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 2040/2012, em 10 de fevereiro de 2012, do qual se extrai que o servidor CARLOS HENRIQUE STARES, em tese, teria se irritado com a quantidade de exames para análise e ofendido colegas de trabalho, proferindo palavras de baixo calão, deixando de tratar com urbanidade as pessoas de seu local de trabalho;
- que o servidor infringiu, em tese, o disposto no art. 151, XII, da Lei Complementar nº 90/1994;
- o Parecer nº 091/2012 da Assessoria Jurídica, de 17 de fevereiro de 2012, no sentido de instauração de Sindicância;
- que, se comprovada a culpabilidade do servidor, o mesmo poderá sujeitar-se à penalidade prevista no art. 165, da Lei Complementar nº 90/1994.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo o servidor CARLOS HENRIQUE STARES, ocupante do cargo de Farmacêutico, Grupo Ocupacional Especialista - GE.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas, em face da presente Sindicância:

I - presidente: LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, Grupo Ocupacional Especialista - GE;

II - secretária: ANEMARIE RECH, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

III - vogais:

a) GRACIELE SPERANDIO, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem;

b) MICHEL CRISTOFFER FAVERO, ocupante do cargo de Agente Administrativo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 62/2012, De 15 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 62/2012, DE 15 DE MARÇO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e considerando as justificativas apresentadas.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I - AMARILDO DE ARAUJO, ocupante do cargo de Agente de Manutenção, a partir de 16 de março de 2012;

II - ARI JUSTINO TIBOLLA, ocupante do cargo de Mecânico, a partir de 21 de março de 2012;

III - CLAIR SALETE POLETO, ocupante do cargo de Pedagogo, a partir de 16 de março de 2012;

IV - GILDERSON ROBERT MÜLLER, ocupante do cargo de Motorista, a partir de 16 de março de 2012;

V - GILMAR LUIZ ROMANI, ocupante do cargo de Encarregado da Seção Agropecuária, a partir de 16 de março de 2012;

VI - GILSON DANDOLINI, ocupante do cargo de Mecânico, a partir de 16 de março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 63/2012, De 15 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 63/2012, DE 15 DE MARÇO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no art. 27 da Lei Complementar nº 602, de 29 de dezembro de 2011 e alteração.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder às servidoras abaixo relacionadas, integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, Promoção por Titulação, nos percentuais abaixo, sobre o respectivo vencimento-base, correspondente à nova habilitação na área específica de atuação:

I - com efeitos pecuniários retroativos a 2 de fevereiro de 2012:

Nº DE ORDEM	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO	MATRÍCULA	PERCENTUAL/HABILITAÇÃO
1	Patricia Baggio Holzmann	Professor, código 10.12	91731-01	12% (pós-graduação)

II - com efeitos pecuniários retroativos a 1º de março de 2012:

Nº DE ORDEM	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO	MATRÍCULA	PERCENTUAL/HABILITAÇÃO
1	Ana Paula Guimarães	Professor, código 10.12	44660-03	12% (pós-graduação)
2	Gleici Mara Dreher	Professor, código 10.12	55190-05	12% (pós-graduação)
3	Lidia Terezi-nha de Pinho Almeida	Professor, código 10.12	127345-00	12% (pós-graduação)
4	Marge Sensolo Dalmolin	Professor, código 10.10	27367-00	17,73% (graduação)
5	Simone Falabretti Lecardelli	Professor, código 10.12	986500-00	12% (pós-graduação)

III - com efeitos pecuniários retroativos a 5 de março de 2012:

Nº DE ORDEM	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO	MATRÍCULA	PERCENTUAL/HABILITAÇÃO
1	Elizia Salete Azeredo	Professor, código 10.12	94870-13	12% (pós-graduação)
2	Flavia Rosane Camillo Tibolla	Professor, código 10.12	39063-08	12% (pós-graduação)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 64/2012, De 15 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 64/2012, DE 15 DE MARÇO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no art. 41 e seguintes da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração e considerando as avaliações efetuadas pela comissão especialmente designada.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aos servidores abaixo relacionados, Promoção por Aperfeiçoamento ou Capacitação, correspondente a 1% (um por cento) do respectivo vencimento-base:

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO
1	68063-03	Ines Angelina Savaris	Professor, código 10.12
2	99961-04	Ivete Maria Hermes	Professor, código 10.12
3	60127-01	Nair Ivete Klassmann	Professor, código 10.12
4	52450-05	Rejane Basseggio Nesi	Professor, código 10.12
5	82317-00	Valmor Luiz Bernart	Professor, código 10.13

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de janeiro de 2012.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 65/2012, De 19 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 65/2012, DE 19 DE MARÇO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto na Lei nº 1.874, de 2 de dezembro de 1983 e alteração e no Decreto nº 2.040, de 14 de dezembro de 1983 e alteração.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o senhor AQUILES FOSCHARINI, a substituir o veículo que utilizava como táxi, no Ponto de Táxi nº 19, localizado na Rua 29 de Julho, em frente à edificação nº 59, em cujo local operará com o veículo das seguintes características:

I - marca: GM;

II - modelo: Chevrolet/Cobalt 1.4 LS;

III - ano/modelo: 2012;

IV - chassi: 9BGJA69X0CB261201.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 66/2012, De 21 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 66/2012, DE 21 DE MARÇO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- o processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 23595, em 20 de dezembro de 2011, do qual se extrai que o servidor RONEI GARCIA DE MELLO, em tese, faltou com o dever de zelo pelo patrimônio público;

- que o servidor infringiu, em tese, o disposto no art. 151, VII, da Lei Complementar nº 90/1994;
- o Parecer da Assessoria Jurídica, de 24 de fevereiro de 2012, no sentido de instauração de Sindicância;
- que, se comprovada a culpabilidade do servidor, o mesmo poderá sujeitar-se à penalidade prevista no art. 165, da Lei Complementar nº 90/1994, sem prejuízo do ressarcimento ao Erário Público Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo o servidor RONEI GARCIA DE MELLO, ocupante do cargo de Controlador da Divisão de Logística Operacional, cargo de provimento em comissão.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas, em face da presente Sindicância:

I - presidente: LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, Grupo Ocupacional Especialista - GE;

II - secretária: GREICE KELLEN MORCHE ZORZAN, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos;

III - vogais:

a) LIDIANE DAL PRA, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

b) PAULO HENRIQUE VICARI, ocupante do cargo de Agente Administrativo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 67/2012, De 22 DE Março DE 2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 67/2012, DE 22 DE MARÇO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, na CI SEMED 502, de 16 de março de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a servidora ANDIARA SGARABOTTO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 102008-00, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, a partir de 19 de março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Extrato Termo DE RESCISÃO Contrato Nº 57/2011 - FMS

Contrato Nº: 57/2011 TR1/2012

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA

Contratada: COMUNIDADE TERAPÊUTICA SANTA LUZIA LTDA ME

Licitação: Inexigibilidade de Licitação 12/2011

Dotação: 13.001.000.0010.0303.0050.2103.333903999000000.01650000

Objeto: Serviços de internação

Vigência: Início: 10/01/2012 Término: 10/01/2012

Extrato do Edital DE Processo Seletivo Nº 1/2012

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Secretaria Municipal de Administração

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 1/2012

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, com sede na Rua Leonel Mosele, 62, pela Secretaria Municipal de Administração, torna pública, as normas e procedimentos que nortearão o Processo Seletivo para Contratação de Estagiários, na forma abaixo:

- 10 (dez) vagas para atuação em Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs, destinadas a estudantes das áreas de:

a) Licenciatura Plena: Pedagogia e Educação Física;

b) Ensino Médio: regular e Magistério;

- 10 (dez) vagas para atuação em Centros Municipais de Bem-Estar Social - CEBES, destinadas a estudantes das áreas de:

a) Licenciatura Plena: Pedagogia e Educação Física;

b) Ensino Médio: regular, Magistério e Técnico em Informática.

As inscrições estarão abertas nos dias 3 e 4 de abril de 2012, no horário das 8h às 10h30min e das 13h às 16h, no Telecentro, situado no Terminal Rodoviário Municipal Prefeito Neudy Primo Massolini, na Rua Dr. Maruri, 1.474, Concórdia, SC.

As provas escritas serão realizadas na mesma data e local das inscrições, no horário das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h.

Demais informações constam no Edital nº 1/2012, que está exposto no mural interno da Prefeitura Municipal e no site www.concordia.sc.gov.br.

Concórdia, SC, 22 de março de 2012.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio Nº 6/2010

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

AO CONVÊNIO Nº 6/2010

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 6/2010, firmado em 5 de janeiro de 2010, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e o MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA, inscrito no CNPJ sob nº 01.614.374/0001-60, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor SERGIO LUIZ SCHMITZ.

OBJETO: Reajusta para R\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais), o valor repassado no exercício de 2012, ao Município Sede, na forma da Cláusula Quarta - Das Obrigações e da Delegação de

Poderes.

DATA DA ASSINATURA: 9 de março de 2012.

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio Nº 97/2009

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
AO CONVÊNIO Nº 97/2009

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 97/2009, firmado em 11 de novembro de 2009, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e o MUNICÍPIO DE IRANI, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.455/0001-31, representado pela sua Prefeita Municipal, senhora ADELAIDE SALVADOR.

OBJETO: Reajusta para 1.586,66 (um mil, quinhentos e oitenta e seis reais e sessenta e seis centavos), o valor mensal, constante na Cláusula Quarta - Das Obrigações e da Delegação de Poderes.

DATA DA ASSINATURA: 1º de março de 2012.

Extrato do Resultado DA Habilitação Tomada DE Preços Nº 19/2012 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 19/2012 PMC

OBJETO: Contratação de empresa em regime empreitada global (material e mão de obra) para montagem de postes com caixa de medição monofásica e o fornecimento de material elétrico eletrônico, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo constante no Anexo "D" do Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA HABILITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: a licitante LÍDER MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA apresentou o documento exigido no subitem 5.1 alínea "e" do Edital, ou seja, "Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei (CND ou CPD/EN do INSS)" com prazo de validade vencida, em razão da comprovação através da Certidão de enquadramento, documento este, exigido no subitem 4.6 do Edital, que é Microempresa (ME), ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), terá o prazo de 4 (quatro) dias úteis para apresentação do referido documento, conforme disposto no subitem nº 8.4 do Edital, estando sua habilitação condicionada ao cumprimento do disposto acima e a licitante ZANDONAI E ZAMPRONIO LTDA - ME não apresentou documento exigido no subitem 5.1 alínea "a" do Edital, ou seja, "Estatuto ou Contrato Social consolidado em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado, devendo, no caso de sociedades por ações, estar acompanhado do documento de eleição (ata publicada em órgão de imprensa oficial) de seus atuais administradores", desta forma, a referida empresa foi julgada INABILITADA. As licitantes LUPPA DIGITAL ELETRIFICAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES LTDA e MGM CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA atenderam plenamente todos os requisitos de habilitação constantes do instrumento convocatório e, por conseguinte, foram julgadas HABILITADAS. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório as proponentes participantes, para se tiver interesse, interpor recurso. Não havendo interposição de recursos, ficam as licitantes habilitadas desde já convocadas a participar da sessão

de abertura de seus Envelopes nº 02 - Propostas de Preços, no dia 10 (Dez) de abril de 2012, às 09h30min (nove horas e trinta minutos), na Sala de Licitações da Prefeitura de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro.

Concórdia, SC, 27 de março de 2012.

ELIANE CORREA BASSO

Presidente da C.P.L., em exercício.

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Extrato DE Licitação - Pregão Presencial - FMS

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que o Fundo Municipal de Saúde estará realizando licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preços, de acordo com a Lei 10.520/02, Lei 8.666/93, Decreto Municipal 17/2007 e normas estabelecidas no Edital.

Processo Administrativo n. 6/2012 FMS

Edital: Pregão Presencial n. 6/2012 FMS

Tipo: Menor preço unitário por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E LIMPEZA PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO.

Entrega dos Envelopes: até às 08:45 horas do dia 11/04/2012

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 11/04/2012

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis de segunda a sexta, durante o horário de expediente, ou pelo telefone (49) 3358.9100

Cordilheira Alta, SC, 23 de março de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Resultado DE Licitação - PR 10/2012

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Presencial 10/2012

JULGAMENTO: Menor preço por Lote

PROCESSO: 19/2012

OBJETO: Aquisição de Material Didático de Expediente, limpeza e Gêneros Alimentícios.

VALOR: R\$ 66.414,20 (sessenta e seis mil quatrocentos e quatorze reais e vinte centavos).

ADJUDICAÇÃO: Devido o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, o Pregoeiro declarou vencedoras as empresas SUPERMERCADO COSER E GIACOMIN LTDA, AO OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, PEGASUS ATACADISTA LTDA ME e RB PAPELARIA E BAZAR LTDA ME, adjudicando o objeto da licitação em epígrafe. Depois de publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir.

Cordilheira Alta, SC, em 27 de março de 2012.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito

Coronel Martins

PREFEITURA

Decreto Nº. 060, De 22 DE Março DE 2012

DECRETO Nº. 060, DE 22 DE MARÇO DE 2012.

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

EXONERAR A PEDIDO:

Art. 1º O Servidor Público Sr. Ramon Castilho Ravarena ocupante do Cargo Temporário de Auxiliar de Serviços Gerais enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 22 de março de 2012 conforme requerimento protocolado sob nº. 050 de 22/03/2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 22 de março de 2012.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal.

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto do Segundo Termo Aditivo Nº. 017/2012 DE Contrato DE 27 DE Março DE 2012

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 017/2012 DE CONTRATO DE 27 DE MARÇO DE 2012

MÊS/ANO: MARÇO/2011. NÚMERO CONTRATO: 061/2011

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 28/03/2011

DESCRIÇÃO: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da Cláusula Segunda do Contrato n. 061, de 28 de Março de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A Cláusula segunda do Contrato 061/2011 passará a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

1. O Município pagará ao Contratado o valor mensal de R\$ 1.135,00 (um mil cento e trinta e cinco reais), em moeda corrente nacional, com até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam ratificados os demais itens da Cláusula Segunda as demais Cláusulas do referido Contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693

TIPO PESSOA(1/2): 2

CPF/CNPJ: 08.5005.637/0001-41

CONTRATADO: COOP. DE PREST. DE SERV. E PROD. CULT. - CO-OPEMAR

Corupá

PREFEITURA

Decreto Nº 445/12

DECRETO Nº 445/12

REGULAMENTA A MODALIDADE DE PREGÃO PARA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal DE CORUPÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei no. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica regulamentada, na forma disposta neste Decreto, a modalidade pregão, instituída pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, destinada à aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Município de Corupá/SC.

Parágrafo único: Subordinam-se ao disposto neste Decreto, além dos órgãos da Administração Municipal direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município de Corupá/SC.

Art. 2º- Pregão é a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado, em que a disputa pelo fornecimento é feita em sessão pública, por meio de lances sucessivos.

Parágrafo único: consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Art. 3º - Os contratos celebrados pelo Município, para a aquisição de bens e serviços comuns, serão precedidos, prioritariamente, de licitação na modalidade pregão, que se destina a garantir, por meio de disputa justa entre os interessados, a compra mais econômica, segura e eficiente.

Art. 4º - A licitação na modalidade de pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas.

Parágrafo único: As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

Art. 5º - Para o julgamento das propostas, serão fixados critérios objetivos que permitam aferir o menor preço, considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições definidas no edital.

Art. 6º - Todos quantos participem de licitação na modalidade de pregão têm direito público subjetivo à fiel observância do

procedimento estabelecido neste Regulamento, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

Art. 7º - A licitação na modalidade pregão não se aplica às contratações de obras de engenharia, às locações imobiliárias, alienações em geral e aos demais serviços cujas especificações dependam de avaliação técnica, que serão regidas pela legislação geral da Administração.

Art. 8º - À autoridade competente, designada de acordo com as atribuições previstas no regimento ou estatuto do órgão ou da entidade, cabe:

- I - aprovar o Termo de Referência e determinar a abertura da licitação;
- II - designar o pregoeiro e os membros da equipe de apoio;
- III - decidir os recursos contra atos do pregoeiro quando este mantiver sua decisão;
- IV - adjudicar o objeto da licitação, quando houver recurso;
- V - homologar o resultado da licitação; e
- VI - promover a celebração do contrato.

Art. 9º - A fase preparatória do pregão observará as seguintes regras:

- I - elaboração do termo de referência pelo órgão requisitante e aprovação deste documento pela autoridade competente;
 - II - previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras e serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
 - III - designação do pregoeiro e da equipe de apoio;
 - IV - elaboração do edital, contendo os elementos necessários e normas que disciplinarem o procedimento e a minuta do contrato, quando for o caso.
- § 1º - As minutas do edital, bem como as dos seus respectivos contratos devem ser previamente examinadas e aprovadas pela Assessoria Jurídica do Município.
- § 2º - O termo de referência é o documento que deverá conter:
- a) Justificativa da necessidade de contratação;
 - b) Definição do objeto de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;
 - c) Elementos capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, com valor estimado em planilhas, de acordo com o preço de mercado;
 - d) Definição dos métodos e estratégia de suprimentos;
 - e) Definição das exigências de habilitação, em conformidade com o artigo 4º, inciso XIII, da Lei 10.520/02;
 - f) Critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva, que pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e execução do contrato e atendimentos das necessidades da Administração.

Art. 10º - As designações do pregoeiro e da equipe de apoio devem recair nos servidores do órgão ou entidade promotora da licitação.

§ 1º - A equipe de apoio deve ser integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da administração, preferencialmente ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora da licitação.

§ 2º - A designação do pregoeiro, a critério da autoridade competente, poderá ocorrer para período de um ano, admitindo-se reconduções, ou para licitação específica.

§ 3º - Somente poderá atuar como pregoeiro o servidor que tenha realizado capacitação específica para exercer a atribuição que reúna perfil adequados, aferidos pela autoridade competente.

Art. 11º - Caberá ao pregoeiro, em especial:

- I - coordenar o processo licitatório;
- II - elaborar as minutas do edital e seus anexos, submetendo os mesmos à aprovação da Autoridade Competente;
- III - receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital;
- IV - conduzir a sessão pública;
- V - verificar e julgar as condições de habilitação;
- VI - receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- VII - indicar o vencedor do certame;
- VIII - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- IX - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- X - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

Art. 12º - Caberá à equipe de apoio, dentre outras atribuições, auxiliar o pregoeiro em todas as fases do processo licitatório.

Art. 13º - A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

- I - a convocação dos interessados por meio de publicação de aviso, observados os valores estimados para contratação e os meios de divulgação a seguir indicados:
 - a) até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais):
 - 1. Diário Oficial, nos termos do inciso I e II, do artigo 21, da Lei 8.666/93; e
 - 2. Meio eletrônico, na Internet;
 - b) acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) até R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais):
 - 1 - Diário Oficial, nos termos do inciso I e II, do artigo 21, da Lei 8.666/93;
 - 2 - Meio eletrônico, na Internet; e
 - 3 - jornal de grande circulação local;
 - c) superiores a R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais):
 - 1 - Diário Oficial, nos termos do inciso I e II, do artigo 21, da Lei 8.666/93;
 - 2 - Meio eletrônico, na Internet; e
 - 3 - jornal de grande circulação regional ou nacional.
- II - do aviso constarão a definição do objeto da licitação, a indicação do local, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital;
- III - do edital constarão todos os elementos definidos na forma do § 1º, do artigo 6º, deste Regulamento combinado com as exigências constantes do artigo 40, da Lei 8.666/93.
- IV - o edital fixará prazo não inferior a oito dias úteis, contados da publicação do aviso, para os interessados prepararem suas propostas;
- V - no dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, nos termos dos procedimentos estabelecidos pelos Anexos I e II deste Regulamento.
- VI - encerrada a etapa competitiva e ordenada as ofertas, o pregoeiro procederá à verificação das condições de habilitação do licitante que apresentou a melhor oferta apurada, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.
- VII - constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante que tiver apresentado a melhor oferta apurada será declarado vencedor.
- VIII - se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.
- IX - nas situações previstas nos incisos VII e VIII o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

X - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

XI - o recurso contra decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo.

XII - o acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

XIII - a falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

XIV - decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação.

XV - se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, aplicar-se-á o disposto no inciso VIII.

Art. 14º - A habilitação far-se-á com a verificação dos seguintes documentos:

I - Certidão Negativa de Débito - CND, expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social;

II - Certificado de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, expedido pela Caixa Econômica Federal;

III - Certidão negativa ou Positiva com efeitos de negativa para com as Fazenda Nacional, Estaduais e Municipal, quando for o caso;

IV - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em conformidade com a Lei 12.440/2011, expedida pela Justiça do Trabalho.

§ 1º - O edital poderá constar exigências quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômica-financeira, nos termos do artigo 27 a 31, da Lei 8.666/93.

§ 2º - O licitante inscrito no Cadastro de Fornecedores do Município ou daqueles aceito pelo edital poderá substituir os documentos exigidos no edital pelo Certificado de Registro Cadastral respectivo.

§ 3º - Os documentos que não constarem do Certificado de Registro Cadastral da licitante deverão ser entregues separados, no momento da sessão pública, nos termos do artigo 32 da Lei 8.666/93.

§ 4º - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

Art. 15º - Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados ou embaixadas e traduzidos por tradutor juramentado no Brasil.

Art. 16º - Quando permitida a participação de consórcio de empresas, serão exigidos:

I - comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com indicação da empresa-líder, que deverá atender às condições de liderança estipuladas no edital e será a representante das consorciadas perante a União;

II - apresentação da documentação de habilitação especificada no instrumento convocatório por empresa consorciada;

III - comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado, na forma estabelecida no edital;

IV - demonstração, por empresa consorciada, do atendimento aos índices contábeis definidos no edital, para fins de qualificação econômico-financeira;

V - responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

VI - obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras, observado o disposto no inciso I; e

VII - constituição e registro do consórcio antes da celebração do contrato.

Parágrafo único: Fica impedida a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.

Art. 17º - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Art. 18º - A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, nos termos do artigo 49, da Lei 8.666/93.

Art. 19º - Até dois dias úteis da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão.

§ 1º - Caberá ao pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

Art. 20º - Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias anteriores à data para abertura da sessão pública, na forma e condições definidas pelo Edital.

Art. 21º - Qualquer modificação no edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

Art. 22º - O Município publicará, no Diário Oficial respectivo, o extrato dos contratos celebrados, nos termos do parágrafo único, do artigo 61, da Lei 8.666/93.

Art. 23º - Os atos essenciais do pregão, inclusive os decorrentes de meio eletrônico, serão documentados ou juntados no respectivo processo, cada qual oportunamente, compreendendo, sem prejuízo de outros, o seguinte:

I - termo de referência;

II - planilhas de custo, quando for o caso;

III - previsão de recursos orçamentários, com a indicação das respectivas rubricas;

IV - autorização de abertura da licitação;

V - designação do pregoeiro e equipe de apoio;

VI - edital e respectivos anexos, quando for o caso;

VII - minuta do termo do contrato ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;

VIII - parecer jurídico;

IX - documentação exigida para a habilitação;

X - ata contendo os seguintes registros:

- a) licitantes participantes;
 - b) propostas apresentadas;
 - c) lances ofertados na ordem de classificação;
 - d) aceitabilidade da proposta de preço;
 - e) habilitação; e
 - f) recursos interpostos, respectivas análises e decisões;
- XI - comprovantes das publicações:
- a) do aviso do edital;
 - b) do resultado da licitação;
 - c) do extrato do contrato; e
 - d) dos demais atos em que seja exigida a publicidade, conforme o caso.

Art. 24º - Poderá ser realizado o pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, nos termos do Capítulo II deste Decreto.

CAPÍTULO I

Procedimentos Para o Pregão Presencial

Art. 25º - Este Capítulo estabelece normas e procedimentos relativos à licitação na modalidade de Pregão, na forma presencial.

Art. 26º - A sessão pública do pregão presencial será processada da seguinte forma:

I - no dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, com a apresentação dos seguintes documentos:

a) se tratando do responsável legal da empresa: cópia autenticada do contrato social ou instrumento equivalente que demonstre a competência legal do interessado para representar e assinar pela empresa, juntamente com cópia do documento de identidade (com foto), admitido em lei;

b) se tratando de representante constituído: apresentar procuração com poderes para praticar todos os atos inerentes ao pregão, em especial, formular propostas e lances, firmar acordos, interpor ou desistir de recursos, devidamente assinada, juntamente com cópia do documento de identidade (com foto), admitido em lei.

II - aberta a sessão, os interessados ou seus representantes constituídos apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão ao pregoeiro os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

III - o pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço.

IV - quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no inciso anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

V - em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

VI - o pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

VII - a desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão definitiva do licitante na fase de lances verbais.

VIII - caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

IX - declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

X - sendo aceitável a proposta de menor preço, será solicitado o envelope de habilitação da licitante correspondente e procedido a sua abertura para confirmação das suas condições habilitatórias, com base nos dados cadastrais da Administração, assegurado ao já cadastrado o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão.

XI - os documentos a que se referem o inciso anterior poderão ser substituídos por Certificados de Registro Cadastral e ou complementados, nos termos e condições dispostas no edital do certame licitatório.

XII - os atos posteriores serão em consonância com o disposto no artigo 13, inciso VII a XVI deste Decreto.

Art. 27º - A Administração, quando da aquisição de bens ou contratação de serviços, poderá subdividir a quantidade total do item em lotes, sempre que comprovado técnica e economicamente viável, de forma a possibilitar maior competitividade, observado, neste caso, dentre outros, a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

CAPÍTULO II

Procedimentos Para o Pregão Eletrônico

Art. 28º - A modalidade de licitação pregão, na forma eletrônica, de acordo com o disposto no § 1º do art. 2º da Lei no 10.520, de 17 de julho de 2002, destina-se à aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito municipal, e submete-se ao regulamento estabelecido neste Decreto.

Parágrafo único: Subordinam-se ao disposto neste Decreto, além dos órgãos da Administração Pública Municipal Direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo município.

Art. 29º - O pregão, na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.

§ 1º - Consideram-se bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

§ 2º - Para o julgamento das propostas, serão fixados critérios objetivos que permitam aferir o menor preço, devendo ser considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições definidas no edital.

§ 3º - O sistema referido no caput será dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam condições de segurança em todas as etapas do certame.

§ 4º - O pregão, na forma eletrônica, será conduzido pelo órgão ou entidade promotora da licitação, com apoio técnico e operacional de entidades devidamente qualificadas e credenciadas, inclusive as Bolsas de Mercadorias, devendo estas, estarem organizadas sob a forma de Sociedades Civis sem fins lucrativos e com a participação plural de corretoras que operem sistemas eletrônicos unificados de pregão.

Art. 30º - Deverão ser previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico a autoridade competente do órgão promotor da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio e os licitantes que participam do pregão na forma eletrônica.

§ 1º - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

§ 2o - A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão na forma eletrônica, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descadastramento perante o sistema eletrônico.

§ 3o - A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

§ 4o - O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

§ 5o - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

Art. 31o - Nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatória a modalidade pregão, sendo preferencial a utilização da sua forma eletrônica.

§ 1o - O pregão deve ser utilizado na forma eletrônica, salvo nos casos de comprovada inviabilidade, a ser justificada pela autoridade competente.

Art. 32o - A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

Parágrafo único: As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Art. 33o - Os participantes de licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Decreto, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

Art. 34o - À autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou estatuto do órgão ou da entidade, cabe:

I - designar e solicitar, junto ao provedor do sistema, o credenciamento do pregoeiro e dos componentes da equipe de apoio;

II - indicar o provedor do sistema;

III - determinar a abertura do processo licitatório;

IV - decidir os recursos contra atos do pregoeiro quando este mantiver sua decisão;

V - adjudicar o objeto da licitação, quando houver recurso;

VI - homologar o resultado da licitação; e

VII - celebrar o contrato.

Art. 35o - Na fase preparatória do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:

I - elaboração de termo de referência pelo órgão requisitante, com indicação do objeto de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização;

II - aprovação do termo de referência pela autoridade competente;

III - apresentação de justificativa da necessidade da contratação;

IV - elaboração do edital, estabelecendo critérios de aceitação das propostas;

V - definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, inclusive no que se refere aos prazos e às condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração; e

VI - designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio.

§ 1o - A autoridade competente motivará os atos especificados nos incisos II e III, indicando os elementos técnicos fundamentais que o apóiam, bem como quanto aos elementos contidos no orçamento estimativo e no cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso, elaborados pela administração.

§ 2o O termo de referência é o documento que deverá conter elementos capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

Art. 36o - As designações do pregoeiro e da equipe de apoio devem recair nos servidores do órgão ou entidade promotora da licitação.

§ 1o - A equipe de apoio deverá ser integrada, em sua maioria, por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da administração pública, pertencentes, preferencialmente, ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora da licitação.

§ 2o - A designação do pregoeiro, a critério da autoridade competente, poderá ocorrer para período de um ano, admitindo-se reconduções, ou para licitação específica.

Art. 37o - Caberá ao pregoeiro, em especial:

I - coordenar o processo licitatório; II - receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;

II - conduzir a sessão pública na internet;

III - verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

IV - dirigir a etapa de lances;

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

VI - receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VII - indicar o vencedor do certame;

VIII - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

IX - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

X - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

Art. 38o - Caberá à equipe de apoio, dentre outras atribuições, auxiliar o pregoeiro em todas as fases do processo licitatório.

Art. 39o - Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

I - credenciar-se no sistema eletrônico de apoio técnico operacional indicado e disponibilizado pelo município;

II - remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, a proposta e, quando for o caso, seus anexos;

III - responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

IV - acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

V - comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

VI - utilizar-se da chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

VII - solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

Parágrafo único. O fornecedor descredenciado no sistema

eletrônico terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

Art. 40º - Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa:

I - à habilitação jurídica;

II - à qualificação técnica;

III - à qualificação econômico-financeira;

IV - à regularidade fiscal com a Fazenda Nacional, o sistema da seguridade social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

V - à regularidade fiscal perante as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso; e

VI - ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e no inciso XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 1º - A habilitação dos licitantes será verificada através das seguintes formas conforme a determinação do edital:

I - Por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, quando dos procedimentos licitatórios realizados pelos órgãos ou entidades que aderirem ao SICAF.

II - Através do próprio portal eletrônico que disponibilize a ferramenta de inclusão dos documentos exigidos em edital em forma digitalizada /ou escaneada (sempre em forma de reconhecimento de firma por verdadeiros), a qual por ocasião do cadastramento da proposta, o licitante simultaneamente em ato contínuo deverá cadastrar (junto ao portal eletrônico em arquivo específico) os documentos exigidos em edital, que estes tão somente serão conhecidos (pelo pregoeiro e de forma pública) após o término do tempo randômico e ou prorrogação automática, e tão somente os documentos do licitante vencedor. Documentos estes que devem ser anexados em sua forma original e/ou por verdadeiros por ocasião da assinatura do contrato.

III - Envio de documentos pelos licitantes por via postal ou entrega dos mesmos na entidade ou órgão responsável pela licitação, por prepostos ou responsáveis diretos da licitante.

§2. A documentação exigida para atender ao disposto nos incisos I, III, IV e V deste artigo poderá - mediante regra expressa em edital, ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou, em se tratando de órgão ou entidade não abrangida pelo referido Sistema, por certificado de registro cadastral que atenda aos requisitos previstos na legislação geral.

Art. 41º - Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados ou embaixadas e traduzidos por tradutor juramentado no Brasil.

Art. 42º - Quando permitida a participação de consórcio de empresas, serão exigidos:

I - comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com indicação da empresa-líder, que deverá atender às condições de liderança estipuladas no edital e será a representante das consorciadas perante o município;

II - apresentação da documentação de habilitação especificada no instrumento convocatório por empresa consorciada;

III - comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado, na forma estabelecida no edital;

IV - demonstração, por empresa consorciada, do atendimento aos índices contábeis definidos no edital, para fins de qualificação econômico-financeira;

V - responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

VI - obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras, observado o disposto no inciso I; e

VII - constituição e registro do consórcio antes da celebração do contrato.

Parágrafo único: Fica impedida a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.

Art. 43º - A fase externa do pregão, na forma eletrônica, será iniciada com a convocação dos interessados por meio de publicação de aviso, observados os valores estimados para contratação e os meios de divulgação a seguir indicados:

I - até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais):

a) Diário Oficial do Município; e

b) meio eletrônico, na internet;

II - acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais)

a) Diário Oficial do Município;

b) meio eletrônico, na internet; e

c) jornal de grande circulação;

§ 1º Os valores estipulados nos incisos I e II acompanharão as alterações verificadas nos limites indicados nas alíneas "b" e "c" do artigo 23, inciso II, da Lei Federal 8.666/93.

§ 2º O aviso do edital conterá a definição precisa, suficiente e clara do objeto, a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital, bem como o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão

pública, a data e hora de sua realização e a indicação de que o pregão, na forma eletrônica, será realizado por meio da internet.

§ 3º A publicação referida neste artigo poderá ser feita em sítios oficiais da administração pública, na internet, desde que certificada digitalmente por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§4º O prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a oito dias úteis.

§ 5º Todos os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

§ 6º Na divulgação de pregão realizado para o sistema de registro de preços, independentemente do valor estimado, será adotado o disposto no inciso II.

Art. 44º - Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.

§ 1º Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

§ 2º Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

Art. 45º - Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no edital.

Art. 46º - Qualquer modificação no edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

Art. 47º - Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

§ 1º A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

§ 2º Para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre

plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

§ 3o A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Decreto.

§ 4o Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

Art. 48º - A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

§ 1o Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha.

§ 2o O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

§ 3o A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

§ 4o As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

§ 5o O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

Art. 49º - O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

Parágrafo Único: O pregoeiro poderá ter acesso, na etapa de classificação das propostas, a razão social dos licitantes para efetuar consultas junto ao Tribunal de Contas de Santa Catarina e também a lista municipal de licitantes inidôneos com intuito de impedir a participação de licitantes penalizados.

Art. 50º - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

§ 1o No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.

§ 2o Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

§ 3o O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

§ 4o Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

§ 5o Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

§ 6o A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.

§ 7º O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

§ 8º Ao invés da regra prevista o §7º deste artigo, poderá ser estipulado em edital o fechamento dos lances via "prorrogação automática", momento em que o pregão se encerrará apenas quando o certame ficar sem receber lances pelo período de 2 (dois) minutos consecutivos, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, caso contrário serão feitas prorrogações automáticas visando a continuidade da disputa.

§ 9o Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

§ 10o A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 11o No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

§ 12o Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

Art. 51º - Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

§ 1º- A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, quando dos procedimentos licitatórios realizados órgãos ou entidades que aderirem ao SICAF. Caso contrário, dar-se-á mediante a verificação da documentação enviada pelos licitantes, via postal ou entrega da mesma na entidade ou órgão responsável pela licitação, por prepostos ou responsáveis diretos da licitante.

§ 2º- Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, inclusive quando houver necessidade de envio de anexos, deverão ser apresentados inclusive via fax, no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.

§ 3o - Os documentos e anexos exigidos, quando remetidos via fax, deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, nos prazos estabelecidos no edital.

§ 4o Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

§ 5o Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

§ 6o No caso de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada de imediato por meio eletrônico, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

§ 7o No pregão, na forma eletrônica, realizado para o sistema de registro de preços, quando a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos licitantes quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

§ 8o Os demais procedimentos referentes ao sistema de registro de preços ficam submetidos à norma específica que regulamenta o art. 15 da Lei no 8.666, de 1993.

§ 9o Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

Art. 52º - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 1o A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do caput, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 2o O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

§ 3o No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante

despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

Art. 53º - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

§ 1º Após a homologação referida no caput, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo definido no edital.

§ 2º Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 3º O vencedor da licitação que não fizer a comprovação referida no § 2º ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

§ 4º O prazo de validade das propostas será de sessenta dias, salvo disposição específica do edital.

Art. 54º - Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, e será, se for o caso, descredenciado no SICAF, ficando impedido de participar de licitações coma administração pública pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Parágrafo único: As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, caso o município utilize-o e, em todo caso, constarão, também, dos registros próprios de controle do município.

Art. 55º - A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 2º Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

Art. 56º - O processo licitatório será instruído com os seguintes documentos:

- I - justificativa da contratação;
- II - termo de referência;
- III - planilhas de custo, quando for o caso;
- IV - previsão de recursos orçamentários, com a indicação das respectivas rubricas;
- V - autorização de abertura da licitação;
- VI - designação do pregoeiro e equipe de apoio;
- VII - edital e respectivos anexos, quando for o caso;
- VIII - minuta do termo do contrato ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;
- IX - parecer jurídico;
- X - documentação exigida para a habilitação;

XI - ata contendo os seguintes registros:

- a) licitantes participantes;
- b) propostas apresentadas;
- c) lances ofertados na ordem de classificação;
- d) aceitabilidade da proposta de preço;
- e) habilitação; e
- f) recursos interpostos, respectivas análises e decisões;

XII - comprovantes das publicações:

- a) do aviso do edital;
- b) do resultado da licitação;
- c) do extrato do contrato; e
- d) dos demais atos em que seja exigida a publicidade, conforme o caso.

§ 1º O processo licitatório poderá ser realizado por meio de sistema eletrônico, sendo que os atos e documentos referidos neste artigo constantes dos arquivos e registros digitais serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas.

§ 2º Os arquivos e registros digitais, relativos ao processo licitatório, deverão permanecer à disposição das auditorias internas e externas.

§ 3º A ata será disponibilizada na internet para acesso livre, imediatamente após o encerramento da sessão pública.

Art. 57º - Aplicam-se subsidiariamente as normas Lei Federal nº 8.666/93, Decretos Federais números 3.555 de 08 de agosto e 2000 e 5.450, de 1º de Junho de 2005.

Art. 58º - Compete a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, estabelecer normas e orientações complementares sobre matéria regulamentada neste Decreto, bem como resolver os casos omissos.

Art. 59º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 01 de março de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
Secretário Municipal De Administração E Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março

Decreto Nº. 446/12

DECRETO Nº. 446/12

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.050/2011 de 08 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o valor de R\$ 174.227,50 (cento e setenta e quatro mil e duzentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código DR Classificação Valor R\$
06.000 Secretaria Municipal de Saúde
06.001 Fundo Municipal de Saúde
010.301.0080.2009 Manutenção da Divisão de Saúde
4.4.90.00.00.00 0.3.24.00 Aplicações Diretas 81.067,50

06.000 Secretaria Municipal de Saúde
06.001 Fundo Municipal de Saúde
010.301.0081.1010 Bloco de Atenção Básica
4.4.90.00.00.00.00 0.3.23.00 Aplicações Diretas 93.160,00
TOTAL 174.227,50

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior fonte 03.23.00 - Transf. de Convênios da União - Saúde, no valor de R\$ 93.160,00 (noventa e três mil e cento e sessenta reais), e fonte 03.24.00 - Transferência de Convênios - Outros, no valor de R\$ 81.067,50 (oitenta e um reais e sessenta e sete reais e cinquenta centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 07 de março de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
Secretário Municipal De Administração E Fazenda

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março.

Pregão Presencial 015/12 - Registro DE Preço

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO DE LICITAÇÃO -
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 015/12
REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Eventuais aquisições parceladas de ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXA, ADITIVOS, DETERGENTE, DESENGRAXANTE INDUSTRIAL e DETERGENTE AUTOMOTIVO PARA USO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS QUE COMPÕE A FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 28/03/2012, às 09h00min do dia 10/04/2012.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 10/04/12.

TIPO: Menor Preço por item.
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getúlio Vargas, 443 e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).
HORÁRIO: Das 08h às 12h e das 14h às 17h
Telefone (47) 3375-6500
Para recebimento do edital é imprescindível que a licitante retire o arquivo de itens junto ao setor de licitações pelo email: compras@corupa.sc.gov.br.

Corupá, 28 de Março de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato DE Contrato DE Ata DE Registro DE Preços 016/11 - QUARTO Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ - SC
e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>
EXTRATO DE CONTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

016/11
QUARTO TERMO ADITIVO
Processo de licitação nº 007/11
Modalidade Pregão Presencial nº 003/11

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: GENTE SEGURADORA S/A, com sede na Avenida Carlos Gomes, 350 - Boa Vista, Porto Alegre-RS, representada neste ato, por seu representante legal, o Senhor MARCELO WAIS, CPF nº 632.005.380-15.

Objeto: eventuais aquisições de APÓLICE DE SEGURO PARA A FROTA DO MUNICÍPIO ATÉ O PRAZO DE 12 (DOZE) MESES.

Cláusula Primeira - Do Preço: Conforme disposto na Cláusula Terceira do Contrato firmado, altera-se o valor do Contrato no valor de R\$ 2.044,84 (dois mil, quarenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos), referentes ao endosso de inclusão do veículo Ford Cargo 4331 - Turbo 2 P - Diesel - Placa MDT 3571.

Data da Assinatura: 29/08/2011
Data da Vigência: 01/03/2012

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 028/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ - SC
e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>
EXTRATO DO CONTRATO 028/12
Processo de licitação nº 023/12
Modalidade Carta Convite nº 005/12

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: MEDIDA MÓVEIS LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.228.408/0001-79, estabelecida na Rua Roberto Seidel, 1389 - Seminário, CEP 89.278-000, Município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Contratação de Empresa para confecção e montagem de móveis sob medida para uso nas dependências da nova Sede Administrativa do Município de Corupá.

Valor do Contrato: R\$ 46.300,00 (Quarenta e Seis Mil e Trezentos Reais), correspondente ao objeto descrito e caracterizado no edital carta convite nº 005/12, que faz parte integrante do presente instrumento, como se transcrito fosse.

Data da Assinatura: 12/03/2012
Data da Vigência: 31/12/2012

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 030/12

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ - SC
e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>
EXTRATO DO CONTRATO 030/12
Processo de licitação nº 024/12
Modalidade Pregão Presencial com Registro de Preço nº 003/12

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: MERCADO BERTINA LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 83.122.291/0001-18 e inscrição Estadual nº 252.194.268, estabelecida na Roberto Seidel, 1137 - Centro, CEP 89278-000, Município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR - PROGRAMA PNAC, conforme especificações Termo de Referência.

Valor do Contrato: R\$ 39.614,62 (Trinta e Nove Mil Seiscentos e Quatorze Reais e Sessenta e Dois Centavos), correspondente ao objeto descrito e caracterizado no Edital Pregão nº 003/12, que faz parte integrante do presente instrumento, como se transcrito fosse.

Data da Assinatura: 19/03/2012
Data da Vigência: 19/07/2012

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 031/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ - SC
e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>
EXTRATO DO CONTRATO 031/12
Processo de licitação nº 024/12
Modalidade Pregão Presencial com Registro de Preço nº 003/12

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: MERCADO DELAIDE LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 03.686.740/0001-11 e inscrição Estadual nº 254.024.726, estabelecida na Rua Otto Hillbrecht, 35, - Centro, CEP 89278-000, Município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR - PROGRAMA PNAC, conforme especificações Termo de Referência.

Valor do Contrato: R\$ 17.914,60 (Dezessete Mil Novecentos e Quatorze Reais e Sessenta Centavos), correspondente ao objeto descrito e caracterizado no Edital Pregão nº 003/12, que faz parte integrante do presente instrumento, como se transcrito fosse.

Data da Assinatura: 19/03/2012
Data da Vigência: 19/07/2012

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 034/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ - SC
e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>
EXTRATO DO CONTRATO 034/12
Processo de licitação nº 019/12
Modalidade Carta Convite nº 004/12

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: RESTAURANTE E LANCHONETE TREVO LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.804.836/0001-65 e inscrição Estadual nº 256073112, estabelecida na Rua Francisco Mees, 646 - Centro, Município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM MARMITA Nº 09.

Valor do Contrato: R\$ 17.500,00 (Dezessete Mil e Quinhentos Reais), correspondente ao objeto descrito e caracterizado no edital Carta Convite nº 004/12, que faz parte integrante do presente instrumento, como se transcrito fosse.

Data da Assinatura: 20/03/2012
Data da Vigência: 31/12/2012

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 035/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ - SC
e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>
EXTRATO DO CONTRATO 035/12
Processo de licitação nº 020/12
Modalidade Pregão Presencial com Registro de Preços nº 001/12

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 75.415.075/0002-13, com sede na Rua Marcionilo dos Santos, 1426, Bairro Corticeira, Cidade de Guaramirim - Estado de Santa Catarina CEP 89270-000.

Objeto: Eventuais aquisições de ÓLEO DIESEL PARA USO NA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, após a assinatura da presente ata por mais 12 (doze) meses, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item constantes no Anexo I, que acompanha o edital.

Valor do Contrato: R\$ 938.500,00 (Novecentos e Trinta e Oito Mil e Quinhentos Reais).

Data da Assinatura: 20/03/2012
Data da Vigência: 20/03/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 036/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ - SC
e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>
EXTRATO DO CONTRATO 036/12

Processo de licitação nº 025/12
Modalidade Pregão Presencial com Registro de Preços nº 004/12

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: MERCADO BERTINA LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 83.122.291/0001-18 e inscrição Estadual nº 252.194.268, estabelecida na Roberto Seidel, 1137 - Centro, CEP 89278-000, Município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Eventuais aquisições parceladas de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (café, açúcar, filtro, adoçante, chá e água mineral), PARA USO EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência.

Valor do Contrato: R\$ 14.193,40 (Quatorze Mil Cento e Noventa e Três Reais e Quarenta Centavos), correspondente ao objeto descrito e caracterizado no Edital Pregão nº 004/12, que faz parte integrante do presente instrumento, como se transcrito fosse.

Data da Assinatura: 21/03/2012
Data da Vigência: 21/03/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 037/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AV: GETÚLIO VARGAS, 443
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3375-6500
89278-000 - CORUPÁ - SC
e - mail: compras@corupa.sc.gov.br - site: <http://www.corupa.sc.gov.br>
EXTRATO DO CONTRATO 037/12

Processo de licitação nº 025/12
Modalidade Pregão Presencial com Registro de Preços nº 004/12

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: MERCADO DELAIDE LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 03.686.740/0001-11 e inscrição Estadual nº 254.024.726, estabelecida na Rua Otto Hillbrecht, 35, - Centro, CEP 89278-000, Município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Eventuais aquisições parceladas de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (café, açúcar, filtro, adoçante, chá e água mineral), PARA

USO EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência.

Valor do Contrato: R\$ 4.504,00 (Quatro Mil e Quinhentos e Quatro Reais), correspondente ao objeto descrito e caracterizado no Edital Pregão nº 004/12, que faz parte integrante do presente instrumento, como se transcrito fosse.

Data da Assinatura: 21/03/2012
Data da Vigência: 21/03/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Edital DE Homologação DE DESISTÊNCIA Nº 04/2012

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DE DESISTÊNCIA Nº 04/2012
(Edital de Concurso Público nº 001/2011)

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições legais, em entendimento e em atendimento ao Edital de Concurso Público nº 001/2011;

CONSIDERANDO que o não comparecimento a qualquer das etapas do concurso Público nº 001/2011, implica em desistência tácita;

CONSIDERANDO que a candidata Sra. Izabel Cizzira Ross, aprovada em 35º colocação para o cargo de Auxiliar de Setor, na 1ª fase do Concurso Público nº 001/2011, não apresentou à Clínica médica Bem Viver, os resultados dos exames médicos que foram solicitados no dia da consulta, no prazo de 30 dias a contar a data da mesma, conforme estabelecido no Edital de Chamamento nº 004/2012, de 14 de fevereiro de 2012;

CONSIDERANDO que a candidata desistiu por escrito do cargo de Auxiliar de Setor.

RESOLVE: homologar a desistência tácita e expressa da candidata Izabel Cizzira Ross, do cargo de Auxiliar de Setor.

Gabinete do Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, aos 27 dias do mês de março de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ
Secretário Mun. De Administração E Fazenda

Edital de Teste Seletivo ACTs Nº 05/2012

Edital de Teste Seletivo ACTs nº 05/2012
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 05/2012

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito do Município de Corupá, no uso de suas atribuições legais, e considerando a eminente falta de profissional e a extrema necessidade de acompanhamento de pacientes de nosso Município configurando-se em necessidade de urgência extrema, torna público que estarão abertas no período de 26 de março a 30 de março de 2012, no horário compreendido entre 8h as 12h e das 14h as 17h, as inscrições para o Teste Seletivo de candidatos para provimento de vaga que especifica na Administração Municipal, regendo-se pelas disposições do presente Edital.

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - Este Processo Seletivo destina-se a selecionar candidatos para o preenchimento das vagas criada por tempo determinado e reger-se-á pela Legislação em vigor (Lei Complementar Municipal 014/09, de 15/12/2009), sendo o vínculo de trabalho regido pela

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, com contribuição para o Regime Geral de Previdência (INSS).

2 – DAS INSCRIÇÕES:

2.1 - Não será permitida a inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, por procuração, pública ou por instrumento particular com firma reconhecida, com poderes específicos para este Processo Seletivo, devendo o procurador entregar, além dos documentos exigidos o instrumento de procuração original.

2.2 - O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador na Ficha de Inscrição, arcando o candidato com as consequências de eventuais erros de preenchimento daquele documento.

2.3 - Em ocorrendo divergência entre o cargo indicado na procuração e o cargo indicado na Ficha de Inscrição será considerado o que constar da Ficha de Inscrição.

2.4 - O candidato deverá preencher na ficha de inscrição os dados da documentação relacionada no item 3 e mediante preenchimento e entrega da Ficha de Inscrição, conforme modelo Anexo I.

2.5 - No ato da inscrição o candidato receberá seu respectivo comprovante de inscrição devidamente assinado pelo atendente, o qual obrigatoriamente deverá ser membro da Comissão Executora.

2.6 - A inscrição só terá validade se o comprovante estiver devidamente assinado.

2.7 - É vedada a inscrição de ex-servidores públicos (federal, estadual ou municipal) que tenham sido demitidos a bem do serviço público, por abandono de cargo, bem como aqueles exonerados em estágio probatório em razão de inaptidão para o cargo.

2.8 - Se houver inscrição de candidatos na situação mencionada no parágrafo anterior, o mesmo terá sua contratação rescindida.

2.9 - A ficha de inscrição deverá ser preenchida e entregue juntamente com os documentos exigidos junto a Secretaria Municipal de Saúde, sito a Rua: Nereu Ramos, nº. 401 - Centro – Corupá – SC.

3 - DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO:

3.1 - São condições para a inscrição:

- Preencher corretamente a Ficha de Inscrição do Processo Seletivo, prevista no Anexo I;
- Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos até o último dia da inscrição;
- Encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;
- Estar quites com as obrigações militares e eleitorais;
- Apresentar fotocópia da Cédula de Identidade (frente e verso);
- Apresentar fotocópia do CPF;
- Possuir habilitação profissional na área para o cargo ao qual pretende a inscrição apresentando cópias dos documentos competentes;
- Apresentar fotocópia do Comprovante de Residência (Conta de água, Telefone ou Luz que comprove local de residência), ou o candidato deverá apresentar como prova para comprovar a residência, declaração prevista no Anexo III;
- Fornecer com exatidão todos os demais dados necessários para o preenchimento da ficha de inscrição;
- Conhecer e estar de acordo com as exigências do edital.

3.2 - Considerando a urgência na contratação, as inscrições serão homologadas na data provável de 30 de março de 2012.

4 - LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS:

4.1 - A Análise de Títulos será aplicada no dia 02 de abril 2012, na Secretaria Municipal de Saúde, sito a Rua: Nereu Ramos, nº. 401 - Centro – Corupá – SC.

5 - DA DIVULGAÇÃO

5.1 - A divulgação oficial deste Processo Seletivo dar-se-á através do Diário Oficial do Município, dos meios de comunicação disponíveis e de uso comum no Município, bem como no mural de avisos afixados no Edifício Sede da Prefeitura Municipal, na data provável do dia 03 de abril de 2012.

6 - DO NÚMERO DE VAGAS, FUNÇÃO, REMUNERAÇÃO, CARGA HORÁRIA E GRAU DE ESCOLARIDADE:

6.1 - O número total de vagas e sua distribuição estão definidos, conforme quadro abaixo:

CÓDIGO	Nº DE VAGAS	FUNÇÃO	SALÁRIO	CARGA HORÁRIA	GRAU DE ESCOLARIDADE
1	CR	Fisioterapia	R\$ 1.672,65	32	SUPERIOR, REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE

7 – DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

FISIOTERAPEUTA

Atuar nas atividades específicas de fisioterapia, visando reabilitação global do paciente.

Avaliar o quadro e prescrever a terapêutica adequada ao caso;

Atuar nas áreas de ortopedia, traumatologia, pneumologia, neurologia e reumatologia, utilizando recursos de eletroterapia, mecanoterapia, massoterapia, termo-terapia, cinesioterapia;

Prestar orientações gerais sobre a promoção a saúde a pacientes e familiares;

Participar de reuniões administrativas e científicas do corpo clínico; Orientar a adequação de mobiliário, equipamento e atividades profissionais, segundo as normas de ergonomia;

Cumprir normas e regulamentos da Secretaria de Saúde;

Encaminhar para outras especialidades os casos que exigem maior complexidade de avaliação;

Solicitar o acompanhamento por outras especialidades ao paciente durante o período de tratamento;

Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de dificuldade;

Realizar atividades educativas coletivas;

Realizar atendimento a grupos específicos visando a promoção da saúde e prevenção de agravos.

8 - DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

8.1 - As provas escrita e entrevista serão dispensadas, dar-se-á por processo de análise de títulos, conforme estabelecido no artigo 250 da Lei Complementar nº. 014/09.

A Prefeitura Municipal de Corupá não assume qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas.

8.2- Serão classificados os candidatos em ordem decrescente partindo do que obtiver maior titulação.

8.3 - O resultado final da seleção será divulgado na data provável de 03 de abril 2012.

9 - DO APROVEITAMENTO:

9.1 – Os candidatos classificados serão convocados para atender as necessidades que surgirem no Município de Corupá.

9.2 - O candidato classificado que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, perderá todos os direitos sobre as mesmas.

9.3 - As contratações serão efetuadas conforme necessidade do Município de Corupá, por tempo determinado, pelos prazos previstos na Lei Complementar nº 014/09.

10 - DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO:

10.1 - São condições para a admissão:

- a) Carteira de trabalho com n. PIS/PASEP;
 - b) 01 (uma) foto 3X4;
 - c) Cópia de comprovante de residência e número de telefone;
 - d) Ser brasileiro nato, naturalizado ou gozar das prerrogativas de legislação específica.
 - e) Cópia dos seguintes documentos:
 - e.1) Carteira de identidade (frente e verso);
 - e.2) CPF;
 - e.3) Título de eleitor;
 - e.4) Certidão de nascimento ou casamento;
 - e.5) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
 - e.6) Certificado de reservista para candidatos do sexo masculino e tipo sanguíneo;
 - e.7) Certidões de antecedentes criminais e cíveis;
 - e.8) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
 - e.9) Cópia do certificado de conclusão de escolaridade exigido para o cargo, com registro no respectivo Órgão de Fiscalização;
 - f) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades em Lei.
 - g) Declaração de bens;
 - h) Ter aptidão física e mental para o exercício da função, a ser comprovada por exame médico realizado pelo médico perito do Município;
 - i) Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo.
- 10.2 - A relação dos candidatos classificados será divulgada no endereço eletrônico: www.corupa.sc.gov.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br, e no mural do Município de Corupá.

11 – ADVERTÊNCIAS

11.1 - Em qualquer fase do processo seletivo ou após a seleção, caso seja detectada alguma inverdade no cumprimento dos pré-requisitos estabelecidos para a inscrição, o candidato será automaticamente desligado ou eliminado do processo.

11.2 - A Administração Pública poderá rescindir, unilateralmente, os contratos provenientes destas admissões, na ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I - Prática de falta grave, dentre as enumeradas no art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, listadas a seguir:

- a) ato de improbidade;
- b) incontinência de conduta ou mau procedimento;
- c) negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador, e quando construir ato de concorrência ao órgão para a qual trabalha o empregado, ou for prejudicial ao serviço;
- d) condenação criminal do empregado, transitada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;
- e) desídia no desempenho das respectivas funções;
- f) embriaguez habitual ou em serviço;
- g) violação de segredo da empresa;
- h) ato de indisciplina ou de insubordinação;
- i) abandono de emprego;
- j) ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo, em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- k) ato lesivo de honra e boa fama ou ofensas físicas praticada contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- l) prática constante de jogos de azar.

II - Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas.

III - Necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa, nos termos da Lei Federal nº 9.801/99.

IV - Insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegurem pelo menos um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em trinta dias, e o prévio

conhecimento dos padrões mínimos exigidos para a continuidade da relação de emprego, obrigatoriamente estabelecidos de acordo com as peculiaridades das atividades exercidas.

V - Extinção do repasse financeiro relativo aos Programas a que os cargos encontram-se atrelados pelos Governos Estadual e Federal.

VI - Superação da necessidade excepcional e temporária de servidor ACTs.

12 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - A inscrição do candidato importará no conhecimento das instruções e na aceitação tácita e expressa das condições do processo de seleção, tais como se acham estabelecidas neste Edital.

12.2 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Coordenadora do Concurso.

12.3 - Não haverá segunda chamada para nenhuma das avaliações, seja qual for o motivo alegado pelo candidato para justificar sua ausência.

12.4 - O acompanhamento de editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo é de responsabilidade exclusiva do candidato.

12.5 - Os candidatos aprovados poderão ser chamados a qualquer momento a partir da divulgação do resultado final e durante o prazo de vigência deste Processo Seletivo Simplificado.

12.6 - O candidato deverá manter atualizado seu endereço, enquanto estiver participando do Processo Seletivo e no período subsequente, se aprovado. São de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não atualização de seu endereço.

12.7 - A atualização cadastral deve ser feita por escrito e assinada pelo candidato e encaminhada à Prefeitura Municipal de Corupá. O Município de Corupá não assumirá qualquer responsabilidade decorrente da não localização de candidato que mudou e não promoveu sua atualização de endereço.

12.8 - A aprovação do candidato no Processo Seletivo Simplificado não gera ao Município a obrigatoriedade de sua contratação.

12.9 - A Comissão Especial do Processo Seletivo será responsável pela aplicação e realização de todos os tipos de prova, podendo, para tanto, valer-se do auxílio dos demais servidores pertencentes ao quadro municipal.

12.10 - A vigência do presente Processo Seletivo Simplificado será de (01) um ano.

12.11 - Faz parte integrando do presente edital

ANEXO I – Ficha de Inscrição

ANEXO II – Relação de Títulos e Experiência Profissional

ANEXO III – Modelo de Declaração de Residência

12.12 - Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 21 de março de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

ALCEU GILMAR MORETTI

Secretário Municipal De Saúde



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - administra@corupa.sc.gov.br**ANEXO I**

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ FICHA DE INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO Nº 05/12		Foto 3 x 4
	Código do Cargo	Nome do Cargo	
Nome do(a) Candidato(a):			
Identidade:		Data de Nascimento:	Sexo: M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>
CPF:	Título Eleitoral:	Fone:	
Estado Civil:	e-mail:		
Endereço:	Bairro:		
Município:	Estado:	CEP:	
Portador de Necessidade Especial <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		Qual:	
Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo, responsabilizando-me pelas informações aqui prestadas.			
Corupá(SC),		Assinatura do Candidato:	
		(Obs: A Assinatura deverá ser igual a constante na identidade)	

Via Prefeitura


	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO Nº 05/12	
	Código do Cargo	Nome do Cargo
Nome do(a) Candidato(a):		
Portador de Necessidade Especial <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		Qual:
Obrigatório a apresentação deste, juntamente com a carteira de identidade no local da prova. Levar caneta (Preta ou Azul) e chegar 15 minutos de antecedência.		
Corupá(SC)	Assinatura do Candidato:	Responsável pelo Recebimento - Prefeitura
	(Obs: A Assinatura deverá ser igual a constante na identidade)	Assinatura

Via Candidato

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”



7 www.corupa.sc.gov.br - administra@corupa.sc.gov.br

	<p align="center">RELAÇÃO DE TÍTULOS</p>	<p align="center">(a cargo da Banca)</p>
<p>CARGO:</p>		

[illegible]

Corupá(SC) ____/____/201____	Assinatura do Candidato: _____ (Obs: A Assinatura deverá ser igual a constante na identidade)	Respons. Recebimento PMC _____ Assinatura
-------------------------------------	---	---

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Declaramos para fins de comprovação de Residência a Comissão Executiva do Teste Seletivo do Município de Corupá/SC, que e _____ (Nome do Declarante) portador do CPF nº _____ Carteira de Identidade _____, reside no Bairro _____ deste Município, e demonstra ser uma pessoa idônea e merecedora de inteira confiança desta Comunidade.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração, para que surta os legais e jurídicos efeitos.

Corupá (SC), em _____ de _____ de 20__.

Assinatura Declarante

Curitibanos

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 084/2012

LEI COMPLEMENTAR Nº 084/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR POR VENDA ÁREA DE TERRAS ATRAVÉS DE PROCESSO LICITATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitibanos,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei de iniciativa do Poder Legislativo.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, por venda, através de processo licitatório na forma prevista no artigo 17 da Lei n. 8.666/93 e artigo 103 da Lei Orgânica do Município, o lote de terras de terras de nº 08 - A da quadra "L" sito no lado par da Avenida Rotary, no loteamento Ipê, distando 15 metros da esquina nordeste com a Av. Lions, com área superficial de 450 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) medindo e confrontando ao norte 16,05 metros com o lote 6 da quadra L de Marisa Drissen Signorelli; ao sul, 16,05 metros com a Avenida Rotary; ao leste, 28,05 metros com o lote 9 da Quadra "L" de Marisa Drissen Signorelli e ao oeste 28,05 metros com o lote n. 08 da quadra "L" com Marisa Drissen Signorelli objeto da matrícula imobiliária 8.275 do Cartório de Registro de Imóveis desta comarca.

Art. 2º. Fica fixado o prazo de 90 (noventa) dias, após a data da adjudicação, para a empresa protocolar junto à Prefeitura Municipal, o projeto das instalações a serem feitas na área ora doada, e de 180 dias para o início da construção, bem como mais 180 dias para conclusão da obra, sob pena de, não ocorrendo, reverter a área ao Patrimônio Municipal, assim como em caso de extinção da entidade ou da empresa, ou ainda, caso ocorra mudança de atividades que não sejam direcionadas às atuais finalidade da empresa vencedora do certame ou aos objetivos previstos nesta Lei.

Art. 3º - A respectiva ordem de escritura somente será concedida por ocasião do início da construção, e nela deverá contar a

cláusula de inalienabilidade pelo prazo de 10 (dez) anos, sob as penas do artigo 2º desta Lei.

§ 1º - Poderá a donatária oferecer o imóvel em garantia de financiamento junto às instituições financeiras oficiais, para obtenção de recursos destinados à edificação, instalação, automatização, ampliação, investimentos e outros interesses, os quais revertam em benefício à unidade da beneficiária que comprovará a necessidade e o destino dos recursos alocados.

§ 2º - Após um ano de emissão do alvará de licença e localização e do efetivo funcionamento da beneficiária e a requerimento da mesma, poderá ser dispensado o gravame da inalienabilidade através de ato do Poder Executivo, devidamente averbado na matrícula imobiliária respectiva, desde que comprovado que os valores dos investimentos superem a 3 (três) vezes o valor da área ora doada.

Art. 4º - A dispensa do gravame da inalienabilidade poderá ser concedida após o cumprimento das exigências impostas, as quais serão analisadas por uma comissão de 4 (quatro) membros, nomeados pelo Prefeito Municipal, os quais emitirão parecer no prazo de 3 (três) dias após serem notificados.

Parágrafo único: A comissão referida será composta por um membro a ser indicado pelos seguintes órgãos:

- Poder executivo;
- Poder Legislativo;
- Associação Comercial e Industrial;
- Conselho Municipal de Indústria e Comércio

Art. 5º. As condições e exigências para participação do processo licitatório serão determinadas pelo Edital de licitação.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Curitibanos, 28 de fevereiro de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal.

MARCO AURÉLIO SCAPINI

Secretário da Indústria, Comércio e Turismo

Lei Nº 4.740/2012

LEI Nº 4.740/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CEDER VEÍCULO AO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar cessão de uso ao Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar, do veículo Ford Fiesta 1.6 flex, cor vermelho, fabricação 2011, modelo 2012, placas MJZ 0658, RENAVAL 406686122 e chassi 9BFZF55PXC8286623m de propriedade do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros - Curitibanos.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 14 de fevereiro de 2012 .

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

CESSÃO DE USO Nº

Termo de Cessão de Uso que entre si celebram o Município de Curitiba e o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina.

O Município de Curitiba, situado à Rua Vidal Ramos, nº 860, inscrito no CNPJ nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Wanderley Teodoro Agostini, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Vidal Ramos, 478, C.I. nº 291.724/SSP, CPF nº 489.494.349-20, doravante denominado CEDENTE e Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, situado à Rua Almirante Lamego, 381, Centro - Florianópolis, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76, por seu representante legal Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina Cel. BM José Luiz Masnik, portador da Carteira de Identidade Militar n. 907202-3, e do CPF n. 353.078.469-91, abaixo assinado doravante denominado CESSIONÁRIO, amparados no inciso IX do Artigo 8º da Constituição Estadual, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, inciso IV, do art. 7º da Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005, Decreto nº 307, de 4 de junho de 2003, Art. 3º do Decreto nº 525, de 29 de julho de 2003, Portaria nº 1106/GAB/GEREH/SSP, de 30 de setembro de 2003, publicada no Diário Oficial do Estado nº 17.259 de 14 de outubro de 2003, e na Lei Municipal nº 4.740 de 14 de fevereiro de 2012, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Cessão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O CEDENTE fornecerá ao CESSIONÁRIO, para utilização exclusiva na 1ª Companhia do 2º Batalhão de Bombeiro Militar, sediada no Município de Curitiba, o veículo com as seguintes características abaixo:

Um veículo Ford Fiesta 1.6 flex, cor vermelho, fabricação 2011, modelo 2012, placas mjz 0658, RENAVAL 406686122 E chassi 9BFZF55PXC8286623m de propriedade do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros - Curitiba.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO

O veículo destina-se à manutenção e execução dos serviços de bombeiro militar, no Município de Curitiba, ficando o CESSIONÁRIO responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES

3.1 - DO CESSIONÁRIO:

- 3.1.1 - Usar o veículo exclusivamente para o fim a que se destina;
- 3.1.2 - Zelar pela guarda do veículo, comunicando ao CEDENTE a ocorrência de qualquer acidente;
- 3.1.3 - Responsabilizar-se por eventuais transgressões à legislação de trânsito e pelos efeitos dessas;
- 3.1.4 - Responsabilizar-se pelo licenciamento anual do veículo;
- 3.1.5 - Arcar com os custos, os quais correrão por conta da Fonte de Recursos 111 - FUMCBM - Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar, Ação 8852 e dos itens orçamentários 3.3.90.30.01, 3.3.90.39.16 e 3.3.90.30.40, referentes a combustíveis e lubrificantes, da manutenção e consertos e da reposição de peças, respectivamente.

3.2 - DO CEDENTE:

- 3.2.1 - arcar com os custos elencados no item 3.1.5 da cláusula terceira em casos de justificada emergência administrativo-operacional através do FUNREBOM municipal;
- 3.2.2 - arcar com os custos elencados no item 3.1.5 da cláusula terceira para o veículo descrito no item "1" da cláusula primeira no ano de 2005 ou até que o CESSIONÁRIO tenha condições orçamentárias para assumi-los.

CLÁUSULA QUARTA - DA CARACTERIZAÇÃO DO VEÍCULO

Enquanto durar a presente Cessão de Uso, o veículo objeto deste instrumento, passará a integrar a frota do CESSIONÁRIO, caracterizado por suas cores, símbolos e placas (licenças) específicas, ao serviço a que se destina.

CLÁUSULA QUINTA - DA DEPRECIAÇÃO

Por conta do presente acordo, o objeto desta Cessão de Uso será utilizado no serviço de segurança pública, o qual será devolvido, quando da rescisão ou expiração deste instrumento, no estado que se encontrar, desgastado pelo seu uso.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO E VIGÊNCIA

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por 5 (cinco) anos, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser denunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA: DOS TERMOS ADITIVOS

Este convênio poderá ser alterado através de Termos Aditivos, de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Capital, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 4 (quatro) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Florianópolis - SC,

CORONEL BM JOSÉ LUIZ MASNIK

Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal de Curitiba

Testemunhas:

CPF nº

CPF n

Lei Nº 4.742/2012

LEI Nº 4.742/2012

INSTITUI PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO IMOBILIÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica instituído no Município de Curitiba o Programa de Regularização Imobiliária, visando a regularização da propriedade onde imperar situações já consolidadas de posse de áreas e/ou lotes de domínio público por particulares que ainda não possuam título da propriedade.

Art. 2º. Constituem objetivos específicos do Programa de Regularização Imobiliária, a ser coordenado e executado pela Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação:

I - Regularizar e legalizar a propriedade da área e/ou lote, através da escrituração e registro imobiliário;

II - regularizar loteamentos e desmembramentos irregulares em situações já consolidadas;

III - possibilitar o acesso dos munícipes às políticas sociais públicas;

Art. 3º. O Programa de Regularização Imobiliária atenderá interessados que se enquadrarem nos seguintes critérios:

I - ser possuidor de área ou lote urbano, cujo valor venal, constante do cadastro municipal, não seja superior a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais);

II - possuir renda familiar de até 05 (cinco) salários mínimos;

III - ter a posse da área ou lote há mais de 04 (quatro) anos, contados retroativamente à 30 de setembro de 2011;

IV - não ser possuidor, proprietário ou titular de domínio útil a qualquer título, de outro imóvel.

Art. 4º. A inclusão no Programa será deflagrada mediante pedido expresso do interessado, acompanhado dos seguintes documentos:

I - contrato de concessão real de direito de uso;

II - certidão negativa de ação real, pessoal ou reipersecutória, sobre o imóvel;

III - certidão negativa de ônus reais sobre o imóvel;

IV - certidão negativa de propriedade de imóveis;

V - contratos e recibos que provem a aquisição e quitação, respectivamente, da área ou lote a ser regularizado;

VI - comprovante de renda familiar, mediante folha de pagamento, carteira de trabalho, recibo ou declaração;

VII - documentos pessoais do interessado: CPF, Cédula de Identidade, Título Eleitoral, certidões de nascimento e/ou casamento.

Parágrafo único - Na elaboração do cadastro para verificação de atendimento ao Programa, a Secretaria de Ação Social e Habitação poderá exigir outros documentos.

Art. 5º. Todos os lotes do patrimônio municipal ocupados e/ou com contrato celebrado através do Fundo Municipal do Bem Estar Social na forma da Lei n. 3.215/1997, ainda não transferidos formalmente para os particulares, deverão ser reavaliados e recadastrados junto ao Departamento de Habitação do Município por comissão formada especialmente para esse fim por três servidores nomeados pelo Prefeito Municipal.

§ 1º A avaliação de que trata este artigo poderá ser efetuada coletiva ou agrupadamente, desde que a Comissão Municipal de Avaliação o faça indicando a localização exata (bairro, rua, localidade, etc.) dos imóveis submetidos à avaliação.

§ 2º OS imóveis de que trata o caput deste artigo, sem edificação, serão revertidos ao patrimônio público, possibilitando sua destinação à pessoas carentes que dele realmente necessitem, na forma da legislação em vigor.

Art. 6º. O recadastramento deverá ser feito em formulário próprio na forma do Anexo I desta Lei.

Art. 7º. Ficam suspensas, por prazo indeterminado, a cessão, transferência ou venda de lotes do Patrimônio Municipal.

Parágrafo Único: Em caso de falecimento do titular, a transferência

somente será permitida aos herdeiros ou cônjuge/companheiro que resida no imóvel.

Art. 8º. Havendo diferenças entre o valor da avaliação e o valor contratado, será notificado o interessado para a celebração de termo aditivo complementar, abatendo-se, do valor do bem, as quantias pagas a qualquer título, devidamente atualizadas pelo INPC.

Art. 9º. O valor do imóvel atribuído pela comissão de que trata o artigo 5º ou o valor da diferença entre o valor do contrato e eventual pagamento parcial, será pago pelo cessionário em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais sucessivas, com incidência de juros de 1% ao mês.

Art. 10. Em caso de avaliação do imóvel em valor igual ou até inferior ao valor pago ou contratado, a escritura pública poderá ser outorgada ao cessionário após liquidação do valor previsto no contrato.

Art. 11. Os contratos já celebrados que se encontrarem em situação de inadimplência de 05 (cinco) parcelas consecutivas ou 10 (dez) parcelas alternadas, anteriormente a 1º de janeiro do ano de 2011, e que cumulativamente não tenham edificação de benfeitorias nem destinação sócio-econômica, serão rescindidos e retornarão ao patrimônio Municipal;

Parágrafo único - na hipótese de rescisão do contrato a que se refere o caput, os munícipes serão reembolsados de eventual quantia paga, corrigida pelo INPC, mediante prova do pagamento, em parcela única, a ser efetivada em até 60 (sessenta) dias da data do deferimento do pedido.

Art. 12. Os imóveis objeto de contrato em situação de inadimplência, que tenham sido edificados e estejam em uso próprio do beneficiado/interessado ou de sua família, serão reavaliados e recadastrados segundo os ditames desta lei e os respectivos contratos poderá ser aditados para permitir que o beneficiário/interessado obtenha o título da propriedade mediante o pagamento do valor do imóvel ou do saldo devedor.

Art. 13. Doravante, serão casos de rescisão contratual imediata e independente de notificação aos munícipes, as seguintes hipóteses individualmente consideradas:

a) o desvio de finalidade do uso do imóvel, assim considerada a exclusiva exploração comercial ou a locação do bem;

b) a cessão ou transferência dos direitos e obrigações a terceiros, salvo decorrentes de sucessão;

c) a inadimplência de 05 (cinco) parcelas, consecutivas ou não;

Art. 14. Para o alcance dos objetivos desta lei, o Município de Curitiba provocará o Poder Judiciário mediante a utilização dos procedimentos previstos na Resolução nº 11/2008 da Corregedoria do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que instituiu o Programa Lar Legal.

Art. 15. Utilizado o procedimento judicial previsto no artigo 14 acima, a justificação judicial da posse será acompanhada de todos os documentos que fundamentarem o processo administrativo e, se procedente, constituirá título apto ao registro imobiliário, bem como à abertura de nova matrícula para as áreas destacadas.

Art. 16. O registro decorrente da alienação de que trata este artigo será realizado de ofício pelo Registro de Imóveis competente.

Art. 17. Exclusivamente nos procedimentos previstos nesta lei, a fração mínima do parcelamento de solo será de 200 (duzentos) metros quadrados, evitando, sempre que possível, a co-propriedade.

Art. 18. Havendo necessidade, o Poder Executivo regulamentará a

presente lei para dirimir eventuais dificuldades na sua aplicação, visando, sempre, os objetivos maiores estipulados no artigo 2º.

Art. 19. As disposições da presente lei não prejudicam os direitos garantidos pela Lei 3.955/2006 quanto ao Loteamento Santa Fé II, Bairro Getúlio Vargas.

Art. 20. Revogam-se as Leis Municipais nº 1.732/1987 e 3.215/97 e as demais disposições em contrário.

Art. 21. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2012.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDIO
Secretário de Administração e Finanças

ELITE ARRUDA GARCIA GABOARDI
Secretária de Ação Social e Habitação

Lei Nº 4.743/2012

LEI Nº 4.743/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR BENS MÓVEIS E DESAFETAR DO USO PÚBLICO. DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos da lei n.º 8.666/93, a alienar os veículos abaixo relacionados, do patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde, autorizando ainda a sua desafetação pública.

I - Fiat Uno Mille 1.0 Fire/F.Flex, Economy 4 portas, ano 2002, a gasolina, placas MCS 9202
II - VW Kombi Standart/Luxo/Série Prata, ano 2004 a gasolina, placas MDX 5201
III - VW Parati 1,8 Mi Plus Total Flex 8V 4 portas, ano 2008 placas MFG 1043
IV - GM-Chevrolet Caravan L 2.5/4.1/4.2 ano 1991, à gasolina, placas MAG 7301
V - Fiat Uno Mille 1.0 Fire/F.Flex, Economy 4 portas, ano 2003, placas MBX 7405
VI - VW Gol City (Trend) 1,0 MI Total Flex 8V 4 portas, ano 2007, placas MGL 3741
VII - VW Gol City (Trend) 1,0 MI Total Flex 8V 4 portas, ano 2007, placas MGL 3631
VIII - VW Gol 1000 (modelo antigo) ano 1995 a gasolina, Placas MAY 7517
IX - VW Gol. 1.0 Plus 16 v. 4 portas, ano 2001 a gasolina, placas MBA 4833
X - Kia Motors Besta GS 2.7 8 v. 12 I, ano 2001 à diesel, placas MCC 6088

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos da lei n.º 8.666/93, a alienar as máquinas e veículos abaixo relacionados, do patrimônio da Secretaria Municipal de Transportes e Obras, autorizando ainda a sua desafetação pública.

I - Trator de Pneu Valmet 68, ANO/MODELO 1988 à diesel

II - Trator de Pneu Valmet 88, ANO/MODELO 1988 à diesel
III - Caminhão Basculante VW 11.130, diesel, ano/modelo 1984, cor branca, 145 cv, placas MDU 2050;
IV - Motoniveladora Patrola HWB (sucata);
V - Caminhão basculante Mercedes Benz 1516, ano/modelo 1981, potencia 130 cv, cor branca, à diesel, com 3º eixo, placas LZT 1357;
VI - Caçamba simples, equipamento para acoplar em caminhão basculante.
VII - VW Gol 1000 ano/modelo 1992/1993, potencia 50 cv cor branca à gasolina, placas BMK 1319
VIII - GM/Kadett GL ano/modelo 1997, a gasolina, cor branca, placas LYT 2586
IX - Camioneta GM/Chevrolet C 10 a álcool, cor branca, placas MDU 2130;
X - Restroescavadeira Massey Ferguson MF 86 hidráulica HD 4, ano/modelo 1986, à diesel.
XI - Veículo Camionete Ambulância Asia Topic Diesel, ano/modelo 1995/1996, potência de 75 cv cor branca, placas LYM 3619 (sucata)

Art. 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos da lei n.º 8.666/93, a alienar os veículos abaixo relacionados, do patrimônio da Secretaria Municipal de Educação, autorizando ainda a sua desafetação pública:

I - GM Kadett Ipanema GL, ano 1998/1998, a gasolina, placas MAR 0438
II - VW Kombi Escolar, ano 2005/2006, a gasolina, cor branca, placas MJC 5260
III - VW Kombi Escolar, ano 2005/2006, a gasolina, cor branca, placas MEP-3869
IV - VW Gol Plus 16 V, ano 2001/2002, a gasolina, cor branca placas MFA 2690
V - VW Kombi, ano 2002/2003, a gasolina, cor branca placas MFZ 4050

Art. 4º. O Poder Executivo promoverá a abertura de conta corrente bancária especial destinada aos recursos provenientes da venda dos bens descritos no artigo 1º, sendo vedada a aplicação do produto da venda no financiamento de despesas correntes, na forma da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único: VETADO

Art. 5º - O Poder Executivo Municipal procederá a desafetação e a baixa dos veículos descritos nesta lei do rol de bens do Patrimônio Municipal imediatamente após sua transferência.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2012.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

LUIZ FERNANDES POPINHACK FRANÇA
Secretário de Transportes e Obras

Lei Nº 4.744/2012

LEI Nº 4.744/2012

INCLUI FONTE DE RECURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir no orçamento municipal da PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 4.731/2011:

INCLUI FONTE DE RECURSO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0002.1002 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO
4490000000.00.164 APLICAÇÕES DIRETAS
4490000000.00.301 APLICAÇÕES DIRETAS
4490000000.00.311 APLICAÇÕES DIRETAS

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL
20.606.0024.1035 OBRAS DE PROMOÇÃO E ESTENÇÃO RURAL
4490000000.00.301 APLICAÇÕES DIRETAS

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.06 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
04.121.0002.2006 MANUT. DA SECRET. DO PLANEJAMENTO
3390000000.00.301 APLICAÇÕES DIRETAS

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.07 SECRETARIA DA IND. COM. E TURISMO
20.602.0023.2084 REALIZAÇÃO DE FEIRAS, EXPOSIÇÃO E EVENTOS
3390000000.00.301 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular dotações orçamentárias do orçamento específico da PREFEITURA MUNICIPAL na forma da Lei nº 4.731/2011, no montante de R\$ 24.100,00 (vinte e quatro mil e cem reais), a saber:

ANULAÇÃO
02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
15.452.0018.1022 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS - SECRET. OBRAS
4490000000.00.164 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 24.100,00
TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 24.100,00

Art. 3º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotações orçamentárias do orçamento específico da PREFEITURA MUNICIPAL, na forma da Lei nº 4.731/2011, no montante de R\$ 24.100,00 (vinte e quatro mil e cem reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO
02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0002.1002 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO
4490000000.00.164 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 24.100,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 24.100,00

Art. 4º - Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados os recursos das dotações orçamentárias anuladas pelo artigo 2º.

Art. 5º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotações orçamentárias do orçamento específico da PREFEITURA MUNICIPAL, na forma da Lei nº 4.731/2011, no montante de R\$ 9.183,47 (nove mil, cento e oitenta e três reais, quarenta e sete centavos) a saber:

SUPLEMENTA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0002.1002 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO
4490000000.00.311 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 9.183,47

Art. 6º - Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso ALIENAÇÃO DE BENS ocorrido no exercício de 2011, no valor de R\$ 9.183,47 (Nove mil, cento e oitenta e três reais e quarenta e sete centavos), conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.145/2012.

Art. 7º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotações orçamentárias do orçamento específico da PREFEITURA MUNICIPAL, na forma da Lei nº 4.731/2011, no montante de R\$ 346.000,00 (trezentos e quarenta e seis mil reais) a saber:

SUPLEMENTA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0002.1002 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO
4490000000.00.301 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 53.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL
20.606.0024.1035 OBRAS DE PROMOÇÃO E ESTENÇÃO RURAL
4490000000.00.301 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 3.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.06 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
04.121.0002.2006 MANUT. DA SECRET. DO PLANEJAMENTO
3390000000.00.301 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 120.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.07 SECRETARIA DA IND. COM. E TURISMO
20.602.0023.2084 REALIZAÇÃO DE FEIRAS, EXPOSIÇÃO E EVENTOS
3390000000.00.301 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 170.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 346.000,00

Art. 8º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do valor do superávit financeiro da fonte de recursos ORDINÁRIO ocorrido no exercício de 2011, no valor de R\$ 346.000,00 (Trezentos e quarenta e seis mil reais), conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.145/2012.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 28 de fevereiro de 2012.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal.

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 4.746/2012

LEI Nº 4.746/2012
INCLUI FONTE DE RECURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir no orçamento municipal da PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 4.731/2011:

INCLUI FONTE DE RECURSO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0002.2005 MANUT. DA SECRETARIA DE ADMIN. E FINANÇAS

3390000000.00.301 APLICAÇÕES DIRETAS

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0004.2009 APLICAÇÃO RECURSOS DE CONVÊNIO DE TRÂNSITO

3390000000.00.314 APLICAÇÕES DIRETAS

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

15.452.0018.1020 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS

4490000000.00.301 APLICAÇÕES DIRETAS

4490000000.00.315 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º- Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal, na forma da Lei nº 4.731/2011, no montante de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), a saber:

SUPLEMENTA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0002.2005 MANUT. DA SECRETARIA DE ADMIN. E FINANÇAS

3390000000.00.301 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 250.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

15.452.0018.1020 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS

4490000000.00.301 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 200.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 450.000,00

Art. 3º - Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do valor do superávit financeiro da fonte de recurso ORDINÁRIOS ocorrido no exercício de 2011, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.145/2012.

Art.4º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal, na forma da Lei nº 4.731/2011, no montante de R\$ 19.430,28 (dezenove mil quatrocentos e trinta reais e vinte oito centavos), a saber:

SUPLEMENTA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0004.2009 APLICAÇÃO RECURSOS DE CONVÊNIO DE TRÂNSITO

3390000000.00.314 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 19.430,28

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 19.430,28

Art. 5º - Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o

valor do superávit financeiro da fonte de recurso CONVÊNIO DE TRÂNSITO PREFEITURA ocorrido no exercício de 2011, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.145/2012.

Art. 6º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal, na forma da Lei nº 4.731/2011, no montante de R\$39.342,63 (trinta e nove mil trezentos e quarenta e dois reais e sessenta e três centavos), a saber:

SUPLEMENTA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

15.452.0018.1020 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS

4490000000.00.315 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 39.342,63

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 39.342,63

Art. 7º Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso CIDE ocorrido no exercício de 2011, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.145/2012.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 28 de fevereiro de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO

Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 4.747/2012

LEI Nº 4.747/2012

INCLUI FONTE DE RECURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir no orçamento municipal do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 4.731/2011:

INCLUI FONTE DE RECURSO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2096 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO FMAS

3390000000.00.112 APLICAÇÕES DIRETAS

3390000000.00.113 APLICAÇÕES DIRETAS

3390000000.00.114 APLICAÇÕES DIRETAS

3390000000.00.115 APLICAÇÕES DIRETAS

3390000000.00.116 APLICAÇÕES DIRETAS

3390000000.00.117 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotações do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social no valor de R\$ 35.608,34 (trinta e cinco mil, seiscentos e oito reais, trinta e quatro centavos), na forma da Lei n. 4.731/2012:

SUPLEMENTAÇÃO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2096 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO FMAS
33900000000.00.112 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 35.608,34
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 35.608,34

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro por fonte do recurso PPMC II ocorrido no exercício de 2011, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.145/2012.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social na forma da Lei nº 4.731/2011, no montante de R\$ 18.248,91 (dezoito mil, duzentos e quarenta e oito reais, noventa e um centavos, a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2096 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO FMAS
33900000000.00.113 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 18.248,91

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 18.248,91

Art. 5º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro por fonte do recurso PBV II ocorrido no exercício de 2011, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.145/2012.

Art. 6º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social, na forma da Lei nº 4.731/2011, no montante de R\$ 4.642,94 (quatro mil, seiscentos e quarenta e dois reais, noventa e quatro centavos) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2096 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO FMAS
33900000000.00.114 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 4.642,94

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 4.642,94

Art. 7º - Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro por fonte do recurso PAC I ocorrido no exercício de 2011, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.145/2012.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social, na forma da Lei nº 4.731/2011, no montante de R\$ 27.455,03 (vinte e sete mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais, e três centavos) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2096 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO FMAS
33900000000.00.115 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 27.455,03
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 27.455,03

Art. 9º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro por fonte do recurso IGDPBF ocorrido no exercício de 2011, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.145/2012.

Art. 10. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social, na forma da Lei nº 4.731/2011, no montante de R\$ 38.206,15 (trinta e oito mil, duzentos e seis reais, quinze centavos a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2096 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO FMAS
33900000000.00.116 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 38.206,15

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 38.206,15

Art. 11. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro por fonte do recurso PBF ocorrido no exercício de 2011, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.145/2012.

Art. 12. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social, na forma da Lei nº 4.731/2011, no montante de R\$ 6.215,84 (seis mil, duzentos e quinze reais, oitenta e quatro centavos a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2096 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO FMAS
33900000000.00.117 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 6.215,84

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 6.215,84

Art. 13. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro por fonte do recurso PTMC ocorrido no exercício de 2011, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.145/2012.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2012.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano dois mil e sete na portaria da Prefeitura Municipal

ELITE ARRUDA GARCIA GABOARDI
Secretária de Ação Social e Habitação

Lei Nº 4.748/2012

LEI Nº 4.748/2012
INCLUI FONTE DE RECURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir no orçamento municipal do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 4.731/2011:

INCLUI FONTE DE RECURSO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.361.0010.2048 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - PRÓ-
 PRIOS
 339000000000.00.122 APLICAÇÕES DIRETAS

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.361.0010.2051 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB
 60%
 319000000000.00.118 APLICAÇÕES DIRETAS

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 10.306.0009.2068 MANUT. DA MERENDA ESCOLAR - PNAE
 339000000000.00.110 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotações do orçamento do Fundo Municipal de Educação no valor de R\$ 105.416,36 (cento e cinco mil, quatrocentos e dezesseis reais e trinta e seis centavos), na forma da Lei n. 4.731/2012:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.361.0010.2048 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - PRÓ-
 PRIOS
 339000000000.00.122 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 105.416,36

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 105.416,36

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso CONVÊNIO ocorrido no exercício de 2011, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.145/2012.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação na forma da Lei nº 4.731/2011, no montante de R\$ 74.004,52 (setenta e quatro mil, quatro reais e cinquenta e dois centavos), a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 12.361.0010.2051 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB
 60%
 319000000000.00.118 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 74.004,52

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 74.004,52

Art. 5º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso FUNDEB ocorrido no exercício de 2011, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.145/2012.

Art. 6º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação, na forma da Lei nº 4.731/2011, no montante de R\$ 7.489,33 (sete mil, quatrocentos e oitenta e nove reais, trinta e três centavos) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 10.306.0009.2068 MANUT. DA MERENDA ESCOLAR - PNAE

339000000000.00.110 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 7.489,33

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 7.489,33

Art. 7º - Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso PNAE ocorrido no exercício de 2011, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.145/2012.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

CRISTINA MARIA AGUSTINI MORAES EHRHARDT

Secretaria da Educação e Cultura

Lei Nº 4.749/2012

LEI Nº 4.749/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular dotações orçamentárias do orçamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS na forma prevista pela lei orçamentária nº 4.731/2011 no montante de R\$ 320.000,00(trezentos e vinte mil reais) :

ANULAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
 02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESEN. RURAL
 18.541.0019.1025 AQUISIÇÃO DE IMÓVEL NOVO CEMITÉRIO MUN.
 4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 25.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
 02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESEN. RURAL
 18.541.0022.1032 AQUISIÇÃO DE ÁREAS DE PRES. PERMANENTE
 4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 50.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
 02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESEN. RURAL
 20.606.0024.1034 AQUISIÇÃO DE MÁQ. VEÍCULOS E IMPL. AGRIC.
 4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 145.200,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
 02.05 SECRETARIA DE TRANSP E OBRAS
 16.482.0020.1027 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS P/ HAB. POPULARES
 4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 50.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
 02.05 SECRETARIA DE TRANSP E OBRAS
 16.482.0020.1028 CONSTR. HABITAÇÕES POPULARES
 4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 50.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 320.200,00



Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotações orçamentárias do orçamento específico da PREFEITURA MUNICIPAL, na forma prevista da Lei nº4.731/2011, no montante de R\$ 320.200,00(trezentos e vinte mil reais):

SUPLEMENTAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.05 SECRETARIA DE TRANSP E OBRAS
15.452.0018.1020 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS
4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 320.200,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 320.200,00

Art. 3º - Para cobertura das suplementações mencionadas no art. 2º ficam utilizadas as anulações constantes no art. 1º, no valor de R\$ 320.200,00 (trezentos e vinte mil e duzentos reais).

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 28 de fevereiro de 2012
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 4.750/2012

LEI Nº 4.750/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PAGAR INDENIZAÇÃO A TÍTULO DE REPARAÇÃO DE DANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a pagar a Paulo Roberto Ribeiro, a importância de R\$ 959,11 (novecentos e cinquenta e nove reais, onze centavos) a título de indenização, de forma amigável, para reparação dos danos causados no veículo Fiat Strada, placas MGV 1869, envolvido em acidente de trânsito ocorrido no dia 09 de dezembro de 2011 com o veículo Patrula Caterpillar de propriedade do Município de Curitibanos, tudo conforme consta do Boletim de Ocorrência de acidente de trânsito 10767 da 2ª Região da Polícia Militar, Guarnição Especial de polícia Militar de Curitibanos.

Art. 2º - Pago o valor citado no artigo anterior, o beneficiário dará plena, geral e irrevogável quitação sobre os danos decorrentes do acidente de trânsito, mediante declaração de que nada mais possui a reclamar contra o Município a respeito do fato.

Art. 3º - Correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, as despesas advindas da execução desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 06 de março de 2012.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos seis dias do mês de março do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 4.751/2012

LEI Nº 4.751/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETULIO VARGAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a João Maria da Luz, inscrito no CPF sob n. 814.219.239-04 do lote 04 da quadra 11- A (antiga quadra 26) no Loteamento Santa Fé II, Bairro Getulio Vargas, em forma de retângulo com área de 300,00 m² (trezentos metros quadrados), localizado a sudeste da Rua José Fioravante Moraes, entre o lote 03 e o lote 05 da mesma quadra, recebido pelo Município através da Lei n. 3.955/2006, com a seguintes confrontações:

Ao norte: por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com a rua José Fioravante de Moraes
Ao sul : por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com o lote 17 da mesma quadra e loteamento;
Ao Leste ; por uma linha reta e seca na distância de 25,00 metros confronta com o lote 05 da mesma quadra e loteamento;
Ao Oeste : por uma linha reta e seca na distância de 25,00 metros confronta com o lote 03 da mesma quadra e loteamento;

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário constantes do anexo da Lei n. 4.459/2009

Curitibanos, 06 de março de 2012.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos seis dias do mês de março do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

ELITE ARRUDA GARCIA GABOARDI
Secretária de Ação Social e Habitação

Lei Nº 4.752/2012

LEI Nº 4.752/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETULIO VARGAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Eloi Adilson de Souza, inscrito no CPF sob n. 754.067.809-72 do lote 17 da quadra 24-A (antiga quadra 39) no Loteamento Santa Fé II, Bairro Getulio Vargas, em forma de retângulo com área de 300,00 m² (trezentos metros quadrados), localizado a noroeste da Rua Victor Antonio Gava, entre o lote 16 e o lote 18 da mesma quadra, recebido pelo Município através da Lei n. 3.955/2006, com as seguintes confrontações:
Norte: por uma linha reta e seca na distancia de 12,00 metros

confronta com o lote 14 da mesma quadra e loteamento;
Sul : por uma linha reta e seca na distancia de 12,00 metros confronta com a rua Victor Antonio Gava.

Leste : por uma linha reta e seca na distancia de 25,00 metros confronta com o lote 16 da mesma quadra e loteamento;
Oeste: por uma linha reta e seca na distancia de 25,00 metros confronta com o lote 18 da mesma quadra e loteamento;

Art. 2º . Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário constantes do anexo da Lei n. 4.459/2009

Curitiba, 06 de março de 2012.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos seis dias do mês de março do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

ELITE ARRUDA GARCIA GABOARDI
Secretária de Ação Social e Habitação

Lei Nº 4.753/2012

LEI Nº 4.753/2012

INCLUI FONTE DE RECURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir no orçamento municipal do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 4.731/2011:

INCLUI FONTE DE RECURSO

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.008.2.043 MANUT. ATIVIDADES MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
3.3.90.00.00.00.00.0254 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotações do orçamento do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 1.481.638,56 (um milhão, quatrocentos e oitenta e um mil, seiscentos e trinta e oito reais, cinquenta e seis centavos), na forma da Lei n. 4.731/2012:

SUPLEMENTAÇÃO

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.008.2.043 MANUT. ATIVIDADES MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
3.3.90.00.00.00.00.0254 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 1.481.638,56
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 1.481.638,56

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do excesso de arrecadação pelos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde , diretamente ao Fundo Municipal de Saúde do município em virtude da Gestão Plena em Saúde conforme Pato de Gestão e deliberação 341/CIB/11.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 07 de março de 2012.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos sete dias do mês de março do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

ALZANI ADRIANO SCUR
Secretário Municipal de Saúde

Lei Nº 4.754/2012

LEI Nº 4.754/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ALIENAR EXCESSO DE TERRAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar uma área de terras, a título de excesso resultante de área urbana remanescente, à Edson Fernando Camargo, inscrito no CPF sob n. 027.564.789-70, na forma que estabelece o artigo 103 §§ 2º e 3º da Lei Orgânica do Município de Curitiba e Lei nº 447/1960.

Art. 2º - O excesso de terras localiza-se no Bairro São Francisco, ao lado norte da Rua Ver. Leônidas B. de Moraes distando 43,00 m ao lado oeste da rua Arno Willi Fauth, com área de 110,25 m² (cento e dez metros e vinte e cinco centímetros quadrados), com as seguintes confrontações e medidas:

Ao NORTE: 12,00 m com Kaoru Antonio Haramoto.
Ao SUL : 12,00 m com a rua Ver. Leônidas B. de Moraes.
Ao OESTE: 22,80 m com Patrimônio Municipal
Ao LESTE: 29,30 m com Pavilhão da Igreja São Francisco

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 13 de março de 2012
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos treze dias do mês de março do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 4.755/2012

LEI Nº 4.755/2012

DENOMINA DE "AVENIDA ADVOGADO SEBASTIÃO CALOMENO"

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica denominada de "Avenida Advogado Sebastião Calomeno", a rua projetada com início na rótula da rua Altino Gonçalves de Farias seguindo até o CEDUP.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de março de 2012.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos treze dias do mês de março do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

LUIZ FERNANDES POPINHACK FRANÇA
Secretário de Transportes e Obras

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 4.756/2012

LEI Nº 4.756/2012

ESTABELECE A REVISÃO GERAL ANUAL E O REAJUSTE DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos de Curitiba para 2012, é fixada em 5,85% (cinco vírgula oitenta e cinco por cento) a incidir sobre a remuneração do servidor a partir do mês de março de 2012, conforme variação do índice do IPCA acumulado nos últimos 12 meses (Lei n. 4.087 de 11/07/2007).

Art. 2º - O reajuste anual da remuneração dos servidores públicos de Curitiba é fixado em 3,15% (três vírgula quinze por cento), a ser aplicado sobre a remuneração do servidor a partir de março de 2012.

Parágrafo Único: Aos servidores do Magistério o reajuste anual será fixado em R\$ 16,37% a ser aplicado sobre a remuneração do servidor a partir de março de 2012.

Art. 3º - Os subsídios dos agentes políticos e os ocupantes de mandato eletivo serão revistos em 5,85% (cinco vírgula oitenta e cinco por cento) a partir do mês de março de 2012.

Art. 4º - A concessão da revisão geral e do reajuste anual de que trata esta lei, incidirá sobre todos os níveis de vencimentos, salários e proventos, cargos em comissão e funções gratificadas dos servidores públicos de Curitiba, inclusive sobre a remuneração do pessoal contratado através da lei nº 3.492/2001, para atender aos programas denominados Programa Saúde da Família - PSF e de Agentes Comunitários de Saúde, bem como para o pessoal contratado para os programas CAPS, CEO, SAMU, Programa Sentinela e Programa de Apoio Sócio Familiar, a partir do mês de março do corrente ano e será concedida de forma cumulativa totalizando 9% (nove por cento) de incremento.

Art. 5º - Os proventos do pessoal inativo e pensionista do Poder Executivo e do Instituto próprio de Previdência serão aumentados na mesma proporção e na mesma data.

Art. 6º - O piso mínimo de vencimento no âmbito da administração municipal será de R\$ 709,52 (setecentos e nove reais, cinquenta e dois centavos), ficando o Poder Executivo autorizado a conceder gratificação complementar aos servidores cujos vencimentos não atingirem o valor do piso municipal de vencimento.

Parágrafo Único: O piso mínimo de vencimentos não se estende aos vencimentos ou remuneração do pessoal contratado através da lei nº 3.492/2001, que regula os programas denominados Programa Saúde da Família - PSF e de Agentes Comunitários de

Saúde, bem como para o pessoal contratado para os programas CAPS, CEO, SAMU, Programa Sentinela e Programa de Apoio Sócio Familiar, na forma prevista na LC 062/2009.

Art. 7º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a pagar aos profissionais do magistério público da educação básica de Curitiba, a fim de cumprir o disposto na lei n 11.738/2008, complemento salarial em folha extra nos meses de janeiro e fevereiro/2012 aos servidores que percebam valor inferior a R\$ 1.451,96 para carga de 40 horas semanais.

Art. 8º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de março de 2012, revogando-se as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de março de 2012.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezenove dias do mês de março do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 4.757/2012

LEI Nº 4.757/2012

ESTABELECE REAJUSTE ANUAL DE 3,15% (TRÊS VÍRGULA QUINZE POR CENTO) AOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º O reajuste anual da remuneração dos servidores do Poder Legislativo é fixado em 3,15% (três vírgula quinze por cento).

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de março de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de março de 2012.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezenove dias do mês de março do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 4745/2012

LEI Nº 4745/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO DE CO-OPERAÇÃO FINANCEIRA COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS EM CURITIBANOS - APAE.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba

Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Assistência Social, autorizado a firmar convênio de cooperação financeira com a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Curitiba estabelecida neste município e que mantém serviços sociais e assistenciais às pessoas portadoras de necessidades especiais, de acordo com a ata do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar a entidade assistencial, o valor de R\$ 53.041,20 (Cinquenta e três mil, quarenta e um reais, vinte centavos) em doze parcelas de R\$ 4.420,10, liberadas conforme repasses do Governo Federal.

Parágrafo Único: Os repasses de recursos estão vinculados ao recebimento pelo Município dos recursos vinculados ao Programa do Governo Federal - PTMC - Piso de Transição de Média Complexidade,

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 28 de Fevereiro de 2012
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

ELITE ARRUDA GARCIA GABOARDI
Secretária de Ação Social e Habitação

TERMO DE CONVÊNIO Nº 01/2012
TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CURITIBANOS -APAE

O MUNICÍPIO DE Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Curitiba estabelecida neste município à rua Prof. Juracy de Melo Schmidt, 274, inscrita no CNPJ sob nº 83.453.183/0001/28, neste ato representada por sua presidente, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

CLÁUSULA PRIMEIRA : O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município à APAE como forma de auxílio à entidade assistencial.

CLÁUSULA SEGUNDA : Por este convênio fica o Poder Executivo autorizado a repassar a entidade assistencial, o valor de R\$ 53.041,20 (Cinquenta e três mil, quarenta e um reais, vinte centavos) em doze parcelas de R\$ 4.420,10, liberadas conforme repasses do Governo Federal.

Parágrafo Único: Os repasses de recursos estão vinculados ao

recebimento pelo Município dos recursos vinculados ao Programa do Governo Federal - PTMC - Piso de Transição de Média Complexidade,

CLÁUSULA TERCEIRA : A APAE obriga-se a encaminhar mensalmente relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

§ 1º A prestação de contas dos recursos deverá ser feita de conformidade com o Manual de Prestação de Contas aprovado pelo Decreto nº 3.067/2003 dentro do mesmo exercício financeiro.

§ 2º A APAE ficará responsável ainda por obter e apresentar as certidões negativas necessárias.

CLÁUSULA QUARTA : Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal e imobilizado.

CLÁUSULA QUINTA : O presente convênio, autorizado pela lei municipal nº 4.745/2012 terá prazo determinado iniciando-se em 01 de março de 2012 e término em 10 de dezembro de 2012.

CLÁUSULA SEXTA : Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 4.745/2012, poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações aqui previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

CLÁUSULA SÉTIMA: Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2012.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

APAE

Decreto Nº 4.153/2012

DECRETO Nº 4.153/2012

INCLUI FONTE DE RECURSO CONSTANTE DA LEI Nº 4.744/2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da Lei n. 4.744/2012

DECRETA

Art. 1º - Ficam incluídas no orçamento municipal da PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS as fontes de recursos abaixo na forma autorizada pela Lei n. 4.711/2012

INCLUI FONTE DE RECURSO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0002.1002 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO

4490000000.00.164 APLICAÇÕES DIRETAS

4490000000.00.301 APLICAÇÕES DIRETAS

4490000000.00.311 APLICAÇÕES DIRETAS

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL
20.606.0024.1035 OBRAS DE PROMOÇÃO E ESTENÇÃO RURAL
4490000000.00.301 APLICAÇÕES DIRETAS

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.06 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
04.121.0002.2006 MANUT. DA SECRET. DO PLANEJAMENTO
3390000000.00.301 APLICAÇÕES DIRETAS

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.07 SECRETARIA DA IND. COM. E TURISMO
20.602.0023.2084 REALIZAÇÃO DE FEIRAS, EXPOSIÇÃO E EVENTOS
3390000000.00.301 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular dotações orçamentárias do orçamento específico da PREFEITURA MUNICIPAL na forma da Lei nº 4.731/2011, no montante de R\$ 24.100,00 (vinte e quatro mil e cem reais), a saber:

ANULAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
15.452.0018.1022 AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS - SECRET. OBRAS
4490000000.00.164 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 24.100,00
TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 24.100,00

Art. 3º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da PREFEITURA MUNICIPAL, na forma autorizada pela Lei n. 4.744/2011, no montante de R\$ 24.100,00 (vinte e quatro mil e cem reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0002.1002 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO
4490000000.00.164 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 24.100,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 24.100,00

Art. 4º - Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados os recursos das dotações orçamentárias anuladas pelo artigo 2º.

Art. 5º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da PREFEITURA MUNICIPAL, na forma autorizada pela Lei n. 4.744/2011, no montante de R\$ 9.183,47 (nove mil, cento e oitenta e três reais, quarenta e sete centavos) a saber:

SUPLEMENTA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0002.1002 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO
4490000000.00.311 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 9.183,47

Art. 6º - Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso ALIENAÇÃO DE BENS ocorrido no exercício de 2011, no valor de R\$ 9.183,47 (Nove mil, cento e oitenta e três reais e quarenta e sete centavos), conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.145/2012.

Art. 7º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da PREFEITURA MUNICIPAL, na forma da Lei nº 4.731/2011, no montante de R\$ 346.000,00 (trezentos e quarenta e seis mil reais) a saber:

SUPLEMENTA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0002.1002 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO
4490000000.00.301 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 53.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL
20.606.0024.1035 OBRAS DE PROMOÇÃO E ESTENÇÃO RURAL
4490000000.00.301 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 3.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.06 SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
04.121.0002.2006 MANUT. DA SECRET. DO PLANEJAMENTO
3390000000.00.301 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 120.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.07 SECRETARIA DA IND. COM. E TURISMO
20.602.0023.2084 REALIZAÇÃO DE FEIRAS, EXPOSIÇÃO E EVENTOS
3390000000.00.301 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 170.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 346.000,00

Art. 8º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do valor do superávit financeiro da fonte de recursos ORDINÁRIO ocorrido no exercício de 2011, no valor de R\$ 346.000,00 (Trezentos e quarenta e seis mil reais), conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.145/2012.

Art. 9º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal.

EDSON TADEU BROCARDI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 4.154/2012

DECRETO Nº 4.154/2012

INCLUI FONTE DE RECURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da Lei n. 4.746/2012

DECRETA

Art. 1º - Fica incluído no orçamento municipal da PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS as fontes de recursos abaixo na forma autorizada pela Lei n. 4.746/2012:

INCLUI FONTE DE RECURSO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
04.122.0002.2005 MANUT. DA SECRETARIA DE ADMIN. E FINANÇAS
3390000000.00.301 APLICAÇÕES DIRETAS

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0004.2009 APLICAÇÃO RECURSOS DE CONVÊNIO DE TRÂNSITO

3390000000.00.314 APLICAÇÕES DIRETAS

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

15.452.0018.1020 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS

4490000000.00.301 APLICAÇÕES DIRETAS

4490000000.00.315 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º- Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal, na forma autorizada pela Lei n. 4.746/2012, no montante de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), a saber:

SUPLEMENTA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0002.2005 MANUT. DA SECRETARIA DE ADMIN. E FINANÇAS

3390000000.00.301 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 250.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

15.452.0018.1020 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS

4490000000.00.301 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 200.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 450.000,00

Art. 3º - Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do valor do superávit financeiro da fonte de recurso ORDINÁRIOS ocorrido no exercício de 2011, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.145/2012.

Art.4º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal, na forma autorizada pela Lei n. 4.746/2012, no montante de R\$ 19.430,28 (dezenove mil quatrocentos e trinta reais e vinte oito centavos), a saber:

SUPLEMENTA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0004.2009 APLICAÇÃO RECURSOS DE CONVÊNIO DE TRÂNSITO

3390000000.00.314 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 19.430,28

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 19.430,28

Art. 5º - Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso CONVÊNIO DE TRÂNSITO PREFEITURA ocorrido no exercício de 2011, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.145/2012.

Art. 6º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal, na forma autorizada pela Lei n. 4.746/2012, no montante de R\$39.342,63 (trinta e nove mil trezentos e quarenta e dois reais e sessenta e três centavos), a saber:

SUPLEMENTA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

15.452.0018.1020 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS

4490000000.00.315 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 39.342,63

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 39.342,63

Art. 7º Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso CIDE ocorrido no exercício de 2011, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.145/2012.

Art. 8º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO

Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 4.155/2012

DECRETO Nº 4.155/2012

INCLUI FONTE DE RECURSO CONSTANTE DA LEI Nº 4.747/2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da Lei n. 4.747/2012

DECRETA

Art. 1º - Ficam incluídas no orçamento municipal do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL as fontes de recursos abaixo na forma autorizada pela Lei n. 4.747/2012

INCLUI FONTE DE RECURSO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2096 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO FMAS

3390000000.00.112 APLICAÇÕES DIRETAS

3390000000.00.113 APLICAÇÕES DIRETAS

3390000000.00.114 APLICAÇÕES DIRETAS

3390000000.00.115 APLICAÇÕES DIRETAS

3390000000.00.116 APLICAÇÕES DIRETAS

3390000000.00.117 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social no valor de R\$ 35.608,34 (trinta e cinco mil, seiscentos e oito reais, trinta e quatro centavos), na forma autorizada pela Lei n. 4.747/2012

SUPLEMENTAÇÃO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2096 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO FMAS

3390000000.00.112 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 35.608,34

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 35.608,34

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro por fonte do recurso PFMC II ocorrido no exercício de 2011, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.145/2012.

Art. 4º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social na forma autorizada pela Lei n. 4.747/2012, no montante de R\$ 18.248,91 (dezoito mil, duzentos e quarenta e oito reais, noventa e um centavos, a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2096 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO FMAS
33900000000.00.113 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 18.248,91

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 18.248,91

Art. 5º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro por fonte do recurso PBV II ocorrido no exercício de 2011, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.145/2012.

Art. 6º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social, na forma autorizada pela Lei n. 4.747/2012, no montante de R\$ 4.642,94 (quatro mil, seiscentos e quarenta e dois reais, noventa e quatro centavos) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2096 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO FMAS
33900000000.00.114 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 4.642,94

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 4.642,94

Art. 7º - Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro por fonte do recurso PAC I ocorrido no exercício de 2011, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.145/2012.

Art. 8º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social, na forma autorizada pela Lei n. 4.747/2012 no montante de R\$ 27.455,03 (vinte e sete mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais, e três centavos) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2096 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO FMAS
33900000000.00.115 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 27.455,03
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 27.455,03

Art. 9º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro por fonte do recurso IGDPBF ocorrido no exercício de 2011, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.145/2012.

Art. 10. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social, na forma autorizada pela Lei n. 4.747/2012, no montante de R\$ 38.206,15 (trinta e oito mil, duzentos e seis reais, quinze centavos) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2096 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO FMAS
33900000000.00.116 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 38.206,15

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 38.206,15

Art. 11. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o

valor do superávit financeiro por fonte do recurso PBF ocorrido no exercício de 2011, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.145/2012.

Art. 12. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Assistência Social, na forma autorizada pela Lei n. 4.747/2012, no montante de R\$ 6.215,84 (seis mil, duzentos e quinze reais, oitenta e quatro centavos) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0005.2096 MANUT. DAS AÇÕES VINCULADAS DO FMAS
33900000000.00.117 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 6.215,84

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 6.215,84

Art. 13. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro por fonte do recurso PTMC ocorrido no exercício de 2011, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.145/2012.

Art. 14. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano dois mil e sete na portaria da Prefeitura Municipal

ELITE ARRUDA GARCIA GABOARDI
Secretária de Ação Social e Habitação

Decreto Nº 4.156/2012

DECRETO Nº 4.156/2012

INCLUI FONTE DE RECURSO CONSTANTE DA LEI N. 4.748/2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da Lei n. 4.748/2012,

DECRETA

Art. 1º - Fica incluído no orçamento municipal do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO as fontes de recursos abaixo na forma autorizada pela Lei n. 4.748/2012,

INCLUI FONTE DE RECURSO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.2048 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - PRÓPRIOS
33900000000.00.122 APLICAÇÕES DIRETAS

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.2051 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%
31900000000.00.118 APLICAÇÕES DIRETAS

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



10.306.0009.2068 MANUT. DA MERENDA ESCOLAR - PNAE
339000000000.00.110 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações do orçamento do Fundo Municipal de Educação no valor de R\$ 105.416,36 (cento e cinco mil, quatrocentos e dezesseis reais e trinta e seis centavos), na forma autorizada pela Lei n. 4.748/2012,

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.2048 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - PRÓ-
PRIOS
339000000000.00.122 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 105.416,36

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 105.416,36

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso CONVÊNIO ocorrido no exercício de 2011, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.145/2012.

Art. 4º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação na forma autorizada pela Lei n. 4.748/2012, no montante de R\$ 74.004,52 (setenta e quatro mil, quatro reais e cinquenta e dois centavos), a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
12.361.0010.2051 MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 60%
319000000000.00.118 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 74.004,52

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 74.004,52

Art. 5º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso FUNDEB ocorrido no exercício de 2011, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.145/2012.

Art. 6º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação, na forma autorizada pela Lei n. 4.748/2012, no montante de R\$ 7.489,33 (sete mil, quatrocentos e oitenta e nove reais, trinta e três centavos) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
10.306.0009.2068 MANUT. DA MERENDA ESCOLAR - PNAE
339000000000.00.110 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 7.489,33

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 7.489,33

Art. 7º - Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso PNAE ocorrido no exercício de 2011, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.145/2012.

Art. 8º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2012.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

CRISTINA MARIA AGUSTINI MORAES EHRHARDT
Secretaria da Educação e Cultura

Decreto Nº 4.157/2012

DECRETO Nº 4.157/2012
ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES DA LEI N. 4.749/2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei 4.749/2012

DECRETA

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS na forma autorizada pela lei nº 4.749/2012 no montante de R\$ 320.000,00(trezentos e vinte mil reais) :

ANULAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESEN. RURAL
18.541.0019.1025 AQUISIÇÃO DE IMÓVEL NOVO CEMITÉRIO MUN.
4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 25.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESEN. RURAL
18.541.0022.1032 AQUISIÇÃO DE ÁREAS DE PRES. PERMANENTE
4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 50.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESEN. RURAL
20.606.0024.1034 AQUISIÇÃO DE MÁQ. VEÍCULOS E IMPL. AGRIC.
4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 145.200,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.05 SECRETARIA DE TRANSP E OBRAS
16.482.0020.1027 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS P/ HAB. POPULARES
4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 50.000,00

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.05 SECRETARIA DE TRANSP E OBRAS
16.482.0020.1028 CONSTR. HABITAÇÕES POPULARES
4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 50.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 320.200,00

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da PREFEITURA MUNICIPAL, na forma autorizada pela lei nº 4.749/2012, no montante de R\$ 320.200,00(trezentos e vinte mil reais):

SUPLEMENTAÇÃO:

02.00 CHEFIA EXECUTIVO
02.05 SECRETARIA DE TRANSP E OBRAS
15.452.0018.1020 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS
4490000000.00.0123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 320.200,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 320.200,00

Art. 3º - Para cobertura das suplementações mencionadas no art. 2º ficam utilizadas as anulações constantes no art. 1º, no valor de R\$ 320.200,00 (trezentos e vinte mil e duzentos reais).

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO

Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 4.158/2012

DECRETO Nº 4.158/2012

DISPENSA GRAVAME DA INALIENABILIDADE PREVISTO NA LEI Nº 3.910/2006 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma disposta pelo artigo 1º da Lei n. 2.773/93,

DECRETA

Art. 1º - Fica dispensado o gravame da inalienabilidade constante da escritura outorgada à Madeireira Irmãos Faedo Ltda, inscrita no CGC sob nº 79907499/0001-75, através da lei nº 3.266/98, incidente sobre o imóvel com área de 2.175,00 m² (dois mil, cento e setenta e cinco metros quadrados), localizada no Bairro Universitário Waldemar Ortigari sito em à rua Manoel Heck lado par, esquina com a rua Francisco Lemos, objeto da Matrícula imobiliária n. 15.780 do Cartório de Registro de Imóveis desta comarca, tendo em vista o transcurso do tempo.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal.

EDSON TADEU BROCARDO

Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 4.159/2012

DECRETO Nº 4.159/2012

ESTABELECE NORMAS PARA SOLICITAÇÃO DE CONVENIOS JUNTO AO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba:

DECRETA

Art. 1º - As entidades que promovem ações sociais no Município de Curitiba, regularmente inscritas junto ao Conselho Municipal de Assistência Social que desejam solicitar recursos e celebrar convênio com o Município para atendimento de seus projetos

sociais no ano de 2012, terão o prazo de 12 de março de 2012 até 12 de abril de 2012 para inscrição e credenciamento.

Parágrafo Único; As inscrições deverão ser realizadas no horário das 13:00 as 19:00 horas junto a Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação.

Art. 2º - Até a data prevista no artigo antecedente as entidades deverão encaminhar projeto destinado à execução de serviços de proteção social básica ou especial, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Declaração de entidade de Assistência Social inscrita no respectivo conselho Municipal;
- b) Certidões Negativas das Fazendas Federal, Estadual e Municipal;
- c) Projeto conforme especificado no art. 2º, assinado por profissional do Serviço Social.

Parágrafo único: Após a análise do credenciamento as entidades serão convocadas pela Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social para apresentação de seus projetos junto aos membros do Conselho.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 02 de março de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicada o presente Decreto aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e doze, na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

ELITE ARRUDA GARCIA GABOARDI

Secretária de Ação Social e Habitação

Decreto Nº 4.160/2012

DECRETO Nº 4.160/2012

INCLUI FONTE DE RECURSO CONSTANTE DA LEI N. 4.753/2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica incluído no orçamento municipal do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE as fontes de recursos abaixo na forma autorizada pela Lei n. 4.753/2011:

INCLUI FONTE DE RECURSO

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.008.2.043 MANUT. ATIVIDADES MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

3.3.90.00.00.00.00.0254 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações do orçamento do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 1.481.638,56 (um milhão, quatrocentos e oitenta e um mil, seiscentos e trinta e oito reais, cinquenta e seis centavos), na forma autorizada pela Lei n. 4.753/2011:

SUPLEMENTAÇÃO

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.008.2.043 MANUT. ATIVIDADES MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
3.3.90.00.00.00.00.00.0254 APLICAÇÕES DIRETAS R\$
1.481.638,56
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 1.481.638,56

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do excesso de arrecadação pelos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde, diretamente ao Fundo Municipal de Saúde do município em virtude da Gestão Plena em Saúde conforme Pato de Gestão e deliberação 341/CIB/11.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 07 de março de 2012.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos sete dias do mês de março do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

ALZANI ADRIANO SCUR
Secretário Municipal de Saúde

Edital DE Pregão Presencial Nº 91/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2012

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a aquisição de veículos para uso da Secretaria de Obras e Administração, conforme as especificações mínimas constantes no anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:30 horas do dia 16/04/2012, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 15:00 horas do dia 16/04/2012, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 23 de Março de 2012.
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI
Prefeito

ADAILTON ALVES
Pregoeiro

Ermo

PREFEITURA

Lei Nº 296, de 27 de Março de 2012.

LEI Nº 296, de 27 de março de 2012.

Fixa o índice de revisão geral das remunerações e subsídios dos servidores públicos e agentes políticos municipais de que trata a Lei nº. 157, de 19 de maio de 2004 para o exercício de 2012 e dá outras providências.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Excepcionalmente para o exercício de 2012, a data base para revisão anual das remunerações e subsídios prevista na Lei nº. 157, de 19 de maio de 2004, fica antecipada para o mês de março de 2012, em face do ano eleitoral e a proibição contida na Lei 9.504/97, art. 73, VIII e Resolução TSE nº 23.341/2011, de 28.6.2011.

Art. 2º Para o exercício de 2012, o índice de revisão geral das remunerações e subsídios dos servidores públicos municipais, extensivo aos agentes políticos, da administração direta e indireta dos Poderes Executivo e Legislativo, de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição Federal Regulamentado pela Lei nº 157, de 19 de maio de 2004, compreendendo o período de abril de 2011 a fevereiro de 2012, será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC acumulado em 4,78% (quatro inteiros e setenta e oito centésimos por cento).

Art. 3º Os vencimentos dos servidores públicos municipais ficam reajustados em 0,22% (zero vírgula vinte e dois por cento), a partir de 1º de março de 2012, tomando por base os valores vigentes no mês de fevereiro de 2012.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do mês de março de 2012.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 27 de março de 2012.
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CASSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças interino

Lei Nº 297, de 27 de Março de 2012.

LEI Nº 297, de 27 de março de 2012.

Dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores da Câmara do Município de Ermo para o ano de 2012.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Para o exercício de 2012, a revisão geral anual da remuneração dos servidores da Câmara de Vereadores do Município de Ermo, conforme dispõe o Art. 1º da Lei nº 157, de 19 de maio de 2004, fica antecipada para o mês de março de 2012, em face do ano eleitoral e a proibição contida na Lei 9.504/97, art. 73, VIII e Resolução TSE nº 23.341, de 28.06.2011, compreendendo o período de abril de 2011 a fevereiro de 2012, será o Índice Nacional

de Preços ao Consumidor - INPC acumulado em 4,78% (quatro inteiros e setenta e oito centésimos por cento).

Art. 2º Os vencimentos dos servidores da Câmara Municipal de Ermo, terão ainda ganho real de 0,22 (zero vírgula vinte e dois por cento) a partir de 1º de março de 2012, tomando por base os valores vigentes no mês de fevereiro de 2012.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do mês de 1º março de 2012.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 27 de março de 2012.
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CASSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças interino

Lei Nº 298, de 27 de Março de 2012.

LEI Nº 298, de 27 de março de 2012.

Dispõe sobre a revisão geral anual dos subsídios dos Vereadores do Município de Ermo para o ano de 2012.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Excepcionalmente para o exercício de 2012, a data base para revisão anual das remunerações e subsídios prevista na Lei nº. 157, de 19 de maio de 2004, fica antecipada para o mês de março de 2012, em face do ano eleitoral e a proibição contida na Lei 9.504/97, art. 73, VIII e Resolução TSE nº 23.341, de 28.06.2011.

Art. 2º Para o exercício de 2012, a revisão geral anual dos subsídios dos Vereadores do Município de Ermo, conforme dispõe o Art. 6º da Lei nº 226 de 03 de junho de 2008, compreendendo o período de abril de 2011 a fevereiro de 2012, será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC acumulado em 4,78% (quatro inteiros e setenta e oito centésimos por cento).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2012.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 27 de março de 2012.
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CASSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças interino

Lei Nº 299, de 27 de Março de 2012.

LEI Nº 299, de 27 de março de 2012.

Dispõe sobre a revisão geral anual dos subsídios do Prefeito Municipal do Vice-Prefeito e dos Secretários do Município de Ermo para o ano de 2012.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Excepcionalmente para o exercício de 2012, a data base para revisão anual das remunerações e subsídios prevista na Lei

nº. 157, de 19 de maio de 2004, fica antecipada para o mês de março de 2012, em face do ano eleitoral e a proibição contida na Lei 9.504/97, art. 73, VIII e Resolução TSE nº 23.341, de 28.06.2011.

Art. 2º Para o exercício de 2012, a revisão geral anual dos subsídios do Prefeito Municipal, do Vice-Prefeito e Secretários do Município de Ermo, conforme dispõe o Art. 5º da Lei nº 228 de 23 de junho de 2008, combinado com o Art. 3º da Lei nº 227 de 23 de junho de 2008, compreendendo o período de abril de 2011 a fevereiro de 2012, será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC acumulado em 4,78% (quatro inteiros e setenta e oito centésimos por cento).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2012.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 27 de março de 2012.
MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CASSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças interino

Processo Licitatório Nº 02/2012 FMS - Dispensa DE Licitação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2012 - FMS
DISPENSA DE LICITAÇÃO

Do objeto: Aquisição de medicamentos para atender o Programa da Saúde Mental para serem utilizados pelos munícipes de Ermo, durante os meses de abril à dezembro de 2012, conforme relação anexa.

Do Fornecedor: Consórcio Intermunicipal de Saúde - AMESC.

Do Valor e do Pagamento: O valor previsto dos produtos adquiridos importam em R\$ 60.398,59(sessenta mil, trezentos e noventa e oito reais e cinquenta e nove centavos) que serão pagos mensalmente até o dia 15 do mês subsequente ao mês dos produtos adquiridos. Os preços dos medicamentos serão irrealizáveis.

Da base legal: Inciso VIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93; parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas nº COG/638/00 de 16/11/00, no Processo de Consulta nº COM-00/06009549, que resultou no pré julgado nº 0944; art. 2º, § 1º, inciso III da Lei nº 11.107 de 06/04/2005 e art. 18, do Decreto nº 6.017 de 17/01/2007.

Da justificativa: A Dispensa de Licitação para aquisição de medicamentos se faz necessária, por ser através do Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade sem fins lucrativos, entre os municípios que compõem a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços e produtos da área da saúde aos municípios consorciados, com preços notoriamente abaixo dos praticados no mercado.

Ermo-SC, 26 de março de 2012.
VANESSA JORDÃO DE OLIVEIRA
Pres. Com. Perm. Licitação

RATIFICAÇÃO

A vista do exposto, dispensa-se a licitação. Aprovo e autorizo a realização de dispensa, com fundamento na Lei nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993.

MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Edital Nº 01 de 26 de Março de 2012

Edital nº 01 de 26 de março de 2012

Prorrogação do prazo de validade do Resultado Final Concurso Público para Provimento de Cargos Efetivos da Prefeitura Municipal de Ermo:

O Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, Sr MARCOS LEONE OLIVEIRA no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e o disposto no Edital de Concurso Público nº 01/2011 de 04 de fevereiro de 2011, item 10.1., resolve:

Prorrogar, por mais um ano, o prazo de validade do resultado final do Concurso Público para provimento de cargos efetivos da Prefeitura Municipal de Ermo, conforme Edital de Homologação nº 01/2011, publicado no Diário Oficial dos Municípios edição nº 708, página 67 de 30 de março de 2011.

MARCOS LEONE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO
Secretário de Administração e Finanças Interino

Erval Velho

PREFEITURA

Extrato DE Edital DE Pregão 003/2012 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO

Processo Licitatório nº 005/2012

Edital de Pregão nº 003/2012

Objeto: Aquisição de um veículo para transporte de passageiros. Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 14:00h00min do dia 11/04/2012.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na integra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

IVONEZ MARGARIDA SUTIL DEMORI
Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

Extrato DE Edital DE Pregão 013/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 022/2012

Edital de Pregão Presencial nº 013/2012

Objeto: Aquisição de material de construção para pequenos reparos.. Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta

comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 11 / 04/2012.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na integra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal.

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0084/2012

DECRETO Nº 0084, DE 27 DE MARÇO DE 2012.

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0010, DE 09 DE MARÇO DE 2012.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0010, de 09 de março de 2012, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 27 de Março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO –
ACT Nº 0010 DE 09 DE MARÇO DE 2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Médico Clínico Geral -** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Médico Clínico Geral - PSF (Programa de Sa**

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º 6º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Soma de Pontos
1	3	MURILO MARACCINI HOFFMANN		13
2	2	FELIPE DE OLIVEIRA KORNDORFE R. MONTEIRO		6
3	4	HÉLIO VASQUES DE MOURA		5
4	1	ANTONIO FLAVIO BICHOFÉ		0

Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
0	10	2	0	NÃO	19/7/1984
0	6	0	0	NÃO	7/3/1987
0	0	5	0	NÃO	26/1/1933
0	0	0	1	NÃO	21/8/1985

Portaria Nº 0802/2012

PORTARIA N.º 0802 DE 27 DE MARÇO DE 2012.

Retifica e Ratifica a Portaria nº. 0743/2012

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o art. 1º da portaria n.º 0743 de 12 de março de 2012, que rescindiu o contrato da servidora KARICE REGINA DE SOUZA, alterando a data para 09 de março de 2012.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria nº. 0743 de 12 de março de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0803/2012

PORTARIA N.º 0803 DE 27 DE MARÇO DE 2012.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0022, de 03 de agosto de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público, na área da SANEFRAI;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSEANA APARECIDA TOMCHAK, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 665.140.109-20 contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de abril de 2012 até 30 de junho de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0804/2012

PORTARIA N.º 0804 DE 27 DE MARÇO DE 2012.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º

1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0006, de 17 de dezembro de 2010 e Contrato Administrativo da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

Considerando a necessidade de contratação temporária de OPERADOR DE MÁQUINAS, para atender excepcional interesse público, na área da SANEFRAI;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IVO PERETTI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 222.421.989-04, contratado em caráter temporário na função de OPERADOR DE MÁQUINAS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de abril de 2012 até 30 de junho de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0805/2012

PORTARIA N.º 0805 DE 27 DE MARÇO DE 2012.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0028, de 20 de dezembro de 2010 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, para atender excepcional interesse público, na área da SANEFRAI;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALEXSANDRO DE VASCONCELOS IESBIK, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 057.091.299-76, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de abril de 2012 até 30 de junho de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0806/2012

PORTARIA N.º 0806 DE 27 DE MARÇO DE 2012.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas

atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 003, de 02 de fevereiro de 2011 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE OPERACIONAL, para atender excepcional interesse público, na área da SANEFRAI;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ADELINO DE ASSIS MOTA RODRIGUES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 868.906.629-20, contratado em caráter temporário na função de AGENTE OPERACIONAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de abril de 2012 até 30 de junho de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0807/2012

PORTARIA N.º 0807 DE 27 DE MARÇO DE 2012.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0005, de 18 de novembro de 2010 e Contrato Administrativo da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

Considerando a necessidade de contratação temporária de TECNÓLOGO EM SANEAMENTO, para atender excepcional interesse público, na área da SANEFRAI;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IVAN PADILHA DE GOES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 016.869.779-30, contratado em caráter temporário na função de TECNÓLOGO EM SANEAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de abril de 2012 até 30 de junho de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0808/2012

PORTARIA N.º 0808 DE 27 DE MARÇO DE 2012.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004, de 31 de março de 2011 e Contrato Administrativo, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

Considerando a necessidade de contratação temporária de INSTALADOR HIDRÁULICO, para atender excepcional interesse público, na área da SANEFRAI;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LINDOMAR PRATES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 423.311.109-72, contratado em caráter temporário na função de INSTALADOR HIDRÁULICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de abril de 2012 até 30 de junho de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0809/2012

PORTARIA N.º 0809 DE 27 DE MARÇO DE 2012.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de GILMAR PONIECINSKI, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 016.172.219-96, contratado em caráter temporário na função de AGENTE OPERACIONAL, por 40 horas semanais, a partir de 31 de março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0810/2012

PORTARIA N.º 0810 DE 27 DE MARÇO DE 2012.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de VADAIRES CHAVES DE SOUZA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 042.159.139-00, contratado em caráter temporário na função de AGENTE OPERACIONAL, por 40 horas semanais, a partir de 31 de março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0811/2012

PORTARIA Nº 0811, DE 27 DE MARÇO DE 2012.
Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a servidora MARIA DE LOURDES TIBES PAULETTI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 521.831.739-04, nomeada no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE GESTÃO, com carga horária de 40 horas semanais, em 30 de março de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0812/2012

PORTARIA Nº 0812, DE 27 DE MARÇO DE 2012.
Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora ROSANE WEHRMEISTER LEMOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 649.723.139-00, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 30 de março de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0813/2012

PORTARIA Nº 0813 DE 27 DE MARÇO DE 2012.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º

1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 07 de fevereiro de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, JOCENEI FERREIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 040.230.419-55, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de abril de 2012 até 30 de junho de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0814/2012

PORTARIA Nº 0814 DE 27 DE MARÇO DE 2012.
Retifica e Ratifica a Portaria nº. 0776/2012

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0458/2012, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o art. 1º da portaria n.º 0776 de 20 de março de 2012, do servidor ROJANDRO POLO, alterando a data de exoneração para 20 de março de 2012.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria nº. 0776 de 20 de março de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 0815/2012

PORTARIA Nº. 0815, DE 27 DE MARÇO DE 2012.
SUBSTITUI MEMBRO PRESIDENTE DA COMISSÃO DOS PLANOS DE CARGOS E CARREIRA DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, especialmente o contido nas Leis Complementares n. 110/2010 e 111/2010;

RESOLVE:

Art. 1º. Substituir os membros da Comissão dos Planos de Cargos e Carreira do Município de Fraiburgo, passando a integrar a Comissão na condição de Secretária a servidora CAROLINE CARDOSO PEREIRA, e de Relatora a servidora MARCIANA TERESINHA DE

OLIVEIRA OZORIO GEMO, com as mesmas atribuições definidas em lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Anulação do Edital Nº 0045/2012-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE ANULAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0045/2012 - PMF

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, torna publica a ANULAÇÃO do Edital em epígrafe, cujo objeto era a aquisição de equipamentos para monitoramento de segurança com serviços de instalação para o Quartel da Polícia Militar, devido a alteração nas descrições e quantidades do objeto. Após as devidas correções o edital será novamente publicado. Qualquer esclarecimento poderá ser obtido através do telefone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 27 de março de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº 0006/2012-FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0006/2012 - FMS

Processo Administrativo Licitatório nº 0017/2012-FMS

O Município de Fraiburgo-SC através do Fundo Municipal de Saúde, neste ato representado pela Secretária Municipal, torna público a Inexigibilidade de Licitação nº 0006/2012-FMS, de acordo com o Edital de Credenciamento nº 0001/2012 - FMS e do Termo Aditivo ao edital nº 0001/2012, o credenciamento da empresa REDMANN & REDMANN CLÍNICA MÉDICA S.S, inscrita no CNPJ sob nº 07.701.450/0001-50, para prestação de serviços relativo a exames de ultrassonografia, para o período de março a dezembro de 2012.

Fraiburgo (SC), 26 de março de 2012.

NILCE PINZ

Secretária Municipal

Aviso de Pregão Presencial Nº 0010/2012- FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0010/2012 - FMS

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0004/2012

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de materiais de consumo para uso no Laboratório de Análises Clínicas da Secretaria Municipal de Saúde. Vigência da Ata: abril e julho de 2012. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até às 9:15 horas do dia 13.04.2012. Abertura: às 9:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site:

www.fraiburgo.sc.gov.br e e-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 26 de março de 2012.

NILCE PINZ

Secretária Municipal de Saúde

Garopaba

PREFEITURA

Aviso DE Licitação TP007/2012

MUNICÍPIO DE GAROPABA

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 007/2012

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público que realizará licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO, sob regime de empreitada por preço unitário, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, consoante as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº. 123/2006, bem como demais legislações pertinentes, objetivando a contratação de empresa especializada para executar obra de drenagem e pavimentação a base de concreto usinado da Estrada Geral da Silveira - acesso Canto Sul - Etapa 01, no bairro Prainha, com o fornecimento de materiais e mão de obra, conforme especificações constantes do projeto básico. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 01 DOCUMENTAÇÃO e nº. 02 PROPOSTA serão recebidos no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13h55min do dia 13/04/2012. A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 13/04/2012, no endereço acima especificado. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Garopaba, no horário das 13h00min às 18h00min.

Garopaba, 26 de março de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Extrato DE Contrato Nº 31/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 31/2012 Processo nº 017/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Luiz Fabiano Silveira - ME; CNPJ: 11.748.478/0001-10; Objeto: Contratação de empresa especializada para executar obra de drenagem e pavimentação a base de lajota sextavada na Rua Rozalina Aguiar Lentz (2.778,56 m²), no bairro Pinguirito, com o fornecimento de materiais e mão de obra; Valor: R\$ 210.780,39(Duzentos e Dez Mil, Setecentos e Oitenta Reais e Trinta e Nove Centavos); Data da Assinatura: 20/03/2012.

Extrato DE Contrato Nº 33/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 33/2012 Processo nº 019/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: J L Construtora Ltda. - ME; CNPJ: 12.587.530/0001-67; Objeto: Contratação de empresa especializada para executar obra de drenagem e pavimentação

a base de lajota sextavada na Rua Fredolino Hermínio do Nascimento (1.241,20 m²), no bairro Pinguirito, com o fornecimento de materiais e mão de obra; Valor: R\$ 81.286,66 (Oitenta e Um Mil, Duzentos e Oitenta e Seis Reais e Sessenta e Seis Centavos); Data da Assinatura: 20/03/2012.

Extrato DE Contrato Nº 35/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 35/2012 Processo nº 021/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: E.F.M Construções Ltda.; CNPJ: 08.801.232/0001-50; Objeto: Contratação de empresa especializada para executar obra de drenagem e pavimentação a base de lajota sextavada na Rua Auta Freitas Nauck (3.292,54), no bairro Pinguirito, com o fornecimento de materiais e mão de obra; Valor: R\$ 231.320,29 (Duzentos e Trinta e Um Mil, Trezentos e Vinte Reais e Vinte e Nove Centavos); Data da Assinatura: 20/03/2012.

Extrato DE Contrato Nº32/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 32/2012 Processo nº 018/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: M & L Empreiteira de Mão de Obra Ltda.; CNPJ: 10.789.611/0001-14; Objeto: Contratação de empresa especializada para executar obra de drenagem e pavimentação a base de lajota sextavada na Rua São Bom Jesus (1.316,32 m²), no bairro Pinguirito, com o fornecimento de materiais e mão de obra; Valor: R\$ 92.431,40 (Noventa e Dois Mil, Quatrocentos e Trinta e Um Reais e Quarenta Centavos); Data da Assinatura: 20/03/2012.

Extrato DE Contrato Nº34/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 34/2012 Processo nº 020/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: J L Construtora Ltda. - ME; CNPJ: 12.587.530/0001-67; Objeto: Contratação de empresa especializada para executar obra de drenagem e pavimentação a base de lajota sextavada na Rua Viúva Maria Antônia dos Santos (1.675,84 m²), no bairro Pinguirito, com o fornecimento de materiais e mão de obra; Valor: R\$ 126.794,85 (Cento e Vinte e Seis Mil, Setecentos e Noventa e Quatro Reais e Oitenta e Cinco Centavos); Data da Assinatura: 20/03/2012.

Garuva

PREFEITURA

Aviso DE Licitação FUNREBOM Nº 001/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade : Pregão Presencial Funrebom nº001/2012

Tipo de julgamento: Menor Preço Global

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS EM MDF, PARA ATENDER A NOVA SEDE DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO, CONFORME PLANILHA ANEXA.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 11/04/2012 as 09:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 27 de março de 2012.
JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Aviso DE Licitação PMG Nº 012/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços PMG Nº 012/2012

Tipo de julgamento: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de análises laboratoriais de amostras de água, a serem coletados nos poços de monitoramento de lençol freático do CENTRAG (Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos de Garuva), conforme Memorial Descritivo em anexo.

Entrega e Abertura dos Envelopes: 13/04/2012 as 09:00 horas.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

Garuva, 27 de março de 2012.
JOÃO ROMÃO
Prefeito Municipal

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Extrato de Termo Aditivo nº 001/2012 ao contrato nº 008/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2012

AO CONTRATO Nº 008/2012. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gov. Celso Ramos. CONTRATADO: TERRAPLENAGEM AZZA LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para serviço de execução de lombadas com fornecimento de material na rodovia SC 410 no trecho Caieira do Norte a Costeira da Armação, conforme edital e anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR: Fica aditado ao valor do contrato original a quantia de R\$ 6.378,75 (seis mil trezentos e setenta e oito reais e setenta e cinco centavos) passando o valor global do contrato a R\$ 31.893,75 (trinta e um mil oitocentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos).

Governador Celso Ramos, 24 de março de 2012.
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES
Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo nº 001/2012 ao contrato nº 016/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 001/2012 AO CONTRATO Nº. 016/2012. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOV. CELSO RAMOS.

CONTRATADO: CONSTRUTORA DE ÂNGELO LTDA - EPP.

OBJETO: Contratação de empresa para reforma do ginásio municipal de educação de Calheiros com fornecimento de material conforme edital, memorial descritivo e planilha orçamentária. CLÁUSULA SEGUNDA - PRORROGA O PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL: Fica prorrogado o prazo do contrato original previsto na Cláusula Sétima - Prazo, para até 23 de maio de 2012 em consonância com disposto no art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93.

Governador Celso Ramos, 24 de março de 2012.
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.
Prefeito Municipal.

Extrato do Termo Aditivo nº 001/2012 ao contrato nº 030/2010

PREFEITURA MUN. DE GOV. CELSO RAMOS

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº. 001/2012 AO CONTRATO Nº. 030/2010. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gov. Celso Ramos. CONTRATADO: FLÁVIA MARIA SARAMENTO MARQUES. OBJETO: Locação de imóvel com 137,75 m² para funcionamento da Secretaria de Assistência Social. CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO: Fica prorrogado o prazo do Contrato original, para até 31 de dezembro de 2012, em consonância com disposto no art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93.

Governador Celso Ramos, 24 março de 2012.
ANÍSIO ANATÓLIO SOARES.
Prefeito Municipal.

Guaramirim

PREFEITURA

Aviso DE Licitação 13/2012 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - 13/2012

Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS E GERIÁTRICAS

Entrega dos Envelopes: 12/04/2012 as 09:00 horas.

Abertura dos Envelopes: 12/04/2012 as 09:00 horas.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, fone (47) 3373-0247, ou ainda, através do site: www.guaramirim.sc.gov.br.

GUARAMIRIM, 27(vinte e sete) de marco de 2012(dois mil e doze)

NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Extrato ata registro 042012

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
EXTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.
Contratada: JOSÉ MARTINI NETO LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA UNIDADES ESCOLARES E CEI'S DO MUNICIPIO DE GUARAMIRIM
Valor: R\$ 229.194,20 (DUZENTOS E VINTE E NOVE MIL CENTO E NOVENTA E QUATRO REAIS E VINTE CENTAVOS)
Vigência: INÍCIO: 07/02/2012 TÉRMINO: 06/02/2013 Licitação: Pregão Presencial nº. 04/2012 Signatários: pelo Contratante, Nilson Bylaardt e, pela contratada : José Martini Neto

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.
Contratada: L E Comércio Atacadista Ltda Me

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA UNIDADES ESCOLARES E CEI'S DO MUNICIPIO DE GUARAMIRIM
Valor: R\$ 70.389,90 (SETENTA MIL TREZENTOS E OITENTA E NOVE REIAS E NOVENTA CENTAVOS)
Vigência: INÍCIO: 07/02/2012 TÉRMINO: 06/02/2013 Licitação: Pregão Presencial nº. 04/2012 Signatários: pelo Contratante, Nilson Bylaardt e, pela contratada : Arilson José Alves

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.
Contratada: Nair Seidler Gorges EPP

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA UNIDADES ESCOLARES E CEI'S DO MUNICIPIO DE GUARAMIRIM
Valor: R\$ 75.817,55 (SETENTA E CINCO MIL OITOCENTOS E DEZESSETE REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS)
Vigência: INÍCIO: 07/02/2012 TÉRMINO: 06/02/2013 Licitação: Pregão Presencial nº. 04/2012 Signatários: pelo Contratante, Nilson Bylaardt e, pela contratada : Sergio Holdemar Gorges

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.
Contratada: SUPERMERCADO FRONTAL LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA UNIDADES ESCOLARES E CEI'S DO MUNICIPIO DE GUARAMIRIM
Valor: R\$ 197.626,28 (CENTO E NOVENTA E SETE MIL SEISSENTOS E VINTE E SEIS REAIS E VINTO E OITO CENTAVOS)
Vigência: INÍCIO: 07/02/2012 TÉRMINO: 06/02/2013 Licitação: Pregão Presencial nº. 04/2012 Signatários: pelo Contratante, Nilson Bylaardt e, pela contratada : Venésio Hornburg

Guaramirim, 27 de Fevereiro 2012
NILSON BYLAARDT
Prefeitura Municipal De Guaramirim

Termo Aditivo Contrato 07/2011 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO
CONTRATO N.º 07/2011 - FMS
PROCESSO LICITAÇÃO 10/2011

OBJETO: Locação de Imóvel (P.S. Rio Branco)
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.

CONTRATADA: ADOLFO CARLOS FERNANDES
OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação de prazo/valor
VALOR: R\$ 12.807,12 (doze mil oitocentos e sete reais e doze centavos) divididos em 12 (doze) parcelas de R\$ 1.067,26 (hum mil e sessenta e sete reais e vinte e seis centavos)
VIGÊNCIA: 31/12/211 até 31/12/2012
DATA ASSINATURA: 30/12/211.

NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Herval do Oeste

PREFEITURA

Balanço Orçamentário

```

+[ CPL ]-----{ 001 }+
|
|      Município de HERVAL D'OESTE
|      Relatório Resumido da Execução Orçamentária
|      Balanço Orçamentário
|      Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
|      JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO
|
+-----+
LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I
  
```

RECEITAS Categoria Econômica / Fontes	P R E V I S ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
	Inicial	p/ o Exercício (a)	Bimestre (b)	% (b/a)	até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	79.217.700,00	79.217.700,00	9.006.691,53	11,370	9.006.691,53	11,370	70.211.008,47
RECEITAS CORRENTES	54.185.458,20	54.185.458,20	6.007.797,96	11,090	6.007.797,96	11,090	48.177.660,24
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.972.200,00	2.972.200,00	485.595,69	16,340	485.595,69	16,340	2.486.604,31
IMPOSTOS	2.062.200,00	2.062.200,00	336.578,74	16,320	336.578,74	16,320	1.725.621,26
TAXAS	870.000,00	870.000,00	144.547,36	16,610	144.547,36	16,610	725.452,64
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	40.000,00	40.000,00	4.469,59	11,170	4.469,59	11,170	35.530,41
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.159.000,00	1.159.000,00	282.929,69	24,410	282.929,69	24,410	876.070,31
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.059.000,00	1.059.000,00	266.621,07	25,180	266.621,07	25,180	792.378,93
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	100.000,00	100.000,00	16.308,62	16,310	16.308,62	16,310	83.691,38
RECEITA PATRIMONIAL	1.193.500,00	1.193.500,00	754.171,70	63,190	754.171,70	63,190	439.328,30
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	10.000,00	10.000,00	635,50	6,360	635,50	6,360	9.364,50
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.183.500,00	1.183.500,00	753.536,20	63,670	753.536,20	63,670	429.963,80
RECEITA DE SERVIÇOS	104.000,00	104.000,00	12.078,98	11,610	12.078,98	11,610	91.921,02
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	33.164.958,20	33.164.958,20	4.322.355,13	13,030	4.322.355,13	13,030	28.842.603,07
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	22.819.700,00	22.819.700,00	4.006.264,18	17,560	4.006.264,18	17,560	18.813.435,82
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	5.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	10.340.258,20	10.340.258,20	316.090,95	3,060	316.090,95	3,060	10.024.167,25
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.591.800,00	15.591.800,00	150.666,77	0,970	150.666,77	0,970	15.441.133,23
Multas e Juros de Mora	3.100,00	3.100,00	1.215,80	39,220	1.215,80	39,220	1.884,20
MULTAS E JUROS DE MORA	248.700,00	248.700,00	11.309,44	4,550	11.309,44	4,550	237.390,56
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.100,00	3.100,00	0,00	0,000	0,00	0,000	3.100,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	395.000,00	395.000,00	114.116,28	28,890	114.116,28	28,890	280.883,72
RECEITAS DIVERSAS	14.941.900,00	14.941.900,00	24.025,25	0,160	24.025,25	0,160	14.917.874,75
RECEITAS DE CAPITAL	25.032.241,80	25.032.241,80	2.998.893,57	11,980	2.998.893,57	11,980	22.033.348,23
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.380.000,00	1.380.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	1.380.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	167.000,00	167.000,00	6.307,76	3,780	6.307,76	3,780	160.692,24
Alienação de Bens Móveis	75.000,00	75.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	75.000,00
Alienação de Bens Imóveis	62.000,00	62.000,00	6.307,76	10,170	6.307,76	10,170	55.692,24
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	30.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	72.500,00	72.500,00	22.275,38	30,720	22.275,38	30,720	50.224,62
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	23.412.741,80	23.412.741,80	2.970.310,43	12,690	2.970.310,43	12,690	20.442.431,37
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	23.412.741,80	23.412.741,80	2.970.310,43	12,690	2.970.310,43	12,690	20.442.431,37
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	219.589,78	0,000	219.589,78	0,000	-219.589,78
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	79.217.700,00	79.217.700,00	9.226.281,31	100,000	9.226.281,31	100,000	69.991.418,69
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	79.217.700,00	79.217.700,00	9.226.281,31	100,000	9.226.281,31	100,000	69.991.418,69
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL (VII)=(V+VI)	79.217.700,00	79.217.700,00	9.226.281,31		9.226.281,31		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	-	170.000,00	-	-
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	170.000,00	-	-
Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	170.000,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

								INSCRITAS EM			
								RESTOS A PAGAR			
								NÃO		%	Saldo a
DESPESAS		D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		PROCESSADOS	((g+h)	Liquidar
Cat.Econômica/Grupo de Natureza	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício				
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	(h)	(f)	(f-(g+h))	
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAM)(VII)	79.217.700,00	170.000,00	79.387.700,00	7.593.609,33	7.593.609,33	4.751.581,67	4.751.581,67	0,00	5,99	74.636.118,33	
DESPESAS CORRENTES	48.532.700,00	-5.000.000,00	43.532.700,00	7.008.172,30	7.008.172,30	4.680.526,23	4.680.526,23	0,00	10,75	38.852.173,77	
Pessoal e Encargos Sociais	22.508.000,00	-480.000,00	22.028.000,00	3.452.283,23	3.452.283,23	3.452.283,23	3.452.283,23	0,00	15,67	18.575.716,77	
Juros/Encargos da Dívida	45.000,00	0,00	45.000,00	419,86	419,86	419,86	419,86	0,00	0,93	44.580,14	
Outras despesas Correntes	25.979.700,00	-4.520.000,00	21.459.700,00	3.555.469,21	3.555.469,21	1.227.823,14	1.227.823,14	0,00	5,72	20.231.876,86	
DESPESAS DE CAPITAL	30.290.000,00	5.170.000,00	35.460.000,00	585.437,03	585.437,03	71.055,44	71.055,44	0,00	0,20	35.388.944,56	
Investimentos	29.325.000,00	5.170.000,00	34.495.000,00	551.579,84	551.579,84	37.198,25	37.198,25	0,00	0,11	34.457.801,75	
Inversões Financeiras	210.000,00	0,00	210.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	210.000,00	
Amortização da Dívida	755.000,00	0,00	755.000,00	33.857,19	33.857,19	33.857,19	33.857,19	0,00	4,48	721.142,81	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	245.000,00	0,00	245.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	245.000,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAM) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VIII+IX)	79.217.700,00	170.000,00	79.387.700,00	7.593.609,33	7.593.609,33	4.751.581,67	4.751.581,67	0,00	5,99	74.636.118,33	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento da Div. Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Refinanciamento de Outras dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	79.217.700,00	170.000,00	79.387.700,00	7.593.609,33	7.593.609,33	4.751.581,67	4.751.581,67	0,00	5,99	74.636.118,33	
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	4.474.699,64	-	-	-	
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	79.217.700,00	170.000,00	79.387.700,00	7.593.609,33	7.593.609,33	9.226.281,31	9.226.281,31	0,00	5,99	74.636.118,33	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS					
	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%	até o Bimestre	%	SALDO	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)	
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARIAS	0,00	0,00	219.589,78	0,000	219.589,78	0,000	0,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	219.589,78	0,000	219.589,78	0,000	0,00	
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	219.589,78	0,000	219.589,78	0,000	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	219.589,78		219.589,78		0,00	

									INSCRITAS EM		
									RESTOS A PAGAR		
	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		NÃO	%	Saldo a	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	PROCESSADOS	((g+h)	Liquidar	
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	(h)	/f)	(f-(g+h))	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
NELSON GUINDANICONTADOR CRC/SC-16379/0-5
SIDNEY DALLA VECCHIAResponsável pelo Controle Interno
PAULO CEZAR DOLEJAL BERTÉ

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 |
 | Município de HERVAL D'OESTE CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
DESPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	%(F)	(F/B)	SALDO
	DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	79.217.700,00	79.387.700,00	7.593.609,33	7.593.609,33	4.751.581,67	4.751.581,67	100,00	5,99	74.636.118,33
01	LEGISLATIVA	1.000.000,00	1.000.000,00	127.735,36	127.735,36	127.735,36	127.735,36	2,69	12,77	872.264,64
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	1.000.000,00	1.000.000,00	127.735,36	127.735,36	127.735,36	127.735,36	2,69	12,77	872.264,64
	Subtotal	1.000.000,00	1.000.000,00	127.735,36	127.735,36	127.735,36	127.735,36	2,69	12,77	872.264,64
04	ADMINISTRAÇÃO	3.675.000,00	3.675.000,00	890.227,69	890.227,69	623.919,72	623.919,72	13,13	16,98	3.051.080,28
04.121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	935.000,00	935.000,00	149.546,50	149.546,50	129.020,91	129.020,91	2,72	13,80	805.979,09
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.740.000,00	2.740.000,00	740.681,19	740.681,19	494.898,81	494.898,81	10,42	18,06	2.245.101,19
	Subtotal	4.675.000,00	4.675.000,00	1.017.963,05	1.017.963,05	751.655,08	751.655,08	15,82	16,08	3.923.344,92
06	SEGURANÇA PÚBLICA	410.000,00	410.000,00	48.155,72	48.155,72	22.685,01	22.685,01	0,48	5,53	387.314,99
06.181	POLICIAMENTO	160.000,00	160.000,00	19.863,06	19.863,06	10.083,24	10.083,24	0,21	6,30	149.916,76
06.182	DEFESA CIVIL	250.000,00	250.000,00	28.292,66	28.292,66	12.601,77	12.601,77	0,27	5,04	237.398,23
	Subtotal	5.085.000,00	5.085.000,00	1.066.118,77	1.066.118,77	774.340,09	774.340,09	16,30	15,23	4.310.659,91
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.296.000,00	2.396.000,00	263.387,44	263.387,44	214.059,69	214.059,69	4,50	8,93	2.181.940,31
08.241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	22.000,00	22.000,00	1.069,35	1.069,35	1.069,35	1.069,35	0,02	4,86	20.930,65
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCEN	330.000,00	430.000,00	26.564,48	26.564,48	14.748,31	14.748,31	0,31	3,43	415.251,69
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	1.871.000,00	1.871.000,00	230.805,95	230.805,95	193.294,37	193.294,37	4,07	10,33	1.677.705,63
08.331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	73.000,00	73.000,00	4.947,66	4.947,66	4.947,66	4.947,66	0,10	6,78	68.052,34
	Subtotal	7.381.000,00	7.481.000,00	1.329.506,21	1.329.506,21	988.399,78	988.399,78	20,80	13,21	6.492.600,22
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.050.000,00	2.050.000,00	282.805,67	282.805,67	266.160,55	266.160,55	5,60	12,98	1.783.839,45
09.272	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	2.050.000,00	2.050.000,00	282.805,67	282.805,67	266.160,55	266.160,55	5,60	12,98	1.783.839,45
	Subtotal	9.431.000,00	9.531.000,00	1.612.311,88	1.612.311,88	1.254.560,33	1.254.560,33	26,40	13,16	8.276.439,67
10	SAÚDE	10.065.000,00	10.065.000,00	1.760.969,17	1.760.969,17	1.136.371,67	1.136.371,67	23,92	11,29	8.928.628,33
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	4.815.000,00	4.815.000,00	942.582,77	942.582,77	782.876,24	782.876,24	16,48	16,26	4.032.123,76
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIA	4.700.000,00	4.700.000,00	744.580,45	744.580,45	281.990,03	281.990,03	5,93	6,00	4.418.009,97
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	260.000,00	260.000,00	37.443,93	37.443,93	35.143,38	35.143,38	0,74	13,52	224.856,62
10.331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	290.000,00	290.000,00	36.362,02	36.362,02	36.362,02	36.362,02	0,77	12,54	253.637,98
	Subtotal	19.496.000,00	19.596.000,00	3.373.281,05	3.373.281,05	2.390.932,00	2.390.932,00	50,32	12,20	17.205.068,00
11	TRABALHO	1.475.000,00	1.475.000,00	125.814,02	125.814,02	125.038,52	125.038,52	2,63	8,48	1.349.961,48
11.331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	700.000,00	700.000,00	98.396,54	98.396,54	98.396,54	98.396,54	2,07	14,06	601.603,46
11.333	EMPREGABILIDADE	775.000,00	775.000,00	27.417,48	27.417,48	26.641,98	26.641,98	0,56	3,44	748.358,02
	Subtotal	20.971.000,00	21.071.000,00	3.499.095,07	3.499.095,07	2.515.970,52	2.515.970,52	52,95	11,94	18.555.029,48
12	EDUCAÇÃO	14.313.000,00	14.383.000,00	2.029.069,72	2.029.069,72	1.183.470,81	1.183.470,81	24,91	8,23	13.199.529,19
12.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCEN	77.000,00	77.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77.000,00
12.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	450.000,00	450.000,00	27.632,18	27.632,18	26.222,45	26.222,45	0,55	5,83	423.777,55
12.331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	494.000,00	494.000,00	21.739,49	21.739,49	21.739,49	21.739,49	0,46	4,40	472.260,51
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	6.646.000,00	6.646.000,00	1.190.296,06	1.190.296,06	595.269,28	595.269,28	12,53	8,96	6.050.730,72
12.362	ENSINO MÉDIO	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
12.364	ENSINO SUPERIOR	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	5.666.000,00	5.736.000,00	789.401,99	789.401,99	540.239,59	540.239,59	11,37	9,42	5.195.760,41
12.367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
12.392	DIFUSÃO CULTURAL	880.000,00	880.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	880.000,00
	Subtotal	35.284.000,00	35.454.000,00	5.528.164,79	5.528.164,79	3.699.441,33	3.699.441,33	77,86	10,43	31.754.558,67
13	CULTURA	890.000,00	890.000,00	75.269,63	75.269,63	72.578,63	72.578,63	1,53	8,15	817.421,37
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	890.000,00	890.000,00	75.269,63	75.269,63	72.578,63	72.578,63	1,53	8,15	817.421,37
	Subtotal	36.174.000,00	36.344.000,00	5.603.434,42	5.603.434,42	3.772.019,96	3.772.019,96	79,38	10,38	32.571.980,04
15	URBANISMO	14.165.000,00	14.165.000,00	802.999,22	802.999,22	148.481,38	148.481,38	3,12	1,05	14.016.518,62
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	12.675.000,00	12.675.000,00	139.086,97	139.086,97	2.036,97	2.036,97	0,04	0,02	12.672.963,03
15.452	SERVIÇOS URBANOS	1.490.000,00	1.490.000,00	663.912,25	663.912,25	146.444,41	146.444,41	3,08	9,83	1.343.555,59
	Subtotal	50.339.000,00	50.509.000,00	6.406.433,64	6.406.433,64	3.920.501,34	3.920.501,34	82,51	7,76	46.588.498,66
16	HABITAÇÃO	4.287.000,00	4.287.000,00	9.169,14	9.169,14	4.458,88	4.458,88	0,09	0,10	4.282.541,12

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 002 }+
 |
 | Município de HERVAL D'OESTE CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	(F)	%(F)	(F/B)
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			SALDO
16.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.562.000,00	2.562.000,00	9.169,14	9.169,14	4.458,88	4.458,88	0,09	0,17	2.557.541,12
16.481	HABITAÇÃO RURAL	175.000,00	175.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	175.000,00
16.482	HABITAÇÃO URBANA	1.550.000,00	1.550.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.550.000,00
	Subtotal	54.626.000,00	54.796.000,00	6.415.602,78	6.415.602,78	3.924.960,22	3.924.960,22	82,60	7,16	50.871.039,78
17	SANEAMENTO	1.790.000,00	1.790.000,00	37.938,20	37.938,20	34.240,50	34.240,50	0,72	1,91	1.755.759,50
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	1.790.000,00	1.790.000,00	37.938,20	37.938,20	34.240,50	34.240,50	0,72	1,91	1.755.759,50
	Subtotal	56.416.000,00	56.586.000,00	6.453.540,98	6.453.540,98	3.959.200,72	3.959.200,72	83,32	7,00	52.626.799,28
18	GESTÃO AMBIENTAL	26.500,00	26.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.500,00
18.543	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	26.500,00	26.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.500,00
	Subtotal	56.442.500,00	56.612.500,00	6.453.540,98	6.453.540,98	3.959.200,72	3.959.200,72	83,32	6,99	52.653.299,28
20	AGRICULTURA	2.000.200,00	2.000.200,00	187.812,41	187.812,41	152.088,83	152.088,83	3,20	7,60	1.848.111,17
20.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.318.000,00	1.318.000,00	187.812,41	187.812,41	152.088,83	152.088,83	3,20	11,54	1.165.911,17
20.511	SANEAMENTO BÁSICO RURAL	144.000,00	144.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	144.000,00
20.601	PROMOÇÃO E PRODUÇÃO VEGETAL	423.000,00	423.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	423.000,00
20.661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	85.200,00	85.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85.200,00
20.722	TELECOMUNICAÇÕES	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
20.752	ENERGIA ELÉTRICA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
	Subtotal	58.442.700,00	58.612.700,00	6.641.353,39	6.641.353,39	4.111.289,55	4.111.289,55	86,52	7,01	54.501.410,45
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.390.000,00	1.390.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.390.000,00
23.695	TURISMO	1.390.000,00	1.390.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.390.000,00
	Subtotal	59.832.700,00	60.002.700,00	6.641.353,39	6.641.353,39	4.111.289,55	4.111.289,55	86,52	6,85	55.891.410,45
26	TRANSPORTE	16.740.000,00	16.740.000,00	820.546,48	820.546,48	515.161,26	515.161,26	10,84	3,08	16.224.838,74
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	16.740.000,00	16.740.000,00	820.546,48	820.546,48	515.161,26	515.161,26	10,84	3,08	16.224.838,74
	Subtotal	76.572.700,00	76.742.700,00	7.461.899,87	7.461.899,87	4.626.450,81	4.626.450,81	97,37	6,03	72.116.249,19
27	DESPORTO E LAZER	1.450.000,00	1.450.000,00	97.432,41	97.432,41	90.853,81	90.853,81	1,91	6,27	1.359.146,19
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	1.450.000,00	1.450.000,00	97.432,41	97.432,41	90.853,81	90.853,81	1,91	6,27	1.359.146,19
	Subtotal	78.022.700,00	78.192.700,00	7.559.332,28	7.559.332,28	4.717.304,62	4.717.304,62	99,28	6,03	73.475.395,38
28	ENCARGOS ESPECIAIS	800.000,00	800.000,00	34.277,05	34.277,05	34.277,05	34.277,05	0,72	4,28	765.722,95
28.843	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	800.000,00	800.000,00	34.277,05	34.277,05	34.277,05	34.277,05	0,72	4,28	765.722,95
	Subtotal	78.822.700,00	78.992.700,00	7.593.609,33	7.593.609,33	4.751.581,67	4.751.581,67	100,00	6,02	74.241.118,33
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	245.000,00	245.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	245.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	245.000,00	245.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	245.000,00
	Subtotal	79.067.700,00	79.237.700,00	7.593.609,33	7.593.609,33	4.751.581,67	4.751.581,67	100,00	6,00	74.486.118,33
99	RESERVA DE CONTINGENCIA(RPPS/AD.DIR)	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA(RPPS/AD.DIR)	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
	Subtotal	79.217.700,00	79.387.700,00	7.593.609,33	7.593.609,33	4.751.581,67	4.751.581,67	100,00	5,99	74.636.118,33
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL (III)=(I+II)	79.217.700,00	79.387.700,00	7.593.609,33	7.593.609,33	4.751.581,67	4.751.581,67	100,00	5,99	74.636.118,33

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	(F)	%(F)	(F/B)
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			SALDO
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
NELSON GUINDANI

CONTADOR CRC/SC-16379/0-5
SIDNEY DALLA VECHIA

Responsável pelo Controle Interno
PAULO CEZAR DOLEJAL BERTÉ

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

	Município de HERVAL D'OESTE	CONSOLIDADO
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
	Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
	MARÇO/2011 A FEVEREIRO/2012	

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						
	03/2011	04/2011	05/2011	06/2011	07/2011	08/2011	09/2011
RECEITAS CORRENTES (I)	2.717.121,31	2.709.001,79	3.046.366,96	3.253.972,55	3.075.884,76	3.657.534,41	2.696.660,83
Receita Tributária	157.882,19	141.996,52	178.121,35	791.927,58	229.389,85	285.181,04	259.485,22
IPTU	-66,38	-131,44	104,56	275.713,41	42.763,41	49.991,41	42.858,96
ISS	62.690,08	61.715,06	61.447,42	92.339,46	60.492,58	68.984,12	52.093,88
ITBI	28.275,17	18.946,91	55.043,84	20.245,03	22.739,30	41.176,29	53.605,03
IRRF	33.223,85	34.631,65	32.581,25	35.622,83	31.493,75	39.427,60	36.768,58
Outras	33.759,47	26.834,34	28.944,28	368.006,85	71.900,81	85.601,62	74.158,77
Receita de Contribuições	172.301,32	88.203,82	102.231,13	68.942,83	37.855,77	131.842,91	60.391,63
Receita Patrimonial	221.803,75	108.781,90	249.743,18	-16.802,18	141.903,96	894.144,68	155.809,54
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	10.550,28	10.056,60	14.905,95	12.672,13	15.263,46	8.887,60	10.486,87
Transferências Correntes	2.093.313,57	2.308.830,78	2.458.557,29	2.348.704,34	2.603.416,15	2.285.622,51	2.172.852,57
Cota-Parte do FPM	610.477,26	809.185,68	928.775,85	838.285,61	713.109,29	735.584,99	587.240,74
Cota-Parte do ICMS	776.135,94	783.550,60	753.958,42	755.934,35	806.127,25	800.410,72	836.199,60
Cota-Parte do IPVA	103.036,46	102.880,03	103.440,08	108.678,60	102.055,72	107.111,60	110.162,71
Cota-Parte do ITR	37,83	44,18	0,00	77,47	300,00	82,79	1.511,73
Transf.da LC 87/1996	4.393,25	4.393,25	4.393,25	4.393,25	4.393,25	0,00	8.786,50
Transferência do FUNDEB	327.281,97	345.207,22	352.480,22	344.223,90	336.657,15	342.307,02	351.227,07
Outras Transferências	271.950,86	263.569,82	315.509,47	297.111,16	640.773,49	300.125,39	277.724,22
Demais Receitas Correntes	61.270,20	51.132,17	42.808,06	48.527,85	48.055,57	51.855,67	37.635,00
II-DEDUÇÕES	496.415,11	414.178,11	460.720,26	407.679,11	366.417,47	463.850,40	404.804,25
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	163.177,14	62.512,61	63.902,02	61.979,65	22.844,11	107.782,34	46.807,61
Servidor	163.177,14	62.512,61	63.902,02	61.979,65	22.844,11	107.782,34	46.807,61
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	5.956,00	6.458,28	28.775,12	0,00	6.916,21	13.761,04	6.769,57
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	301.209,02	343.174,19	360.261,67	344.961,68	328.115,95	331.526,55	311.474,14
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(+)Perda com o FUNDEB	26.072,95	2.033,03	7.781,45	737,78	8.541,20	10.780,47	39.752,93
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	2.220.706,20	2.294.823,68	2.585.646,70	2.846.293,44	2.709.467,29	3.193.684,01	2.291.856,58

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 002 }+
 |
 | Município de HERVAL D'OESTE CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | MARÇO/2011 A FEVEREIRO/2012 |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Previsão	
	10/2011	11/2011	12/2011	01/2012	Mes Atual	TOTAL	Atualizada	
RECEITAS CORRENTES (I)	4.016.951,65	3.386.503,40	4.096.198,83	3.426.440,83	3.325.886,82	39.408.524,14	58.235.858,20	
Receita Tributária	232.330,91	224.812,99	337.131,46	227.568,25	258.027,44	3.323.854,80	2.972.200,00	
IPTU	39.406,94	35.407,61	34.812,31	1.478,45	-178,15	522.161,09	450.000,00	
ISS	59.741,72	58.060,17	79.924,24	78.657,89	52.160,74	788.307,36	737.600,00	
ITBI	21.956,89	14.345,26	60.532,79	10.351,25	28.185,47	375.403,23	300.000,00	
IRRF	42.695,55	46.962,43	100.061,64	98.378,35	67.544,74	599.392,22	574.600,00	
Outras	68.529,81	70.037,52	61.800,48	38.702,31	110.314,64	1.038.590,90	910.000,00	
Receita de Contribuições	158.207,03	91.636,44	97.547,00	151.541,99	131.387,70	1.292.089,57	1.159.000,00	
Receita Patrimonial	278.779,74	415.971,97	99.387,60	342.889,65	411.282,05	3.303.695,84	1.193.500,00	
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	7.967,71	17.372,62	31.114,31	4.062,89	8.016,09	151.356,51	104.000,00	
Transferências Correntes	3.302.096,23	2.569.728,66	3.062.419,85	2.604.618,69	2.462.266,13	30.272.426,77	37.215.358,20	
Cota-Parte do FPM	771.886,49	815.527,64	1.371.441,62	861.971,49	1.042.685,47	10.086.172,13	9.000.000,00	
Cota-Parte do ICMS	845.448,99	878.601,72	897.955,43	795.553,24	763.636,12	9.693.512,38	9.000.000,00	
Cota-Parte do IPVA	97.826,81	68.332,62	53.613,82	148.710,93	79.842,47	1.185.691,85	1.200.000,00	
Cota-Parte do ITR	2.809,42	186,55	309,58	58,17	42,07	5.459,79	2.000,00	
Transf.da LC 87/1996	4.393,25	4.393,25	4.393,25	4.339,78	4.339,74	52.612,02	50.000,00	
Transferência do FUNDEB	370.050,52	378.305,89	381.516,09	394.719,74	369.612,18	4.293.588,97	4.068.000,00	
Outras Transferências	1.209.680,75	424.380,99	353.190,06	399.265,34	202.108,08	4.955.389,63	13.895.358,20	
Demais Receitas Correntes	37.570,03	66.980,72	468.598,61	95.759,36	54.907,41	1.065.100,65	15.591.800,00	
II-DEDUÇÕES	518.958,65	460.056,64	480.233,42	536.939,68	516.829,09	5.342.365,94	5.109.400,00	
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	142.138,56	74.981,18	77.084,33	135.450,37	117.220,04	1.075.879,96	872.000,00	
Servidor	142.138,56	74.981,18	77.084,33	135.450,37	117.220,04	1.075.879,96	872.000,00	
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	6.769,57	6.769,57	15.165,58	6.769,57	7.181,09	111.291,60	187.000,00	
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	348.276,13	356.915,56	384.749,80	363.509,62	381.020,07	4.155.194,38	4.050.400,00	
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
(+)Perda com o FUNDEB	21.774,39	21.390,33	3.233,71	31.210,12	11.407,89	0,00	0,00	
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	3.497.993,00	2.926.446,76	3.615.965,41	2.889.501,15	2.809.057,73	34.066.158,20	53.126.458,20	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
NELSON GUINDANI

CONTADOR CRC/SC-16379/0-5
SIDNEY DALLA VECCHIA

Responsável pelo Controle Interno
PAULO CEZAR DOLEJAL BERTÉ

Demonstrativo do Resultado Nominal

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

| Município de HERVAL D'OESTE CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo do Resultado Nominal |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |

+-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior(B)	Bimestre Atual(C)
Divida Consolidada (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	-185.168,92	-185.168,92	-45.058,11
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	-185.168,92	-185.168,92	-45.058,11
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	185.168,92	185.168,92	45.058,11
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	185.168,92	185.168,92	45.058,11

	Período de Referência	
	No Bimestre (c-b)	Até Bimestre (c-a)
RESULTADO NOMINAL	-140.110,81	-140.110,81

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	-19.400,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIARIA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior(B)	Bimestre Atual(C)
Divida Consolidada (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	-500,00	-500,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	-500,00	-500,00	0,00
Divida Consolidada Líquida Previdenciária (IX)=(VII-VIII)	500,00	500,00	0,00
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida Previdenciária (XI)=(IX-X)	500,00	500,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

GESTOR
SADIR ROVEA

Contador CRC/SC-16379/0-5
SIDNEY DALLA VECCHIA



Demonstrativo do Resultado Primario

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+	
Município de HERVAL D'OESTE	CONSOLIDADO
Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
Demonstrativo do Resultado Primario	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO	

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão	RECEITAS REALIZADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Receitas Primarias Correntes (I)	41.739.161,80	6.524.343,24	32.453.899,67	3.733.332,44
Receita Tributária	2.735.300,00	561.944,45	3.249.795,24	265.457,56
IPTU	450.000,00	70.219,92	520.860,79	0,00
ISS	669.100,00	137.984,41	781.822,14	98.696,89
IRRF	321.200,00	147.024,07	511.140,90	67.070,86
ITBI	200.000,00	74.878,05	391.813,31	24.312,62
Outras	1.095.000,00	131.838,00	1.044.158,10	75.377,19
Receita de Contribuição	779.900,00	784.451,32	3.420.241,84	468.873,35
Receita Previdenciária	599.900,00	152.065,51	946.066,02	114.446,22
Outras Contribuições	180.000,00	37.117,93	216.272,72	53.504,51
Receitas Previdenciárias	0,00	297.633,94	1.128.951,55	150.461,31
Receita Patrimonial Liquida	20.000,00	1.032,00	9.638,58	543,75
Receita Patrimonial	1.266.500,00	515.359,57	2.682.506,09	213.652,97
(-) Aplicações Financeiras	1.246.500,00	514.327,57	2.672.867,51	213.109,22
Transferências Correntes	26.611.946,20	4.890.483,15	25.677.588,27	3.051.399,93
FPM	6.000.000,00	1.834.451,37	7.593.618,36	1.035.114,15
ICMS	6.400.000,00	1.421.242,37	7.657.311,96	1.054.331,51
Outras Transferências	14.211.946,20	1.634.789,41	10.426.657,95	961.954,27
Demais Receitas Correntes	11.592.015,60	584.066,26	1.225.587,29	97.519,16
Dívida Ativa	395.000,00	91.820,94	502.816,73	68.415,88
Diversas Receitas Correntes	11.197.015,60	492.245,32	722.770,56	29.103,28
Receitas de Capital (II)	25.131.741,80	723.084,64	2.128.556,07	8.632,93
(-) Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização de Empréstimos (IV)	49.000,00	9.256,52	47.632,29	5.651,76
(-) Alienação de Ativos (V)	1.720.000,00	14.420,81	95.232,16	2.981,17
Transferências de Capital	23.362.741,80	699.407,31	1.985.691,62	0,00
Outras Transferências de Capital	23.362.741,80	699.407,31	1.985.691,62	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Primarias de Cap. VI=II-III-IV-V	23.362.741,80	699.407,31	1.985.691,62	0,00
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	65.101.903,60	7.223.750,55	34.439.591,29	3.733.332,44

DESPESAS PRIMARIAS	Dotação	DESPESAS LIQUIDADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	36.098.821,62	6.274.461,36	28.169.528,99	3.341.132,00
Pessoal e Encargos Sociais	18.196.440,00	3.892.905,80	17.095.211,63	2.275.856,89
Outras Despesas Correntes	17.846.381,62	2.380.780,43	11.068.369,65	1.063.335,31
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	56.000,00	775,13	5.947,71	1.939,80
Desp.Primarias Correntes X=VIII-IX	36.042.821,62	6.273.686,23	28.163.581,28	3.339.192,20
Despesas de Capital (XI)	32.048.025,78	613.575,80	1.764.234,63	250.607,65
Investimentos	31.426.025,78	543.905,84	1.244.746,87	67.028,86
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	622.000,00	69.669,96	519.487,76	183.578,79
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	31.426.025,78	543.905,84	1.244.746,87	67.028,86
Reserva de Conting. (XVI)	245.000,00	0,00	0,00	0,00
Reserva do RPPS (XVII)	0,00	608.902,24	3.247.061,53	0,00
DESP.PRIM.TOT. (XVIII)=X+XV+XVI+XVII	67.713.847,40	7.426.494,31	32.655.389,68	3.406.221,06
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-2.611.943,80	-202.743,76	1.784.201,61	327.111,38
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES			327.054,38	

Discriminação da Meta Fiscal

Valor

Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia

-61.318,00

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 002 }+
|
| Município de HERVAL D'OESTE CONSOLIDADO |
| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
| Demonstrativo do Resultado Primario |
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
| JANEIRO A FEVEREIRO 2011/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO |
+-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

GESTOR
SADIR ROVEA

Contador CRC/SC-16379/0-5
SIDNEY DALLA VECCHIA

Imbituba

PREFEITURA

Portaria DGP/SEAGP N.º 071/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 071, de 26 de março de 2012.
Dispõe sobre fixação de período de fruição de licença-prêmio e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor e nos termos do Art. 1º da Lei n.º 2.952, de 29 de agosto de 2006;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar o período de fruição das licenças-prêmio concedidas à servidora ELIANE TERESINHA LEAL DOS NASCIMENTO, Professora, matrícula nº 134, inscrita no CPF sob o nº 754.545.809-53, nos termos do acórdão regional exarado nos autos da AT n.º 188/2008, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Quinquênios	Fruição	Conversão
1988/1993	02/04/2012 a 31/05/2012	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de abril de 2012
1993/1998	01/06/2012 a 30/07/2012	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de junho de 2012
1998/2003	31/07/2012 a 28/07/2012	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de agosto de 2012

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 26 de março de 2012.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 072/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 072, de 26 de março de 2012.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora SANDRA MARA FERMINO SOARES, Auxiliar de Serviços, matrícula nº 508, inscrita no CPF sob o n.º 888.428.789-87, admitida em 05 de março de 1996, referente ao quinquênio, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
05.03.2007 a 04.03.2012	02.04.2012 a 30.06.2012

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 26 de março de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Publicação de Extrato de Suspensão de Pregão Presencial 16/2012 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SAÚDE

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que fica suspenso o Processo Licitatório nº 16/2012, na modalidade de Pregão Presencial nº 16/2012, para revisão do edital.

Imbituba, 28 de março de 2012.

MICHELLE FRANCINE P. O. SOUZA

Pregoeira Oficial

Extrato: SEDESTH 20/2012 - A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEDESTH 20/2012 - A/00

Contratada: CENTHAURO - SEGURANÇA ELETRONICA LTDA ME.

C.N.P.J: 04.555.820/0001-09

Objeto: EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO DE SISTEMA ELETRÔNICO DE SEGURANÇA - VIGILÂNCIA ELETRÔNICA, PARA AS DEPENDÊNCIAS DO CAIC.

Valor: R\$ 6.074,00 Prazo: 31/12/2012

Fundamento: Processo nº. 08/2012 Pregão 01/2012

Imbituba, 16 de março de 2012.

VALÉRIA FABIANA C. RODRIGUES

Secretária Municipal Sedesth

Contratante

CENTHAURO SEGURANÇA ELETRONICA LTDA ME

Representante Legal

Contratada

Extrato: SEDESTH 21/2012 - A/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: SEDESTH 21/2012 - A/00

Contratada: SERGIO DA CRUZ LOPES

C.P.F: 040.218.190-53

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL DE ALVENARIA, NÃO RESIDENCIAL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 160 M2 (CENTO E SESENTA METROS QUADRADOS) LOCALIZADO NA RUA ESTRELA DO MAR Nº 218 - BAIRRO VILA ESPERANÇA.

Valor: R\$ 450,00 Prazo: 31/12/2012

Fundamento: Processo nº. 09/2012 Pregão 02/2012

Imbituba, 20 de março de 2012.

VALÉRIA FABIANA C. RODRIGUES

Secretária Municipal Sedesth

Contratante

SERGIO DA CRUZ LOPES
Representante Legal
Contratada

Irineópolis

PREFEITURA

Contrato N.º 07/2012 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº. 07/2012

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis
Contratada: Luiz Francisco Antunes de Lima & Cia Ltda
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços na área de coleta e destinação de 3.000 kg de resíduos dos serviços de saúde, durante o exercício de 2012.
Valor: R\$ 14.400,00 (catorze mil e quatrocentos reais).
Vigência - 23.03.2012 a 31.12.2012
Base Legal - Processo Licitatório n.º 001/2012 - Tomada de Preços n.º 001/2012
Lei nº 8.666/93 consolidada, art. 24, inciso II

EDINILSON BRAND
Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Itaiópolis

PREFEITURA

Termo Aditivo

Nº ADITIVO: 1º
Nº CONTRATO: 03/2012
CONTRATADA: Safra Diesel Ltda.
OBJETO: reajuste de preço do Óleo Diesel Comum de R\$ 1,86 para R\$ 1,89, a contar deste. Itaiópolis, 15/03/2012, Helio César Wendt Prefeito Municipal

Termo Aditivo

Nº ADITIVO: 5º
Nº CONTRATO: 60/2010
CONTRATADA: Betha Sistemas Ltda.
OBJETO: acréscimo no quantitativo de usuário passando de 02 já existentes para 03, Sistema Betha Folha, o valor passa para R\$ 1.159,42 mensais, a contar deste. Itaiópolis, 02-03-2012, Helio César Wendt Prefeito Municipal

Alteração da Ata de Registro de Preços

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2/2012
Pregão Eletrônico nº 2/2012
Objeto: reajuste de preço do Óleo Diesel Comum de R\$ 1,86 (um real e oitenta e seis centavos) para R\$ 1,89 (um real e oitenta e nove centavos) o litro
DATA: 15/03/2012
HELIO CESAR WENDT - Prefeito Municipal
EMPRESA: SAFRA DIESEL LTDA - RENI PERIZZOLO - Sócio Administrador

Itapoá

PREFEITURA

Ata DE Sessão Pública PARA APRESENTAÇÃO do PLANO Municipal DE TRANSPORTE Público

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE TRANSPORTE PÚBLICO
Data 26/03/2012 Horário: 10h:00min
Licitação /Modalidade CONVITE
PROCESSO Nº 002/2012
Nº 005/2012

OBJETO:

Contratação de empresa para prestação de serviços para elaboração do Plano Municipal de Transporte Público do Município de Itapoá tem por finalidade o estudo técnico da oferta e demanda dos serviços do transporte público de passageiros urbano e transporte escolar, além de estabelecer diretrizes, planos de ação e de investimentos, a curto, médio e longo prazos, relativos à mobilidade urbana e ao transporte urbano de passageiros, objetivando a promoção da cidadania e inclusão social, o aperfeiçoamento institucional, regulatório e da gestão, conforme anexo I deste edital.

No dia e hora supra mencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Especial de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 1452/2012, exatamente às 10h:00m a fim de analisar o Plano Municipal de Transporte Coletivo de Itapoá apresentado pela empresa Tectrans Tecnologia e Transportes Ltda ME. Após a apresentação a CEL pontuou alguns tópicos do plano com o intuito de concluir esta fase de planejamento para seguimento nos demais ditames legais essenciais à publicação de licitação pública para contratação do serviço de transporte coletivo deste município. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão a mesma foi lida em voz alta e achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JUNIOR
Presidente

ISABELA RAICIK DUTRA POHL
Membro

FERNANDA CRISTINA ROSA
Membro

JOSELENE G. DO NASCIMENTO CUNHA
Membro

JOELMA SARTOR ROSA PAIXÃO
Membro

JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA
Membro

HILDA CRISTINA CARDOSO
Membro

REINILDA FIORESE
Membro

REPRESENTANTES DA TECTRANS TECNOLOGIA E TRANSPORTES LTDA ME:

ERALDO LUIZ CONSTANSKI
CNPJ/MF: 874.766.819-91

Resumo da Ata de Sessão Pública do Pregão Edital / Processo:0005-2012 / 16/2012

- RESUMO DA ATA DE SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO -

Ata de sessão de licitação pública, na modalidade de pregão eletrônico, a que se refere o Edital 0005-2012 do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA.

NOME DO PROMOTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA
EDITAL / PROCESSO: 0005-2012 / 16/2012
DATA DE REALIZAÇÃO: 15 de março de 2012 às 09:00
RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: Iniciado em 05/03/2012 09:00 e finalizado em 15/03/2012
LOCAL: www.bll.org.br

PREGOEIRO RESPONSÁVEL: FERNANDA CRISTINA ROSA
OBJETO:Aquisição de material de limpeza

Aos 15 dias do mês de março de 2012, no endereço eletrônico www.bll.org.br, nos termos da convocação de aviso de licitação, reuniram-se o pregoeiro (a) FERNANDA CRISTINA ROSA do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA para proceder a sessão pública de pregão eletrônico, conforme especificações e quantidades definidas no instrumento convocatório.

As propostas cadastradas, as análises de aceitabilidade e os lances mínimos obtidos na etapa de lances foram registrados via sistema eletrônico, conforme consta no edital. Ao final da habilitação dos vencedores os resultados foram os seguintes:

Empresa	CNPJ	Valor Total
ATALANTA PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA	04.785.103/0001-65	R\$ 10.782,62
COMERCIAL MULTVILLE LTDA-ME	06.220.022/0001-43	R\$ 24.634,40
LENINE TONIOLO	82.435.900/0001-26	R\$ 8.580,00
MULTISUL COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA	12.811.487/0001-71	R\$ 22.251,72
	Valor Total	R\$ 66.248,74

A ata de julgamento encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Finanças/Departamento de Licitações e Contratos e no site www.itapoa.sc.gov.br.

FERNANDA CRISTINA ROSA
Pregoeira Oficial

ISABELA RAICIK DUTRA POHL
Membro

Joaçaba

PREFEITURA

Portaria N.º 4.769

PORTARIA Nº 4.769 DE 20 DE MARÇO DE 2012
"ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA do(a) Servidor(a) Sr.(a) ZULEICA DE DEUS E SILVA BROETTO, Professor ACT-CM, lotado(a)

na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT e Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a partir de 20 de março de 2012.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 20 de março de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.770

PORTARIA Nº 4.770 DE 20 DE MARÇO DE 2012
"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR a Sra. MIRIAN DOLZAN para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato n.º 18/2012/FMCE de 03 de março de 2012 proveniente do Processo Licitatório n.º 03/2012/FMCE - Processo de Inexigibilidade de Licitação n.º 01/2012/FMCE de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 03 de fevereiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 20 de março de 2012.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.771

PORTARIA Nº 4.771 DE 20 DE MARÇO DE 2012
"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR a Sra. LUCELIA APARECIDA MERLO para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato n.º 20/2012/FMCE de 17 de março de 2012 proveniente do Processo Licitatório n.º 02/2012/FMCE - Pregão Presencial n.º 02/2012/FMCE de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 17 de fevereiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 20 de março de 2012.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.772

PORTARIA Nº 4.772 DE 21 DE MARÇO DE 2012
"SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. Substitui servidor indicado, para compor a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar referente a apuração dos fatos apontados a respeito da Servidora CARMEN JESUSA SA-AVEDRA TERAN, conforme documentos anexos ao processo, nos termos do Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Membro: Nelia Maria Fin
Substituto: Fabio Augusto Conte

Art. 2º - Ficando a presidência a cargo do Sr. Fabio Augusto Conte.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos após sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 21 de março de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.773

PORTARIA Nº 4.773 DE 21 DE MARÇO DE 2012
"SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. Substitui servidor indicado, para compor a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar referente a apuração dos fatos apontados a respeito da Servidora ROBSON VEIGA, conforme memorando 26/2012 da Secretaria de Educação e relatórios da Escola NUPERAJO, nos termos do Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Membro: Lurdes Correia de Avila
Substituto: Leda Ester Kochan

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos após sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 21 de março de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.774

PORTARIA Nº 4.774 DE 22 DE MARÇO DE 2012
"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

1º NOMEAR COMISSÃO ESPECIAL para avaliação de imóveis de propriedade da Municipalidade em conformidade com o art. 11, parágrafo 1º, da Lei Ordinária n.º 3.721 de 26 de dezembro de 2007.

2º DESIGNAR os servidores, KENYA XAVIER FERREIRA, JAISON STRAPASSOLA e CASSIO CECCONELO, para conduzirem a Comissão, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 20 de março de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 22 de março de 2012.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.775

PORTARIA Nº 4.775 DE 22 DE MARÇO DE 2012
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

CONCEDER a(o) Servidor(a) VITORINO ANTONIO NICHELE, Motorista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido encaminhado através do processo n.º 123.861 de 06 de março de 2012, referente ao período de 01 de janeiro de 2007 a 31 de janeiro de 2007 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 06 de março de 2012 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 06 de março de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 22 de março de 2012.
RAFEL LASKE

Portaria N.º 4.776

PORTARIA Nº 4.776 DE 23 DE MARÇO DE 2012
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) JORGE ANDRE ROBAERT, Técnico de Enfermagem - SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e nº 119 de 26 de maio de 2006 e por ter sido classificado em teste simplificado edital n.º 004/2010/SMS, até a data de 20 de fevereiro de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 20 de fevereiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 23 de março de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.777

PORTARIA Nº 4.777 DE 23 DE MARÇO DE 2012
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) MARIA DE FATIMA MARTINAZZO, Técnico de

Enfermagem - SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e n.º 119 de 26 de maio de 2006 e por ter sido classificado em teste simplificado edital n.º 004/2010/SMS, até a data de 20 de fevereiro de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 20 de fevereiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 23 de março de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.778

PORTARIA Nº 4.778 DE 23 DE MARÇO DE 2012

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) JACIR CARLOS NEGRI, Técnico de Enfermagem - SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e n.º 119 de 26 de maio de 2006 e por ter sido classificado em teste simplificado edital n.º 004/2010/SMS, até a data de 28 de fevereiro de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 28 de fevereiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 23 de março de 2012
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.779

PORTARIA Nº 4.779 DE 26 DE MARÇO DE 2012

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

CONCEDER a(o) Servidor(a) SONIA MARLENE BROLLO, Psicóloga, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido encaminhado através de memorando da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de janeiro de 2009 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 26 de março de 2012 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 26 de março de 2012.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.780

PORTARIA Nº 4.780 DE 26 DE MARÇO DE 2012

"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR o Sr. LUCIANO DE MATTOS para acompanhar e fiscalizar a execução dos contrato n.º 273 a 285/2012/FMS de 22 de março de 2012 proveniente do Processo Licitatório n.º 09/2012/FMS - Pregão Presencial n.º 04/2012/FMS de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 22 de março de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 26 de março de 2012.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 4.781

PORTARIA Nº 4.781 DE 26 DE MARÇO DE 2012

"DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR o Sr. DENIR ZULIAN para acompanhar e fiscalizar a execução do Processo Licitatório n.º 11/2012/PMJ - Concorrência n.º 01/2012/PMJ de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 16 de março de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 26 de março de 2012.
RAFAEL LASKE

Extrato Homologação PL 09 PP 04/2012 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 09/2012/FMS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 09/2012/FMS, nos seguintes termos:

- Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL NR. 04/2012/FMS

Objeto a aquisição, de forma parcelada, de medicamentos destinados à manutenção da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2012.

- Empresas Vencedoras:

ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA

VALOR R\$ 18.634,61

ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

VALOR R\$ 3.303,75

ANGEOMED PROD. MED. HOSP. LTDA

VALOR R\$ 10.063,91

CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA

VALOR R\$ 11.489,00

CRISTALIA PROD QUIMICOS FARM. LTDA

VALOR R\$ 21.798,10
 DIMACI/MG MAT. CIRURGICO LTDA
 VALOR R\$ 40.857,25
 DIMASTER COM DE PROD HOSP LTDA
 VALOR R\$ 13.734,72
 DIMERIOS MAT. CIRURGICOS LTDA
 VALOR R\$ 14.156,00
 LICIMED - DISTRIB.HOSPITALARES LTDA
 VALOR R\$ 8.700,20
 MAURO MARCIANO COM DE MEDIC. LTDA
 VALOR R\$ 15.130,20
 S&R DISTRIBUIDORA LTDA
 VALOR R\$ 26.754,96
 WERBRAN DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA
 VALOR R\$ 47.575,84
 WINCORP FARM. COM. LTDA
 VALOR R\$ 1.428,84
 2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 21 de março de 2012.
 RAFAEL LASKE
 Prefeito

Extrato Contrato 273/2012 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 273/2012/FMS
 PL 09/2012 FMS - PP 04/2012 FMS.
 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.
 CONTRATADA: MAURO MARCIANO COM DE MEDIC LTDA
 OBJETO: o fornecimento pela CONTRATRADA, de forma parcelada, de medicamentos, destinados à manutenção da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2012.
 DOTAÇÃO:
 2.075 - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA
 16 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
 17 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.067.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
 19 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.167.13 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
 40 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.067.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
 41 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.167.13 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
 2.015 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS
 28 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0065.0 - Aplicações Diretas
 VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 15.130,20
 VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2012.
 DATA DE ASSINATURA: 22/03/2012.

Extrato Contrato 274/2012 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 274/2012/FMS
 PL 09/2012 FMS - PP 04/2012 FMS.
 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.
 CONTRATADA: ANDROMEDA DIST DE MEDIC LTDA
 OBJETO: o fornecimento pela CONTRATRADA, de forma parcelada, de medicamentos, destinados à manutenção da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2012.
 DOTAÇÃO:
 2.075 - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA
 16 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
 17 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.067.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

19 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.167.13 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
 40 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.067.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
 41 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.167.13 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
 2.015 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS
 28 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0065.0 - Aplicações Diretas
 VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 3.303,75
 VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2012.
 DATA DE ASSINATURA: 22/03/2012.

Extrato Contrato 275/2012 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 275/2012/FMS
 PL 09/2012 FMS - PP 04/2012 FMS.
 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.
 CONTRATADA: DIMASTER COM DE PROD HOSP LTDA
 OBJETO: o fornecimento pela CONTRATRADA, de forma parcelada, de medicamentos, destinados à manutenção da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2012.
 DOTAÇÃO:
 2.075 - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA
 16 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
 17 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.067.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
 19 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.167.13 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
 40 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.067.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
 41 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.167.13 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
 2.015 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS
 28 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0065.0 - Aplicações Diretas
 VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 13.734,72
 VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2012.
 DATA DE ASSINATURA: 22/03/2012.
 EXTRATO DO CONTRATO Nº 275/2012/FMS
 PL 09/2012 FMS - PP 04/2012 FMS.
 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.
 CONTRATADA: DIMASTER COM DE PROD HOSP LTDA
 OBJETO: o fornecimento pela CONTRATRADA, de forma parcelada, de medicamentos, destinados à manutenção da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2012.
 DOTAÇÃO:
 2.075 - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA
 16 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
 17 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.067.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
 19 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.167.13 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
 40 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.067.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
 41 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.167.13 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
 2.015 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS
 28 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0065.0 - Aplicações Diretas
 VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 13.734,72
 VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2012.
 DATA DE ASSINATURA: 22/03/2012.

Extrato Contrato 276/2012 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 276/2012/FMS

PL 09/2012 FMS - PP 04/2012 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: WINCORP FARM. COM. LTDA

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATRADA, de forma parcelada, de medicamentos, destinados à manutenção da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2012.

DOTAÇÃO:

2.075 - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA

16 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

17 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.067.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

19 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.167.13 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

40 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.067.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

41 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.167.13 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

2.015 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS

28 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0065.0 - Aplicações Diretas

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 1.428,84

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2012.

DATA DE ASSINATURA: 22/03/2012.

Extrato Contrato 277/2012 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 277/2012/FMS

PL 09/2012 FMS - PP 04/2012 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: LICIMED DIST HOSPITALARES LTDA

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATRADA, de forma parcelada, de medicamentos, destinados à manutenção da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2012.

DOTAÇÃO:

2.075 - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA

16 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

17 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.067.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

19 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.167.13 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

40 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.067.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

41 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.167.13 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

2.015 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS

28 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0065.0 - Aplicações Diretas

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 8.700,20

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2012.

DATA DE ASSINATURA: 22/03/2012.

Extrato Contrato 278/2012 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 278/2012/FMS

PL 09/2012 FMS - PP 04/2012 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: CIRURGICA SANTA CRUZ COM DE PROD HOSP LTDA

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATRADA, de forma parcelada, de medicamentos, destinados à manutenção da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2012.

DOTAÇÃO:

2.075 - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA

16 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

17 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.067.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

19 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.167.13 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

40 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.067.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

41 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.167.13 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

2.015 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS

28 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0065.0 - Aplicações Diretas

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 11.489,00

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2012.

DATA DE ASSINATURA: 22/03/2012.

Extrato Contrato 279/2012

EXTRATO DO CONTRATO Nº 279/2012/FMS

PL 09/2012 FMS - PP 04/2012 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: ALTERMED MAT MED HOSP LTDA

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATRADA, de forma parcelada, de medicamentos, destinados à manutenção da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2012.

DOTAÇÃO:

2.075 - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA

16 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

17 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.067.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

19 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.167.13 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

40 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.067.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

41 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.167.13 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

2.015 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS

28 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0065.0 - Aplicações Diretas

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 18.634,61

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2012.

DATA DE ASSINATURA: 22/03/2012.

Extrato Contrato 280/2012 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 280/2012/FMS

PL 09/2012 FMS - PP 04/2012 FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: ANGEOMED PROD MED HOSP LTDA

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATRADA, de forma parcelada, de medicamentos, destinados à manutenção da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2012.

DOTAÇÃO:

2.075 - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA

16 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

17 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.067.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

19 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.167.13 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

40 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.067.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

41 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.167.13 - OUTRAS DESPESAS

CORRENTES - Aplicações Diretas
2.015 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS
28 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0065.0 - Aplicações Diretas
VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 10.063,91
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2012.
DATA DE ASSINATURA: 22/03/2012.

Extrato Contrato 281/2012

EXTRATO DO CONTRATO Nº 281/2012/FMS
PL 09/2012 FMS - PP 04/2012 FMS.
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.
CONTRATADA: DIMACI/MG MAT CIRURGICO LTDA
OBJETO: o fornecimento pela CONTRATRADA, de forma parcelada, de medicamentos, destinados à manutenção da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2012.
DOTAÇÃO:
2.075 - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA
16 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
17 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.067.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
19 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.167.13 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
40 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.067.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
41 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.167.13 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
2.015 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS
28 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0065.0 - Aplicações Diretas
VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 40.857,25
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2012.
DATA DE ASSINATURA: 22/03/2012.

Extrato Contrato 282/2012 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 282/2012/FMS
PL 09/2012 FMS - PP 04/2012 FMS.
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.
CONTRATADA: S&R DISTRIBUIDORA LTDA
OBJETO: o fornecimento pela CONTRATRADA, de forma parcelada, de medicamentos, destinados à manutenção da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2012.
DOTAÇÃO:
2.075 - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA
16 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
17 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.067.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
19 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.167.13 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
40 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.067.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
41 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.167.13 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
2.015 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS
28 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0065.0 - Aplicações Diretas
VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 26.754,96
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2012.
DATA DE ASSINATURA: 22/03/2012.

Extrato Contrato 283/2012

EXTRATO DO CONTRATO Nº 283/2012/FMS
PL 09/2012 FMS - PP 04/2012 FMS.
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.
CONTRATADA: WERBRAN DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA
OBJETO: o fornecimento pela CONTRATRADA, de forma parcelada, de medicamentos, destinados à manutenção da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2012.
DOTAÇÃO:
2.075 - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA
16 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
17 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.067.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
19 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.167.13 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
40 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.067.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
41 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.167.13 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
2.015 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS
28 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0065.0 - Aplicações Diretas
VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 47.575,84
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2012.
DATA DE ASSINATURA: 22/03/2012.

Extrato Contrato 284/2012 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 284/2012/FMS
PL 09/2012 FMS - PP 04/2012 FMS.
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.
CONTRATADA: CRISTALIA PROD QUIM FARM LTDA
OBJETO: o fornecimento pela CONTRATRADA, de forma parcelada, de medicamentos, destinados à manutenção da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2012.
DOTAÇÃO:
2.075 - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA
16 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
17 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.067.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
19 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.167.13 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
40 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.067.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
41 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.167.13 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
2.015 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS
28 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0065.0 - Aplicações Diretas
VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 21.798,10
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2012.
DATA DE ASSINATURA: 22/03/2012.

Extrato Contrato 285/2012 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 285/2012/FMS
PL 09/2012 FMS - PP 04/2012 FMS.
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.
CONTRATADA: DIMERIOS MAT CIRURGICOS LTDA
OBJETO: o fornecimento pela CONTRATRADA, de forma parcelada, de medicamentos, destinados à manutenção da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2012.
DOTAÇÃO:

2.075 - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA
 16 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.002.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
 17 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.067.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
 19 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.167.13 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
 40 - 3.3.90.00.00.00.00.0.3.067.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
 41 - 3.3.90.00.00.00.00.0.3.167.13 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas
 2.015 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS
 28 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0065.0 - Aplicações Diretas
 VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 14.156,00
 VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2012.
 DATA DE ASSINATURA: 22/03/2012.

Errata concurso 01/2011

Estado de Santa Catarina
 PREFEITURA DE JOAÇABA
 ERRATA N.º 02 DO
 CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2011.

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 378, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, RETIFICA o Resultado Final do Concurso Público Nº 01, de 04 de novembro de 2011, nos seguintes termos:

1 – Na homologação do cargo de Auxiliar de Serviços Externos, onde se lê:

Miguel Salvatori	9,33	1º
Claudiomar Mariano	7,33	2º

Leia-se:

Miguel Salvatori	9,33	1º
Claudiomar Mariano	7,33	2º
Nelson Buttcher	6,00	3º

Publique-se.

Joaçaba, 26 de março de 2012.
 RAFAEL LASKE
 Prefeito

IMPRES

Publicação Portaria 94/2012 - IMPRES

PORTARIA 094/2012 DE 23 DE MARÇO DE 2012.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 79, da Lei Complementar nº 099/2005, de 24 de junho de 2005, e suas alterações, e tendo em vista o que consta do processo nº 096, de 12 de março de 2012, resolve:

Art. 1º. Conceder aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, a LOURENÇO ALVES DREHER, inscrito no CPF sob o nº 065.731.939-20, portador do RG nº 11/R 1.304.948, inscrito no PASEP sob o nº 102.27711.94-4, ocupante

do cargo de Pedreiro, lotada na Secretaria de Infraestrutura, do quadro efetivo da Prefeitura de Joaçaba, matrícula funcional nº 8.260, nos termos do art. 22, da Lei Complementar nº 99/2005 c/c art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Art. 2º. Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) da última remuneração do servidor.

Parágrafo único. Os proventos serão reajustados nos termos do art. 53 da Lei Complementar nº 99/2005.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de abril de 2012.

Joaçaba-SC, 23 de março de 2012.
 ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
 Diretora Presidente

SIMAE**Homologação Convite JHL 0001/2012 - SIMAE**

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	CONVITE Nr.: 1/2012 - CV Processo Administrativo: 13/2012 Processo de Licitação: 13/2012 Data do Processo: 17/02/2012
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Diretora Presidente, Elisabet Maria Zanela Sartori, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 13/2012
b) Licitação Nr.: 1/2012-CV
c) Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 27/03/2012
e) Data da Adjudicação: 27/03/2012 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA A MANUTENÇÃO DOS FLOCULADORES 01 E 02 DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE AGUA DO SIMAE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>(em Reais R\$)</u> <u>Total dos Itens</u>
- 007004 - INDUCAL IND E COM CONS.PEÇAS CAMAROTTO	9	0,0000	26.000,00
	9		26.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (13) Saldo: 45.355,44

Joaçaba, 27 de Março de 2012.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Resumo Contrato JHL 0027/2012 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0027/2012
TERMO DE SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0109/2011
TOMADA DE PREÇOS JHL 0009/2011
LICITAÇÃO 0063/2011
PROTOCOLO Nº 3013/2011
Data: 26/03/2012
Objeto: RESTABELECIMENTO DA FORMA INICIAL DE PAGAMENTO CONFORME ARTIGO 65, II, "d", da Lei 8666/93 E PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO CONFORME ARTIGO 57, §1º, inciso II e III da Lei 8666/93.
Contratado: IDEAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE FIBRA DE VIDRO LTDA ME
PROGRAMA: 14.01.1.052
ELEMENTO: 4.4.90.51.07
Prazo de vigência: 08/04/2012 a 09/10/2012.
Elisabet Maria Zanela Sartori - Diretora Presidente do SIMAE.

Resumo Contrato JHL 0026/2012 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0026/2012
PREGÃO PRESENCIAL 0013/2012
LICITAÇÃO 0017/2012
PROTOCOLO Nº 0571/2012
Data: 23/03/2012
Objeto: AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS MOTOR BOMBA PARA AS EAT'S 004, 008, 009, 017, 020 E 023, TODAS DE PROPRIEDADE DO SIMAE.
Contratado: KSB BOMBAS HIDRÁULICAS LTDA
Valor Total do Contrato: R\$227.180,00 (Duzentos e vinte e sete mil cento e oitenta reais)
PROGRAMA: 14.01.1.051
ELEMENTO: 4.4.90.51.99
Prazo de vigência: 23/03/2012 a 25/05/2012
Elisabet Maria Zanela Sartori - Diretora Presidente do SIMAE.

Lages

PREFEITURA

PE 07 e 08-2012 SMS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE LAGES, torna público o lançamento dos Editais:

- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2012 - SMS

OBJETO: Aquisição de Veículo para a Secretaria Municipal da Saúde.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 17/04/2012 às 13:30 h.

TIPO: Menor Preço Por Item

- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2012 - SMS

OBJETO: Aquisição de Monitor Multiparamétrico para o Pronto Atendimento Municipal.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 18/04/2012 às 13:30 h.

TIPO: Menor Preço Por Item

LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS SESSÕES PÚBLICAS: www.caixa.gov.br

Os interessados poderão obter a íntegra do Edital pelo site: www.lages.sc.gov.br

INFORMAÇÕES: No Setor de Licitações à Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, nesta cidade, pelo telefone (49) 3221-1169, pelo fax (49) 3221-1043 ou pelo e-mail pregaoeletronico@lages.sc.gov.br

Lages, 27 de março de 2012.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário de Administração

PP 10,11 e 12-2012 SMS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 10-2012 SMS

Objeto: Aquisição Fraldas Descartáveis

Abertura: 17/04/2012 às 16:30

Modalidade: PP 11-2012 SMS

Objeto: Fornecimento de Academias da Terceira Idade

Abertura: 18/04/2012 às 15:30

Modalidade: PP 12-2012 SMS

Objeto: Aquisição de Móveis, Equipamentos e Insumos de Informática

Abertura: 23/04/2012 às 14:00

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 cada, ou pelo site: www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 26 de março de 2012.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário de Administração

TP 12-2012 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: TP 12-2012 PML

OBJETO: Contratação de Empresa de Engenharia para Fornecimento de um Elevador para a Secretaria de Planejamento e Coordenação, devidamente colocado e, por via de consequência, a Elaboração do Projeto de Execução e a Construção do Fosso.

ABERTURA: 24/04/2012 às 13:30

A retirada do Edital obter-se-á somente no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 27 de março de 2012.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário de Administração

Convenio 101/2012 - PML

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.B JARDELINA FURTADO PEREIRA.
TERMO N.º 101/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.B. JARDELINA FURTADO PEREIRA, inscrito no CNPJ sob n.º 01.155.825/0001-48, representado neste ato pelo seu presidente que assina ao final, tem justo e acertado o presente termo mediante às cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxílio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA EMEB JARDELINA FURTADO PEREIRA, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 13.01.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), pagos em parcelas mensais.

4.1- O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:



Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo, rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo o qual foi digitado em 2 (duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages, SC 13 de Janeiro de 2012
RENATO NUNES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CPP. DA EMEB JARDELINA FURTADO PEREIRA
Presidente da Entidade

Procuradoria Geral do Município

SIRLEI DA SILVA RODRIGUES
Secretária Municipal da Educação

Convenio 102/2012 - PML

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.B JUSCELINO K. DE OLIVEIRA.
TERMO N.º 102/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.B JUSCELINO K. DE OLIVEIRA, inscrito no CNPJ sob n.º 78.490.331/0001-44, representado neste ato pelo seu presidente que assina ao final, tem justo e acertado o presente termo mediante às cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxílio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA EMEB JUSCELINO K. DE OLIVEIRA, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 13.01.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de até R\$ 34.300,00 (trinta e quatro mil e trezentos reais), pagos em parcelas mensais.

4.1- O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo, rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo o qual foi digitado em 2(duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages, SC 13 de Janeiro de 2012
RENATO NUNES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CPP. DA EMEB JUSCELINO K. DE OLIVEIRA
Presidente da Entidade

Procuradoria Geral do Município

SIRLEI DA SILVA RODRIGUES
Secretária Municipal da Educação

Convenio 103/2012 - PML

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.B LUPÉRCIO DE OLIVEIRA KOECHE.
TERMO N.º 103/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.B. LUPÉRCIO DE OLIVEIRA KOECHE, inscrito no CNPJ sob n.º 78.491.008/0001-95, representado neste ato pelo seu presidente que assina ao final, tem justo e acertado o presente termo mediante às cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxílio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.B. LUPÉRCIO DE OLIVEIRA KOECHE, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 13.01.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de até R\$ 55.200,00 (cinquenta e

cinco mil e duzentos reais), pagos em parcelas mensais.

4.1- O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo, rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo o qual foi digitado em 2(duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages, SC 13 de Janeiro de 2012

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CPP. DA E.M.E.B. LUPÉRCIO DE OLIVEIRA KOECHE

Presidente da Entidade

Procuradoria Geral do Município

SIRLEI DA SILVA RODRIGUES

Secretária Municipal da Educação

Convenio 104/2012 - PML

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.B MUTIRÃO.

TERMO N.º 104/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.B MUTIRÃO, inscrito no CNPJ sob nº 78.490.463/0001-76, representado neste ato pelo seu presidente que assina ao final, tem justo e acertado o presente termo mediante às cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxílio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA EMEB MUTIRÃO, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril

de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 13.01.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de até R\$ 70.700,00 (setenta mil e setecentos reais), pagos em parcelas mensais.

4.1- O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo, rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo o qual foi digitado em 2(duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages, SC 13 de Janeiro de 2012

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CPP. DA EMEB MUTIRÃO

Presidente da Entidade

Procuradoria Geral do Município

SIRLEI DA SILVA RODRIGUES

Secretária Municipal da Educação

Convenio 105/2012 - PML

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.B. NICANOR RODRIGUES GOULART.

TERMO N.º 105/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.B NICANOR RODRIGUES GOULART, inscrito no CNPJ sob n.º 78.489.754/0001-44, representado neste ato pelo seu presidente que assina ao final, tem justo e acertado o presente termo mediante às cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:



O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxílio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA EMEB NICANOR RODRIGUES GOULART, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 13.01.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de até R\$ 25.100,00 (vinte e cinco mil e cem mil reais), pagos em parcelas mensais.

4.1- O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo, rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo o qual foi digitado em 2(duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages, SC 13 de Janeiro de 2012

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CPP. DA EMEB NICANOR RODRIGUES GOULART

Presidente da Entidade

Procuradoria Geral do Município

SIRLEI DA SILVA RODRIGUES

Secretária Municipal da Educação

Convenio 106/2012 - PML

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.B. NOSSA SENHORA DA PENHA. TERMO N.º 106/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90,

representado neste ato Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.B. NOSSA SENHORA DA PENHA, inscrito no CNPJ sob n.º 78.490.836/0001-09, representado neste ato pelo seu presidente que assina ao final, tem justo e acertado o presente termo mediante às cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxílio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.B. NOSSA SENHORA DA PENHA, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 13.01.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de até R\$ 174.000,00 (cento e setenta e quatro mil reais), pagos em parcelas mensais.

4.1- O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo, rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo o qual foi digitado em 2(duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages, SC 13 de Janeiro de 2012

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CPP. DA E.M.E.B. NOSSA SENHORA DA PENHA

Presidente da Entidade

Procuradoria Geral do Município

SIRLEI DA SILVA RODRIGUES

Secretária Municipal da Educação

Convenio 107/2012 - PML

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.B. NS DOS PRAZERES.

TERMO N.º 107/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.B. NS DOS PRAZERES, inscrito no CNPJ sob nº73.837.304/0001-81, representado neste ato pelo seu presidente que assina ao final, tem justo e acertado o presente termo mediante às cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxílio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.B. NS DOS PRAZERES, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 13.01.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de até R\$ 554.000,00 (quinhentos e cinquenta e quatro mil reais), pagos em parcelas mensais.

4.1- O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo, rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo o qual foi digitado em 2(duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages, SC 13 de Janeiro de 2012
RENATO NUNES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CPP. DA E.M.E.B. NS DOS PRAZERES

Presidente da Entidade

Procuradoria Geral do Município

SIRLEI DA SILVA RODRIGUES

Secretária Municipal da Educação

Convenio 108/2012 - PML

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.B. ONDINA NEVES BLEYER.

TERMO N.º 108/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato Prefeito o Sr. RENATO NUNES DE OLIVEIRA, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.B. ONDINA NEVES BLEYER, inscrito no CNPJ sob n.º 02.958.020/0001-03, representado neste ato pelo seu presidente que assina ao final, tem justo e acertado o presente termo mediante às cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxílio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA EMEB ONDINA NEVES BLEYER, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 13.01.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de até R\$ 31.700,00 (trinta e um mil e setecentos) pagos em parcelas mensais.

4.1- O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo, rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo

o qual foi digitado em 2(duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages , SC 13 de Janeiro de 2012.
RENATO NUNES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CPP. DA EMEB ONDINA NEVES BLEYER
Presidente da Entidade

Procuradoria Geral do Município

SIRLEI DA SILVA RODRIGUES
Secretária Municipal da Educação

Convenio 109/2012 - PML

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.B. OSCAR SCHWEITZER.
TERMO N.º 109/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato Prefeito o Sr. RENATO NUNES DE OLIVEIRA, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.B. OSCAR SCHWEITZER, inscrito no CNPJ sob nº 78.490.851/0001-57, representado neste ato pelo seu presidente que assina ao final, tem justo e acertado o presente termo mediante às cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxílio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA EMEB OSCAR SCHWEITZER, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 13.01.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de até R\$ 27.700,00 (vinte e sete mil e setecentos reais), pagos em parcelas mensais.

4.1- O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo , rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo o qual foi digitado em 2(duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages , SC 13 de Janeiro de 2012
RENATO NUNES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CPP. DA EMEB OSCAR SCHWEISTZER
Presidente da Entidade

Procuradoria Geral do Município

SIRLEI DA SILVA RODRIGUES
Secretária Municipal da Educação

Convenio 110/2012 - PML

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.B. PROFESSOR OSNI DE MEDEIROS RÉGIS.
TERMO N.º 110/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira , e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.B. PROFESSOR OSNI DE MEDEIROS RÉGIS, inscrito no CNPJ sob nº78.499.761/0001-27, representado neste ato pelo seu presidente que assina ao final, tem justo e acertado o presente termo mediante às cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxílio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA EMEB PROFESSOR OSNI DE MEDEIROS RÉGIS, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 13.01.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de até R\$ 12.300,00 (doze mil e trezentos reais), pagos em parcelas mensais.

4.1- O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial,

sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo, rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo o qual foi digitado em 2(duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages, SC 13 de Janeiro de 2012

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CPP. DA EMEB PROF. OSNI DE MEDEIROS RÉGIS

Presidente da Entidade

Procuradoria Geral do Município

SIRLEI DA SILVA RODRIGUES

Secretária Municipal da Educação

Convenio 111/2012 - PML

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.B. PROFESSOR PEDRO CÂNDIDO. TERMO N.º 111/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato Prefeito o Sr. RENATO NUNES DE OLIVEIRA, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.B. PROFESSOR PEDRO CÂNDIDO, inscrito no CNPJ sob n.º 78.489.861/0001-72, representado neste ato pelo seu presidente que assina ao final, tem justo e acertado o presente termo mediante às cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxílio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.B. PROFESSOR PEDRO CÂNDIDO, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 13.01.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de até R\$ 55.700,00 (cinquenta e cinco mil e setecentos reais), pagos em parcelas mensais.

4.1- O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo, rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo o qual foi digitado em 2(duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages, SC 13 de Janeiro de 2012

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CPP. DA E.M.E.B. PROFESSOR PEDRO CÂNDIDO

Presidente da Entidade

Procuradoria Geral do Município

SIRLEI DA SILVA RODRIGUES

Secretária Municipal da Educação

Convenio 112/2012 - PML

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.B. SANTA HELENA. TERMO N.º 112/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato Prefeito o Sr. RENATO NUNES DE OLIVEIRA, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.B. SANTA HELENA, inscrito no CNPJ sob n.º 78.490.745/0001-73, representado neste ato pelo seu presidente que assina ao final, tem justo e acertado o presente termo mediante às cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxílio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.B. SANTA HELENA, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 13.01.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.



CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de até R\$ 172.000,00 (cento e setenta e dois mil reais), pagos em parcelas mensais.

4.1- O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo, rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo o qual foi digitado em 2(duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages, SC 13 de Janeiro de 2012

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CPP. DA E.M.E.B. SANTA HELENA

Presidente da Entidade

Procuradoria Geral do Município

SIRLEI DA SILVA RODRIGUES

Secretária Municipal da Educação

Convenio 113/2012 - PML

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.B. SÃO VICENTE.

TERMO N.º 113/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato Prefeito o Sr. RENATO NUNES DE OLIVEIRA, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.B. SÃO VICENTE, inscrito no CNPJ sob nº78.492.840/0001-66, representado neste ato pelo seu presidente que assina ao final, tem justo e acertado o presente termo mediante às cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxílio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA EMEB SÃO VICENTE, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 13.01.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de até R\$ 7.100,00 (sete mil e cem reais) pagos em parcelas mensais.

4.1- O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo, rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo o qual foi digitado em 2(duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages, SC 13 de Janeiro de 2012

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CPP. DA EMEB SÃO VICENTE

Presidente da Entidade

Procuradoria Geral do Município

SIRLEI DA SILVA RODRIGUES

Secretária Municipal da Educação

Convenio 114/2012 - PML

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.B. SAUL DE ATHAÍDE.

TERMO N.º 114/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato Prefeito o Sr. RENATO NUNES DE OLIVEIRA, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.B. SAUL DE ATHAÍDE, inscrito no CNPJ sob nº78.491.834/0001-34, representado neste ato pelo seu presidente que assina ao final, tem justo e acertado o presente termo mediante às cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxílio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA EMEB SAUL DE ATHAÍDE, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 13.01.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de até R\$ 28.700,00 (vinte e oito mil e setecentos reais), pagos em parcelas mensais.

4.1- O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo, rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo o qual foi digitado em 2(duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages, SC 13 de Janeiro de 2012

RENATO NUNES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CPP. DA EMEB SAUL DE ATHAÍDE
Presidente da Entidade

Procuradoria Geral do Município

SIRLEI DA SILVA RODRIGUES
Secretária Municipal da Educação

Convenio 115/2012 - PML

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.B. SUSANA ALBINO FRANÇA.
TERMO N.º 115/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE

LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato Prefeito o Sr. RENATO NUNES DE OLIVEIRA, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.B SUSANA ALBINO FRANÇA, inscrito no CNPJ sob nº78.492.840/0001-06, representado neste ato pelo seu presidente que assina ao final, tem justo e acertado o presente termo mediante às cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxílio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA EMEB SUSANA ALBINO FRANÇA, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 13.01.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de até R\$ 52.700,00 (cinquenta e dois mil e setecentos), pagos em parcelas mensais.

4.1- O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo, rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo o qual foi digitado em 2(duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages, SC 13 de Janeiro de 2012

RENATO NUNES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CPP. DA EMEB SUSANA ALBINO FRANÇA
Presidente da Entidade

Procuradoria Geral do Município

SIRLEI DA SILVA RODRIGUES
Secretária Municipal da Educação

Convenio 116/2012 - PML

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.B. PROFESSOR TRAJANO.
TERMO N.º 116/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato Prefeito o Sr. RENATO NUNES DE OLIVEIRA, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.B PROFESSOR TRAJANO, inscrito no CNPJ sob nº8.490.372/0001-30, representado neste ato pelo seu presidente que assina ao final, tem justo e acertado o presente termo mediante às cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxílio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA EMEB PROFESSOR TRAJANO, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 13.01.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de até R\$ 73.300,00 (setenta e três mil e trezentos reais), pagos em parcelas mensais.

4.1- O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo, rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo o qual foi digitado em 2(duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages, SC 13 de Janeiro de 2012
RENATO NUNES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CPP. DA EMEB PROF. TRAJANO

Presidente da Entidade

Procuradoria Geral do Município

SIRLEI DA SILVA RODRIGUES

Secretária Municipal da Educação

Convenio 117/2012 - PML

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.B. PREFEITO WALDO COSTA.
TERMO N.º 117/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA E.M.E.B PREFEITO WALDO COSTA, inscrito no CNPJ sob nº8.490.422/0001-80, representado neste ato pelo seu presidente que assina ao final, tem justo e acertado o presente termo mediante às cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxílio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DA EMEB PREFEITO WALDO COSTA, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 13.01.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de até R\$190.000,00 (cento e noventa mil reais), pagos em parcelas mensais.

4.1- O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo, rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo

o qual foi digitado em 2(duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages , SC 13 de Janeiro de 2012.
RENATO NUNES DE OLIVEIRA

CPP. DA EMEB PREFEITO WALDO COSTA
Presidente da Entidade

Procuradoria Geral do Município

SIRLEI DA SILVA RODRIGUES
Secretária Municipal da Educação

Convenio 118/2012 - PML

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DO C.E.I.M. ADOTAI.
TERMO N.º 118/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DO C.E.I.M. ADOTAI, inscrito no CNPJ sob nº 12.104.197/0001-98, por seu representante legal, que assina ao final, tem justo e acertado o presente convênio mediante às cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxílio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DO C.E.I.M. ADOTAI, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 13.01.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de até R\$ 4.680,00 (quatro mil e seiscentos e oitenta reais) pagos em parcelas mensais.

4.1- O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo , rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo o qual foi digitado em 2(duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages , SC 13 de janeiro de 2012
RENATO NUNES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CPP. DO C.E.I.M. ADOTAI
Presidente da Entidade

Procuradoria Geral do Município

SIRLEI DA SILVA RODRIGUES
Secretária Municipal da Educação

Convenio 119/2012 - PML

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DO C.E.I.M MAURA DO PILAR.
TERMO N.º 119/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DO C.E.I.M MAURA DO PILAR, inscrito no CNPJ sob n.º 05.833.674/0001-90, representado neste ato pelo seu presidente que assina ao final, tem justo e acertado o presente termo mediante às cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxílio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DO C.E.I.M MAURA DO PILAR, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 13.01.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de até R\$ 3.120,00 (três mil e cento e vinte reais), pagos em parcelas mensais.

4.1- O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo, rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo o qual foi digitado em 2 (duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages, SC 13 de janeiro de 2012

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CPP C.E.I.M MAURA DO PILAR

Presidente da Entidade

Procuradoria Geral do Município

SIRLEI DA SILVA RODRIGUES

Secretária Municipal da Educação

Convenio 120/2012 - PML

TERMO AUXÍLIO FINANCEIRO CONCEDIDO AO CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DO C.E.I.M MARIA JOANA DE ARRUDA.
TERMO N.º 120/2012

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICIPIO DE LAGES, SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato Prefeito o Sr. Renato Nunes de Oliveira, e de outro lado o CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DO C.E.I.M MARIA JOANA DE ARRUDA, inscrito no CNPJ sob n.º 13.451.938/0001-70, representado neste ato pelo seu presidente que assina ao final, tem justo e acertado o presente termo mediante às cláusulas e condições seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente Termo consiste no repasse de auxílio financeiro ao Conselho de Pais e Professores do CONSELHO DE PAIS E PROFESSORES DO C.E.I.M MARIA JOANA DE ARRUDA, para desenvolvimento das atividades educacionais de base, objetivando a integração entre a Escola e a Comunidade, Promoção de Educação base e Amparo ao aluno carente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

Tem fundamento legal na Lei Municipal n.º 1.235 de 12 de abril de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO:

O prazo do presente Termo será pelo período de 13.01.2012 e seu término fixado em 31.12.2012.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR:

O valor do referido Termo será de até R\$ 3.120,00 (três mil e cento e vinte reais), pagos em parcelas mensais.

4.1- O valor do Termo poderá sofrer alterações, mediante comprovação específica da despesa do mês, através de planilha de custos, que deverá ser aprovada pela Secretária Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Recursos do Município, através da conta Manutenção do

Departamento de Ensino, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO:

O presente Termo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou pelo não cumprimento de quaisquer das Obrigações aqui estipuladas, independente de qualquer interpelação judicial ou Extra judicial, sem ônus para as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES:

Fica acordado que o Conselho de Pais e Professores deverá prestar contas, mensalmente, com demonstrativo das despesas e respectivos documentos do valor recebido, em até 20 (vinte) dias após o recebimento do repasse, sob pena de ressarcimento dos valores recebidos e a não liberação das parcelas seguintes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica desde já eleito o FORO DA COMARCA DE LAGES, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Termo, rejeitando-se a qualquer outro órgão por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordes assinam as partes o presente Termo o qual foi digitado em 2 (duas) Vias de igual teor, para que produza seus Devidos e legais efeitos.

Lages, SC 13 de maio de 2012

RENATO NUNES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CPP C.E.I.M MARIA JOANA DE ARRUDA

Presidente da Entidade

Procuradoria Geral do Município

SIRLEI DA SILVA RODRIGUES

Secretária Municipal da Educação

Leoberto Leal

PREFEITURA

Decreto N.º 32/2012

DECRETO Nº 032 DE 27 DE MARÇO DE 2012

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE POR CONTA DO PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADADO"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 8º, Inciso I da Lei nº 858 de 28 de Dezembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Fiscal Vigente, a dotação orçamentária com a seguinte classificação até o respectivo valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	86.000,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	86.000,00
Função	08	Assistência Social	86.000,00
Sub-Função	244	Assistência comunitária	86.000,00

Programa	7	Vivendo Com Amor	86.000,00
Projeto/Atividade	1.021	Construção de Casas Populares	86.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	86.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	86.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicação Direta	86.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0024	Transferência de Convênio - Outros	86.000,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			86.000,00

Art. 2º Os recursos utilizados para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do Provável excesso de Arrecadação na seguinte fonte de recurso:

Fonte	Código	Valor
Transferência de Convênio - Outros	0.1.0024	86.000,00
TOTAL DO SUPERAVIT FINANCEIRO UTILIZADO		86.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 27 de Março de 2012.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Decreto N.º 33/2012

DECRETO Nº 033 DE 27 DE MARÇO DE 2012

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 8º, Inciso I da Lei nº 858 de 28 de Dezembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Fiscal Vigente, a dotação orçamentária com a seguinte classificação até o respectivo valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	19.000,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	19.000,00
Função	08	Assistência Social	19.000,00
Sub-Função	244	Assistência comunitária	19.000,00
Programa	7	Vivendo Com Amor	19.000,00
Projeto/Atividade	1.021	Construção de Casas Populares	19.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	19.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	19.000,00

Modalidade de Aplicação	90	Aplicação Direta	19.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recurso Ordinário	19.000,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			19.000,00

Art. 2º Os recursos utilizados para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do Provável Excesso de Arrecadação na seguinte fonte de recurso:

Fonte	Código	Valor
Recursos Ordinários	0.1.0000	19.000,00
TOTAL DO PROVÁVEL EXCESSO UTILIZADO		19.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 27 de Março de 2012.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Processo Licitatório Nº 013/2012 - Pregão Presencial Nº 010/2012 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2012

Tipo: "Menor Preço" (por item). OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais para pintura e tinta do Centro de Saúde Santa Paulina e Centro Odontológico, pertencente ao Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, em conformidade com as especificações do Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 010/2012. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 10 de abril de 2012. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 26/03/2012.

VITOR NORBERTO ALVES

Secretário Municipal da Saúde.

Processo Licitatório Nº 014/2012 - Pregão Presencial Nº 011/2012 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2012

TIPO: "Menor Preço" (por item). OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais gráficos, carimbos, placa de identificação luminosa e bolsa para gestante, para Unidade Básica de Saúde Santa Paulina e Unidade Básica de Saúde Santa Edwiges no Município de Leoberto Leal, em conformidade com o Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Licitação nº 011/2012. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Decreto Municipal 23/2007, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 09:00 (nove horas), do dia 11 de abril de 2012. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 26/03/2012.

VITOR NORBERTO ALVES
Secretário Municipal da Saúde.

Contrato Nº 029/2012 PMLL

CONTRATO Nº 029/2012-PMLL

Contrato de fornecimento que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Leoberto Leal e a Empresa Editora e Agência de Notícias Destaque LTDA ME.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha, a seguir denominado CONTRATANTE, e a empresa Editora e Agência de Notícias Destaque LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua Travessa Jacó Sens, nº 93, sala 02, Centro, cidade de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.504.538/0001-48, neste ato representado pelo senhor Adilson Turnes, a seguir denominada CONTRATADO, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, ajustam o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 55, I e XI) - Publicação de matérias, impressão e distribuição de 3.600 exemplares de Jornal de Circulação Regional nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental do Município de Leoberto Leal.

CLÁUSULA SEGUNDA - FORMA DE FORNECIMENTO (art. 55, II) - A execução do presente contrato dar-se-á sob a forma de execução e fornecimento mensal, conforme solicitado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL (art. 55, III) - Pelo fornecimento do objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 4.050,00 (quatro mil e cinqüenta reais), sendo divididos em 09 (nove) parcelas iguais no valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinqüenta reais) mensais, conforme entrega do objeto.

CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 55, III) -

PARÁGRAFO ÚNICO - Os pagamentos serão efetuados após a entrega do objeto mensalmente e mediante a apresentação de Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA - RECURSO FINANCEIRO (art. 55, V) - As despesas decorrentes do presente contrato serão efetuada à conta seguinte recurso financeiro:

Dotação do Orçamento Vigente:

04 01 12 361 04 2004 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal da Educação Cultura e Desporto - EF

CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES DE VALOR (art. 55, III) - Não haverá alterações nos valores contratados.

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA (art. 55, IV) - A entrega deverá ser quinzenal, sendo 200 exemplares nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental do Município de Leoberto Leal.

CLÁUSULA OITAVA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES (art. 55, VII)

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento e,
- b) dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular a execução do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- a) Prestar o fornecimento na forma ajustada;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrente da execução do presente contrato;
- c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

CLÁUSULA NONA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLENTO CONTRATUAL (art. 55, VII)

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No caso de não cumprimento do prazo de entrega do objeto constante na Cláusula Sétima, será aplicável à CONTRATADA multa de valor equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor total da qualidade solicitada pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Prefeitura Municipal de Leoberto Leal poderá, garantida a prévia defesa, sendo que em caso de multa esta corresponderá a 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO (art. 55, VIII e IX) - O presente contrato poderá ser rescindido caso o objeto não seja entregue de acordo com o solicitado, ou caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL (art. 55, XII) - O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DURAÇÃO (art. 55, IV e art. 57) - O presente contrato terá duração até 31 de dezembro de 2012, podendo ser renovado nos termos da Lei, por mais 12 (doze) meses, podendo ser alterado os valores conforme o IGPM acumulado no período, desde que haja manifesto interesse pelas partes, antes do término do contrato, nos termos do disposto no artigo 57 e seus incisos e parágrafos da Lei 8.666/93 e normas complementares, através de termos aditivos contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CASOS OMISSOS (art. 55, XII) - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORO (art. 55, § 2º) - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em duas vias iguais, e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 27 de março de 2012.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal
Contratante

Editora E Agência De Notícias
Destaque LTDA ME
ADILSON TURNES
CONTRATADO

Testemunhas:
SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES
JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Edital Pregão 28/2012

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para contratação de empresas para ministrar aulas em oficinas de música, e coral, no dia 11 de abril de 2012, as 08:30 horas com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 27 de março de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

Lei 1039

LEI Nº 1.039 de 27 de março de 2012.

"FIXA ÍNDICE DE REVISÃO DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica concedida, a partir de 1º de março de 2012, incidente sobre os subsídios do mês de fevereiro de 2012, em conformidade com o § 1º do art. 28 da Lei Orgânica do Município, aos Vereadores municipais, revisão dos subsídios correspondente ao percentual de 5,47% (cinco vírgula quarenta e sete por cento) referente ao índice do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor,

apurado no período de 1º de março de 2011 a 29 de fevereiro de 2012, passando a perceber os seguintes valores:

Presidente da Câmara de Vereadores - R\$ 2.288,55 (dois mil, duzentos e oitenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos)

Vereadores - R\$ 1.525,77 (hum mil, quinhentos e vinte e cinco reais e setenta e sete centavos)

Art.2º- A ausência do Vereador ou do Presidente a sessões ordinárias implicará o desconto de R\$ 381,43 (trezentos e oitenta e um reais e quarenta e três centavos) e R\$ 572,14 (quinhentos e setenta e dois reais e quatorze centavos), por sessão, respectivamente.

Art.3º- Fica vedado o pagamento de acréscimos de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou qualquer vantagem remuneratória.

Art.4º- Os encargos provenientes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento da Câmara de Vereadores.

Art.5º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2012.

Luzerna(SC), 27 de março de 2012.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Lei 1040

LEI Nº 1.040 de 27 de março de 2012.

"FIXA ÍNDICE DE REVISÃO GERAL ANUAL E DE REAJUSTE AOS SERVIDORES PÚBLICOS DA CÂMARA DE VEREADORES DE LUZERNA (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art.1º- Ficam concedidos, a partir de 1º de março de 2012, revisão salarial correspondente ao percentual de 5,47% (cinco vírgula quarenta e sete por cento) referente ao índice do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, apurado no período de 1º de março de 2011 a 29 de fevereiro de 2012 e aumento real no percentual de 6,53% (seis vírgula cinquenta e três por cento), incidente sobre os salários e funções do mês de março de 2012, aos servidores da Câmara de Vereadores de Luzerna(SC), ocupantes de cargos e empregos públicos efetivos e em comissão.

Art.2º- As despesas provenientes da execução desta Lei correrão a conta de dotações próprias do Orçamento da Câmara.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2011.

Luzerna(SC), 27 de março de 2012.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Resolução nº 005/11 de 25 de maio de 2011, alterada pela Lei nº 1040 de 27 de março de 2012

"INSTITUI O PLANO DE CARREIRA, EMPREGOS, CARGOS E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DA CÂMARA DE VEREADORES

DO MUNICÍPIO DE LUZERNA”.

Anexo I

TABELA DE VAGAS E VENCIMENTOS DE CARGOS DE PROVIMENTO DE COMISSÃO

DISCRIMINAÇÃO DOS CARGOS	QUANTIDADE DE VAGAS	NÍVEL	VENCIMENTO
ASSESSORIA JURÍDICA			
Assessor Jurídico	01	CC-1	R\$ 1.920,65

Resolução nº 005/11 de 25 de maio de 2011, alterada pela Lei nº 1040 de 27 de março de 2012

“INSTITUI O PLANO DE CARREIRA, EMPREGOS, CARGOS E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA”.

Anexo III

TABELA DE VENCIMENTOS DOS EMPREGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Grupos	Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
I AAG	01	1153,96	1188,58	1223,20	1257,81	1292,43	1327,05	1361,67	1396,29	1430,91	1465,53	1500,15	1534,76	1569,38
II ANS	01	1894,76	1951,61	2008,45	2065,29	2122,13	2178,98	2235,82	2292,66	2349,50	2406,35	2463,19	2520,03	2576,88

Lei 1040

LEI Nº 1.040 de 27 de março de 2012.

“FIXA ÍNDICE DE REVISÃO GERAL ANUAL E DE REAJUSTE AOS SERVIDORES PÚBLICOS DA CÂMARA DE VEREADORES DE LUZERNA (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I:

Art.1º- Ficam concedidos, a partir de 1º de março de 2012, revisão salarial correspondente ao percentual de 5,47% (cinco vírgula quarenta e sete por cento) referente ao índice do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, apurado no período de 1º de março de 2011 a 29 de fevereiro de 2012 e aumento real no percentual de 6,53% (seis vírgula cinquenta e três por cento), incidente sobre os salários e funções do mês de março de 2012, aos servidores da Câmara de Vereadores de Luzerna(SC), ocupantes de cargos e empregos públicos efetivos e em comissão.

Art.2º- As despesas provenientes da execução desta Lei correrão a conta de dotações próprias do Orçamento da Câmara.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2011.

Luzerna(SC), 27 de março de 2012.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Resolução nº 005/11 de 25 de maio de 2011, alterada pela Lei nº 1040 de 27 de março de 2012

“INSTITUI O PLANO DE CARREIRA, EMPREGOS, CARGOS E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA”.

Anexo I

TABELA DE VAGAS E VENCIMENTOS DE CARGOS DE PROVIMENTO DE COMISSÃO

DISCRIMINAÇÃO DOS CARGOS	QUANTIDADE DE VAGAS	NÍVEL	VENCIMENTO
ASSESSORIA JURÍDICA			
Assessor Jurídico	01	CC-1	R\$ 1.920,65

Resolução nº 005/11 de 25 de maio de 2011, alterada pela Lei nº 1040 de 27 de março de 2012

“INSTITUI O PLANO DE CARREIRA, EMPREGOS, CARGOS E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA”.

Anexo III

TABELA DE VENCIMENTOS DOS EMPREGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Grupos	Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
I AAG	01	1153,96	1188,58	1223,20	1257,81	1292,43	1327,05	1361,67	1396,29	1430,91	1465,53	1500,15	1534,76	1569,38
II ANS	01	1894,76	1951,61	2008,45	2065,29	2122,13	2178,98	2235,82	2292,66	2349,50	2406,35	2463,19	2520,03	2576,88

Lei Complementar 107

LEI COMPLEMENTAR Nº 107 de 27 de março de 2012.

"ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 052 de 07 de dezembro de 2006 QUE "DISPÕE SOBRE NORMAS RELATIVAS AO PARCELAMENTO DO SOLO URBANO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art.1º- Acrescenta o §5º ao art. 51 da Lei Complementar nº 052 de 07 de dezembro de 2006 que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.51. O percentual de 35% (trinta e cinco por cento) das áreas destinadas ao Município nos processos de loteamento, a que se refere o artigo 19 desta Lei, no mínimo 12% (doze por cento) da área total dos lotes será destinada à área verde e área institucional distribuídas na seguinte proporção:

§5º. O Conselho de Desenvolvimento Municipal poderá aprovar que sejam destinadas ao Município nos processos de loteamento, a que se refere o artigo 19 desta Lei, percentual inferior de área institucional, prevista no inciso I deste artigo, desde que o loteamento esteja em região que já possua equipamentos comunitários próximos, sendo nesse caso o percentual baixado para 6% (seis por cento) desde que os equipamentos públicos estejam em áreas próximas, distantes no máximo em 1.500 metros do centro do loteamento."

Art.2º - Os demais artigos e disposições vigentes da Lei Complementar nº 052 de 07 de dezembro de 2006, permanecem inalterados.

Art.3º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 27 de março de 2012.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Decreto 1468

DECRETO Nº 1468 de 21 de março de 2012.

"NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art.1º- O CONSELHO MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE LUZERNA(SC) na forma do art.6º da Lei nº 041 de 08/05/1997, alterado pela Lei nº 738 de 16/08/2007, fica assim constituído:

a)Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

Titular: RÉGIS VALTER WEISER

Suplente: DOUGLAS RICARDO TRIQUES

b)Representante da Associação de Desenvolvimento Rural:

Titular: LENIR COSTA BEBER

Suplente: JÚLIO ANTÔNIO MARQUES

c)Representante da Associação dos Avicultores:

Titular: EVERALDO COSTA BEBER

Suplente: EDUARDO LAMB HEINFARTH

d)Representante da Associação das Mulheres Agricultoras:

Titular: ANA NEFF ARENHART

Suplente: NAIR MOTTA

e)Representante da Coperio:

Titular: RODRIGO HORN

Suplente: ELISA CAMELLO

f)Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Titular: ALTAIR FIORIN

Suplente: ARI ALLAN BALLER

g)Representante da EPAGRI:

Titular: JAIME TURRA

Suplente: FERNANDO NAVA

h)Representante das Localidades de:

- Linha Barra do Estreito:

Titular: ALBINO JOSÉ TEDESCO

Suplente: AIRTON ROQUE SCHNEIDER

- Linha Leãozinho/São Bento:

Titular: AMARILDO ROSA PIAIA

Suplente: MARCOS LAMB

- Linha Roça Grande/Passo da Invernada:

Titular: RICARDO DILDEY

Suplente: SILVESTRE SALVADOR

- Linha Grafunda Alta/Baixa:

Titular: ELOI BRUGNARA

Suplente: VITOR SIGNORI

- Linha Alto Rochedo:

Titular: MARILDO BOGONI

Suplente: AURÉLIO MOTERLE

- Vila Kennedy/Linha Dois Irmãos:

Titular: VOLNEY ANTÔNIO VENCATO

Suplente: ERVINO WOLZ

- Linha Nogueira/Germano:

Titular: LUIZ CARLOS GRAEF

Suplente: MAURY FRANCISCO DE BAIROS

- Linha do Salto/Limeira:

Titular: LEOZIR STOFFEL

Suplente: VELÍCIO EDGAR GEHM

Art.2º- As atividades exercidas pelos membros titulares e suplentes do Conselho não serão remuneradas em razão de sua relevância social.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 21 de março de 2012.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº: pml.060.10 - Terceiro Termo Aditivo

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.060.10 - Terceiro Termo Aditivo
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
CONTRATADA: AUTO PEÇAS ZECA ME

OBJETO: com a concordância de ambas as partes, aditar a quantidade de quilometragem do transporte escolar do Contrato pml.060.10 a ser realizada no ano letivo de 2012 da Linha 04 - Vespertino - Luzerna a Linha do Salto/Germano e vice-versa em 189km, passando de 7285 km para 7474 km, alterando conseqüentemente, o valor pago pela Linha, aumentando em R\$ 746,55 (setecentos e quarenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos) o valor total da linha, passando de R\$ 28.775,75 (vinte e oito mil, setecentos e setenta e cinco reais e setenta e cinco centavos) para R\$ 29.522,30 (vinte e nove mil, quinhentos e vinte e dois reais e trinta centavos), passando o valor total a ser pago pela execução dos serviços de R\$ 65.905,75 (sessenta e cinco mil, novecentos e cinco reais e setenta e cinco centavos) para R\$ 66.652,30 (sessenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e trinta centavos), alterando o item 1.1 da Cláusula Primeira e item 2.1 da Cláusula Segunda

Luzerna(SC), 23 de março de 2012.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal
Contratante

SÉRGIO FIORIN
AUTO PECAS ZECA LTDA-ME
Contratada

Extrato de Contrato Nº: pml.061.10 - Terceiro Termo Aditivo

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.061.10 - Terceiro Termo Aditivo
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
CONTRATADA: TRANSPORTES LUZERNA LTDA ME

OBJETO: com a concordância de ambas as partes, aditar a quantidade de quilometragem do transporte escolar do Contrato pml.061.10 a ser realizada no ano letivo de 2012 das Linhas 06 - Matutino - Luzerna a Linha São Bento e vice-versa em 185km, passando de 5875km para 6060 km, alterando conseqüentemente, o valor pago pela Linha, aumentando em R\$ 590,15 (quinhentos e noventa reais e quinze centavos) o valor total da linha, passando de R\$ 18.741,25 (dezoito mil, setecentos e quarenta e um reais e vinte e cinco centavos) para R\$ 19.331,40 (dezenove mil, trezentos e trinta e um reais e quarenta centavos); Linha 07 - Vespertino - Luzerna a Linha São Bento e vice-versa em 148km, passando de 4700km para 4848km, alterando conseqüentemente, o valor pago pela Linha, aumentando em R\$ 472,12 (quatrocentos e setenta e dois reais e doze centavos) o valor total da linha, passando de R\$ 14.993,00 (catorze mil, novecentos e noventa e três reais) para R\$ 15.465,12 (quinze mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e doze centavos); Linha 10 - Matutino - Luzerna a Linha Turra - Passo da Invernada e vice-versa em 139km, passando de 13.395km para 13.534km, alterando conseqüentemente, o valor pago pela Linha, aumentando em R\$ 411,44 (quatrocentos e onze reais e quarenta e quatro centavos) o valor total da linha, passando de R\$ 39.649,20 (trinta e nove mil, seiscentos e quarenta e nove reais e vinte centavos) para R\$ 40.060,64 (quarenta mil e sessenta reais e sessenta e quatro centavos); passando o valor total a ser pago pela execução dos serviços de R\$ 100.643,45 (cem mil, seiscentos e quarenta e três reais e quarenta e cinco centavos) para R\$ 102.117,16 (cento e dois mil, cento e dezessete reais e dezesseis centavos), alterando o item 1.1 da Cláusula Primeira e item 2.1 da Cláusula Segunda

Luzerna(SC), 23 de março de 2012.

NORIVAL FIORIN
Prefeito Municipal
Contratante

AUGUSTINHO DE SÁ
TRANSPORTES LUZERNA LTDA - ME
Contratada

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução 003/12

RESOLUÇÃO Nº 003/12 de 28 de março de 2012

"ALTERA O VALOR DO 'AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO' AOS SERVIDORES PÚBLICOS DA CÂMARA DE VEREADORES DE LUZERNA (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIANO SCHNEIDER, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Luzerna/SC, dentro de suas atribuições, atendidas as disposições descritas no Artigo 160, inciso VII, do Regimento Interno da Câmara e no art. 17, inciso III, da Lei Orgânica do Município, em consonância com a Resolução da Câmara de Vereadores nº 004/2011, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e EU promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO:

Art.1º- Fica alterado para R\$ 158,00 (cento e cinquenta e oito reais), o valor do AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO, instituído pela Resolução nº 004/11 de 09 de maio de 2011, pago em dinheiro, incluído em folha de pagamento e proporcional a carga horária de 10, 20, 30 ou 40 horas semanais do servidor, não se incorporando aos salários, nem sujeito a qualquer incidência de caráter tributário ou previdenciário, podendo ser suspenso, por Resolução, quando verificada a impossibilidade de sua manutenção.

Art.2º- As despesas provenientes da execução desta Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no Orçamento da Câmara.

Art.3º- Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2011.

Luzerna/SC, 28 de março de 2012.

JULIANO SCHNEIDER
Presidente da Câmara de Vereadores

Macieira

PREFEITURA

Publicação Resumida

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Prefeitura Municipal de Macieira. Processo Licitatório nº 0010/2012. Pregão Presencial nº 0005/2012. Contrato Administrativo nº 0022/2012. Objeto: Aquisição de lubrificantes, graxas e detergentes para manutenção da frota de veículos e máquinas conforme especificações do anexo I do Edital, para o exercício de 2012. Contratada: AUTO POSTO GIUL LTDA. Prazo: 31/12/2012. Valor total do Contrato: R\$ 43.367,00.
Macieira, 23 de março de 2012.

IANA SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

Publicação resumida

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Prefeitura Municipal de Macieira. Contrato Administrativo nº 0023/2012. Objeto: Prestação de serviços de horas máquinas de retroescavadeira de acordo com o estabelecido no contrato de Programa. Contratada: CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO. Valor de despesas: R\$ 14.938,00. Valor da hora trabalhada: R\$ 77,00. Prazo: 10/06/2012.

Macieira, 23 de março de 2012.
JORGE CERRY
Prefeito Municipal em exercício

Publicação resumida

PUBLICAÇÃO RESUMIDA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Prefeitura Municipal de Macieira. Contrato Administrativo nº 0023/2012. Objeto: Cessão por prazo determinado de uma máquina de costura industrial, nº LH 8700, marca ALPHA SEWING MACHINE, pertencente à Prefeitura Municipal de Macieira, lotada no patrimônio nº 1657, a ser utilizada no Projeto Escola Aberta do município de Macieira - SC. Cessionária: PROJETO ESCOLA ABERTA. Prazo: 15/12/2012.

Macieira, 26 de março de 2012.
JORGE CERRY
Prefeito Municipal em exercício

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Decreto Nº 010/2012

DECRETO nº 010/2012, de 02 de Fevereiro de 2012.
AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, DO EXERCÍCIO DE 2.012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O senhor BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, IX, da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei 1488, de 06 de Dezembro de 2011;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 292.500,00 (duzentos e noventa e dois mil e quinhentos reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 07: Secretaria de Obras, Planejamento e Desenvolvimento Econômico

07.01 Secretaria de Obras, Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Modalidade de Aplicação: 07.01.26.782.0010.1.015-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Valor Crédito: R\$ 292.500,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do contrato de

repassa n. 0365272-00/2011/mapa/caixa:

Valor Crédito: R\$ 292.500,00.

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 1.335/2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2012 - Lei Municipal nº. 1.475/2011 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2012 - Lei nº. 1.488/2011, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 02 de Fevereiro de 2012.

BALTAZAR PELLEGRIN
Prefeito Municipal

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Navegantes

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 04/2012IPP

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2012IPP

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL DE ANDAR TÉRREO, MEDINDO APROXIMADAMENTE ENTRE 200 M2 A 240 M2, LOCALIZADO NO ÁREA CENTRAL, PARA INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. Data da entrega dos envelopes: até às 14:00 hs do dia 11/04/2012. Abertura envelopes: às 14:10 hs do dia 11/04/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 27 de março de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 24/2012PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2012PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO NO SISTEMA DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. Data da entrega dos envelopes: até às 09:00 hs do dia 11/04/2012. Abertura envelopes: às 09:10 hs do dia 11/04/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.



Navegantes, 27 de março de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Aviso de Licitação - Tomada de Preços nº 03/2012IPP
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2012IPP

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: LOCAÇÃO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO PREVIDENCIÁRIO (SOFTWARE) PARA REGIME DE PREVIDENCIA PRÓPRIO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. Data da entrega dos envelopes: até às 14:00 hs do dia 02/05/2012. Abertura envelopes: às 14:10 hs do dia 02/05/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 27 de março de 2012.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato de Homologação e Adjudicação ao PL Nº 027/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/12
CONVITE Nº 10/12
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 27/03/12
CONTRATADO: MODA IVANA LTDA ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O objeto da presente licitação consiste na seleção de propostas para aquisição de Uniforme Escolar para distribuição aos alunos da rede municipal de ensino, obedecendo ao modelo utilizado pela Secretaria de Educação (ANEXO IV), conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos.
VALOR DA DESPESA: R\$ 34.485,60 (trinta e quatro mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos)
DATA: 27/03/12

SANTOS ZILLI
Prefeito Municipal.

Resultado da Proposta de Preços do CV Nº 011/2012
RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2012 - CARTA CONVITE Nº 011/2012-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

A Comissão Permanente de Licitação, torna público que na licitação em epígrafe, cujo OBJETO é aquisição de Sêmen Bovino, para distribuição aos agricultores, visando a continuação e manutenção do Programa de Inseminação Artificial do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente, conforme quantitativos e especificações no Termo de Referência (Anexo III) e demais anexos constantes do Edital, QUE quando do julgamento da PROPOSTA DE PREÇO, restou classificada pela Comissão, apresentando a menor proposta, sagrando-se VENCEDORA, a empresa EMBRIOSEMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUARIOS LTDA, vencedora dos itens 04 e 05, com valor total de R\$ 18.510,00 (Dezoito mil, quinhentos e dez reais), a empresa CLINICA VETERINARIA CAMPESTRE LTDA,

vencedora dos itens 01 e 02, com valor total de R\$ 10.425,00 (Dez mil, quatrocentos e vinte cinco reais) e a empresa SELECT SIRES DO BRASIL GENETICA LTDA, vencedora do item 03, com valor total de R\$ 13.800,00 (Treze mil e oitocentos reais), totalizando o valor global de R\$ 42.735,00 (Quarenta e dois mil, setecentos e trinta e cinco reais), estando o preço de acordo com o orçamento da Prefeitura.

Novo Horizonte (SC), em 27 de Março de 2012
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Resultado Habilitação CV Nº 011/2012

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2012 - CARTA CONVITE Nº 011/2012-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

A Comissão Permanente de Licitação, torna público que na licitação em epígrafe, cujo OBJETO é aquisição de Sêmen Bovino, para distribuição aos agricultores, visando a continuação e manutenção do Programa de Inseminação Artificial do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente, conforme quantitativos e especificações no Termo de Referência (Anexo III) e demais anexos constantes do Edital, QUE houve a participação das seguintes empresas convidadas: EMBRIOSEMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUARIOS LTDA, CLINICA VETERINARIA CAMPESTRE LTDA, SELECT SIRES DO BRASIL GENETICA LTDA, as quais pela apresentação regular dos documentos de acordo com o Edital, restaram HABILITADAS pela Comissão, quando do julgamento da documentação, estando HABILITADAS para a fase subsequente, qual seja julgamento das propostas, a qual se dará nesta mesma data.

Novo Horizonte (SC), em 27 de Março de 2012
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Extrato Contratual Nº 036/2012

EXTRATO CONTRATUAL
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contrato Nº.: 036/2012
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada : MODA IVANA LTDA ME
Valor : 34.485,60 (trinta e quatro mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos)
Vigência : Início: 27/03/2012 Término: 31/12/2012
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 10/2012
Recursos : Dotação: 2.030.3.3.90.00.00.00.00 (132) Saldo: 56.343,50
Objeto : O objeto do presente contrato consiste na aquisição de Uniforme Escolar para distribuição aos alunos da rede municipal de ensino, obedecendo ao modelo utilizado pela Secretaria de Educação, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital.

NOVO HORIZONTE, 27 de Março de 2012

Palhoça

PREFEITURA

Portaria Nº 0444/2012.

PORTARIA Nº 0444/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR LUANA CRISTINA ROSAR, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, no (a) Programa Sócio Educativo - PETI, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, da Secretaria de Educação e Cultura, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período de 01/02/2012 a 14/12/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0439/2012.

PORTARIA Nº. 0439/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 86, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) SANDRA MAURA BENTO, matrícula nº. 401616, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 06/03/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 0440/2012.

PORTARIA Nº. 0440/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO para os servidores, abaixo relacionados, ocupantes do cargo de Provisão em Comissão, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, o percentual de 60% (sessenta por cento) do subsídio fixado para os cargos em

comissão, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar da data no-meação em cargo de provimento em comissão.

MATRÍCULA	SERVIDOR
400050	Neide Terezinha Andrade Scheidt
400072	Edemilson Neri da Rosa

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 0441/2012.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC - CEP: 88 130-000

FONE/FAX: (48) 279-1701 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - Visite Nosso Site: www.palhoca.sc.gov.br

(Portaria nº. 0441 de 01 de março de 2012).

PORTARIA Nº. 0441/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados, para juntos comporem o Conselho do FUNDEB eleitos conforme a representação e indicação estabelecida na Lei nº. 2.606/2007.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor em 01 de março de 2012.

Representantes do Conselho Municipal de Educação.

Titular - Renata Jaqueline Martins

Suplente - Fernanda Albertina Garcia

Representantes do Conselho Tutelar.

Titular - Adriana da Rosa de Oliveira

Suplente - Jaqueline Souza Cardoso

Representantes dos Diretores das Escolas Públicas Municipais.

Titular - Julio César de Macedo

Suplente - Roselândia Laurentino

Representantes dos Estudantes do Ensino Fundamental das Escolas Públicas Municipais.

Titular - Jucelma Aparecida Elias Hoffmann

Suplente - Ana Paula Antulino

Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC - CEP: 88 130-000

FONE/FAX: (48) 279-1701 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - Visite Nosso Site: www.palhoca.sc.gov.br

(Portaria nº. 0441 de 01 de março de 2012).

Titular - Marcia Helena Reffatti

Suplente - Elisandra Tavares Castro

Titular - Sueli Corrêa Freitas da Silva

Suplente - Maria do Rosário Borges da Rosa Kock

Representantes do Poder Executivo Municipal.



Titular - Doriel Soares de Souza
Suplente - Sérgio Vidal Júnior

Representantes do Poder Executivo Municipal da Secretaria Municipal de Educação.

Titular - Andréia Medeiros Kloppel
Suplente - Silvia Citadin

Representantes dos Servidores Técnico-Administrativo Pedagógico das Escolas Públicas Municipais.

Titular - Andréia Serafim Wehmuth
Suplente - Marina Machado Ribeiro Gonzaga

Representantes dos Professores efetivos da Educação Básica Pública.

Titular - Maria Joelma Dias
Suplente - Marluci Souza Klein

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0442/2012.
PORTARIA Nº. 0442/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO VERA LÚCIA FRAGA COUTO, de acordo com a Lei nº. 3335/2010 e Edital nº. 008/SMEC/2010, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do PETI, da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/03/2012 a 15/12/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0443/2012.
PORTARIA Nº. 0443/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO PAULINA HIPOLITO FELISBINO AMARAL, de acordo com a Lei nº. 3335/2010 e Edital nº. 008/SMEC/2010, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do PETI, da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/03/2012 a 15/12/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0445/2012.
PORTARIA Nº. 0445/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONTRATAR ELIZABETE FARIAS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Decreto nº. 1138 de 01 de julho de 2010, para ocupar o cargo de Fisioterapeuta, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2012 a 01/03/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 0446/2011.
PORTARIA Nº. 0446/2011.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONTRATAR FERNANDA GISELE COLOSSI, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010 e Decreto nº. 1138 de 01 de julho de 2010, para ocupar o cargo de Fisioterapeuta, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2012 a 30/06/2012, até que a aprovada no concurso tome posse no cargo.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

ARI LEONEL FILHO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva.

Portaria Nº. 0447/2012.
PORTARIA Nº. 0447/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONTRATAR DIEGO RIBEIRO DEFREYN, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Geografia, na Escola Básica Nossa Senhora de Fátima, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/

semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Rodnei Alves, que se encontra exer-cendo suas funções junto a EJA.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0448/2012.

PORTARIA Nº. 0448/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR JULIANA ALCIDIA DE SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Profes-sor ACT, Habilidade com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Ini-ciais, na Escola Básica Nossa Senhora de Fátima, do quadro de Pessoal da Secretaria de Edu-cação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 23/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Maria das Graças Q. Rosa, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0449/2012.

PORTARIA Nº. 0449/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR DANIELA DAIANE BRUCHADO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Profes-sor ACT, Habilidade com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Ini-ciais, na Escola Reunida Isabel Botelho de Paulo, do quadro de Pessoal da Secretaria de Edu-cação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 13/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Lea Rosa Peres, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0450/2012.

PORTARIA Nº. 0450/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ALESSANDRA SILVEIRA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Ensino Religioso, na Escola Básica Morretes II, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 05/03/2012 à 15/12/2012. Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0451/2012.

PORTARIA Nº. 0451/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR CINTIA DA SILVA PETRY, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Não Habilidade com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Portu-guês, na Escola Básica Morretes II, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012. Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0452/2012.

PORTARIA Nº. 0452/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR MARIA LUIZA RAMOS DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Pro-fessor ACT, Habilidade com Graduação, na área de Ensino Fundamental,

disciplina Ciên-cias, na Escola Básica Morretes II, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012. Aguardando aprovado no concurso tomar posse.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0453/2012.
PORTARIA Nº. 0453/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR DANIELA MARIA MARTINS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, na Escola Básica Morretes II, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 06/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Tereza A. Demetrio, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0454/2012.
PORTARIA Nº. 0454/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR MARIA LUIZA RAMOS DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Ciên-cias, na Escola Básica Morretes II, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0455/2012.
PORTARIA Nº. 0455/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR DEJANDIRA NOEMIA CORREIA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, na Escola Básica Morretes II, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012. Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0456/2012.
PORTARIA Nº. 0456/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ANDRÉIA IZABEL GONÇALVES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, na Escola Básica Morretes II, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012. Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0457/2012.
PORTARIA Nº. 0457/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ANGELITA DA ROSA MAURICIO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental,

disciplina Séries Iniciais, no CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 24/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Deolinda P. Pereira, que se encontra a disposição do Orionópolis.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0458/2012.
PORTARIA Nº. 0458/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONTRATAR ANELOZI POLETTI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 16/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Cristina Lobato Fortunato, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0459/2012.
PORTARIA Nº. 0459/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONTRATAR JENECI SALETE VERUS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 14/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Maria Fátima C. Silveira, que se encontra em Licença para Assuntos Particulares.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0460/2012.
PORTARIA Nº. 0460/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONTRATAR CARLOS LEONARDO TEIXEIRA SAMPAIO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina História, no CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 06/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Manoel Donizete Filho, que se encontra respondendo por direção de escola.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0461/2012.
PORTARIA Nº. 0461/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONTRATAR EDEZIA KOERICH, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 28/02/2012 à 15/12/2012. Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0462/2012.
PORTARIA Nº. 0462/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ISABEL RODRIGUES DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Profes-sor ACT, Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 29/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Roseli Defreyn, que se encontra exercendo suas funções junto ao NAEP.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0463/2012.
PORTARIA Nº. 0463/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR CLEMILSON DA ROSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Geografia, no CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 14/02/2012 à 15/12/2012. Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0464/2012.
PORTARIA Nº. 0464/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR SANDRA LIMA DE CARVALHO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo

Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Profes-sor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no Grupo Escolar Maria Luzia de Souza, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 13/02/2012 à 04/04/2012, face ao impedimento da titular Marlene Maria da Silva, que se encontra exercendo suas funções junto a SMEC.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0465/2012.
PORTARIA Nº. 0465/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR MARIA CLAUDETE EMERENCIANO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no Grupo Escolar Maria Luzia de Souza, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 14/02/2012 à 15/12/2012. Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0466/2012.
PORTARIA Nº. 0466/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR PATRICIA OSMARINA RAMOS BELTRAME, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no Grupo Escolar Maria Luzia de Souza, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 17/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Ana Maria da Silveira, que se encontra respondendo por direção de escola.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0467/2012.
PORTARIA Nº. 0467/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR EMANUELA DIAS FRANCISCO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no Grupo Escolar Maria Luzia de Souza, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 27/02/2012 à 15/12/2012. Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0468/2012.
PORTARIA Nº. 0468/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR JOSIANE ANITA JOÃO BUNN, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Libras, no Grupo Escolar Maria Luzia de Souza, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 27/02/2012 à 15/12/2012. Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0469/2012.
PORTARIA Nº. 0469/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR DANUZA DE SOUZA NUNES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Romeu e Julieta, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Claudio Lino Campos, que se encontra respondendo por direção de escola.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0470/2012.
PORTARIA Nº. 0470/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ANA PAULA CASTENHEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Romeu e Julieta, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Rogério D. Por-to Alegre, que se encontra respondendo por direção de escola.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0471/2012.
PORTARIA Nº. 0471/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR CREIZE CRISTIANE ROSAR, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Romeu e Julieta, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Osiane O. S. Sell, que se encontra readaptada.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0472/2012.
PORTARIA Nº. 0472/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ANGELA HEIDEMANN DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Pro-fessor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação In-fantil, no CEI Romeu e Julieta, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 15/02/2012 à 15/12/2012, aguardando aprovado no concurso tomar posse no cargo.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0473/2012.
PORTARIA Nº. 0473/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR SILVANA SCHLICHTING, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação In-fantil, no CEI Romeu e Julieta, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 08/02/2012 à 15/12/2012, aguardando aprovado no concurso tomar posse no cargo.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0474/2012.
PORTARIA Nº. 0474/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70,

79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR RAFAELA PAMELA FERREIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Profes-sor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação In-fan-til, no CEI Criança Esperança, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 22/02/2012 à 15/12/2012, aguardando aprovada no concurso tomar posse.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0475/2012.
PORTARIA Nº. 0475/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR MARIA IRONI BOITA GARCIA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Profes-sor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação In-fan-til, no CEI Criança Esperança, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 28/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Andréia P. de Souza, que se encontra respondendo pela direção de escola.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0477/2012.
PORTARIA Nº. 0477/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR JAQUELINE NUNES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Ha-bilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Vó Laura, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 08/02/2012 à 15/12/2012, face o impedimento da titular Geovania de Abreu, que se encontra respondendo por direção de escola.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0478/2012.
PORTARIA Nº. 0478/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR CAROLINE COSTA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Vó Laura, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 08/02/2012 à 15/12/2012, face o impedimento da titular Andréia M. da Silva, que se encontra respondendo por direção de escola.

Palhoça, SC, em 23 de fevereiro de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0479/2012.
PORTARIA Nº. 0479/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR TAUNA WESTPHAL CALIXTO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no GE Najla Carone Guedert, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 08/02/2012 à 15/12/2012. Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0480/2012.
PORTARIA Nº. 0480/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso

de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR SANDRA REGINA BARROS FLORIANI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no GE Najla Carone Guedert, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 06/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Shirley P. K. da Silva, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0481/2012.
PORTARIA Nº. 0481/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR DAYANE VIRTUOSO DO NASCIMENTO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no GE Najla Carone Guedert, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 17/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Andréia S. Rodrigues, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0482/2012.
PORTARIA Nº. 0482/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MARILEA TEREZINHA DE AGUIAR CARDOSO, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 06/03/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0483/2012.
PORTARIA Nº. 0483/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, JULIANA POLETTI, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 08/03/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0484/2012.
PORTARIA Nº. 0484/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ALINE FILIPPUS, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 07/03/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0485/2012.
PORTARIA Nº. 0485/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 11, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, o (a) servidor (a) ELSI ELVIRA PEREIRA, matrícula nº. 801470, titular do cargo de Merendeira, nomeado através de Concurso Público, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta, com efeitos a contar de 07/03/2012.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0486/2012.
PORTARIA Nº. 0486/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR CLAUDIA APARECIDA FERNANDES SONNTAG, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduada, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, na Escola Básica Antonieta Silveira de Souza, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 06/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Alexandre S. Matias, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0487/2012.
PORTARIA Nº. 0487/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR SCHEILA MARIA BITTENCOURT, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, na Escola Básica Antonieta Silveira de Souza, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 06/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Rosimeri N. W. da Silva, que se encontra em licença para assuntos particulares.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0488/2012.
PORTARIA Nº. 0488/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR KATHI LORY D ÁVILA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina História, na

Escola Básica Antonieta Silveira de Souza, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Paulo Valério M. da Silva, que se encontra exercendo suas funções junto a SMEC.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0489/2012.

PORTARIA Nº. 0489/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR JAQUELINE LÚCIA BELLETTI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Português, na Escola Básica Antonieta Silveira de Souza, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 13/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Tâmara Delfino, que se encontra exercendo suas funções junto a SMEC.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0490/2012.

PORTARIA Nº. 0490/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR JAQUELINE TEREZINHA MARTINS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Geografia, na Escola Básica Antonieta Silveira de Souza, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Márcia Spricigo, que se encontra exercendo suas funções junto a SMEC.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0491/2012.

PORTARIA Nº. 0491/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR THALINE THIESEN, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Matemática, na Escola Básica Antonieta Silveira de Souza, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 07/02/2012 à 02/03/2012, face ao impedimento da titular Karina Z. Jacomeli, que se encontra exercendo suas funções junto a SMEC.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0492/2012.

PORTARIA Nº. 0492/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR LUIZ CARLOS VIEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Ciências, na Escola Básica Antonieta Silveira de Souza, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 13/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Claudia M. dos Santos, que se encontra exercendo suas funções junto a SMEC.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0493/2012.

PORTARIA Nº. 0493/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR CAMILA CARVALHO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries

Iniciais, na Escola Básica Antonieta Silveira de Souza, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Andresia da Rosa, que se encontra respondendo por direção de escola.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0494/2012.

PORTARIA Nº. 0494/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR FRANCISCA CORDOVA BARBOSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, na Escola Básica Antonieta Silveira de Souza, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 14/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Edirlândia da Rosa, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0495/2012.

PORTARIA Nº. 0495/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR NELI JUNCKES DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Português, na Escola Básica Laurita Wagner da Silveira, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0496/2012.

PORTARIA Nº. 0496/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR THAIANE BORGES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Criança Feliz, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012, aguardando aprovado no concurso tomar posse.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0497/2012.

PORTARIA Nº. 0497/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR TAIMARA ROSEMAR DE ABREU, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Criança Feliz, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 17/02/2012 à 15/12/2012, aguardando aprovado no concurso tomar posse.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT

Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS

Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0498/2012.

PORTARIA Nº. 0498/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR REGEANE NUNES BORGES DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Criança Feliz, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta

Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Odete A. Franck, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Portaria Nº. 0499/2012.
PORTARIA Nº. 0499/2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR TEREZINHA CELINA JORGE, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 005/2011, no cargo de Professor ACT, Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no CEI Criança Feliz, do quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, para o período de 07/02/2012 à 15/12/2012, face ao impedimento da titular Marisa M. de Melo, que se encontra respondendo por direção de escola.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2012.
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT
Prefeito Municipal

JOCELETE ISALTINA DA SILVEIRA DOS SANTOS
Secretária da Educação e Cultura.

Dispensa de Licitação N.º014/2012

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2012.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALHOÇA.
CONTRATADA: DIAGNÓSTICO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E BROMATOLÓGICAS LTDA - EPP. OBJETO: A dispensa de licitação tem por objeto a prestação de serviços de saúde para atendimento ambulatorial de Diagnóstico por Patologia Clínica geral e especializada aos pacientes do SUS - Sistema Único de Saúde. VALOR TOTAL DA DESPESA: R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) mensais. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: "44" - 15.01.2142.33.90.0000.0.0. FUNDAMENTO: art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações. DATA: 15/03/2012.

Dispensa de Licitação N.º015/2012

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2012.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALHOÇA.
CONTRATADA: GABEVIDA LABORATÓRIO MÉDICO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA. OBJETO: A dispensa de licitação tem por objeto a prestação de serviços de saúde para atendimento ambulatorial de Diagnóstico por Patologia Clínica geral e especializada aos pacientes do SUS - Sistema Único de Saúde. VALOR TOTAL DA DESPESA: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) mensais. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: "44" - 15.01.2142.33.90.0000.0.0. FUNDAMENTO: art. 24,

inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações. DATA: 15/03/2012.

Dispensa de Licitação N.º016/2012

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2012.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALHOÇA.
CONTRATADA: BIOLOGICO LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS BROMATOLOGICAS. OBJETO: A dispensa de licitação tem por objeto prestação de serviços de saúde para atendimento ambulatorial de Diagnóstico por Patologia Clínica geral e especializada aos pacientes do SUS - Sistema Único de Saúde. VALOR TOTAL DA DESPESA: R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) mensais. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: "44" - 15.01.2142.33.90.0000.0.0. FUNDAMENTO: art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações. DATA: 21/03/2012.

Dispensa de Licitação N.º017/2012

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2012.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALHOÇA.
CONTRATADA: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS SÃO GERÔNIMO LTDA. OBJETO: A dispensa de licitação tem por objeto prestação de serviços de saúde para atendimento ambulatorial de Diagnóstico por Patologia Clínica geral e especializada aos pacientes do SUS - Sistema Único de Saúde. VALOR TOTAL DA DESPESA: R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) mensais. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: "44" - 15.01.2142.33.90.0000.0.0. FUNDAMENTO: art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações. DATA: 16/03/2012.

Dispensa de Licitação N.º020/2012

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2012.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALHOÇA.
CONTRATADA: DIAGNÓSTICO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E BROMATOLÓGICAS LTDA EPP. OBJETO: A dispensa de licitação tem por objeto prestação de serviços de saúde para atendimento ambulatorial de GRUPO 02 - PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA - Subgrupo 03 - Diagnóstico citopatologia. VALOR DA DESPESA: R\$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais) mensais. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: "44" - 15.01.2142.33.90.0000.01.0255.0. FUNDAMENTO: art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações. DATA: 21/03/2012.

Dispensa de Licitação N.º021/2012

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2012.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALHOÇA.
CONTRATADA: CENTRO MÉDICO PALHOÇA LTDA. OBJETO: A dispensa de licitação tem por objeto serviços de saúde para atendimento ambulatorial de Diagnóstico por Radiologia aos pacientes do SUS - Sistema Único de Saúde. VALOR TOTAL DA DESPESA: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) mensais. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: "44" - 15.01.2142.33.90.0000.0.0. FUNDAMENTO: art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações. DATA: 12/03/2012.

ERRATA 01 Pregao 21-2012

PREGÃO Nº 21/2012
ERRATA Nº 001

O Município de Palhoça, comunica que houve alterações no edital

convocatório referente ao PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2012, permanecendo a abertura no dia 30/03/2012 às 8:30 hs para entrega dos envelopes. Os interessados poderão obter as alterações, na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação ou site www.palhoca.sc.gov.br. Palhoça, 26 de março de 2012.

SEGUE ABAIXO AS ALTERAÇÕES:

- Onde lê-se:

RECEBIMENTO E ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO, DAS PROPOSTAS E SESSÃO PÚBLICA PARA EFETUAR LANCES VERBAIS:

DIA: 30/03/2012 HORA: 08:00 Hs

Deve se ler:

RECEBIMENTO E ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO, DAS PROPOSTAS E SESSÃO PÚBLICA PARA EFETUAR LANCES VERBAIS:

DIA: 30/03/2012 HORA: 08:30 Hs

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT.
Prefeito Municipal

ERRATA 01 TP 19-2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
ERRATA 01

TOMADA DE PREÇO Nº. 019/2012

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no edital TOMADA DE PREÇO nº. 019/2012, fica aprazado para dia 16/04/2012 às 8:30 Hs para entrega dos envelopes. Os interessados poderão obter as alterações, na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Ilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação ou site www.palhoca.sc.gov.br. Palhoça, 27 de março de 2012 - Ronério Herderscheidt - Prefeito Municipal.

ERRATA 02 Pregao 21-2012

PREGÃO Nº 21/2012
ERRATA Nº 002

O Município de Palhoça, comunica que houve alterações no edital convocatório referente ao PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2012, ficando aprazado para o dia 12/04/2012 às 8:30 hs para entrega dos envelopes. Os interessados poderão obter as alterações, na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação ou site www.palhoca.sc.gov.br. Palhoça, 27 de março de 2012.

SEGUE ABAIXO AS ALTERAÇÕES:

Onde lê-se:

5.5 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS emitida pela Caixa Econômica Federal, com validade em vigor.

Deve se ler:

5.5 Certidão Negativa de Débito Trabalhistas (CNDT).

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT.
Prefeito Municipal

Pregao - Registro de Precos 29-2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº. 29/2012

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº. 29/2012, no dia 09 de Abril de 2012, às 08:30hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL através do sistema de REGISTRO DE PREÇOS que tem como objeto aquisição de tubos de concreto para Águas de Palhoça. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 08:00 às 12:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 28 de Março de 2012.

Pregoeiro (a).

Passo de Torres

PREFEITURA

Decreto Nº 127/2012

DECRETO Nº. 127, DE 21 DE MARÇO DE 2012.

"NOMEIA LUIS CARLOS NUNES, PARA EXERCER O CARGO DE ASSESSOR ADJUNTO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EMERSON CARDOSO KJILLIM, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeado, Luis Carlos Nunes para exercer o cargo de Assessor Adjunto do Departamento de Serviços Urbanos - DAS - 3, com remuneração específica em Lei.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 21 de março de 2012.

EMERSON CARDOSO KJILLIM
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 21 de março de 2012.

CRISTIANO CARVALHO NUNES
Secretário de Administração e Finanças.

Extrato de Convênio

Extrato do Convênio nº 002/2012/PMPT

Concedente: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Conveniente: ASSOCIAÇÃO EDUCADORA SÃO CARLOS - Hospital N.S. dos Navegantes

Valor R\$ 48.300,00 (quarenta e oito mil e trezentos reais)

Vigência: Início 01.03.2012 Término: 31.12.2012

Dotação: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.031 - Manutenção das Ações de Saúde Pública

3.3.50.00.00.00.00.00.02.0100.0 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (12) - Transferência R\$ 48.300,00.

Objeto: Pronto Atendimento à noite no horário das 18 horas às 08 horas em dia de semana, e no sistema de 24 horas em sábados, domingos e feriados.

Passo de Torres, 01 de Março de 2012.
EMERSON CARDOSO KJILLIM

Paulo Lopes

PREFEITURA

Lei Nº. 1496 de 27 de Março de 2012.

LEI Nº. 1496 DE 27 DE MARÇO DE 2012.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, no orçamento fiscal vigente, suplementar as dotações abaixo, no limite de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

1301 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 18.000,00
10.301.0025.1.065 - Aquisição de Veículos e Equipamentos R\$ 18.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.2.70 - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

Art 2º - O disposto no artigo 1º desta Lei será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais):

1301 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 18.000,00
10.301.0025.2.056 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde R\$ 3.000,00
3.1.71.00.00.00.00.0.2.70 - Transf. a Consórcios Públicos R\$ 1.000,00
3.3.71.00.00.00.00.0.2.70 - Transf. a Consórcios Públicos R\$ 1.000,00
4.4.71.00.00.00.00.0.2.70 - Transf. a Consórcios Públicos R\$ 1.000,00
10.301.0025.2.060 - Manutenção do Componente Compensação R\$ 15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.2.70 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, em 27 de março de 2012.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Paulo Lopes

Publicada a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios em 28 de março de 2012.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Lei Nº. 1497 de 27 de Março de 2012

LEI Nº. 1497 DE 27 DE MARÇO DE 2012.

Amplia o número de vagas do cargo de Monitor II do PETI.

Evandro João dos Santos, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, Faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica ampliado em uma vaga o Cargo de Monitor II, fixado pela Lei 1266 de 18 de março de 2008, com as características que segue:

a) Vencimento: R\$ 622,00
b) Vinculação: Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social;
c) Instrução: Ensino Fundamental incompleto;
d) Jornada: 180 (cento oitenta) horas mensais;
e) Atribuições: Executar atividades e ações do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, de menor complexidade, incluindo serviços de copa, cozinha e higiene, respeitadas as normas do Programa PETI.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações do Orçamento fiscal vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paulo Lopes, em 27 de março de 2012.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal de Paulo Lopes

Publicada a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios em 28 de março de 2012.

ZENITA FELICIANO DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

Decreto 16/2012

DECRETO 16/2012

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica autorizado, no orçamento fiscal vigente, suplementar as dotações abaixo, no limite de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

1301 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 18.000,00
10.301.0025.1.065 - Aquisição de Veículos e Equipamentos R\$ 18.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.2.70 - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

Art 2º - O disposto no artigo 1º deste decreto será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais):

1301 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 18.000,00
10.301.0025.2.056 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde R\$ 3.000,00
3.1.71.00.00.00.00.0.2.70 - Transf. a Consórcios Públicos R\$ 1.000,00
3.3.71.00.00.00.00.0.2.70 - Transf. a Consórcios Públicos R\$ 1.000,00
4.4.71.00.00.00.00.0.2.70 - Transf. a Consórcios Públicos R\$ 1.000,00
10.301.0025.2.060 - Manutenção do Componente Compensação R\$ 15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.2.70 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, em 27 de março de 2012.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal de Paulo Lopes

Publicado o presente decreto no Diário Oficial dos Municípios em 28 de março de 2012.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
 Secretária Municipal de Administração

Decreto N° 15/2012

DECRETO N° 15/2012.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 6º da Lei 1.482/2011 - LOA,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada, no orçamento fiscal vigente, a dotação abaixo, no limite de R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais), de acordo com as especificações seguintes:

0801 - SEC. DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 6.300,00

26.782.0031.1.031 - Pavimentação de Ruas R\$ 6.300,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.80.000000 - Aplicações Diretas R\$ 6.300,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo superávit financeiro do exercício anterior da fonte 0.3.00.000000 - Recursos Ordinários - no valor de R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Gabarito Final - Concurso Público N° 001/2012

CONCURSO PÚBLICO N° 001/2012 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO – SC

GABARITO FINAL (APÓS ANÁLISE DE RECURSOS)

ASSISTENTE SOCIAL

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
C	E	B	A	D	B	C	A	E	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	B	C	E	C	C	A	E	C	B
21	22	23	24	25					
B	D	B	E	C					

PEDAGOGO

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
C	E	B	A	D	B	C	A	E	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	B	C	E	C	D	A	E	C	A
21	22	23	24	25					
C	E	B	D	C					

PSICÓLOGO

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
C	E	B	A	D	B	C	A	E	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	B	C	E	C	A	B	D	E	C
21	22	23	24	25					
B	B	A	E	D					

OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
B	ANU-LADA	C	A	E	D	B	A	D	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	B	C	E	C	C	E	D	A	B
21	22	23	24	25					
C	E	B	D	E					

OPERADOR DE RETRO ESCAVADEIRA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
B	ANU-LADA	C	A	E	D	B	A	D	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	B	C	E	C	C	E	D	A	D
21	22	23	24	25					
B	E	C	D	E					

OPERÁRIO BRAÇAL

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
B	ANU-LADA	C	A	E	D	B	A	D	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	B	C	E	C	C	A	D	A	D
21	22	23	24	25					
B	E	C	D	E					

SERVENTE

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
B	ANU-LADA	C	A	E	D	B	A	D	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	B	C	E	C	E	A	D	A	D
21	22	23	24	25					
B	E	C	D	E					

Porto União

PREFEITURA

Lei Nº 3.992/2012

LEI Nº 3.992, de 26 de março de 2012.

"Dispõe sobre critérios para a concessão de licença especial para atendimento aos portadores de deficiência (física, mental e sensorial) e dá outras providências".

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Funcionário Público estável, que seja mãe, tutor, curador ou responsável judicialmente pela criação, educação e proteção de pessoa portadora de deficiência (física, mental e sensorial) considerada dependente sob o ponto de vista sócio-educacional, poderá licenciar-se de parte da jornada de trabalho sem prejuízo da remuneração, respeitando o cumprimento de 20 (vinte) horas semanais.

Parágrafo único. O servidor beneficiado desta Lei deverá ser responsável por pessoa portadora de deficiência, devidamente avaliada e submetida a plano terapêutico orientado pelo órgão Municipal competente.

Art. 2º Para efeito desta Lei, considera-se Portador de Deficiência, pessoa com qualquer deficiência comprovada, seja mental (índice de inteligência significativamente abaixo do normal), deficiência física (mutilação, deformação, paralisia, etc.), ou deficiência sensorial (cegueira, surdez, etc.), e, por isso, incapacitado de participar em termos de igualdade no exercício de atividades normais e considerada dependente sócio-educacional.

Art. 3º A licença será concedida pelo prazo de 01 (um) ano, podendo ser renovada.

Art. 4º Aplica-se o disposto nesta Lei ao servidor público, viúvo, separado judicialmente ou divorciado que tenta sob sua guarda filho portador de deficiência.

Art. 5º Esta Lei será devidamente regulamentada por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 26 de março de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 487/2012 - RH

PORTARIA Nº 487, de 12 de março de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 09 de janeiro a 30 de dezembro de 2012, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Ângela Maria Marcelo dos Santos, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011, para atuar na Coordenação do Projeto AAB

Comunidade em parceria com o Banco do Brasil.

Art 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Projeto AABB Comunidade, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 09 de janeiro de 2012.

Porto União - SC, em 12 de março de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 489/2012 - RH

PORTARIA Nº 489, de 12 de março de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 12 de março a 20 de dezembro de 2012, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Raquel Skiba Canfield, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Geografia), com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011, em substituição à professora efetiva Neusa Jarentchuk Marangoni que assumiu a classe de reforço de 1º ao 5º anos iniciais no turno matutino.

Art 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto Núcleo Educacional João Fernando Sobral, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 12 de março de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria N.º 490/2012 - RH

PORTARIA Nº 490, de 12 de março de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho de Ângela Maria Marcelo dos Santos, das funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2012.

Porto União - SC, em 12 de março de 2012.

RENATO STASIAK ROBERTO BONFLEUR
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração
Esporte e Cultura

Portaria N.º 492/2012 - RH

PORTARIA Nº 492, de 13 de março de 2012.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 13 a de 30 de março de 2012, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Clenir Aparecida Rodrigues, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011, em substituição à servidora efetiva Elizabet Carmen Pannen que se encontra afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Albertina Brauchner, deste Município.

Art 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 13 de março de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria Nº 020/2012

PORTARIA Nº 020, de 26 de março de 2012.

Nomeia os membros da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "c" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros que constituirão a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC:

I- Adhemar Rodrigues Lírio - Coordenador;

II- Ana Paula Salvadori - Secretária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 26 de março de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Edital de convocação 0021/2012

Edital de convocação 0021/2012

Concurso Público Municipal nº. 001/2009

RENATO STASIAK, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados, APROVADOS no Concurso Público Municipal nº 001/2010, a comparecer na Diretoria de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União-SC, do dia 26/03/2012 a 30/03/2012, no horário das 09:00 às 12:00 hs e das 13:15 às 18:15 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar as fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item 3.3 do Edital 001/2009, para investidura em cargo público:

- 01 foto 3x4;
- Carteira de Identidade;
- Cadastro de Pessoa Física;
- Carteira de Trabalho (onde consta a foto e verso)
- PIS/PASEP (cópia reprográfica);
- Título de Eleitor e comprovante de haver votado na última eleição - 2 turnos, conforme o caso
- Certificado de Reservista se for o caso;
- Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento se for casado, ou de Casamento com Averbação, se for separado judicialmente (cópia reprográfica);
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos e dos maiores de 21 e menores de 24 anos que estejam cursando universidade e dos filhos deficientes de qualquer idade (cópia reprográfica);
- Certidão de Antecedentes Criminais expedida pela Secretaria de Segurança Pública;
- Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso (cópia autenticada);
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo DRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo DRH)
- Declaração de Bens sou Cópia do IRRF;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos Letra "L", item 3.3, do Edital 001/2009, o candidato deverá iniciar o seu processo somente após a entrega junto a Diretoria de Recursos Humanos dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Diretoria de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

ENFERMEIRA - PSF

NOME	CLAS	ASSINATURA	DATA
CAREN SOLANHO RUMPF GREGO- RIO	5º		

Porto União (SC), 23 de março de 2012.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Edital de convocação 0022/2012

Edital de convocação 0022/2012

Concurso Público Municipal nº. 001/2009

RENATO STASIAK, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados, APROVADOS no Concurso Público Municipal nº 001/2010, a comparecer na Diretoria de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União-SC, do dia 26/03/2012 a 30/03/2012, no horário das 09:00 às 12:00 hs e das 13:15 às 18:15 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar as fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item 3.3 do Edital 001/2009, para investidura em cargo público:

- 01 foto 3x4;
- Carteira de Identidade;
- Cadastro de Pessoa Física;
- Carteira de Trabalho (onde consta a foto e verso)
- PIS/PASEP (cópia reprográfica);
- Título de Eleitor e comprovante de haver votado na última eleição - 2 turnos, conforme o caso
- Certificado de Reservista, se for o caso;
- Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento se for casado, ou de Casamento com Averbação, se for separado judicialmente (cópia reprográfica);
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos e dos maiores de 21 e menores de 24 anos que estejam cursando universidade e dos filhos deficientes de qualquer idade (cópia reprográfica);
- Certidão de Antecedentes Criminais expedida pela Secretaria de Segurança Pública;
- Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso (cópia autenticada);
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo DRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo DRH)
- Declaração de Bens sou Cópia do IRRF;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos Letra "L", item 3.3, do Edital 001/2009, o candidato deverá iniciar o seu processo somente após a entrega junto a Diretoria de Recursos Humanos dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Diretoria de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL - 20 HORAS

NOME	CLAS	ASSINATURA	DATA
ROSANGELA RODRIGUES DA SILVA	44º		

Porto União (SC), 23 de março de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Edital de convocação 063/2012

Edital de convocação 063/2012

Concurso Público Municipal nº. 001/2010

RENATO STASIAK, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso

de suas atribuições, CONVOCA a candidata abaixo relacionada, APROVADA no Concurso Público Municipal nº 001/2010, a comparecer na Superintendência de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 26/03/2012 a 30/03/2012, no horário das 09:00 às 12:00 hs e das 13:15 às 18:15 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item XX do Edital 001/2010, para investidura em cargo público:

- 01 foto 3x4;
- Carteira de Identidade;
- Cadastro de Pessoa Física;
- Carteira de Trabalho (onde consta a foto e verso)
- PIS/PASEP (cópia reprográfica);
- Título de Eleitor e comprovante de haver votado na última eleição - 2 turnos, conforme o caso;
- Comprovante de endereço atualizado;
- Certificado de Reservista, se for o caso;
- Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento se for casado, ou de Casamento com Averbação, se for separado judicialmente (cópia reprográfica);
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos e dos maiores de 21 e menores de 24 anos que estejam cursando universidade e dos filhos deficientes de qualquer idade (cópia reprográfica);
- Certidão de Antecedentes Criminais expedida pela Secretaria de Segurança Pública;
- Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso (cópia autenticada);
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo DRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo DRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.1, do Edital 001/2010, o candidato deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Superintendência de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Superintendência de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
RENAN MALINO-WSKI	01º		

Porto União (SC), 23 de março de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Edital de convocação 004/2012

Edital de convocação 004/2012

TESTE SELETIVO MUNICIPAL nº. 001/2011

RENATO STASIAK, Prefeito Municipal do Município de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA a candidata abaixo relacionada, APROVADA no Teste Seletivo Municipal nº 001/2011, a comparecer na Superintendência de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 27/03/2012 a 02/04/2012, no horário das

09:00 às 12:00 hs e das 13:15 às 18:15 hs, de segunda a sexta-feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item 11 do Edital 002/2010, para investidura em emprego público:

- a) título de eleitor e comprovante de quitação com as obrigações eleitorais;
- b) documento comprobatório de que está quite com o serviço militar, quando do sexo masculino;
- c) ter aptidão física e mental para o exercício da função, a ser comprovada por exame médico realizado pelo médico perito do Município;
- d) Declaração de não receber proventos de aposentadoria ou remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis previstos na Constituição Federal, que deverá ser comprovado através de Declaração emitida pelo próprio candidato (modelo DRH);
- e) Declaração de não acumular cargo público, exceto aqueles previstos no Art. 37 inciso XVI, da Constituição Federal e suas emendas, que deverá ser comprovado através de Declaração emitida pelo próprio candidato (modelo DRH);
- f) Declaração de IRRF ou Declaração de Bens (modelo DRH);
- g) Fotocópia da Carteira de Trabalho (onde consta a foto e o verso)
- h) Fotocópia do PIS/PASEP
- i) Fotocópia da Certidão de Casamento ou equivalente, se for o caso;
- j) Fotocópia da Certidão de nascimento dos Filhos menores de 14 anos de idade;
- k) Conta corrente no Banco ITAU.
- l) Carteira de Trabalho e Previdência Social.
- m) 01 foto 3x4;

Todos os documentos deverão ser entregues na Diretoria de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao TESTE SELETIVO.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UNIDADE BAIRRO SÃO PEDRO

NOME	CLAS	ASSINATURA
MARLENE LERNER	17º	

Porto União (SC), 26 de março de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

RREO Anexo I 1º Bimestre 2012

Relatório Resumido da Execução Orçamentária Anexo I L.R.F. Balanço Orçamentário 1º Bimestre 2012

Município de PORTO UNIAO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	54.915.000,00	54.915.000,00	8.381.464,69	15,26	8.381.464,69	15,26	46.533.535,31
RECEITAS CORRENTES	50.577.000,00	50.577.000,00	8.348.059,69	16,51	8.348.059,69	16,51	42.228.940,31
RECEITA TRIBUTARIA	7.465.000,00	7.465.000,00	668.186,56	8,95	668.186,56	8,95	6.796.813,44
IMPOSTOS	5.300.000,00	5.300.000,00	339.527,96	6,41	339.527,96	6,41	4.960.472,04
TAXAS	2.120.000,00	2.120.000,00	328.658,60	15,50	328.658,60	15,50	1.791.341,40
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.540.000,00	2.540.000,00	496.791,39	19,56	496.791,39	19,56	2.043.208,61
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.000.000,00	2.000.000,00	415.662,52	20,78	415.662,52	20,78	1.584.337,48
CONTRIB P/ CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLIC	540.000,00	540.000,00	81.128,87	15,02	81.128,87	15,02	458.871,13
RECEITA PATRIMONIAL	2.860.000,00	2.860.000,00	1.201.399,21	42,01	1.201.399,21	42,01	1.658.600,79
RECEITAS IMOBILIARIAS	5.000,00	5.000,00	5.816,50	116,33	5.816,50	116,33	-816,50
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	2.855.000,00	2.855.000,00	1.195.582,71	41,88	1.195.582,71	41,88	1.659.417,29
RECEITA DE SERVIÇOS	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	35.457.000,00	35.457.000,00	5.795.004,47	16,34	5.795.004,47	16,34	29.661.995,53
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	34.463.000,00	34.463.000,00	4.993.699,47	14,49	4.993.699,47	14,49	29.469.300,53
Transf. de Conv.	994.000,00	994.000,00	801.305,00	80,61	801.305,00	80,61	192.695,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.243.000,00	2.243.000,00	186.678,06	8,32	186.678,06	8,32	2.056.321,94
Multas e Juros de Mora	490.000,00	490.000,00	54.940,79	11,21	54.940,79	11,21	435.059,21
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	80.000,00	80.000,00	7.075,05	8,84	7.075,05	8,84	72.924,95
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	900.000,00	900.000,00	71.132,89	7,90	71.132,89	7,90	828.867,11
RECEITAS DIVERSAS	773.000,00	773.000,00	53.529,33	6,92	53.529,33	6,92	719.470,67
RECEITAS DE CAPITAL	4.338.000,00	4.338.000,00	33.405,00	0,77	33.405,00	0,77	4.304.595,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	666.000,00	666.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	666.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	666.000,00	666.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	666.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	20.000,00	20.000,00	12.469,76	62,35	12.469,76	62,35	7.530,24
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	12.469,76	0,00	12.469,76	0,00	-12.469,76
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.652.000,00	3.652.000,00	20.935,24	0,57	20.935,24	0,57	3.631.064,76
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	47.000,00	47.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.605.000,00	3.605.000,00	20.935,24	0,58	20.935,24	0,58	3.584.064,76
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.915.000,00	1.915.000,00	358.644,24	18,73	358.644,24	18,73	1.556.355,76
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.750.000,00	1.750.000,00	347.526,38	19,86	347.526,38	19,86	1.402.473,62
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.750.000,00	1.750.000,00	347.526,38	19,86	347.526,38	19,86	1.402.473,62
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.750.000,00	1.750.000,00	347.526,38	19,86	347.526,38	19,86	1.402.473,62
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	165.000,00	165.000,00	11.117,86	6,74	11.117,86	6,74	153.882,14

Continua 1/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.915.000,00	1.915.000,00	358.644,24	18,73	358.644,24	18,73	1.556.355,76
ALIENAÇÃO DE BENS	165.000,00	165.000,00	11.117,86	6,74	11.117,86	6,74	153.882,14
Alienação de Outros Bens Imóveis	165.000,00	165.000,00	11.117,86	6,74	11.117,86	6,74	153.882,14
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	56.830.000,00	56.830.000,00	8.740.108,93	15,38	8.740.108,93	15,38	48.089.891,07
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	56.830.000,00	56.830.000,00	8.740.108,93	15,38	8.740.108,93	15,38	48.089.891,07
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	56.830.000,00	56.830.000,00	8.740.108,93	15,38	8.740.108,93	15,38	48.089.891,07
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	54.876.000,00	0,00	54.876.000,00	6.215.865,01	6.215.865,01	5.565.207,76	5.565.207,76	10,14	49.310.792,24
DESPESAS CORRENTES	38.855.542,00	-28.000,00	38.827.542,00	5.707.692,63	5.707.692,63	5.100.333,43	5.100.333,43	13,14	33.727.208,57
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.466.230,00	0,00	21.466.230,00	3.292.610,89	3.292.610,89	3.292.610,89	3.292.610,89	15,34	18.173.619,11
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	320.000,00	0,00	320.000,00	39.569,96	39.569,96	39.569,96	39.569,96	12,37	280.430,04
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.069.312,00	-28.000,00	17.041.312,00	2.375.511,78	2.375.511,78	1.768.152,58	1.768.152,58	10,38	15.273.159,42
DESPESAS DE CAPITAL	14.845.458,00	28.000,00	14.873.458,00	508.172,38	508.172,38	464.874,33	464.874,33	3,13	14.408.583,67
INVESTIMENTOS	14.275.458,00	28.000,00	14.303.458,00	391.374,67	391.374,67	348.076,62	348.076,62	2,43	13.955.381,38

Continua 2/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	54.876.000,00	0,00	54.876.000,00	6.215.865,01	6.215.865,01	5.565.207,76	5.565.207,76	10,14	49.310.792,24
INVERSOES FINANCEIRAS	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	550.000,00	0,00	550.000,00	116.797,71	116.797,71	116.797,71	116.797,71	21,24	433.202,29
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	1.175.000,00	0,00	1.175.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.175.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.954.000,00	0,00	1.954.000,00	367.585,86	367.585,86	367.585,86	367.585,86	18,81	1.586.414,14
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.954.000,00	0,00	1.954.000,00	367.585,86	367.585,86	367.585,86	367.585,86	18,81	1.586.414,14
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	56.830.000,00	0,00	56.830.000,00	6.583.450,87	6.583.450,87	5.932.793,62	5.932.793,62	10,44	50.897.206,38
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	56.830.000,00	0,00	56.830.000,00	6.583.450,87	6.583.450,87	5.932.793,62	5.932.793,62	10,44	50.897.206,38
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	2.807.315,31	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	56.830.000,00	0,00	56.830.000,00	6.583.450,87	6.583.450,87	5.932.793,62	8.740.108,93	10,44	50.897.206,38

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 542.288,60

FONTE:

PORTO UNIAO, 27/03/2012

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIT

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

RREO Anexo II 1º BIMESTRE 2012

Relatório Resumido da Execução Orçamentária Anexo II L.R.F. Demonstrativo da Execução das Despesas Por Função/Subfunção 1º Bimestre 2012

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	54.876.000,00	54.876.000,00	6.215.865,01	6.215.865,01	5.565.207,76	5.565.207,76	93,80	10,14	49.310.792,24
Legislativa	1.970.000,00	1.970.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.970.000,00
Ação Legislativa	1.970.000,00	1.970.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.970.000,00
Administração	3.881.000,00	3.881.000,00	568.925,73	568.925,73	553.283,43	553.283,43	9,33	14,26	3.327.716,57
Planejamento e Orçamento	310.000,00	310.000,00	44.005,63	44.005,63	42.875,63	42.875,63	0,72	13,83	267.124,37
Administração Geral	2.971.000,00	2.971.000,00	444.484,29	444.484,29	429.998,99	429.998,99	7,25	14,47	2.541.001,01
Administração Financeira	600.000,00	600.000,00	80.435,81	80.435,81	80.408,81	80.408,81	1,36	13,40	519.591,19
Defesa Nacional	8.000,00	8.000,00	77,60	77,60	77,60	77,60	0,00	0,97	7.922,40
Defesa Terrestre	8.000,00	8.000,00	77,60	77,60	77,60	77,60	0,00	0,97	7.922,40
Segurança Pública	472.000,00	472.000,00	20.274,79	20.274,79	12.235,71	12.235,71	0,21	2,59	459.764,29
Policimento	34.000,00	34.000,00	1.946,49	1.946,49	1.946,49	1.946,49	0,03	5,72	32.053,51
Defesa Civil	438.000,00	438.000,00	18.328,30	18.328,30	10.289,22	10.289,22	0,17	2,35	427.710,78
Assistência Social	2.328.812,00	2.328.812,00	322.754,27	322.754,27	281.362,74	281.362,74	4,74	12,08	2.047.449,26
Assistência à Criança e ao Adolescente	162.000,00	162.000,00	27.153,36	27.153,36	19.227,44	19.227,44	0,32	11,87	142.772,56
Assistência Comunitária	1.621.000,00	1.621.000,00	232.383,02	232.383,02	198.917,41	198.917,41	3,35	12,27	1.422.082,59
Alimentação e Nutrição	545.812,00	545.812,00	63.217,89	63.217,89	63.217,89	63.217,89	1,07	11,58	482.594,11
Previdência Social	5.265.000,00	5.265.000,00	175.864,21	175.864,21	175.864,21	175.864,21	2,96	3,34	5.089.135,79
Previdência do Regime Estatutário	5.265.000,00	5.265.000,00	175.864,21	175.864,21	175.864,21	175.864,21	2,96	3,34	5.089.135,79
Saúde	9.820.200,00	9.820.200,00	2.130.098,82	2.130.098,82	1.764.341,47	1.764.341,47	29,74	17,97	8.055.858,53
Atenção Básica	6.632.200,00	6.632.200,00	1.469.165,84	1.469.165,84	1.303.677,06	1.303.677,06	21,97	19,66	5.328.522,94
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.883.000,00	2.883.000,00	609.065,23	609.065,23	438.796,66	438.796,66	7,40	15,22	2.444.203,34
Vigilância Sanitária	163.000,00	163.000,00	43.188,71	43.188,71	13.188,71	13.188,71	0,22	8,09	149.811,29
Vigilância Epidemiológica	142.000,00	142.000,00	8.679,04	8.679,04	8.679,04	8.679,04	0,15	6,11	133.320,96
Educação	10.050.238,00	10.050.238,00	1.370.593,12	1.370.593,12	1.216.092,99	1.216.092,99	20,50	12,10	8.834.145,01
Ensino Fundamental	6.540.238,00	6.540.238,00	975.662,19	975.662,19	828.047,72	828.047,72	13,96	12,66	5.712.190,28
Educação Infantil	3.110.000,00	3.110.000,00	373.285,32	373.285,32	369.834,72	369.834,72	6,23	11,89	2.740.165,28
Educação de Jovens e Adultos	400.000,00	400.000,00	21.645,61	21.645,61	18.210,55	18.210,55	0,31	4,55	381.789,45
Cultura	270.000,00	270.000,00	11.038,15	11.038,15	9.316,25	9.316,25	0,16	3,45	260.683,75
Difusão Cultural	270.000,00	270.000,00	11.038,15	11.038,15	9.316,25	9.316,25	0,16	3,45	260.683,75
Urbanismo	6.825.000,00	6.825.000,00	481.269,73	481.269,73	471.504,13	471.504,13	7,95	6,91	6.353.495,87
Infra-Estrutura Urbana	4.605.000,00	4.605.000,00	303.777,04	303.777,04	297.651,04	297.651,04	5,02	6,46	4.307.348,96

Continua 1/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	54.876.000,00	54.876.000,00	6.215.865,01	6.215.865,01	5.565.207,76	5.565.207,76	93,80	10,14	49.310.792,24
Urbanismo	6.825.000,00	6.825.000,00	481.269,73	481.269,73	471.504,13	471.504,13	7,95	6,91	6.353.495,87
Serviços Urbanos	1.920.000,00	1.920.000,00	173.734,29	173.734,29	170.094,69	170.094,69	2,87	8,86	1.749.905,31
Lazer	300.000,00	300.000,00	3.758,40	3.758,40	3.758,40	3.758,40	0,06	1,25	296.241,60
Habitação	2.220.000,00	2.220.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.220.000,00
Habitação Urbana	2.220.000,00	2.220.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.220.000,00
Saneamento	680.000,00	680.000,00	1.733,81	1.733,81	0,00	0,00	0,00	0,00	680.000,00
Saneamento Básico Urbano	680.000,00	680.000,00	1.733,81	1.733,81	0,00	0,00	0,00	0,00	680.000,00
Gestão Ambiental	260.000,00	260.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	260.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Recursos Hídricos	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Agricultura	710.000,00	710.000,00	65.502,46	65.502,46	62.826,33	62.826,33	1,06	8,85	647.173,67
Promoção da Produção Vegetal	700.000,00	700.000,00	65.502,46	65.502,46	62.826,33	62.826,33	1,06	8,98	637.173,67
Abastecimento	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Indústria	810.000,00	810.000,00	60.803,36	60.803,36	50.803,83	50.803,83	0,86	6,27	759.196,17
Promoção da Produção Vegetal	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00
Promoção Industrial	150.000,00	150.000,00	6.121,48	6.121,48	6.121,48	6.121,48	0,10	4,08	143.878,52
Produção Industrial	530.000,00	530.000,00	54.681,88	54.681,88	44.682,35	44.682,35	0,75	8,43	485.317,65
Comunicações	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Telecomunicações	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Energia	145.000,00	145.000,00	49.990,00	49.990,00	49.990,00	49.990,00	0,84	34,48	95.010,00
Energia Elétrica	145.000,00	145.000,00	49.990,00	49.990,00	49.990,00	49.990,00	0,84	34,48	95.010,00
Transporte	5.021.750,00	5.021.750,00	438.234,93	438.234,93	418.583,80	418.583,80	7,06	8,34	4.603.166,20
Transporte Rodoviário	5.021.750,00	5.021.750,00	438.234,93	438.234,93	418.583,80	418.583,80	7,06	8,34	4.603.166,20
Desporto e Lazer	1.205.000,00	1.205.000,00	111.519,58	111.519,58	96.414,62	96.414,62	1,63	8,00	1.108.585,38
Desporto Comunitário	1.205.000,00	1.205.000,00	111.519,58	111.519,58	96.414,62	96.414,62	1,63	8,00	1.108.585,38
Encargos Especiais	2.929.000,00	2.929.000,00	407.184,45	407.184,45	402.510,65	402.510,65	6,78	13,74	2.526.489,35
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	290.000,00	290.000,00	57.850,69	57.850,69	57.850,69	57.850,69	0,98	19,95	232.149,31
Refinanciamento da Dívida Interna	870.000,00	870.000,00	156.367,67	156.367,67	156.367,67	156.367,67	2,64	17,97	713.632,33
Outros Encargos Especiais	1.769.000,00	1.769.000,00	192.966,09	192.966,09	188.292,29	188.292,29	3,17	10,64	1.580.707,71

Continua 2/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.954.000,00	1.954.000,00	367.585,86	367.585,86	367.585,86	367.585,86	6,20	18,81	1.586.414,14
Legislativa	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Ação Legislativa	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Previdência Social	50.000,00	50.000,00	1.276,66	1.276,66	1.276,66	1.276,66	0,02	2,55	48.723,34
Previdência do Regime Estatutário	50.000,00	50.000,00	1.276,66	1.276,66	1.276,66	1.276,66	0,02	2,55	48.723,34
Saúde	470.000,00	470.000,00	119.565,30	119.565,30	119.565,30	119.565,30	2,02	25,44	350.434,70
Atenção Básica	410.000,00	410.000,00	119.362,10	119.362,10	119.362,10	119.362,10	2,01	29,11	290.637,90
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	30.000,00	30.000,00	203,20	203,20	203,20	203,20	0,00	0,68	29.796,80
Vigilância Epidemiológica	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Educação	824.000,00	824.000,00	148.650,21	148.650,21	148.650,21	148.650,21	2,51	18,04	675.349,79
Ensino Fundamental	504.000,00	504.000,00	93.768,69	93.768,69	93.768,69	93.768,69	1,58	18,60	410.231,31
Educação Infantil	300.000,00	300.000,00	54.881,52	54.881,52	54.881,52	54.881,52	0,93	18,29	245.118,48
Educação de Jovens e Adultos	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Encargos Especiais	600.000,00	600.000,00	98.093,69	98.093,69	98.093,69	98.093,69	1,65	16,35	501.906,31
Outros Encargos Especiais	600.000,00	600.000,00	98.093,69	98.093,69	98.093,69	98.093,69	1,65	16,35	501.906,31
TOTAL (III) = (I + II)	56.830.000,00	56.830.000,00	6.583.450,87	6.583.450,87	5.932.793,62	5.932.793,62	100,00	10,44	50.897.206,38

FONTE:

PORTO UNIAO, 27/03/2012

RENATO STASIAK	RICARDO DRAGONI	SOFIA SYDOL	DINARTE RIBEIRO GUEDES NET
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETÁRIO DE FINANÇAS E C	CONTADORA - CRC/SC 14640/0-4	ANALISTA CONTR INTERNO CR/

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO Anexo X 1º BIMESTRE 2012

Relatório Resumido da Execução Orçamentária Anexo X L.R.F. Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE 1º Bimestre 2012

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	6.050.000,00	6.050.000,00	427.171,94	427.171,94	7,06
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.440.000,00	3.440.000,00	163.588,12	163.588,12	4,76
1.1.1- IPTU	2.800.000,00	2.800.000,00	81.467,26	81.467,26	2,91
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	100.000,00	100.000,00	239,12	239,12	0,24
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	440.000,00	440.000,00	53.356,95	53.356,95	12,13
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	100.000,00	100.000,00	28.524,79	28.524,79	28,52
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	600.000,00	600.000,00	74.761,20	74.761,20	12,46
1.2.1- ITBI	600.000,00	600.000,00	74.761,20	74.761,20	12,46
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.510.000,00	1.510.000,00	158.235,29	158.235,29	10,48
1.3.1- ISS	1.400.000,00	1.400.000,00	152.712,17	152.712,17	10,91
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	60.000,00	60.000,00	3.926,66	3.926,66	6,54
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	50.000,00	50.000,00	1.596,46	1.596,46	3,19
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	500.000,00	500.000,00	30.587,33	30.587,33	6,12
1.4.1- IRRF	500.000,00	500.000,00	30.587,33	30.587,33	6,12
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	27.163.750,00	27.163.750,00	3.939.350,68	3.939.350,68	14,50
2.1- Cota-Parte FPM	16.000.000,00	16.000.000,00	2.539.542,58	2.539.542,58	15,87
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	16.000.000,00	16.000.000,00	2.539.542,58	2.539.542,58	15,87
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.750.000,00	8.750.000,00	1.118.125,83	1.118.125,83	12,78
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	62.500,00	62.500,00	5.930,20	5.930,20	9,49
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	188.750,00	188.750,00	14.614,56	14.614,56	7,74
2.5- Cota-Parte ITR	37.500,00	37.500,00	715,13	715,13	1,91
2.6- Cota-Parte IPVA	2.125.000,00	2.125.000,00	260.422,38	260.422,38	12,26
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	33.213.750,00	33.213.750,00	4.366.522,62	4.366.522,62	13,15
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	600.000,00	600.000,00	140.661,45	140.661,45	23,44
5.1- Transferências do Salário-Educação	600.000,00	600.000,00	140.661,45	140.661,45	23,44
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.445.450,00	1.445.450,00	49.500,19	49.500,19	3,42
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.045.450,00	2.045.450,00	190.161,64	190.161,64	9,30

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	5.492.250,00	5.492.250,00	787.869,67	787.869,67	14,35
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.200.000,00	3.200.000,00	507.908,44	507.908,44	15,87
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.750.000,00	1.750.000,00	223.624,99	223.624,99	12,78
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	12.000,00	12.000,00	1.186,04	1.186,04	9,88
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	37.750,00	37.750,00	2.922,89	2.922,89	7,74
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	7.500,00	7.500,00	143,01	143,01	1,91
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	485.000,00	485.000,00	52.084,30	52.084,30	10,74
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	7.117.050,00	7.117.050,00	1.119.603,56	1.119.603,56	15,73
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	7.087.050,00	7.087.050,00	1.117.185,84	1.117.185,84	15,76
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	30.000,00	30.000,00	2.417,72	2.417,72	8,06
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	1.594.800,00	1.594.800,00	329.316,17	329.316,17	20,65
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	4.152.230,00	4.152.230,00	729.799,27	729.799,27	17,58
13.1- Com Educação Infantil	1.181.000,00	1.181.000,00	285.265,80	285.265,80	24,15
13.2- Com Ensino Fundamental	2.971.230,00	2.971.230,00	444.533,47	444.533,47	14,96
14- OUTRAS DESPESAS	2.934.820,00	2.934.820,00	283.669,23	283.669,23	9,67
14.1- Com Educação Infantil	880.000,00	880.000,00	107.991,61	107.991,61	12,27
14.2- Com Ensino Fundamental	2.054.820,00	2.054.820,00	175.677,62	175.677,62	8,55
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	7.087.050,00	7.087.050,00	1.013.468,50	1.013.468,50	14,30
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					65,18
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	8.303.437,50	8.303.437,50	1.091.630,66	1.091.630,66	13,15
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.910.000,00	2.910.000,00	424.716,24	424.716,24	14,60
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.061.000,00	2.061.000,00	393.257,41	393.257,41	19,08
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	849.000,00	849.000,00	31.458,83	31.458,83	3,71
24- ENSINO FUNDAMENTAL	7.026.738,00	7.026.738,00	938.766,86	938.766,86	13,36
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	5.026.050,00	5.026.050,00	620.211,09	620.211,09	12,34
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.000.688,00	2.000.688,00	318.555,77	318.555,77	15,92
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	9.936.738,00	9.936.738,00	1.363.483,10	1.363.483,10	13,72
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					329.316,17
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					2.417,72
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					331.733,89
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.031.749,21
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					23,63

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	605.000,00	605.000,00	1.000,00	1.000,00	0,17
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	131.500,00	131.500,00	235,00	235,00	0,18
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	736.500,00	736.500,00	1.235,00	1.235,00	0,17
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	10.673.238,00	10.673.238,00	1.364.718,10	1.364.718,10	12,79
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	191.272,82		0,00		



MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.117.185,84	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	965.377,96	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.417,72	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	154.225,60	0,00

PORTO UNIAO, 27/03/2012

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIT

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

RREO Anexo XVI 1º BIMESTRE 2012

Relatório Resumido da Execução Orçamentária Anexo I L.R.F. Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde 1º Bimestre 2012

Município de PORTO UNIAO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	33.485.750,00	33.485.750,00	4.387.754,27	13,10
Impostos	5.300.000,00	5.300.000,00	339.527,96	6,41
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	2.800.000,00	2.800.000,00	81.467,26	2,91
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	600.000,00	600.000,00	74.761,20	12,46
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	1.400.000,00	1.400.000,00	152.712,17	10,91
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	500.000,00	500.000,00	30.587,33	6,12
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	1.022.000,00	1.022.000,00	108.875,63	10,65
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	150.000,00	150.000,00	1.783,11	1,19
Dívida Ativa dos Impostos	600.000,00	600.000,00	71.132,89	11,86
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	272.000,00	272.000,00	35.959,63	13,22
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	27.163.750,00	27.163.750,00	3.939.350,68	14,50
Da União	16.100.000,00	16.100.000,00	2.546.187,91	15,81
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	16.000.000,00	16.000.000,00	2.539.542,58	15,87
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	37.500,00	37.500,00	715,13	1,91
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	62.500,00	62.500,00	5.930,20	9,49
Do Estado	11.063.750,00	11.063.750,00	1.393.162,77	12,59
Cota-Parte do ICMS	8.750.000,00	8.750.000,00	1.118.125,83	12,78
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	188.750,00	188.750,00	14.614,56	7,74
Cota-Parte do IPVA	2.125.000,00	2.125.000,00	260.422,38	12,26
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	28.836.500,00	28.836.500,00	5.140.224,33	17,83
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-5.492.250,00	-5.492.250,00	-787.869,67	14,35
TOTAL	56.830.000,00	56.830.000,00	8.740.108,93	15,38

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	8.593.000,00	8.565.000,00	1.700.357,88	19,85
Pessoal e Encargos Sociais	6.034.000,00	6.034.000,00	1.258.312,66	20,85
Outras Despesas Correntes	2.559.000,00	2.531.000,00	442.045,22	17,47
DESPESAS DE CAPITAL	207.200,00	235.200,00	6.973,00	2,96
Investimentos	207.200,00	235.200,00	6.973,00	2,96

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Continuação 2/2

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	207.200,00	235.200,00	6.973,00	2,96
Investimentos	207.200,00	235.200,00	6.973,00	2,96
TOTAL (IV)	8.800.200,00	8.800.200,00	1.707.330,88	19,40

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	8.800.200,00	8.800.200,00	1.707.330,88	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.745.000,00	2.745.000,00	433.777,61	25,41
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.745.000,00	2.745.000,00	433.777,61	25,41
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	6.055.200,00	6.055.200,00	1.273.553,27	74,59

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2012 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <=² [(V - VI) / I]	29,03
--	-------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	7.042.200,00	7.042.200,00	1.423.039,16	83,35
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.423.000,00	1.423.000,00	262.423,97	15,37
Vigilância Sanitária	163.000,00	163.000,00	13.188,71	0,77
Vigilância Epidemiológica	172.000,00	172.000,00	8.679,04	0,51
TOTAL	8.800.200,00	8.800.200,00	1.707.330,88	100,00

FORTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

PORTO UNIAO, 27/03/2012

RENATO STASIAK
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/0-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18935

Rio do Sul

PREFEITURA

Portaria N. 0177/RH PORTARIA N. 0177/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progressão Funcional, referente ao triênio de 2008 a 2011, nos termos do art. 12 A, §1º, incisos I e II e §2º da Lei Complementar n. 075/2001, alterada pelas Leis Complementares n. 159/2006 e 234/2011 e, Decreto n. 446/2004, alterado pelo Decreto n. 2323/2011, em razão da aprovação obtida pelas avaliações de desempenho e qualificação, às servidoras:

Servidor	Matrícula
Alcione Ceroni Ruckert	25097/01
Anelore Buzzi	21768/02
Cassia Cristina De Souza Westphal	24759/01
Cintia Roling Mendonça	23051/03
Cristiane Rassini	23698/06
Debora Ossemer Schlup	25232/01
Deise Montibeler	13579/03
Denise Costa	5240/03
Evelise Sucatelli Mate	24031/04
Fabiola Regina Hinckel De Jesus	24783/01
Fernanda Pontes Rossi Fachini	26522/03
Flavia Cirlei Cercal	24791/01
Francisca Auricelia Alves De Matos	12823/06
Greice Aparecida Da Conceicao	24961/01
Greti Elaine Dos Santos Ern	20559/06
Iris Herweg Heinrich	1945/05
Leocadia Sborz	6068/02
Lilian Rode Barbosa	26441/04
Luciane Kirchner	20761/02
Marcia Wessner Vinotti	6084/02
Meres Aparecida De Andrade	13153/07
Michele Knopf	25313/05
Nilza Coelho	20621/03
Rosa Ferreira De Matos	20249/07
Sandra Mara Schons Xavier	21792/02
Seneli Ferreira Da Silva Zonta	25860/05
Silvana Do Nascimento	24910/01
Sonia Eger Censi	24996/01
Yara Dinora Neckel	24732/01

Art. 2º As servidoras identificadas no art. 1º são integrantes do quadro permanente da carreira do magistério e ocupantes do cargo de provimento efetivo Professor, pertencentes ao nível III, classe "A", adquirindo com a progressão a referência de vencimento correspondente a classe "B".

Art. 3º Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional, retroagem a partir de janeiro de 2012, conforme o disposto no Art. 12, do Decreto n. 446/2004.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de março de 2012.
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria N.º 0189/RH PORTARIA N.º 0189/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progressão Funcional, referente ao triênio de 2008 a 2011, nos termos do art. 12 A, §1º, incisos I e II e §2º da Lei Complementar n. 075/2001, alterada pelas Leis Complementares n. 159/2006 e 234/2011 e, Decreto n. 446/2004, alterado pelo Decreto n. 2323/2011, em razão da aprovação obtida pelas avaliações de desempenho e qualificação, ao servidor Edolar Pavanello, matrícula n. 24163/03.

Art. 2º O servidor identificado no art. 1º é integrante do quadro permanente da carreira do magistério e ocupante do cargo de provimento efetivo Pedagogo, pertencente ao nível III, classe "A", adquirindo com a progressão a referência de vencimento correspondente a classe "B".

Art. 3º Os efeitos financeiros decorrentes da Progressão Funcional, retroagem a partir de janeiro de 2012, conforme o disposto no Art. 12, do Decreto n. 446/2004.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de março de 2012.
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria N.º 0173/2012 PORTARIA N.º 0173/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Casamento, de acordo com o Inciso III do Art. 150, da Lei Complementar nº. 207, de 28/09/2010, à servidora pública municipal, SARA PRISCILA RAMOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Guarda Municipal, de 17/03/2012 até 21/03/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de Março de 2012.
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Vf

Portaria Nº 0174/2012

PORTARIA Nº. 0174/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Casamento, de acordo com o Inciso III do Art. 150, da Lei Complementar nº. 207, de 28/09/2010, ao servidor público municipal, FABIANO JOSE DE SOUZA BECKER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Guarda Municipal, de 19/03/2012 até 23/03/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de Março de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Vf

Portaria Nº 0190/2012

PORTARIA Nº. 0190/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Destituir, a partir de 22/03/2012, a servidora RUBIANA CARLA SLOMP, ocupante do cargo de provimento efetivo - Professor, da função gratificada de Diretora da Unidade Educacional de Pequeno Porte - Centro de Educação Infantil Augusto Bosco, nos termos do Art. 4º da Lei Complementar Nº 194/2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de Março de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Vf

Portaria Nº 0191/2012

PORTARIA Nº. 0191/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, para a partir de 23/03/2012, a servidora VERA LUCI ROVEDA, ocupante do cargo de provimento efetivo - Professor, para atuar como Diretora de Unidade Educacional de Pequeno Porte da Rede Pública Municipal - Centro de Educação Infantil Augusto Bosco. E pelo exercício da função, faz jus além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de 30% do seu vencimento base, em cumprimento ao Art. 4º da Lei Complementar Nº 194/2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de Março de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Vf

Portaria Nº 0193/2012

PORTARIA Nº. 0193/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, para a partir de 19/03/2012 a 17/04/2012, a servidora ELISABETH APARECIDA BERNARDO FRONZA, ocupante do cargo de provimento efetivo - Professor, para atuar como Diretora de Unidade Educacional de Pequeno Porte da Rede Pública Municipal - Centro de Educação Infantil Tia Bea, devido o afastamento da titular por motivo de férias. E pelo exercício da função, faz jus além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de 30% do seu vencimento base, em cumprimento ao Art. 4º da Lei Complementar Nº 194/2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de Março de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Vf

Portaria Nº. 0188/2012

PORTARIA Nº. 0188/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, nos termos do Protocolo nº 132866/2012, Abo- no de Permanência ao servidor VITAL FONTANIVE, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal de Posturas, em virtude de ter direito a aposentadoria voluntária a partir de 16/03/2010, de acordo com o Art. 2º, § 5º, da EC 41/03 e ainda permanecendo em atividade.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos financeiros a partir de 16/03/2010.

Rio do Sul, 23 de março de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Edital de Chamamento Público 005/2012/FMAS

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 005/2012

SELEÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL

INTERESSADA NA PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - FAIXA 1

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL/SC, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 83.102.574/0001-06, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor MILTON HOBUS, CONVIDA as empresas do ramo da construção civil a manifestarem interesse na apresentação de proposta para produção de habitação de interesse social, conforme as condições informadas neste Chamamento Público.

Este Chamamento Público, os respectivos anexos, informações e esclarecimentos necessários estarão disponíveis, a partir de 28/03/2012, das 07h30min às 11h30min - 13h30min às 17h30min,

na Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, nº 01, Bairro Centro, Rio do Sul/SC, no Departamento de Compras e Licitações.

2 - DO OBJETO

1 O presente Chamamento Público tem por objeto a seleção de empresa do ramo da construção civil para apresentação de proposta para construção de habitação descrita no anexo IV do presente, de interesse social no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) - Programa Nacional Habitação Urbana (PNHU) - FAIXA 1 (Rendimentos de 0 a 3 Salários Mínimos), com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, nos termos das diretrizes gerais estabelecidas pela Portaria n.465, de 03 de outubro de 2011, do Ministério das Cidades.

2 As habitações de interesse social de que trata este Chamamento deverão ser construídas em terreno de propriedade do Município e que será doado ao Fundo de Arrendamento Residencial de acordo com a Lei Municipal que assim o autoriza.

3 As propostas deverão contemplar a execução de toda a infraestrutura do empreendimento, pavimentação, soldagem, drenagem pluvial, esgotos, energia elétrica, iluminação das vias, água, licenciamento ambiental.

4 A Identificação do Terreno constitui o Anexo I.

3 - DA HABILITAÇÃO

1 Para manifestação de interesse junto a este Município, a empresa proponente deve estar habilitada nos seguintes termos:

a) Possuir conceito de análise de risco de crédito favorável e vigente, junto a Instituição Financeira Oficial: Banco do Brasil;

b) Possuir o certificado de conformidade do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H;

c) Apresentar situação regular do Cadastro de Fornecedor do Município.

2 A participação da interessada implica a aceitação integral e irretratável dos termos, condições e anexos deste Chamamento Público, bem como a observância das normas e regulamentos aplicáveis ao Programa Minha Casa Minha Vida - PNHU Faixa 1.

3 A empresa proponente deverá apresentar devidamente preenchida, até (03/04/2012), a manifestação de interesse correspondente ao Anexo II deste Chamamento Público;

4 Não serão aceitas manifestações de interesse de empresas que não atendam aos termos deste Chamamento Público.

5 Estarão aptas a participar deste procedimento as empresas do ramo da construção civil que apresentarem os documentos relacionados abaixo:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Certidão simplificada expedida pela junta comercial do Estado onde se situa a sede ou domicílio da empresa; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, e alterações subsequentes, devidamente registrados em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

e) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

f) declaração subscrita pelo seu representante legal, sob as penas da lei e para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal n.º 8.666/93, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezoito anos, estando em plena conformidade com o inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal;

g) declaração subscrita pelo seu representante legal, sob as penas da lei, de que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

1) que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

2) que não está impedida de contratar com a Administração Pública;

3) que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93; e,

4) que tem pleno conhecimento do objeto desta Chamada Pública e que concorda com as exigências constantes do edital;

h) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto que está sendo contratado;

i) certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de tributos municipais do local de domicílio ou sede da empresa, comprovando a regularidade da mesma para com a Fazenda Municipal, atualizada e em plena vigência;

j) certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de débitos estaduais emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, ou do local de domicílio ou sede da empresa, comprovando a regularidade da empresa para com a Fazenda Estadual, atualizada e em plena vigência;

k) certidão conjunta negativa, ou positiva com efeito de negativa, de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, comprovando a regularidade da empresa para com a Fazenda Federal, atualizada e em plena vigência;

l) certificado de regularidade do FGTS (CRF), comprovando a regularidade da empresa relativamente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

m) certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros, comprovando a regularidade da empresa relativamente ao INSS;

n) certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT), comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do artigo 29, inciso V, da Lei Federal n.º 8.666/93 e do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943;

o) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da empresa.

5.1. Todos os documentos expedidos pela empresa interessada deverão ser subscritos por seu representante legal, ou por procurador habilitado e deverão ser apresentados em papel identificado

(timbre, impressão ou carimbo) que contenha no mínimo, a razão social e o endereço da mesma.

5.2. Caberá à empresa interessada comprovar a legitimidade do seu representante legal, ou do respectivo procurador, mediante a apresentação de procuração ou de cópia do contrato social, estatuto social ou documento similar, em vigor, conforme o caso, junto com os documentos de habilitação e com a manifestação de interesse.

4 - DA SELEÇÃO

1 Entre as empresas que manifestarem interesse nos termos deste comunicado será selecionada pelo Município para apresentação da proposta definitiva junto ao Banco do Brasil, aquela que apresentar cumulativamente:

a) análise de crédito aprovada pelo Banco do Brasil;

b) Certificado do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H, nível A - nos termos da Portaria n.465, de 03 de outubro de 2011 do Ministério das Cidades;

c) Sistema construtivo devidamente homologado pelo Agente Gestor do Programa Nacional de Habitação urbana (PNHU);

d) atendidos os itens "a", "b" e "c", e em caso de empate, o desempate será efetuado pela comprovação por parte da empresa que apresentar maior número de unidades já construídas e entregues dentro do programa de habitação de interesse social da Faixa 1;

e) em caso de empate no item "d" acima, a ordem dos selecionados será definida pelo tempo de cadastro que a empresa possui junto ao Banco do Brasil;

f) persistindo empate no resultado da apuração do item "e", a empresa vencedora será a empresa que apresentar o projeto que atenda melhor as exigências do Município, presentes no anexo IV; e observando aspectos arquitetônicos, urbanísticos e o aproveitamento do terreno.

2 O Município emitirá o Termo de Seleção, indicando a empresa selecionada, conforme Anexo III deste Chamamento Público;

5 - DA PROPOSTA

1 A empresa selecionada deverá apresentar ao Agente Financeiro Oficial: Banco do Brasil, no prazo máximo de 15 dias após a emissão do Termo de Seleção, o projeto contendo a documentação completa, conforme especificado pelo Banco do Brasil, para análise e contratação da operação no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PNHU - Faixa 1;

2 O projeto a ser apresentado pela empresa deverá considerar as especificações para unidades habitacionais indicadas pelo Município, conforme Anexo IV deste Chamamento Público;

3 Findo o prazo estipulado sem que a empresa tenha cumprido a exigência constante no item 6 - 1, a critério do Município, poderá ser convidada a empresa que se classificou em segundo lugar nesse processo e assim, sucessivamente, até que uma empresa obtenha êxito na contratação.

6 - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

1 A seleção realizada na forma preconizada neste Chamamento Público terá eficácia quando celebrado contrato no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PNHU - Faixa 1 entre a empresa selecionada e o Agente Financeiro Oficial: Banco do Brasil, não cabendo ao Município ressarcir a empresa por qualquer valor

decorrente deste processo.

ANEXOS:

I - Identificação do Terreno

II - Manifestação de Interesse

III - Termo de Seleção

IV - Especificações das Unidades Habitacionais

Rio do Sul/SC, 27 de Março de 2012.

MILTON HOBUS

PREFEITO

Anexo I -Identificação do Terreno

MATRICULA - 40394

- terreno situado no bairro Progresso, com área de 7.993,53 m² (Sete mil novecentos e noventa e três metros quadrados e cinquenta e três decímetros quadrados), fazendo frente em 91,80 metros, com referida Rua Mafalda Lingner Porto; fundos em 92,00 metros, com terras de Rodolfo Odebrecht; extremado do lado direito em 91,68 metros, com terras da Secretária de Agricultura do Estado de Santa Catarina e, do lado esquerdo em 82,25 metros, com terra da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, e, dista aproximadamente 144,00 metros da Rua Rio Negrinho.

1.1 Levantamento Planialtimétrico

1.2 Certidão de Matrícula

Anexo II - Manifestação de Interesse

Pelo presente termo, a (empresa participante), inscrita no CNPJ sob no. XXXXXX, sediada a (endereço da construtora), neste ato representado por XXXXXX, inscrito no CPF sob no. XXXXXX vem manifestar junto ao Município de Rio do Sul/SC, seu interesse em apresentar proposta de produção de unidades habitacionais no imóvel descrito no Anexo I do Chamamento Público nº. 005/2012, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - Programa Nacional Habitação Urbana (PNHU) - Faixa 1 (Rendimentos de 0 a 3 Salários Mínimos).

Declara que aceita as condições do Chamamento Público nº. 005/2012 e está ciente da necessidade do atendimento às normas do Programa Minha Casa, Minha Vida - PNHU - Faixa 1 e as exigências do Agente Financeiro Oficial: Banco do Brasil, para a contratação da operação. Para comprovação da regularidade e qualificação no processo de habilitação, apresenta anexa a esta manifestação de interesse a documentação referida no item 3 (habilitação), subitem 5 do presente Edital.

Assinatura do responsável

Anexo III - Termo de Seleção

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 005/2012

SELEÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL INTERESSADA NA PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA.

1- O Município de Rio do Sul/SC, concluído o processo de seleção instituído pelo Chamamento Público nº. 005/2012 declara selecionada a empresa de construção civil abaixo qualificada: XXXX

2- A empresa selecionada deverá apresentar ao Agente Financeiro Oficial: Banco do Brasil, no prazo máximo de 15 dias após a

emissão deste termo de seleção, o projeto contendo a documentação completa, para análise e contratação da operação no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PNHU - Faixa 1.

3- O projeto a ser apresentada pela empresa deverá considerar as especificações para unidades habitacionais indicado pelo Município, conforme Anexo IV do Chamamento Público nº. 005/2012.

4- Findo o prazo estipulado sem que a empresa tenha cumprido a exigência constante no item 2, a critério do Município, poderá ser convidada a empresa que se classificou em segundo lugar nesse processo e assim, sucessivamente, até que uma empresa obtenha êxito na contratação.

Rio do Sul/SC, 04 de Abril de 2012.

MILTON HOBUS
PREFEITO

Anexo IV - Especificações

I - Unidades Habitacionais

As unidades habitacionais a serem implantadas no terreno em que se trata este chamamento público, deverão suprir a necessidade de no mínimo 128 (cento e vinte e oito) unidades habitacionais, construídas com alvenaria estrutural em prédios de quatro pavimentos.

A especificação das unidades habitacionais deve ter como base a especificação técnica mínima exigida pelo Ministério das Cidades para as unidades habitacionais a serem construídas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PNHU - Faixa 1.

II - Implantação

A Construtora deverá desenvolver projeto de implantação das unidades habitacionais respeitando a legislação vigente e as regras programáticas, assim como a Legislação do Município.

III - Infraestrutura

A Construtora deverá contemplar na proposta a execução de toda a infra-estrutura do empreendimento: drenagem pluvial, pavimentação, esgotos, energia elétrica, iluminação das vias e água. Todos os levantamentos, pesquisas e investigações necessárias, soldagem, visando à adequação do terreno às necessidades do empreendimento, conforme a exigência das normas técnicas, legislação e regras programáticas; bem como as aprovações nos órgãos competentes, inclusive no que refere ao licenciamento ambiental.

Editais de Chamamento Público 006/2012/FMAS

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 006/2012

SELEÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL

INTERESSADA NA PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - FAIXA 1

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL/SC, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 83.102.574/0001-06, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor MILTON HOBUS, CONVIDA as empresas do ramo da construção civil a manifestarem interesse na apresentação de proposta para produção de habitação de interesse social, conforme as condições informadas neste Chamamento Público.

Este Chamamento Público, os respectivos anexos, informações e esclarecimentos necessários estarão disponíveis, a partir de 28/03/2012, das 07h30min às 11h30min - 13h30min às 17h30min, na Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, nº 01, Bairro Centro, Rio do Sul/SC, no Departamento de Compras e Licitações.

2 - DO OBJETO

1 O presente Chamamento Público tem por objeto a seleção de empresa do ramo da construção civil para apresentação de proposta para construção de habitação descrita no anexo IV do presente, de interesse social no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) - Programa Nacional Habitação Urbana (PNHU) - FAIXA 1 (Rendimentos de 0 a 3 Salários Mínimos), com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, nos termos das diretrizes gerais estabelecidas pela Portaria n.465, de 03 de outubro de 2011, do Ministério das Cidades.

2 As habitações de interesse social de que trata este Chamamento deverão ser construídas em terreno de propriedade do Município e que será doado ao Fundo de Arrendamento Residencial de acordo com a Lei Municipal que assim o autoriza.

3 As propostas deverão contemplar a execução de toda a infraestrutura do empreendimento, pavimentação, soldagem, drenagem pluvial, esgotos, energia elétrica, iluminação das vias, água, licenciamento ambiental.

4 A Identificação do Terreno constitui o Anexo I.

3 - DA HABILITAÇÃO

1 Para manifestação de interesse junto a este Município, a empresa proponente deve estar habilitada nos seguintes termos:

a) Possuir conceito de análise de risco de crédito favorável e vigente, junto a Instituição Financeira Oficial: Caixa Econômica Federal;

b) Possuir o certificado de conformidade do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H;

c) Apresentar situação regular do Cadastro de Fornecedor do Município.

2 A participação da interessada implica a aceitação integral e irretratável dos termos, condições e anexos deste Chamamento Público, bem como a observância das normas e regulamentos aplicáveis ao Programa Minha Casa Minha Vida - PNHU Faixa 1.

3 A empresa proponente deverá apresentar devidamente preenchida, até (03/04/2012), a manifestação de interesse correspondente ao Anexo II deste Chamamento Público;

4 Não serão aceitas manifestações de interesse de empresas que não atendam aos termos deste Chamamento Público.

5 Estarão aptas a participar deste procedimento as empresas do ramo da construção civil que apresentarem os documentos relacionados abaixo:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Certidão simplificada expedida pela junta comercial do Estado onde se situa a sede ou domicílio da empresa; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, e alterações subsequentes, devidamente registrados em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente,

quando a atividade assim o exigir.

e) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

f) declaração subscrita pelo seu representante legal, sob as penas da lei e para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal n.º 8.666/93, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos, estando em plena conformidade com o inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal;

g) declaração subscrita pelo seu representante legal, sob as penas da lei, de que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- 1) que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 2) que não está impedida de contratar com a Administração Pública;
- 3) que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93; e,
- 4) que tem pleno conhecimento do objeto desta Chamada Pública e que concorda com as exigências constantes do edital;

h) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto que está sendo contratado;

i) certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de tributos municipais do local de domicílio ou sede da empresa, comprovando a regularidade da mesma para com a Fazenda Municipal, atualizada e em plena vigência;

j) certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de débitos estaduais emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, ou do local de domicílio ou sede da empresa, comprovando a regularidade da empresa para com a Fazenda Estadual, atualizada e em plena vigência;

k) certidão conjunta negativa, ou positiva com efeito de negativa, de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, comprovando a regularidade da empresa para com a Fazenda Federal, atualizada e em plena vigência;

l) certificado de regularidade do FGTS (CRF), comprovando a regularidade da empresa relativamente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

m) certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros, comprovando a regularidade da empresa relativamente ao INSS;

n) certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT), comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do artigo 29, inciso V, da Lei Federal n.º 8.666/93 e do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943;

o) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da empresa.

5.1. Todos os documentos expedidos pela empresa interessada deverão ser subscritos por seu representante legal, ou por procurador habilitado e deverão ser apresentados em papel identificado (timbre, impressão ou carimbo) que contenha no mínimo, a razão social e o endereço da mesma.

5.2. Caberá à empresa interessada comprovar a legitimidade do

seu representante legal, ou do respectivo procurador, mediante a apresentação de procuração ou de cópia do contrato social, estatuto social ou documento similar, em vigor, conforme o caso, junto com os documentos de habilitação e com a manifestação de interesse.

4 - DA SELEÇÃO

1 Entre as empresas que manifestarem interesse nos termos deste comunicado será selecionada pelo Município para apresentação da proposta definitiva junto ao Agente Financeiro Oficial: Caixa Econômica Federal aquela que apresentar cumulativamente:

a) análise de crédito aprovada pela Caixa Econômica Federal;

b) Certificado do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H, nível A - nos termos da Portaria n.465, de 03 de outubro de 2011 do Ministério das Cidades;

c) Sistema construtivo devidamente homologado pelo Agente Gestor do Programa Nacional de Habitação urbana (PNHU);

d) atendidos os itens "a", "b" e "c", e em caso de empate, o desempate será efetuado pela comprovação por parte da empresa que apresentar maior número de unidades já construídas e entregues dentro do programa de habitação de interesse social da Faixa 1;

e) em caso de empate no item "d" acima, a ordem dos selecionados será definida pelo tempo de cadastro que a empresa possui junto a Caixa Econômica Federal;

f) persistindo empate no resultado da apuração do item "e", a empresa vencedora será a empresa que apresentar o projeto que atenda melhor as exigências do Município, presentes no anexo IV; e observando aspectos arquitetônicos, urbanísticos e o aproveitamento do terreno.

2 O Município emitirá o Termo de Seleção, indicando a empresa selecionada, conforme Anexo III deste Chamamento Público;

5 - DA PROPOSTA

1 A empresa selecionada deverá apresentar a Agente Financeiro Oficial: Caixa Econômica Federal, no prazo máximo de 15 dias após a emissão do Termo de Seleção, o projeto contendo a documentação completa, conforme especificado pela Caixa Econômica Federal, para análise e contratação da operação no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PNHU - Faixa 1;

2 O projeto a ser apresentado pela empresa deverá considerar as especificações para unidades habitacionais indicadas pelo Município, conforme Anexo IV deste Chamamento Público;

3 Findo o prazo estipulado sem que a empresa tenha cumprido a exigência constante no item 6 - 1, a critério do Município, poderá ser convidada a empresa que se classificou em segundo lugar nesse processo e assim, sucessivamente, até que uma empresa obtenha êxito na contratação.

6 - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

1 A seleção realizada na forma preconizada neste Chamamento Público terá eficácia quando celebrado contrato no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PNHU - Faixa 1 entre a empresa selecionada e o Agente Financeiro Oficial: Caixa Econômica Federal, não cabendo ao Município ressarcir a empresa por qualquer valor decorrente deste processo.

ANEXOS:

I - Identificação do Terreno
II - Manifestação de Interesse
III - Termo de Seleção
IV - Especificações das Unidades Habitacionais
Rio do Sul/SC, 27 de Março de 2012.
MILTON HOBUS
Prefeito

Anexo I - Identificação do Terreno

MATRICULA - 44.708

- terreno situado no bairro Rainha, com área de 9.204,38 m² (nove mil, duzentos e quatro metros quadrados e trinta e oito décimos quadrados), fazendo frente em 25,90 metros com lado par da Rua Leopoldo Kurth, fundos com 80,00 metros com o prolongamento da Rua S/D, lado Direito em 05 (cinco) linhas quadradas, sendo a primeira a partir da referida Rua Leopoldo Kurth, em 30,00 metros, a segunda em 6,00 metros, ambas com terras de Sueli Teresinha Lins Baldo; a terceira em 110,00 metros com os lotes de numero 01, 0, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11, a quarta em 1,88 metros e a quinta em 24,00 metros com o lote de numero 13 do desmembramento de propriedade do município de Rio do Sul e, lado esquerdo em três linha quebradas, sendo a primeira a partir da referida Rua Leopoldo Kurth em 24,13 metros, a segunda em 30,00 metros, ambas COM TERRAS DE Nathalia Thiel Westphal e Edger Westphal e terceira em 139,43 metros com terras de Edemir Westphal, Nilva Marchi, Antonio Marchi, Lucia Westphal, Sebastião José Westphal, Neiva Maria Westphal.

1.1 Levantamento Planialtimétrico

1.2 Certidão de Matricula

Anexo II - Manifestação de Interesse

Pelo presente termo, a (empresa participante), inscrita no CNPJ sob no. XXXXXX, sediada a (endereço da construtora), neste ato representado por XXXXXX, inscrito no CPF sob no. XXXXXX vem manifestar junto ao Município de Rio do Sul/SC, seu interesse em apresentar proposta de produção de unidades habitacionais no imóvel descrito no Anexo I do Chamamento Público nº. 006/2012, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - Programa Nacional Habitação Urbana (PNHU) - Faixa 1 (Rendimentos de 0 a 3 Salários Mínimos).

Declara que aceita as condições do Chamamento Público nº. 006/2012 e está ciente da necessidade do atendimento às normas do Programa Minha Casa, Minha Vida - PNHU - Faixa 1 e as exigências do Agente Financeiro Oficial: Caixa Econômica Federal, para a contratação da operação. Para comprovação da regularidade e qualificação no processo de habilitação, apresenta anexa a esta manifestação de interesse a documentação referida no item 3 (habilitação), subitem 5 do presente Edital.

Assinatura do responsável

Anexo III - Termo de Seleção

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 006/2012

SELEÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL INTERESSADA NA PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA.

1- O Município de Rio do Sul/SC, concluído o processo de seleção instituído pelo Chamamento Público nº. 006/2012 declara selecionada a empresa de construção civil abaixo qualificada: XXXX

2- A empresa selecionada deverá apresentar ao Agente Financeiro Oficial: Caixa Econômica Federal, no prazo máximo de 15 dias após a emissão deste termo de seleção, o projeto contendo a documentação completa, para análise e contratação da operação no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PNHU - Faixa 1.

3- O projeto a ser apresentada pela empresa deverá considerar as especificações para unidades habitacionais indicado pelo Município, conforme Anexo IV do Chamamento Público nº. 006/2012.

4- Findo o prazo estipulado sem que a empresa tenha cumprido a exigência constante no item 2, a critério do Município, poderá ser convidada a empresa que se classificou em segundo lugar nesse processo e assim, sucessivamente, até que uma empresa obtenha êxito na contratação.

Rio do Sul/SC, 04 de Abril de 2012.

MILTON HOBUS

PREFEITO

Anexo IV - Especificações

I - Unidades Habitacionais

As unidades habitacionais a serem implantadas no terreno em que se trata este chamamento público, deverão suprir a necessidade de no mínimo 128 (cento e vinte e oito) unidades habitacionais, construídas com alvenaria estrutural em prédios de quatro pavimentos.

A especificação das unidades habitacionais deve ter como base a especificação técnica mínima exigida pelo Ministério das Cidades para as unidades habitacionais a serem construídas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PNHU - Faixa 1.

II - Implantação

A Construtora deverá desenvolver projeto de implantação das unidades habitacionais respeitando a legislação vigente e as regras programáticas, assim como a Legislação do Município.

III - Infraestrutura

A Construtora deverá contemplar na proposta a execução, toda a infra-estrutura do empreendimento: drenagem pluvial, pavimentação, esgotos, energia elétrica, iluminação das vias e água. Todos os levantamentos, pesquisas e investigações necessárias, soldagem, visando à adequação do terreno às necessidades do empreendimento, conforme a exigência das normas técnicas, legislação e regras programáticas; bem como as aprovações nos órgãos competentes, inclusive no que se refere ao licenciamento ambiental.

Edital de Chamamento Público 007/2012/FMAS

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 006/2012

SELEÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL INTERESSADA NA PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - FAIXA 1

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL/SC, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 83.102.574/0001-06, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor MILTON HOBUS, CONVIDA as empresas do ramo da construção civil a manifestarem interesse na apresentação de proposta para produção de habitação de interesse social, conforme as condições informadas neste Chamamento Público.

Este Chamamento Público, os respectivos anexos, informações e esclarecimentos necessários estarão disponíveis, a partir de 28/03/2012, das 07h30min às 11h30min - 13h30min às 17h30min,

na Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, nº 01, Bairro Centro, Rio do Sul/SC, no Departamento de Compras e Licitações.

2 - DO OBJETO

1 O presente Chamamento Público tem por objeto a seleção de empresa do ramo da construção civil para apresentação de proposta para construção de habitação descrita no anexo IV do presente, de interesse social no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) - Programa Nacional Habitação Urbana (PNHU) - FAIXA 1 (Rendimentos de 0 a 3 Salários Mínimos), com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, nos termos das diretrizes gerais estabelecidas pela Portaria n.465, de 03 de outubro de 2011, do Ministério das Cidades.

2 As habitações de interesse social de que trata este Chamamento deverão ser construídas em terreno de propriedade do Município e que será doado ao Fundo de Arrendamento Residencial de acordo com a Lei Municipal que assim o autoriza.

3 As propostas deverão contemplar a execução de toda a infraestrutura do empreendimento, pavimentação, soldagem, drenagem pluvial, esgotos, energia elétrica, iluminação das vias, água, licenciamento ambiental.

4 A Identificação do Terreno constitui o Anexo I.

3 - DA HABILITAÇÃO

1 Para manifestação de interesse junto a este Município, a empresa proponente deve estar habilitada nos seguintes termos:

a) Possuir conceito de análise de risco de crédito favorável e vigente, junto a Instituição Financeira Oficial: Caixa Econômica Federal;

b) Possuir o certificado de conformidade do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H;

c) Apresentar situação regular do Cadastro de Fornecedor do Município.

2 A participação da interessada implica a aceitação integral e irretratável dos termos, condições e anexos deste Chamamento Público, bem como a observância das normas e regulamentos aplicáveis ao Programa Minha Casa Minha Vida - PNHU Faixa 1.

3 A empresa proponente deverá apresentar devidamente preenchida, até (03/04/2012), a manifestação de interesse correspondente ao Anexo II deste Chamamento Público;

4 Não serão aceitas manifestações de interesse de empresas que não atendam aos termos deste Chamamento Público.

5 Estarão aptas a participar deste procedimento as empresas do ramo da construção civil que apresentarem os documentos relacionados abaixo:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Certidão simplificada expedida pela junta comercial do Estado onde se situa a sede ou domicílio da empresa; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, e alterações subsequentes, devidamente registrados em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

e) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

f) declaração subscrita pelo seu representante legal, sob as penas da lei e para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal n.º 8.666/93, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezoito anos, estando em plena conformidade com o inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal;

g) declaração subscrita pelo seu representante legal, sob as penas da lei, de que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- 1) que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 2) que não está impedida de contratar com a Administração Pública;
- 3) que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93; e,
- 4) que tem pleno conhecimento do objeto desta Chamada Pública e que concorda com as exigências constantes do edital;

h) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto que está sendo contratado;

i) certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de tributos municipais do local de domicílio ou sede da empresa, comprovando a regularidade da mesma para com a Fazenda Municipal, atualizada e em plena vigência;

j) certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de débitos estaduais emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, ou do local de domicílio ou sede da empresa, comprovando a regularidade da empresa para com a Fazenda Estadual, atualizada e em plena vigência;

k) certidão conjunta negativa, ou positiva com efeito de negativa, de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, comprovando a regularidade da empresa para com a Fazenda Federal, atualizada e em plena vigência;

l) certificado de regularidade do FGTS (CRF), comprovando a regularidade da empresa relativamente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

m) certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros, comprovando a regularidade da empresa relativamente ao INSS;

n) certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT), comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do artigo 29, inciso V, da Lei Federal n.º 8.666/93 e do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943;

o) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da empresa.

5.1. Todos os documentos expedidos pela empresa interessada deverão ser subscritos por seu representante legal, ou por procurador habilitado e deverão ser apresentados em papel identificado

(timbre, impressão ou carimbo) que contenha no mínimo, a razão social e o endereço da mesma.

5.2. Caberá à empresa interessada comprovar a legitimidade do seu representante legal, ou do respectivo procurador, mediante a apresentação de procuração ou de cópia do contrato social, estatuto social ou documento similar, em vigor, conforme o caso, junto com os documentos de habilitação e com a manifestação de interesse.

4 - DA SELEÇÃO

1 Entre as empresas que manifestarem interesse nos termos deste comunicado será selecionada pelo Município para apresentação da proposta definitiva junto ao Agente Financeiro Oficial: Caixa Econômica Federal aquela que apresentar cumulativamente:

a) análise de crédito aprovada pela Caixa Econômica Federal;

b) Certificado do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H, nível A - nos termos da Portaria n.465, de 03 de outubro de 2011 do Ministério das Cidades;

c) Sistema construtivo devidamente homologado pelo Agente Gestor do Programa Nacional de Habitação urbana (PNHU);

d) atendidos os itens "a", "b" e "c", e em caso de empate, o desempate será efetuado pela comprovação por parte da empresa que apresentar maior número de unidades já construídas e entregues dentro do programa de habitação de interesse social da Faixa 1;

e) em caso de empate no item "d" acima, a ordem dos selecionados será definida pelo tempo de cadastro que a empresa possui junto a Caixa Econômica Federal;

f) persistindo empate no resultado da apuração do item "e", a empresa vencedora será a empresa que apresentar o projeto que atenda melhor as exigências do Município, presentes no anexo IV; e observando aspectos arquitetônicos, urbanísticos e o aproveitamento do terreno.

2 O Município emitirá o Termo de Seleção, indicando a empresa selecionada, conforme Anexo III deste Chamamento Público;

5 - DA PROPOSTA

1 A empresa selecionada deverá apresentar a Agente Financeiro Oficial: Caixa Econômica Federal, no prazo máximo de 15 dias após a emissão do Termo de Seleção, o projeto contendo a documentação completa, conforme especificado pela Caixa Econômica Federal, para análise e contratação da operação no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PNHU - Faixa 1;

2 O projeto a ser apresentado pela empresa deverá considerar as especificações para unidades habitacionais indicadas pelo Município, conforme Anexo IV deste Chamamento Público;

3 Findo o prazo estipulado sem que a empresa tenha cumprido a exigência constante no item 6 - 1, a critério do Município, poderá ser convidada a empresa que se classificou em segundo lugar nesse processo e assim, sucessivamente, até que uma empresa obtenha êxito na contratação.

6 - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

1 A seleção realizada na forma preconizada neste Chamamento Público terá eficácia quando celebrado contrato no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PNHU - Faixa 1 entre a empresa selecionada e o Agente Financeiro Oficial: Caixa Econômica Federal, não cabendo ao Município ressarcir a empresa por qualquer

valor decorrente deste processo.

ANEXOS:

I - Identificação do Terreno

II - Manifestação de Interesse

III - Termo de Seleção

IV - Especificações das Unidades Habitacionais

Rio do Sul/SC, 27 de Março de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito

Anexo I - Identificação do Terreno

MATRICULA - 44.708

- terreno situado no bairro Rainha, com área de 9.204,38 m² (nove mil, duzentos e quatro metros quadrados e trinta e oito decímetros quadrados), fazendo frente em 25,90 metros com lado par da Rua Leopoldo Kurth, fundos com 80,00 metros com o prolongamento da Rua S/D, lado Direito em 05 (cinco) linhas quadradas, sendo a primeira a partir da referida Rua Leopoldo Kurth, em 30,00 metros, a segunda em 6,00 metros, ambas com terras de Sueli Teresinha Lins Baldo; a terceira em 110,00 metros com os lotes de numero 01, 0, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11, a quarta em 1,88 metros e a quinta em 24,00 metros com o lote de numero 13 do desmembramento de propriedade do município de Rio do Sul e, lado esquerdo em três linha quebradas, sendo a primeira a partir da referida Rua Leopoldo Kurth em 24,13 metros, a segunda em 30,00 metros, ambas COM TERRAS DE Nathalia Thiel Westphal e Edger Westphal e terceira em 139,43 metros com terras de Edemir Westphal, Nilva Marchi, Antonio Marchi, Lucia Westphal, Sebastião José Westphal, Neiva Maria Westphal.

1.1 Levantamento Planialtimétrico

1.2 Certidão de Matrícula

Anexo II - Manifestação de Interesse

Pelo presente termo, a (empresa participante), inscrita no CNPJ sob no. XXXXXX, sediada a (endereço da construtora), neste ato representado por XXXXXX, inscrito no CPF sob no. XXXXXX vem manifestar junto ao Município de Rio do Sul/SC, seu interesse em apresentar proposta de produção de unidades habitacionais no imóvel descrito no Anexo I do Chamamento Público nº. 006/2012, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - Programa Nacional Habitação Urbana (PNHU) - Faixa 1 (Rendimentos de 0 a 3 Salários Mínimos).

Declara que aceita as condições do Chamamento Público nº. 006/2012 e está ciente da necessidade do atendimento às normas do Programa Minha Casa, Minha Vida - PNHU - Faixa 1 e as exigências do Agente Financeiro Oficial: Caixa Econômica Federal, para a contratação da operação. Para comprovação da regularidade e qualificação no processo de habilitação, apresenta anexa a esta manifestação de interesse a documentação referida no item 3 (habilitação), subitem 5 do presente Edital.

Assinatura do responsável

Anexo III - Termo de Seleção

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 006/2012

SELEÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL INTERESSADA NA

PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO ÂMBITO DO

PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA.

1- O Município de Rio do Sul/SC, concluído o processo de seleção

instituído pelo Chamamento Público nº. 006/2012 declara selecionada a empresa de construção civil abaixo qualificada: XXXX

2- A empresa selecionada deverá apresentar ao Agente Financeiro Oficial: Caixa Econômica Federal, no prazo máximo de 15 dias após a emissão deste termo de seleção, o projeto contendo a documentação completa, para análise e contratação da operação no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PNHU - Faixa 1.

3- O projeto a ser apresentada pela empresa deverá considerar as especificações para unidades habitacionais indicado pelo Município, conforme Anexo IV do Chamamento Público nº. 006/2012.

4- Findo o prazo estipulado sem que a empresa tenha cumprido a exigência constante no item 2, a critério do Município, poderá ser convidada a empresa que se classificou em segundo lugar nesse processo e assim, sucessivamente, até que uma empresa obtenha êxito na contratação.

Rio do Sul/SC, 04 de Abril de 2012.
MILTON HOBUS
PREFEITO

Anexo IV - Especificações

I - Unidades Habitacionais

As unidades habitacionais a serem implantadas no terreno em que se trata este chamamento público, deverão suprir a necessidade de no mínimo 128 (cento e vinte e oito) unidades habitacionais, construídas com alvenaria estrutural em prédios de quatro pavimentos.

A especificação das unidades habitacionais deve ter como base a especificação técnica mínima exigida pelo Ministério das Cidades para as unidades habitacionais a serem construídas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PNHU - Faixa 1.

II - Implantação

A Construtora deverá desenvolver projeto de implantação das unidades habitacionais respeitando a legislação vigente e as regras programáticas, assim como a Legislação do Município.

III - Infraestrutura

A Construtora deverá contemplar na proposta a execução, toda a infra-estrutura do empreendimento: drenagem pluvial, pavimentação, esgotos, energia elétrica, iluminação das vias e água. Todos os levantamentos, pesquisas e investigações necessárias, soldagem, visando à adequação do terreno às necessidades do empreendimento, conforme a exigência das normas técnicas, legislação e regras programáticas; bem como as aprovações nos órgãos competentes, inclusive no que se refere ao licenciamento ambiental.

Edital de Chamamento Público 007/2012/FMAS

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 007/2012

SELEÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL
INTERESSADA NA PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - FAIXA 1

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL/SC, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 83.102.574/0001-06, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor MILTON HOBUS, CONVIDA as empresas do ramo da construção civil a manifestarem interesse na apresentação de proposta para produção de habitação de interesse social, conforme as condições informadas neste Chamamento Público.

Este Chamamento Público, os respectivos anexos, informações e esclarecimentos necessários estarão disponíveis, a partir de 28/03/2012, das 07h30min às 11h30min - 13h30min às 17h30min, na Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, nº 01, Bairro Centro, Rio do Sul/SC, no Departamento de Compras e Licitações.

2 - DO OBJETO

1 O presente Chamamento Público tem por objeto a seleção de empresa do ramo da construção civil para apresentação de proposta para construção de habitação descrita no anexo IV do presente, de interesse social no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) - Programa Nacional Habitação Urbana (PNHU) - FAIXA 1 (Rendimentos de 0 a 3 Salários Mínimos), com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, nos termos das diretrizes gerais estabelecidas pela Portaria n.465, de 03 de outubro de 2011, do Ministério das Cidades.

2 As habitações de interesse social de que trata este Chamamento deverão ser construídas em terreno de propriedade do Município e que será doado ao Fundo de Arrendamento Residencial de acordo com a Lei Municipal que assim o autoriza.

3 As propostas deverão contemplar a execução de toda a infraestrutura do empreendimento, pavimentação, soldagem, drenagem pluvial, esgotos, energia elétrica, iluminação das vias, água, licenciamento ambiental.

4 A Identificação do Terreno constitui o Anexo I.

3 - DA HABILITAÇÃO

1 Para manifestação de interesse junto a este Município, a empresa proponente deve estar habilitada nos seguintes termos:

a) Possuir conceito de análise de risco de crédito favorável e vigente, junto a Instituição Financeira Oficial: Banco do Brasil;

b) Possuir o certificado de conformidade do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H;

c) Apresentar situação regular do Cadastro de Fornecedor do Município.

2 A participação da interessada implica a aceitação integral e irretratável dos termos, condições e anexos deste Chamamento Público, bem como a observância das normas e regulamentos aplicáveis ao Programa Minha Casa Minha Vida - PNHU Faixa 1.

3 A empresa proponente deverá apresentar devidamente preenchida, até (03/04/2012), a manifestação de interesse correspondente ao Anexo II deste Chamamento Público e documentos relacionados no item 5 abaixo;

4 Não serão aceitas manifestações de interesse de empresas que não atendam aos termos deste Chamamento Público.

5 Estarão aptas a participar deste procedimento as empresas do ramo da construção civil que apresentarem os documentos relacionados abaixo:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Certidão simplificada expedida pela junta comercial do Estado onde se situa a sede ou domicílio da empresa; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, e alterações subsequentes, devidamente registrados em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos

de eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

e) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

f) declaração subscrita pelo seu representante legal, sob as penas da lei e para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal n.º 8.666/93, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesesseis anos, estando em plena conformidade com o inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal;

g) declaração subscrita pelo seu representante legal, sob as penas da lei, de que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- 1) que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 2) que não está impedida de contratar com a Administração Pública;
- 3) que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93; e,
- 4) que tem pleno conhecimento do objeto desta Chamada Pública e que concorda com as exigências constantes do edital;

h) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto que está sendo contratado;

i) certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de tributos municipais do local de domicílio ou sede da empresa, comprovando a regularidade da mesma para com a Fazenda Municipal, atualizada e em plena vigência;

j) certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de débitos estaduais emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, ou do local de domicílio ou sede da empresa, comprovando a regularidade da empresa para com a Fazenda Estadual, atualizada e em plena vigência;

k) certidão conjunta negativa, ou positiva com efeito de negativa, de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, comprovando a regularidade da empresa para com a Fazenda Federal, atualizada e em plena vigência;

l) certificado de regularidade do FGTS (CRF), comprovando a regularidade da empresa relativamente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

m) certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros, comprovando a regularidade da empresa relativamente ao INSS;

n) certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT), comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do artigo 29, inciso V, da Lei Federal n.º 8.666/93 e do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943;

o) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo

distribuidor da sede da empresa.

5.1. Todos os documentos expedidos pela empresa interessada deverão ser subscritos por seu representante legal, ou por procurador habilitado e deverão ser apresentados em papel identificado (timbre, impressão ou carimbo) que contenha no mínimo, a razão social e o endereço da mesma.

5.2. Caberá à empresa interessada comprovar a legitimidade do seu representante legal, ou do respectivo procurador, mediante a apresentação de procuração ou de cópia do contrato social, estatuto social ou documento similar, em vigor, conforme o caso, junto com os documentos de habilitação e com a manifestação de interesse.

4 - DA SELEÇÃO

1 Entre as empresas que manifestarem interesse nos termos deste comunicado será selecionada pelo Município para apresentação da proposta definitiva junto ao Agente Financeiro Oficial: Banco do Brasil aquela que apresentar cumulativamente:

a) análise de crédito aprovada pelo Banco do Brasil;

b) Certificado do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H, nível A - nos termos da Portaria n.465, de 03 de outubro de 2011 do Ministério das Cidades;

c) Sistema construtivo devidamente homologado pelo Agente Gestor do Programa Nacional de Habitação urbana (PNHU);

d) atendidos os itens "a", "b" e "c", e em caso de empate, o desempate será efetuado pela comprovação por parte da empresa que apresentar maior número de unidades já construídas e entregues dentro do programa de habitação de interesse social da Faixa 1;

e) em caso de empate no item "d" acima, a ordem dos selecionados será definida pelo tempo de cadastro que a empresa possui junto Banco do Brasil;

f) persistindo empate no resultado da apuração do item "e", a empresa vencedora será a empresa que apresentar o projeto que atenda melhor as exigências do Município, presentes no anexo IV; e observando aspectos arquitetônicos, urbanísticos e o aproveitamento do terreno.

2 O Município emitirá o Termo de Seleção, indicando a empresa selecionada, conforme Anexo III deste Chamamento Público;

5 - DA PROPOSTA

1 A empresa selecionada deverá apresentar ao Agente Financeiro Oficial: Banco do Brasil, no prazo máximo de 15 dias após a emissão do Termo de Seleção, o projeto contendo a documentação completa, conforme especificado pelo Banco do Brasil, para análise e contratação da operação no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PNHU - Faixa 1;

2 O projeto a ser apresentado pela empresa deverá considerar as especificações para unidades habitacionais indicadas pelo Município, conforme Anexo IV deste Chamamento Público;

3 Findo o prazo estipulado sem que a empresa tenha cumprido a exigência constante no item 6 - 1, a critério do Município, poderá ser convidada a empresa que se classificou em segundo lugar nesse processo e assim, sucessivamente, até que uma empresa obtenha êxito na contratação.

6 - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

1 A seleção realizada na forma preconizada neste Chamamento Público terá eficácia quando celebrado contrato no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PNHU - Faixa 1 entre a empresa selecionada e ao Agente Financeiro Oficial: Banco do Brasil, não cabendo ao Município ressarcir a empresa por qualquer valor decorrente deste processo.

ANEXOS:

I - Identificação do Terreno

II - Manifestação de Interesse

III - Termo de Seleção

IV - Especificações das Unidades Habitacionais

Rio do Sul/SC, 27 de Março de 2012.

MILTON HOBUS

PREFEITO

Anexo I - Identificação do Terreno

MATRÍCULA - 33048

- terreno situado no bairro Barra do Trombudo, com área de 53.220,00 m² (cinquenta e três mil duzentos e vinte metros quadrados), fazendo frente em 12,00m² com a Rua Clemente Demarch; fundo em 05 linhas retas e quebradas, sendo a 1ª em 49,00 metros, a 2ª em 12,00 metros, a 3ª em 122,00m, a 4ª em 12,00 metros e a 5ª em 68,18 metros; todas com terras de Arlindo Cani; extremado do lado direito em 08 linhas retas e curvas, sendo a 1ª em 32,55 metros, a 2ª em 84,89 metros, a 3ª em 35,25 metros, a 4ª em 185,64 metros, a 5ª em 36,92 metros, a 6ª em 54,21 metros todas limitando com terras de Arlindo Cani, a 7ª em 104,86 metros, com terras do Loteamento São Pedro, final da Rua Valdemiro da Silva e Prefeitura Municipal de Rio do Sul, e a 8ª em 207,37 metros, com terras de Odilon Claudino e, do lado esquerdo em 07 linhas retas e curvas, sendo a 1ª em 32,55 metros, a 2ª em 72,31 metros, a 3ª em 35,25 metros, a 4ª em 190,15 metros, a 5ª em 67,92 metros, a 6ª em 58,92 metros, todas limitando com Arlindo Cani e a 7ª linha em 180,25 metros, com terras de Maria Sperckott. De acordo com a Lei nº 4344, de 19 de Abril de 2006, a área de 2.971,00 m² foi destinada exclusivamente área verde.

1.1 Levantamento Planialtimétrico

1.2 Certidão de Matricula

Anexo II - Manifestação de Interesse

Pelo presente termo, a (empresa participante), inscrita no CNPJ sob no. XXXXXX, sediada a (endereço da construtora), neste ato representado por XXXXXX, inscrito no CPF sob no. XXXXXX vem manifestar junto ao Município de Rio do Sul/SC, seu interesse em apresentar proposta de produção de unidades habitacionais no imóvel descrito no Anexo I do Chamamento Público nº. 007/2012, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - Programa Nacional Habitação Urbana (PNHU) - Faixa 1 (Rendimentos de 0 a 3 Salários Mínimos).

Declara que aceita as condições do Chamamento Público nº. 007/2012 e está ciente da necessidade do atendimento às normas do Programa Minha Casa, Minha Vida - PNHU - Faixa 1 e as exigências do Agente Financeiro Oficial: Banco do Brasil, para a contratação da operação. Para comprovação da regularidade e qualificação no processo de habilitação, apresenta anexa a esta manifestação de interesse a documentação referida no item 3 (habilitação), subitem 5 do presente Edital.

Assinatura do responsável

Anexo III - Termo de Seleção

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 007/2012

SELEÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL INTE-RESSADA NA
PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO ÂMBITO DO
PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA.

1- O Município de Rio do Sul/SC, concluído o processo de seleção instituído pelo Chamamento Público nº. 007/2012 declara selecionada a empresa de construção civil abaixo qualificada: XXXX

2- A empresa selecionada deverá apresentar ao Agente Financeiro Oficial: Banco do Brasil, no prazo máximo de 15 dias após a emissão deste termo de seleção, o projeto contendo a documentação completa, para análise e contratação da operação no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PNHU - Faixa 1.

3- O projeto a ser apresentada pela empresa deverá considerar as especificações para unidades habitacionais indicado pelo Município, conforme Anexo IV do Chamamento Público nº. 007/2012.

4- Findo o prazo estipulado sem que a empresa tenha cumprido a exigência constante no item 2, a critério do Município, poderá ser convidada a empresa que se classificou em segundo lugar nesse processo e assim, sucessivamente, até que uma empresa obtenha êxito na contratação.

Rio do Sul/SC, 04 de Abril de 2012.

MILTON HOBUS

PREFEITO

Anexo IV - Especificações

I - Unidades Habitacionais

As unidades habitacionais a serem implantadas no terreno em que se trata este chamamento público, deverão suprir a necessidade de no mínimo 300 (trezentas) unidades habitacionais, construídas em prédios com dois pavimentos.

A especificação das unidades habitacionais deve ter como base a especificação técnica mínima exigida pelo Ministério das Cidades para as unidades habitacionais a serem construídas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PNHU - Faixa 1.

II - Implantação

A Construtora deverá desenvolver projeto de implantação das unidades habitacionais respeitando a legislação vigente e as regras programáticas, assim como a Legislação do Município.

III - Infraestrutura

A Construtora deverá contemplar na proposta a execução de toda a infra-estrutura do empreendimento: drenagem pluvial, pavimentação, esgotos, energia elétrica, iluminação das vias e água. Todos os levantamentos, pesquisas e investigações necessárias, soldagem, visando à adequação do terreno às necessidades do empreendimento, conforme a exigência das normas técnicas, legislação e regras programáticas; bem como as aprovações nos órgãos competentes, inclusive no que refere ao licenciamento ambiental.

Pauta de Sorteio Nº 002/2012

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

Pauta de Sorteio Nº 002/2012

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I

do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 05 de abril de 2012, às 09hs00 no Auditório Renato Cardoso, sito no 1º andar do prédio central da Prefeitura Municipal, para realização do sorteio de distribuição do seguinte Recurso:

Número do Protocolo: Protocolo Nº 130505/2011
Nome do Recorrente: Banco Santander S.A
Nº do Recurso: 001/2012

Número do Protocolo: Protocolo Nº 130506/2011
Nome do Recorrente: Banco Santander S.A
Nº do Recurso: 002/2012

Rio do Sul, 27 de março de 2012.
LEONICE WITTE
Secretaria Geral do CMC

Editais de Publicação de Acórdãos Nº 002/2012
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 002/2012
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC

Aos 22/03/2012, na Secretaria Geral, para publicação, foi apresentado o seguinte acórdão:

Recurso Ordinário nº 023/2011
Protocolo nº 128179/2011
Recorrente: Teixeira & Filhos Administradora de Bens Ltda
Relatora: Conselheira Khellen Kühn Della Santos
Redação do acórdão de acordo com § 1º do art 36 do Regimento Interno: Roberto Budag

DECISÃO: Através do voto de QUALIDADE do Presidente dado provimento ao Recurso, reconhecendo o direito a imunidade tributária ao Recorrente, desde que nos 03 (três) anos posteriores a criação da sociedade e incorporação dos bens, as receitas com aquelas atividades previstas na ressalva do inciso IV, do art. 225 do Código Tributário Municipal não supere 50% das suas receitas operacionais, do contrário, plenamente exigível o indigitado tributo.

EMENTA: TRIBUTÁRIO - ITBI - INCORPORAÇÃO DE BENS IMÓVEIS A PESSOA JURÍDICA EM REALIZAÇÃO DE CAPITAL - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA SUJEITA A VERIFICAÇÃO DE PRESSUPOSTOS ESPECÍFICOS, PREVISTOS NO ART. 225, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL. O contribuinte tem entre as suas atividades a compra e venda, a locação ou o arrendamento mercantil dos bens e direitos incorporados somente fará jus a imunidade tributária se a receita com estas atividades não for superior a 50% do total da receita operacional e no período previsto nas alíneas "a" e "b" do § 3º, do art. 225/CTM.

LEONICE WITTE
Secretaria Geral do Conselho Municipal de Contribuintes

CÂMARA MUNICIPAL

Resumo da Ata de Registro de Preços Nº 02/2012

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº002/2012 REF. AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2012.

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e doze, a Câmara Municipal de Rio do Sul, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. José Thomé, resolve Registrar os preços da Empresa Mineral Kabir LTDA ME, neste ato representada pelo Sr. Fabio Luiz Ropelato. A presente ata tem por objeto o Registro de preço para aquisição futura de Gêneros Alimentícios. Conforme os itens abaixo discriminados:

GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Quant. total	Unidade	PRODUTO	Preço un.
400	Fardos c/ 12 garra-fas de 500 ml	Água mineral sem gás, de boa qualidade.	10,80
200	Fardos c/12 garra-fas de 500 ml	Água mineral com gás, de boa qualidade.	11,80
14	Garrações de 20 lts.	Água mineral sem gás, de boa qualidade, envasada em garrações do tipo pet ou acrílico, com capacidade de 20 litros.	10,80
100	Cx c/ 48 copos de 200 ml	Água mineral sem gás, de boa qualidade.	38,00

Fica declarado que o prazo de validade desta ARP será de 12 meses, contados a partir da sua assinatura, já incluindo possíveis prorrogações.

JOSÉ THOMÉ
Presidente da Câmara

Resumo da Ata de Registro de Preços Nº 03/2012

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº003/2012
REF. AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2012

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e doze, a Câmara Municipal de Rio do Sul, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. José Thomé, resolve Registrar os preços da Empresa Supermercado Princesa Isabel, neste ato representada pelo Sr. Arno Haut. A presente ata tem por objeto o Registro de preço para aquisição de Gêneros Alimentícios. Conforme os itens abaixo discriminados:

GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Qnt. total	Und	PRODUTO	Preço un.	Preço Total
75	Pcte de 500 g	Café torrado e moído.	13,90	1.042,50

14	Emba-lagem de 200 g	Café solúvel granulado, instantâneo, selo da ABIC e Certificado de Autorização para uso do selo.	9,50	152,00
9	Cx com 1.000 un. de 5 g	Açúcar cristal, branco, obtido da cana de açúcar.	50,00	500,00
7	Frascos c/ 100 ml	Adoçante dietético líquido, 100% (cem por cento) Natural.	13,6429	95,50
PREÇO TOTAL DO LOTE 01 (R\$)		1.790,00		
25	Caixas de 20 g com 10 sacos	Chá, de diversos sabores. Sabores: boldo, hortelã, morango, camomila, erva-doce e cidreira.	3,80	102,60
15	Caixas de 30 g com 15 sacos	Chá misto de flores e frutas silvestres.	10,696	267,40
PREÇO TOTAL DO LOTE 03 (R\$)		370,00		
900	Caixas com 1.000 ml	Leite UHT semidesnatado, esterilizado, longa vida, em embalagens Tetra Pak de 1.000 ml (um mil mililitros).	1,99	1.791,00
PREÇO TOTAL DO LOTE 04 (R\$)		1.791,00		

Qnt. total	Und	PRODUTO	Preço un.	Preço Total
550	Cx c/ 1.000ml	Suco de fruta natural, líquido, pronto para o consumo, de vários sabores, com soja Sabores: pêssego, uva, abacaxi, morango e manga.	4,40	2.420,00
450	Cx c/ 1.000ml			

Suco de fruta natural, líquido, pronto para o consumo, sabor banana, com soja.

	4,925	1.970,00		
650	Cx c/ 1.000ml			

Suco de frutas industrializado, de vários sabores, pronto para o consumo.

Sabores: laranja, pêssego, abacaxi, uva, e manga.	4,40	2.860,00		
PREÇO TOTAL DO LOTE 05 (R\$)		7.250,00		

Fica declarado que o prazo de validade desta ARP será de 12 meses, contados a partir da sua assinatura, já incluindo possíveis prorrogações.

JOSÉ THOMÉ
Presidente da Câmara

Resumo da Ata de Registro de Preços Nº 04/2012

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº004/2012 REF. AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2012

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e doze, a Câmara Municipal de Rio do Sul, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. José Thomé, resolve Registrar os preços da Empresa Celia Regina Wambommel ME, neste ato representada pelo Sr. Robson Natanael Chiquio. A presente ata tem por objeto o Registro de preço para aquisição de Materiais de Copa e Cozinha, de Limpeza e de Higienização. Conforme os itens abaixo discriminados:

MATERIAL DE LIMPEZA E COPA E COZINHA

Qnt. total	Und	PRODUTO	Preço un.	Preço Total
15	Embalagem de 2.000ml	Água sanitária – Solução aquosa a base de hipoclorito de sódio ou cálcio, com teor de cloro ativo entre 2%P/P a 2,5%P/P.	2,50	37,50
6	Embalagem de 1.000ml	Álcool Etílico, hidratado, 92,8° (noventa e dois vírgula oito graus) INPM. Embalagem com 1.000 ml (um mil mililitros)	4,50	27,00
12	Embalagem De 400ml	Desodorizador de ambientes, aerossol, dupla ação, com spray e pressão.	7,95	95,40
55	Embalagem com 750 ml	Cera líquida para pisos, auto brilho, incolor, resistente a riscos.	5,90	324,50

45	Embala-gem com 2.000 ml	Desinfetante de uso geral, germicida e bactericida, líquido.	3,45	155,25
12	Embala-gem com 500ml	Detergente líquido, para cozinha, neutro, biodegradável.	1,50	18,00
15	und	Esponja para limpeza, dupla face.	0,75	11,25

Qnt. total	Und	PRODUTO	Preço un.	Preço Total
03	Pacotes c/ 8 und	Esponja lã de aço.	1,90	5,70
50	und	Pedra sanitária desodorizadora e aromática.	1,00	50,00
10	Caixa c/ 1.000g	Sabão em pó biodegradável.	4,55	45,50
5	Pacotes com 5 unidade	Pano de limpeza multiuso, tipo Perfex, com agente antibactericida, e, embalagem com 5 (cinco) unidades	2,90	14,50
24	Pacotes com 25 unds	Saco plástico de lixo, cor preta, capacidade para 100 litros.	13,50	324,00
20	Pacotes com 10 und	Saco plástico de lixo, capacidade para 30 (trinta) litros.	1,95	39,00
15	Pacotes com 5 und	Saco plástico de lixo, capacidade para 50 (cinquenta) litros.	1,96	29,40
75	Pacotes com 2 und	Papel toalha, cor branca, cada folha medindo, aproximadamente, 22 cm x 20 cm (centímetros),	2,23	223,00
TOTAL DO LOTE 06 (R\$)		1.400,00		
70	Pacotes c/100 un.	Copo descartável em poliestireno, com capacidade para 180 ml (cento e oitenta mililitros).	2,22	155,40

70	Pacotes com 100 un.	Copo descartável em poliestireno, com capacidade para 300 ml (trezentos mililitros).	4,20	294,00
15	Pcte com 50un.	Guardanapo em papel.	1,04	15,60
30	Pacotes com 10 unidades	Prato descartável, de 21 cm (vinte e um centímetros).	2,75	82,50
30	Pacotes com 250 unidades	Mexedor para café, em poliestireno.	6,90	207,00
13	Caixa com 30 und	Coador de papel para café, tamanho grande, nº 103 (cento e três).	3,50	45,50
TOTAL DO LOTE 07 (R\$)				800,00

Fica declarado que o prazo de validade desta ARP será de 12 meses, contados a partir da sua assinatura, já incluindo possíveis prorrogações.

JOSÉ THOMÉ
Presidente da Câmara

Salto Veloso

PREFEITURA

Decreto Nº 019/2012

DECRETO Nº 019/2012, DE 27 DE MARÇO DE 2012.
Decreta Ponto Facultativo.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com base nos poderes que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado Ponto Facultativo Municipal o período vespertino do dia 05 de abril de 2012 (quinta-feira), nas repartições públicas municipais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 27 de março de 2012.
ANA ROSA ZANELA
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria na data supra.

MATHEUS ABATI PÉRICO
Secretário De Administração E Finanças

São Bento do Sul

PREFEITURA

Lei Nº 2982/12

LEI Nº 2982, DE 27 DE MARÇO DE 2012.

ESTABELECE OS VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Os vencimentos dos cargos de provimento efetivo do Poder Legislativo Municipal são estabelecidos no Anexo Único, observada a escala de letras e níveis.

Art. 2º. Os vencimentos estabelecidos no Anexo Único serão reajustados de acordo com a legislação municipal específica.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de março de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Lei Nº 2983/12

LEI Nº 2983, DE 27 DE MARÇO DE 2012.

ESTABELECE VALORES DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS AOS SERVIDORES EFETIVOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam criadas no âmbito do Poder Legislativo, as funções gratificadas estabelecidas no Anexo Único, com as correspondentes quantidades, níveis e valores.

Art. 2º. O respectivo provimento ou concessão da gratificação é privativo aos servidores efetivos do quadro permanente, estáveis ou em estágio probatório.

Art. 3º. Ao Presidente da Câmara Municipal cabe a livre concessão e cassação do benefício, através de Portaria consignando os motivos da concessão.

Art. 4º. A concessão da gratificação impedirá o seu detentor de receber horas extraordinárias e poderá exigir a prestação de serviços fora da jornada normal de trabalho.

Art. 5º. Fica criada 01 (uma) Função Gratificada Específica de Responsabilidade Técnica Contábil, vinculada a assinatura e responsabilização pelas atividades desenvolvidas, a ser exercida unicamente por detentor de cargo efetivo e inscrito no Conselho Regional de Contabilidade, mediante pagamento de gratificação pecuniária de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Art. 6º. As funções gratificadas previstas no Regime Jurídico Único dos servidores municipais, na forma especificada, serão concedidas através de ato designatário do Presidente.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 27 de março de 2012.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

TABELA DE FUNÇÃO GRATIFICADA AOS SERVIDORES EFETIVOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

QUANTIDADE	NÍVEL	VALOR
02	FG-5	R\$ 600,00
02	FG-4	R\$ 450,00
01	FG-3	R\$ 300,00
01	FG-2	R\$ 200,00
01	FG-1	R\$ 100,00

Lei Nº 2984/12

LEI Nº 2984, DE 27 DE MARÇO DE 2012.

INSTITUI A GRATIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE A FISCALIZAÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal

Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituída a Gratificação de Produtividade à Fiscalização de Obras a ser paga segundo as disposições desta Lei.

Art. 2º Farão jus à gratificação prevista nessa Lei, os ocupantes do cargo de Fiscal de Obras Municipais que estiverem no efetivo exercício de suas funções.

Art. 3º O valor da Gratificação de Produtividade à Fiscalização de Obras de que trata essa Lei, não excederá o limite de 30% (trinta por cento) do vencimento base do servidor, considerada sua evolução horizontal e vertical dentro do Plano de Cargos, Carreira e Salários do Município.

Art. 4º Para determinação do valor da Gratificação de Produtividade à Fiscalização de Obras, em cada caso, serão atribuídas parcelas de produtividade, cujos valores e forma de distribuição serão estabelecidas em regulamento, sendo vedado estabelecer proporcionalidade entre o valor da gratificação e a arrecadação, seja com a taxa de exercício de poder de polícia ou multas.

Art. 5º É fixada em 1.000 (mil) a produção mínima de parcelas computando-se a partir deste limite o número de parcelas para efeito do cálculo da Gratificação de Produtividade à Fiscalização de Obras.

Art. 6º Além de outras garantias e vantagens próprias dos servidores municipais, ao Fiscal de Obras Municipais são asseguradas as seguintes vantagens:

I - quota de produtividade variável;

II - gratificação de Produtividade à Fiscalização de Obras baseada na média recebida a este título nos últimos 12 (doze) meses, quando ocorrer os seguintes casos: férias, gratificação natalina, auxílio doença justificado por atestado, licença maternidade e paternidade, regime especial de fiscalização e licença-prêmio.

Parágrafo Único - Para fins do disposto no inciso II deste artigo, não será considerado no cálculo da média, a produção dos fiscais

que não tenham alcançado 1000 (mil) parcelas.

Art. 7º Serão considerados na apuração das parcelas do mês seguinte, o excedente a 2000 (duas mil), do total realizado em um mesmo mês, limitado todavia, em 30% (trinta por cento) dos excedentes.

Art. 8º Para efeito de aposentadoria, será computada a média aritmética das parcelas dos últimos doze meses, efetivamente recebidas como gratificação de produtividade fiscal, cujo valor será incorporado aos vencimentos do servidor.

Art. 9º O Fiscal de Obras Municipais, designado para realizar serviços em regime especial, perceberá gratificação de produtividade, pela média dos últimos seis meses, proporcional aos dias nessa situação.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 1º de abril de 2012.

São Bento do Sul, 27 de março de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Lei Nº 2985/12

LEI Nº 2985, DE 27 DE MARÇO DE 2012

ALTERA A LEI N. 945, DE 28 DE MAIO DE 2004 PARA REESTRUTURAR O PLANO DE CARGOS EFETIVOS, CARREIRA E SALÁRIOS DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal

Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Os artigos 1º, 4º, 32, 33, 34, 42, 47, 48 e 49 da Lei n. 945, de 28 de maio de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 1º A presente lei estabelece o Plano de Cargos Efetivos, Carreira e Salários do Magistério Municipal.

Parágrafo Único - Para os fins desta lei considera-se:

I - Grupo Ocupacional: conjunto de cargos efetivos afins no que tange à natureza das atribuições e ao grau de conhecimento exigido para ingresso.

II - Nível de Vencimentos: escala vertical de vencimento, indicado em número romano, que atribui aumento real ao vencimento, em percentual fixo e obtido mediante progressão, onde é levado em conta, principalmente, a nova titulação escolar obtida pelo servidor.

III - Classe de Vencimentos: escala horizontal de remuneração, indicado através das letras “A” até “J”, que atribui sucessivos aumentos remuneratórios em percentuais fixos de 3% cada um, obtido mediante progressão onde é levado em conta, principalmente, o interstício trienal.

Art. 4º Os cargos efetivos passam a ser aqueles constantes dos Anexos I e II desta lei, segundo o grupo ocupacional, a quantidade de cargos, o vencimento, a carga horária, os requisitos para provimento e a nomenclatura de cargo lá estabelecidos.

Art. 32. O desenvolvimento do ocupante de cargo efetivo no âmbito do magistério na carreira dar-se-á concomitantemente:

I - pela progressão vertical, que é a atribuição de nova escolaridade e novo nível de vencimento, em percentual previsto no Anexo I desta lei;

II - pela progressão horizontal, que é a atribuição de nova classe de vencimento, constante de uma escala de dez níveis de vencimentos identificados pelas letras “A” até “J”, distantes entre si por três pontos percentuais.

§ 1º As progressões previstas nos incisos do caput deste artigo:

I - aplicam-se unicamente aos servidores estáveis e estabilizados;

II - serão concedidas por portaria do Secretário Municipal de Educação, após a emissão de resolução de comissão permanente constituída para esta finalidade, na forma do parágrafo seguinte;
III - serão objeto de análise pela comissão referida no inciso anterior, em processo administrativo cujo prazo de tramitação não poderá exceder a 30 (trinta) dias, no que depender do órgão público;
IV - geram reflexos financeiros em prol do servidor beneficiário no mês subsequente àquele em que foi lavrada a portaria de concessão.

§ 2º A resolução mencionada no inciso II do parágrafo anterior, denominada Comissão Permanente de Progressão Funcional, será nomeada por ato do Prefeito Municipal e composta:

I - pelo Diretor do Departamento de Recursos Humanos, que a presidirá;

II - por 03 (três) servidores efetivos e estáveis da Secretaria Municipal de Educação, indicados pelo Prefeito Municipal;

Art. 33. A progressão vertical está condicionada ao seguinte:

I - à obtenção, pelo servidor, de novo nível de escolaridade, dentre aqueles referidos no Anexo I e especificados em legenda do mesmo anexo;

II - ao interstício anual, com data-base no mês de abril;

III - à obtenção do último resultado da Avaliação Periódica de Desempenho como “Avaliação Positiva”;

§ 1º A progressão vertical está condicionada à efetiva conclusão do curso indicativo do nível de escolaridade em questão, demonstrada com o respectivo certificado ou diploma, reconhecido segundo a legislação educacional vigente.

§ 2º O enquadramento para fins de escolaridade, do servidor investido originariamente em cargo efetivo, dar-se-á no nível mínimo correspondente ao cargo provido, ainda que o ocupante detenha nível de escolaridade superior.

§ 3º É lícita a progressão vertical para nível de escolaridade superior ao nível subsequente, desde que cumprido o interstício temporal no nível de origem.

§ 4º É vedada a concessão da progressão vertical em duplicidade, ainda que o servidor detenha mais de um certificado ou diploma indicativo de um determinado nível de escolaridade.

Art. 34. A progressão horizontal está condicionada ao seguinte:

I - ao decurso do prazo de 03 (três) anos de efetivo exercício;

II - à obtenção de 03 (três) resultados denominados “Avaliação Positiva”, consecutivos ou não, na Avaliação Periódica de Desempenho;

Art. 42. A aplicação do disposto nesta lei aos servidores que estiverem em exercício na data de sua promulgação dar-se-á, de ofício, mediante portaria de enquadramento de níveis.

§ 1º Através do enquadramento de níveis registrar-se-á, no assentamento funcional do respectivo servidor, os níveis vertical e horizontal em que o mesmo se encontra frente ao disposto no Anexo I da presente lei, observando-se, para tanto, o seguinte:

I - a igualdade de denominação, se esta não tiver sido alterada;

II - a igualdade de natureza, grau de responsabilidade e complexidade de atribuições, considerados os momentos antes e depois à promulgação da presente lei;

III - a habilitação legal para o exercício do cargo cuja denominação tenha sido alterada;

§ 2º Os processos administrativos de enquadramento de níveis serão atuados de ofício pelo Secretário Municipal de Educação;

Art. 47. O servidor não será prejudicado quanto às formas de progressão pela omissão do órgão público competente em proceder às devidas avaliações de desempenho.

Art. 48. Fica assegurada a “Avaliação Positiva”, para todos os fins previstos nesta lei:

I - ao servidor licenciado para exercício de mandato classista e para o exercício da presidência da Associação dos Servidores Públicos Municipais;

II - ao servidor provido em cargo efetivo que seja ocupante de cargo em comissão, exceto para quanto aos cargos de coordenador

de setor e coordenador de serviços.

Art. 49. Aplica-se aos integrantes do magistério do disposto no art. 12 da Lei n. 2.966, de 29 de fevereiro de 2012."

Art. 2º. Os Anexos I a II da Lei n. 945, de 28 de maio de 2004, passam a vigorar conforme os Anexos I e II da presente lei.

Art. 3º.

Em decorrência do disposto nesta lei:

I - Ficam extintos os cargos descritos em campo próprio dos Anexos I e II desta lei, independente de novo pronunciamento, no momento da vacância dos mesmos;

II - Ficam criados os cargos, descritos nos Anexos I e II desta lei, que já não constavam dos Anexos I a V e X da Lei n. 945, de 28 de maio de 2004, e de suas alterações posteriores.

III - Ficam estabelecidas as novas nomenclaturas dos cargos efetivos, conforme descrito nos Anexos I e II desta lei, sem prejuízo das atribuições de cargos efetivo constantes da Lei 2.893, de 19 de outubro de 2011.

Art. 4º. Ficam revogadas os artigos 5º a 9º, 15, 16 e 35 e os Anexos III a X da Lei n. 945, de 28 de maio de 2004.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2012, exceto quanto aos reflexos financeiros da Tabela de Vencimentos (Anexo I), para os profissionais beneficiados diretamente pelo Piso Nacional do Magistério, que vigoram retroativamente desde 01 de janeiro de 2012.

São Bento do Sul, 27 de março de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1037/12

DECRETO Nº 1037, DE 21 DE MARÇO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL NO EXERCÍCIO DE 2012.

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 2.912/11 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) no orçamento vigente do Município e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 - Gabinete do Prefeito

Atividade: 2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

13 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 2.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto no artigo 1º, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 - Gabinete do Prefeito

Atividade: 2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

6 4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip. Mat. Permanente R\$ 2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 21 de março de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1038/12

DECRETO Nº 1038, DE 26 DE MARÇO DE 2012.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL NO EXERCÍCIO DE 2012.

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 2.912/11 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 44.500,00 (quarenta e quatro mil e quinhentos reais) no orçamento vigente do Município e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 - Agricultura

Projeto: 1.008 - Investimentos na Agropecuária

156 4.4.90.51.00.00.00.00.0100 - Obras e Instalações R\$ 24.500,00

Órgão: 18 - FUNDAÇÃO CULTURA DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.060 - Manutenção da Fundação Cultural e suas atividades

8 3.3.90.36.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 20.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto no artigo 1º, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 13 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 - Agricultura

Projeto: 1.008 - Investimentos na Agropecuária

158 4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip. Mat. Permanente R\$ 24.500,00

Órgão: 18 - FUNDAÇÃO CULTURA DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 - Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.060 - Manutenção da Fundação Cultural e suas atividades

9 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de março de 2012.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1039/12

DECRETO Nº 1039, DE 26 DE MARÇO 2012.

cria a UNIDADE GESTORA LOCAL - UGL, PARA ACOMPANHAMENTO E INTERLOCUÇÃO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO DA PRAÇA DOS ESPORTES E DA CULTURA.

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º. Fica criada a Unidade Gestora Local - UGL, que tem por finalidade realizar o acompanhamento e interlocação das atividades de gestão da Praça dos Esportes e da Cultura junto ao Ministério da Cultura e aos demais Ministérios responsáveis do Governo Federal.

Parágrafo único. A Unidade Gestora Local - UGL terá como Coordenador Geral o servidor público Sr. Luiz Carlos Kluska, portador do CPF nº 033.045.501-40, residente na Av. Nereu Ramos, 298, centro, nesta cidade, telefone (47) 3631-6043, e-mail fcluiz@saobentodosul.sc.gov.br, e ainda constituída pelos seguintes membros:

I - Coordenador de engenharia: servidor público, Sr. Germano Luis Mayer, portador do CPF nº 506.45.699-53 matrícula nº 37738-4, residente na Av. Argolo, 40, centro, nesta, telefone (47) 3631-6142, email germano@saobentodosul.sc.gov.br;

II - Coordenadora de cultura: servidora pública, Ivana Maria Lampe, CPF nº 464.831.529-49, residente na Rua Alberto Malschitzky, 8001, Bairro Progresso, nesta, telefone (47) 3634-0297, email fceventos@saobentodosul.sc.gov.br;

III - Coordenador de Esporte: servidor público, Sr. Sylvio Amarildo Edimundo Pickocz, portador do CPF nº 642.821.719-87, residente na Rua Germano Brand, 95, centro, nesta, telefone (47) 3631-6080, email amarildofmd@saobentodosul.sc.gov.br;

IV - Coordenadora de Assistência Social: servidora pública, Lindacir Emídia Conde, portadora do CPF nº 421.430.719-49, residente na Rua Alvino Bertoli, 498, telefone (47) 3633 7041, email lindacir@saobentodosul.sc.gov.br;

V - Coordenador de Desenvolvimento Econômico: servidor público, Sr. Luís Alberto Mühlbauer, portador do CPF nº 550.169.959-15, residente na Rua Das Neves, 626, nesta, telefone (47) 3631 6149, email luis_alberto@saobentodosul.sc.gov.br;

VI - Coordenador de Segurança Cidadã: servidor público, Sr. Valdeci Ropelato, portador do CPF nº 710.623.439-72, residente na rua Rua das Neves nº 1371 , telefone (47) 3633 7041, email valdeci@saobentodosul.sc.gov.br;

VII - Coordenador de Inclusão Digital: servidor público, Sr. Tiago Martinhuk, portador do CPF nº 008.726.789-86, residente na Rua Bahia, 601, nesta, telefone (47) 3631 6171, email tiagom@saobentodosul.sc.gov.br;

Art. 2º. A Unidade Gestora Local - UGL terá como atribuição principal a disponibilização de interlocutores locais para se comunicar com o Governo Federal durante o período de execução das obras de implantação da Praça e seus membros ficarão responsáveis diretamente pelo acompanhamento e execução das atividades necessárias de acordo com sua área de atuação.

Art. 3º. Fica revogado o Decreto nº 0717, de 07 de junho de 2011.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 01 de fevereiro de 2012.

São Bento do Sul, 26 de março de 2012.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Decreto Nº 1040/12

DECRETO Nº 1040, DE 26 DE MARÇO DE 2012

ALTERA O DECRETO Nº 0953, DE 28 DE DEZEMBRO 2011.

O Prefeito Municipal, MAGNO BOLLMANN, no de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art.1º. O Decreto nº 0953, de 28 de dezembro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º ()

III - Fabio Roberto Bernardes - Secretário"

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 26 de março de 2012.

MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo Nº 047/2012

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 047/2012

DA ESPÉCIE: Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Pavimentação Asfáltica de nº 162/2010, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA, em 01 de julho de 2010, conforme Dispensa de Licitação nº 162/2010.

Considerando o objeto do Contrato de fornecimento de material e mão de obra para pavimentação asfáltica com concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) sobre base estabilizada granulometricamente, drenagem, terraplenagem, obras complementares e sinalização das ruas Gustavo Eichendorf, Mascarenhas de Moraes, Raulino Guido Hastreiter e trecho da Getúlio Vargas, no Bairro Boehmerwald no município de São Bento do Sul, e tendo em vista que a Contratada ingressou com pedido administrativo requerendo prorrogação do Contrato, por estar aguardando a definição da Prefeitura em relação à confecção dos passeios, defere-se o pedido, conforme processo nº 295/2012, ficando prorrogada a vigência do Contrato por 90 (noventa) dias, a contar de 22 de janeiro de 2012 e a terminar em 21 de abril de 2012.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 01 de julho de 2010, Termo Aditivo nº 227/2010 de 02 de dezembro de 2010, Termo Aditivo nº 044/2011 de 25 de janeiro de 2011, Termo Aditivo nº 144/2011 de 15 de abril de 2011, Termo Aditivo nº 244/2011 de 09 de agosto de 2011 e Termo Aditivo nº 315/2011 de 24 de outubro de 2011, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 20 de janeiro de 2012.

Ass: MAGNO BOLLMANN
pelo Município.

ALCIDIR BOARETTO
pela Empresa Contratada.

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1411/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 124 1411/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ANM8439	55439996C	5169/1	11/02/2012	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 27 DE MARÇO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA REGIONAL

CÂMARA MUNICIPAL**Extrato de Contrato Nº 005/2012**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 005/2012

DA ESPÉCIE: Contrato de Fornecimento de Materiais, que entre si celebram a Câmara Municipal de São Bento do Sul e Escrimate Comércio de Materiais de Escritório e Informática Ltda.

DO OBJETO: Fornecimento parcelado de suprimentos de informática.

DO VALOR: R\$ 8.983,25 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 10 (dez) meses a contar da assinatura do contrato.

São Bento do Sul, 27 de março de 2012.

NILVA MARLI LARSEN HOLZ

Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

ROBSON CARDOSO

pela Empresa Contratada

São Lourenço do Oeste**PREFEITURA****Decreto Nº 4.397, De 26 de Março de 2012.**

DECRETO Nº 4.397, DE 26 DE MARÇO DE 2012.

Determina Ponto Facultativo no Município no dia 05 de abril de 2012.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o feriado municipal de Sexta-Feira da Paixão, no dia 06 de abril de 2012, previsto no artigo 147, inciso I, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado Ponto Facultativo em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta, no dia 05 de abril de 2012, quinta-feira.

Parágrafo único. Excetua-se do previsto no caput deste artigo, o Serviço Público Municipal de Saúde 24 horas e o Conselho Tutelar, considerados essenciais para a comunidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de março de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.398, De 26 de Março de 2012.

DECRETO Nº 4.398, DE 26 DE MARÇO DE 2012.

Abre crédito adicional suplementar - anulação de dotações, no orçamento programa de 2012, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.987, de 15/12/2011 e Lei Federal nº 4.320/1964, art. 43, §1º, inciso III,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito suplementar

- anulação de dotações, adicionando o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

01.00 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01.01.031.4501.2.001.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 04 Aplicação Direta R\$ 50.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação total ou parcial das dotações a seguir descritas, de acordo com o estabelecido no art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64 e Leis Municipais nº 1.987, de 15/12/2011:

01.00 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01.01.031.4501.2.001.3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 01 Aplicação Direta R\$ 10.000,00

01.01.01.031.4501.2.001.3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000 02 Aplicação Direta R\$ 15.000,00

01.01.01.031.4501.2.001.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 03 Aplicação Direta R\$ 25.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 26 de março de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação 51/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 13/04/2012, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2012, TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2012 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA CONSTRUÇÃO DA CRECHE - PRÓ-INFÂNCIA TIPO "C", NO BAIRRO MENEGUETTI IV, COM ÁREA TOTAL DE 564,50 M². CONFORME O TERMO DE CONVÊNIO COM O FNDE, T.C PAC 200398/2011 FIRMADO COM O GOVERNO FEDERAL. Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Balanco Orçamentário

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	54.484.248,56	54.484.248,56	6.514.621,56	11,96	6.514.621,56	11,96	47.969.627,00
RECEITAS CORRENTES	38.367.890,56	38.367.890,56	6.024.621,56	15,70	6.024.621,56	15,70	32.343.269,00
RECEITA TRIBUTARIA	5.435.211,25	5.435.211,25	709.794,45	13,06	709.794,45	13,06	4.725.416,80
IMPOSTOS	4.210.000,00	4.210.000,00	542.500,49	12,89	542.500,49	12,89	3.667.499,51
TAXAS	1.005.211,25	1.005.211,25	142.442,56	14,17	142.442,56	14,17	862.768,69
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	220.000,00	220.000,00	24.851,40	11,30	24.851,40	11,30	195.148,60
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	900.000,00	900.000,00	131.963,01	14,66	131.963,01	14,66	768.036,99
Contrib p/ o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública	900.000,00	900.000,00	131.963,01	14,66	131.963,01	14,66	768.036,99
RECEITA PATRIMONIAL	277.930,51	277.930,51	73.400,96	26,41	73.400,96	26,41	204.529,55
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	277.930,51	277.930,51	73.400,96	26,41	73.400,96	26,41	204.529,55
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	526,00	0,00	526,00	0,00	-526,00
Outras Rec. Agropecuárias	0,00	0,00	526,00	0,00	526,00	0,00	-526,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	750,00	0,00	750,00	0,00	-750,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	31.154.329,40	31.154.329,40	5.041.947,21	16,18	5.041.947,21	16,18	26.112.382,19
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	30.547.887,40	30.547.887,40	5.012.123,01	16,41	5.012.123,01	16,41	25.535.764,39
Transf. de Conv.	606.442,00	606.442,00	29.824,20	4,92	29.824,20	4,92	576.617,80
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	600.419,40	600.419,40	66.239,93	11,03	66.239,93	11,03	534.179,47
Multas e Juros de Mora	184.776,90	184.776,90	29.725,96	16,09	29.725,96	16,09	155.050,94
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	38.403,75	38.403,75	0,00	0,00	0,00	0,00	38.403,75
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	272.238,75	272.238,75	24.994,16	9,18	24.994,16	9,18	247.244,59
RECEITAS DIVERSAS	105.000,00	105.000,00	11.519,81	10,97	11.519,81	10,97	93.480,19
RECEITAS DE CAPITAL	16.116.358,00	16.116.358,00	490.000,00	3,04	490.000,00	3,04	15.626.358,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.000.000,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	4.000.000,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	12.116.358,00	12.116.358,00	490.000,00	4,04	490.000,00	4,04	11.626.358,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	12.116.358,00	12.116.358,00	490.000,00	4,04	490.000,00	4,04	11.626.358,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	54.484.248,56	54.484.248,56	6.514.621,56	11,96	6.514.621,56	11,96	47.969.627,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	54.484.248,56	54.484.248,56	6.514.621,56	11,96	6.514.621,56	11,96	47.969.627,00
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	54.484.248,56	54.484.248,56	6.514.621,56	11,96	6.514.621,56	11,96	47.969.627,00
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	3.989.877,83	—	—	703.857,66	—	—
Superávit Financeiro	—	3.989.877,83	—	—	703.857,66	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	54.484.248,56	5.789.877,83	60.274.126,39	17.925.958,81	17.925.958,81	6.239.584,11	6.239.584,11	10,35	54.034.542,28
DESPESAS CORRENTES	34.595.476,92	1.349.411,41	35.944.888,33	11.908.541,71	11.908.541,71	5.058.450,62	5.058.450,62	14,07	30.886.437,71
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.252.671,50	81.329,65	18.334.001,15	2.349.942,89	2.349.942,89	2.340.093,43	2.340.093,43	12,76	15.993.907,72
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	150.000,00	0,00	150.000,00	44.321,81	44.321,81	44.321,81	44.321,81	29,55	105.678,19
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.192.805,42	1.268.081,76	17.460.887,18	9.514.277,01	9.514.277,01	2.674.035,38	2.674.035,38	15,31	14.786.851,80
DESPESAS DE CAPITAL	19.883.771,64	4.440.466,42	24.324.238,06	6.017.417,10	6.017.417,10	1.181.133,49	1.181.133,49	4,86	23.143.104,57
INVESTIMENTOS	19.033.771,64	4.440.466,42	23.474.238,06	5.780.993,67	5.780.993,67	944.710,06	944.710,06	4,02	22.529.528,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	850.000,00	0,00	850.000,00	236.423,43	236.423,43	236.423,43	236.423,43	27,81	613.576,57
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	54.484.248,56	5.789.877,83	60.274.126,39	17.925.958,81	17.925.958,81	6.239.584,11	6.239.584,11	10,35	54.034.542,28
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	54.484.248,56	5.789.877,83	60.274.126,39	17.925.958,81	17.925.958,81	6.239.584,11	6.239.584,11	10,35	54.034.542,28
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	275.037,45	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	54.484.248,56	5.789.877,83	60.274.126,39	17.925.958,81	17.925.958,81	6.239.584,11	6.514.621,56	10,35	54.034.542,28

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 22/03/2012

TOMÉ FRANCISCO ETGES
PREFEITO MUNICIPAL

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC/SC 025.778/0-9

JOÃO EDUARDO LINHARES
CONTROLADOR GERAL

Termo Aditivo À Ata de Registro de Preços

1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2012, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2012

COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 08.806.026/0001-33, com sede à rua Duque de Caxias, nº 759, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representada por sua Gerente Executiva, Sra. Maristel Cristina Feuser, brasileira, solteira, portadora do RG nº 2.162.529, inscrita no CPF sob o nº 729.868.839-15, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa DECORATIVA TINTAS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Ernesto Beuter, nº 682, centro, no Município de São Lourenço do Oeste, SC, CEP: 89990-000, inscrita no CNPJ sob o nº 04.014.131/0001-89, neste ato representada por seu administrador, Sr. Eloir Carlos Fabian, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 429.835.509-82 e portador da Cédula de Identidade sob nº 1.120.524, emitida pela SSP/SC, residente e domiciliado no Município São Lourenço do Oeste, SC, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem;

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços do Processo Licitatório nº 001/2012, Modalidade Pregão Presencial - RP nº 001/2012, expedida pelo Comitê Desportivo Municipal de São Lourenço do Oeste, para que se faça o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) ao valor total contratado, referente ao Processo supracitado, em razão de equívoco de quantitativos no orçamento feito para a realização da manutenção da quadra do ginásio municipal de esportes do centro, se fazendo necessário este aditivo para a conclusão da mesma.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é de R\$ 4.260,85 (quatro mil duzentos e sessenta reais e oitenta e cinco centavos) o que perfaz aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato.

CONSIDERANDO que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 001/2012, Modalidade Pregão Presencial nº 001/2012, que trata da AQUISIÇÃO DE REDES DE PROTEÇÃO, GRADES, PINTURA E MÃO DE OBRA PARA A MANUTENÇÃO DA QUADRA DO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES DO CENTRO, os seguintes itens:

Contratada: DECORATIVA TINTAS LTDA EPP;

LOTE 05					
Item	Produto	Und	Quant.	Valor Unit.	Total em R\$
18	TINTA PISO ULTRA 18 LTS	UN	10	315	R\$ 3.150,00
19	TINTA AUTOMOTIVA FARBEN 3,600ML	UN	16	67	R\$ 1.072,00
28	CABO EXTENSOR PROLONGÁVEL	UN	1	24	R\$ 24,00
29	PINCEL 3" MÉDIO	UN	3	4,95	R\$ 14,85
VALOR TOTAL					R\$ 4.260,85

O valor do presente Termo aditivo é de R\$ 4.260,85 (quatro mil duzentos e sessenta reais e oitenta e cinco centavos).

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de março de 2012.
MARISTEL CRISTINA FEUSER
Gerente Executiva do Comitê Desportivo Municipal

DECORATIVA TINTAS LTDA EPP
ELOIR CARLOS FABIAN
Administrador

Termo Aditivo À Ata de Registro de Preços

1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2012, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2012

COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 08.806.026/0001-33, com sede à rua Duque de Caxias, nº 759, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representada por sua Gerente Executiva, Sra. Maristel Cristina Feuser, brasileira, solteira, portadora do RG nº 2.162.529, inscrita no CPF sob o nº 729.868.839-15, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa METALURGICA GRACIOLLI LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Ernesto Beuter, nº 643, centro, no Município de São Lourenço do Oeste, SC, CEP: 89990-000, inscrita no CNPJ sob o nº 06.227.273/0001-50, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. Odimar Antoninho Graciolli, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 604.950.659-00 e portador da Cédula de Identidade sob nº 12R/-2.036.937 emitida pela SSP/SC, residente e domiciliado no Município São Lourenço do Oeste, SC, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem;

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços do Processo Licitatório nº 001/2012, Modalidade Pregão Presencial - RP nº 001/2012, expedida pelo Comitê Desportivo Municipal de São Lourenço do Oeste, para que se faça o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) ao valor total contratado, referente ao Processo supracitado, em razão de equívoco de quantitativos no orçamento feito para a realização da manutenção da quadra do ginásio municipal de esportes do centro, se fazendo necessário este aditivo para a conclusão da mesma.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é de R\$ 1.999,62 (um mil novecentos e noventa e nove reais e sessenta e dois centavos) o que perfaz aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato.

CONSIDERANDO que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 001/2012, Modalidade Pregão Presencial nº 001/2012, que trata da AQUISIÇÃO DE REDES DE PROTEÇÃO, GRADES, PINTURA E MÃO DE OBRA PARA A MANUTENÇÃO DA QUADRA DO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES DO CENTRO, os seguintes itens:

Contratada: METALURGICA GRACIOLLI LTDA ME;

LOTE 04					
Item	Produto	Und	Quant.	Vr. Unit.	Total em R\$

15	GRADE COM TUBO REDON- DO 1" ½, COM TUBO REDONDO 1", COM CHAPA	MTS	19,85	83,43	R\$ 1.656,08
16	PORTÃO 150 X 100, COM TUBO REDONDO 1" ½, COM TUBO RE- DONDO 1", COM CHAPA 1,20	UND	2	171,77	R\$ 343, 54
VALOR TOTAL					R\$ 1.999,62

O valor do presente Termo aditivo é de R\$ 1.999,62 (um mil novecentos e noventa e nove reais e sessenta e dois centavos).

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de março de 2012.
MARISTEL CRISTINA FEUSER
Gerente Executiva do Comitê Desportivo Municipal

METALURGICA GRACIOLLI LTDA ME
ODIMAR ANTONINHO GRACIOLLI
Sócio Administrador

Termo Aditivo À Ata de Registro de Preços

1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2012, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2012

COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 08.806.026/0001-33, com sede à rua Duque de Caxias, nº 759, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representada por sua Gerente Executiva, Sra. Maristel Cristina Feuser, brasileira, solteira, portadora do RG nº 2.162.529, inscrita no CPF sob o nº 729.868.839-15, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa N.R DOS SANTOS ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Pedro Alves Cabral, nº 05, centro, no Município de São Lourenço do Oeste, SC, CEP: 89990-000, inscrita no CNPJ sob o nº 00.101.505/0001-42, neste ato representada por seu administrador, Sr. Nilson Reimundo dos Santos, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 667.585.139-04 e portador da Cédula de Identidade sob nº 3.526.484 emitida pela SSP/SC, residente e domiciliado no Município São Lourenço do Oeste, SC, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem;

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços do Processo Licitatório nº 001/2012, Modalidade Pregão Presencial - RP nº 001/2012, expedida pelo Comitê Desportivo Municipal de São Lourenço do Oeste, para que se faça o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) ao valor total contratado, referente ao Processo supracitado, em razão de equívoco de quantitativos no orçamento feito para a realização da manutenção da quadra do ginásio municipal de esportes do centro, se fazendo necessário este aditivo para a conclusão da mesma.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é de R\$ 1.313,42 (um mil trezentos e treze reais e quarenta centavos) o que perfaz aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato.

CONSIDERANDO que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 001/2012, Modalidade Pregão Presencial nº 001/2012, que trata da AQUISIÇÃO DE REDES DE PROTEÇÃO, GRADES, PINTURA E MÃO DE OBRA PARA A MANUTENÇÃO DA QUADRA DO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES DO CENTRO, os seguintes itens:

Contratada: N.R DOS SANTOS ME;

LOTE 01					
Item	Produto	Und.	Quant.	Valor Unit.	Total em R\$
7	TIJOLO	UN	214	0,53	R\$ 113,42
8	PREGO 18 X 30	UN	20	10	R\$ 200,00
10	TÁBUA PARA CAIXARIA DE 30 CM DE LARGURA	MTS	4	250	R\$ 1.000,00
VALOR TOTAL					R\$ 1.313,42

O valor do presente Termo aditivo é de R\$ 1.313,42 (um mil trezentos e treze reais e quarenta centavos).

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de março de 2012.
MARISTEL CRISTINA FEUSER
Gerente Executiva do Comitê Desportivo Municipal

N.R DOS SANTOS ME
NILSON REIMUNDO DOS SANTOS
Representante Legal

Termo Aditivo À Ata de Registro de Preços

1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2011, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2011

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Tomé Francisco Etges, brasileiro, portador do RG nº 1.014.731, inscrito no CPF sob o nº 425.504.839-87; Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano, Sra. Karla Pedrassani, brasileira, solteira, portadora do RG nº 2.721.175 e inscrito no CPF sob o nº 949.682.259-20, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa EMPLEITERRA SERVIÇOS DE TERAPLANSAGEM LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Dom Pedro II, nº 1678, Bairro Cruzeiro, no Município de São Lourenço do Oeste, SC, CEP: 89990-000, inscrita no CNPJ sob o nº 09.543.902/0001-49, neste ato representada por seu representante legal, Sr. Fernando Martins Pedro, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 045.278.979-69 e portador da Cédula de Identidade sob nº 3.839.029, emitida pela SSP/SC, residente e domiciliado no Município São Lourenço do Oeste, SC, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem;

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços do Processo Licitatório nº 060/2011, Modalidade Pregão

Presencial – RP nº 043/2011, expedida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, para que se faça o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) ao valor total contratado, referente ao Processo supracitado em razão do término da quantidade licitada e da necessidade da mesma para dar continuidade aos trabalhos do município.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é de R\$ 28.500,00 (vinte e oito mil, e quinhentos reais) o que perfaz 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contratado.

Considerando que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 060/2011, Modalidade Pregão Presencial nº 043/2011, que trata da AQUISIÇÃO DE PEDRAS IRREGULARES, MEIOS- FIOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONserto DAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO, NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, os seguintes itens:

Contratada: EMPLEITERRA SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA;

Item	Produto	Und.	Quant.	Vr. Unit.	Total em R\$
01	PEDRAS IRREGULARES PARA CALÇAMENTO	M²	1.250	9,00	11.250,00
02	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM METROS LINEARES PARA COLOCAÇÃO E REJUNTE DE MEIO-FIO NAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO.	ML	1.000	6,00	6.000,00
03	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR METRO QUADRA-DO PARA ASSENTAMENTO DE PEDRAS IRREGULARES NAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO.	M²	1.250	9,00	11.250,00
VALOR TOTAL					28.500,00

O valor do presente Termo aditivo é de R\$ R\$ 28.500,00 (vinte e oito mil, e quinhentos reais).

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de março de 2012.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

FERNANDO MARTINS PEDRO
Empleiterra Serviços de Terraplanagem Ltda

KARLA PEDRASSANI
Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - 23/03/2012**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 23/03/2012 até 23/03/2012

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		610.868,24
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	368.170,78
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	60.645,20
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	60.636,86
4.1.7.2.1.01.02.01.00	Cota Parte do FPM 60%	36.382,11
4.1.7.2.1.01.02.02.00	Cota Parte do FPM 25%	15.159,22
4.1.7.2.1.01.02.03.00	Cota Parte do FPM 15%	9.095,53
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	8,34
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota Parte do ITR 60%	5,00
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota Parte do ITR 25%	2,09
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota Parte do ITR 15%	1,25
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	260.686,97
4.1.7.2.1.33.01.00.00	Programa de Assistência Farmacêutica Básica	29.344,14
4.1.7.2.1.33.03.00.00	Serviços de Atendimento Móvel as Urgências - SAMU	12.500,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00	PAB FIXO	10.200,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	28.743,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00	Saude Bucal - SB	7.000,00
4.1.7.2.1.33.07.00.00	Saúde da Família - SF	67.000,00
4.1.7.2.1.33.08.00.00	Vigilância em Saúde	12.818,48
4.1.7.2.1.33.10.00.00	MAC - Ambulatorial e Hospitalar	84.281,35
4.1.7.2.1.33.11.00.00	Outros Recursos SUS MAC - CEO	8.800,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	2.535,82
4.1.7.2.1.34.02.00.00	Transf. de Rec. Fund. Nac. As. Social - IGD-PBF	2.535,82
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	44.302,79
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transf. do Salário-Educação	44.302,79
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	254.826,48
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	254.826,48
4.1.7.2.4.01.01.00.00	FUNDEB - MAGISTÉRIO	152.895,89
4.1.7.2.4.01.02.00.00	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	101.930,59
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução de Receita	-12.129,02
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-12.129,02
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-12.127,36
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - ITR	-1,66

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 27/03/2012

 ROBERTO ZOLET
 CONTADOR CRC 025778/O-9

 NORIVAL JOÃO CENCI
 DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Decreto Nº 31/2012

DECRETO Nº 31/2012

FICA CANCELADO O RESTO A PAGAR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA ABAIXO IDENTIFICADO.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art.1º - Fica cancelado o Resto a Pagar do Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, abaixo relacionados:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Empenho nº 353/2011 : no valor de R\$ 411,16 (Quatrocentos e onze reais e dezesseis centavos).

Motivo: Desistência do item nº 88 por parte da empresa.

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 19 de março de 2012.

ERNEI JOSE STAHELIN

Prefeito Municipal

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº. 036/2012

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 036/2012, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E NENEN SOM

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado NENEN SOM, inscrito no CNPJ sob nº. 10.730.145/0001-00, com sede a Rua Maria Salum Silva, nº 78 sala 01, Rio Caveiras - Biguaçu/SC, neste ato representado pelo Senhor Ademir Bosquetti Mateus, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Considerando ter havido interesse recíproco, entre os contratantes, de alterar a CLÁUSULA SEGUNDA, passando a partir desta data, a prevalecer o seguinte:

A CLÁUSULA SEGUNDA terá a seguinte redação:

A PREFEITURA pagará a CONTRATADA pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 700,00 (setecentos reais).

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas em condições do contrato original.

São Pedro de Alcântara, 26 de março de 2012.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

NENEN SOM

Contratado

Schroeder

PREFEITURA

Portaria No4.460/2012, de 26 de Março de 2012

PORTARIA No4.460/2012, de 26 de março de 2012

NOMEIA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, nos termos da Sindicância no 004/2012, de 23 de março de 2012, as servidoras Senhoras Denise Erig Rocha de Souza, Maiara dos Santos de Oliveira e Taise Gehrmann Seefeldt, para sob a presidência da primeira, sendo secretariada pela segunda, comporem a Comissão de Sindicância, destinada a apurar os fatos narrados no Ofício nº092/12-SMS, de 15 de março de 2012 e carta da Senhora Magda Gaspar, relatando que o Professor, servidor deste Município, Senhor Rogério Off não quis dar continuidade ao atendimento da filha Jessica Karolayne Gaspar Folmer, alegando que a mesma não reside em Schroeder, à vista do que tem ciência esta autoridade, devendo a Comissão, ora composta, iniciar seus trabalhos no prazo de até 08 (oito) dias, a contar da data de citação do requerente e concluí-los no prazo de até 60 (sessenta) dias após seu início.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Schroeder, 26 de março de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria No4.461/2012, de 26 de Março de 2012

PORTARIA No4.461/2012, de 26 de março de 2012

NOMEIA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, nos termos da Sindicância no 005/2012, de 23 de março de 2012, as servidoras Senhoras Giselle Tomaselli Obenaus, Maiara dos Santos de Oliveira e Taise Gehrmann Seefeldt, para sob a presidência da primeira, sendo secretariada pela segunda, comporem a Comissão de Sindicância, destinada a apurar os fatos narrados no Ofício nº093/12-SMS, de 15 de março de 2012 e o Ofício nº022/CT/2012, de 12 de março de 2012, relatando a suposta falta de ética profissional, em relação ao trabalho do Conselho Tutelar, referente a um processo de adoção, da servidora deste município, Senhora Marina Fernandes, à vista do que tem ciência esta autoridade, devendo a Comissão, ora composta, iniciar seus trabalhos no prazo de até 08 (oito) dias, a contar da data de citação do requerente e concluí-los no prazo de até 60 (sessenta) dias após seu início.

dias após seu início.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMpra-SE.

Schroeder, 26 de março de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.462/2012, de 26 de Março de 2012.

PORTARIA Nº. 4.462/2012, de 26 de março de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da funcionária, Sra. Sueli Martins de Oliveira Klitzke, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 26 de março de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 4.463/2012, de 27 de Março de 2012.

PORTARIA Nº. 4.463/2012, de 27 de março de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 002/2011/GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 2.397/2012, de 09/02/2012, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Andrea Francisco Silveira, para exercer o cargo de Assistente Social, percebendo o nível salarial nº 60 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 002/2011/GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 27 de março de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER

Secretária de Saúde e Assistência Social

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

Termo de Homologação e Adjudicação Licitação Modalidade Tomada de Preços Nº. 01/2012-FAS

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2012-FAS

O Prefeito Municipal, FELIPE VOIGT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da Tomada de Preços nº. 01/2012-FAS, Processo de licitação nº. 03/2012-FAS, adjudicando em favor do senhor abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço global, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: Prestador de serviço para Oficina de Hip Hop Schroeder, oficina do CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social com parceria do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, órgãos da Política de Assistência Social vinculado a Secretária Municipal de Saúde da Prefeitura de Schroeder/SC. Vencedor: DENIS PAULO BARBI, inscrito no CPF sob o nº. 028.262.269-16.

Valor da proposta vencedora: Valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) mensais, para o período de 5 meses, totalizando o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Schroeder, 27 de março de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Contrato Nº. 04/2012 - FAS

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Contrato nº. 04/2012 - FAS

Processo de licitação nº. 03/2012 - FAS - Modalidade Tomada de Preço nº. 01/2012 - FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: DENIS PAULO BARBI, inscrito no CPF sob o nº. 028.262.269-16 e portador da Carteira de Identidade nº. 3.576.453-SESP-SC, residente e domiciliado na Rua Henrique Bernardi, apartamento 06, Loteamento Rua Paulo Schmidt, Bairro Amizade, na cidade de Guaramirim/SC, CEP: 89270-000.

Objeto: Prestador de serviço para Oficina de Hip Hop Schroeder, oficina do CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social com parceria do CRAS - Centro de Referência de

Assistência Social, órgãos da Política de Assistência Social vinculados a Secretária Municipal de Saúde da Prefeitura de Schroeder/SC. Valor do contrato: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) mensais, para o período de 5 meses, totalizando o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Data da Assinatura: 27/03/2012 - Vigência: 31/12/2012

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 21/2012-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 21/2012-FMS

Dispensa de Licitação nº. 04/2012-FMS - Processo nº. 12/2012-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - FAUEL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.061.086/0001-50, com sede na Avenida Higienópolis, nº 174, salas 801 a 803, centro, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, CEP: 86.020-908.

Objeto: O objeto do presente procedimento administrativo é contratação de empresa para prestação de serviços, objetivando a realização de CONCURSO PÚBLICO para provimento de cargos no Poder Executivo Municipal, de nível superior, médio e técnico, compreendendo especialmente a execução das seguintes tarefas:

I. Elaboração de Edital de Inscrições, abrangendo:

- proposição de minuta do edital geral do concurso para apresentação à Câmara Municipal para análise, aceite e responsabilização da Comissão de Concurso;
- definição de critérios operacionais para recebimento das inscrições;
- regulamentação da forma de anonimato e identificação de provas, dos recursos e demais dados necessários relativos a gabaritos, dentre outros dados;
- seleção e convocação das bancas de elaboradores de provas.

II. Confecção do extrato do edital para publicação junto à imprensa.

III. Recebimento de inscrições, disponibilizando:

- processo de inscrições, com ficha de inscrição e com geração de boleto com código de barras para pagamento da inscrição;
- Processo de inscrição dos isentos de pagamento do valor da inscrição
- treinamento dos encarregados do recebimento das inscrições;
- análise de todas as inscrições efetivadas, objetivando suas homologações;
- emissão de relatório de candidatos em ordem alfabética, contendo cargo e número de inscrição e as inscrições indeferidas, mediante fundamentação.
- elaboração minuta do edital para publicação em Diário Oficial do Município das inscrições deferidas

IV. Elaboração e aplicação de provas escritas, compreendendo:

- elaboração de questões inéditas, em conformidade com o nível de escolaridade do cargo e com as atribuições, dispondo de profissionais especializados, habilitados e com responsabilidade técnica

- registro no respectivo órgão de classe;
- análise técnica das questões, com revisão de português;
- digitação e edição;
- impressão dos cadernos de questões;
- manutenção do sigilo das questões e da segurança das provas;
- verificação dos locais disponibilizados pela Prefeitura Municipal para aplicação das provas e definição das datas em conjunto com a Comissão de Concurso;
- distribuição dos candidatos no local das provas;
- emissão da relação geral dos candidatos em ordem alfabética, contendo o local de provas;
- elaboração dos materiais de apoio para realização das provas, tais como etiquetas para envelopamento dos cartões de respostas, listas de presença, etiquetas para envelopamento de questões, cartões de respostas e relatórios;
- acondicionamento e transporte dos cadernos e grades ao local das provas, com o devido lacre garantidor de sigilo e segurança;
- treinamento do pessoal envolvido na aplicação da prova;
- aplicação efetiva das provas, com a presença de equipe de coordenação proporcional de candidato;
- elaboração de atas e listas de presença;
- divulgação do gabarito oficial, em até três dias da realização das provas;
- procedimento da leitura dos cartões de respostas, através de leitura óptica;
- procedimento da crítica da gravação dos cartões de respostas;
- emissão de boletins individuais e relatório de notas de todos os candidatos;
- correção e entrega dos resultados das provas escritas em até 10 (dez) dias de sua realização, tendo em vista a possível utilização de sistema informatizado com rapidez;
- emissão de relatório das notas dos candidatos para publicação.
- elaboração minuta do edital para publicação em Diário Oficial do Município do resultado preliminar.

V. Revisão de questões e recursos, compreendendo:

- promoção da coleta dos recursos encaminhados segundo as regras definidas em edital;
- encaminhamento dos pedidos de revisão às bancas examinadoras para análise;
- fundamentação das respostas aos pedidos de recursos impetrados, com emissão de parecer;
- atualização, quando necessário, dos gabaritos oficiais e das notas das provas.
- elaboração minuta do edital para publicação em Diário Oficial do Município do resultado das análises dos recursos.

VI. Processamento da classificação final dos candidatos, compreendendo:

- emissão dos relatórios de notas englobando todas as etapas do concurso público;
- aplicação dos critérios de desempate de notas, de acordo com o previsto no edital de inscrições;
- elaboração de relatórios de resultado final, contendo os aprovados por ordem de classificação.
- elaboração de minuta do edital para publicação em Diário Oficial do Município do resultado final e homologação.

PARÁGRAFO ÚNICO: O concurso será realizado para o provimento dos seguintes cargos:

- Nível Superior: médico ESF, odontólogo ESF, fisioterapia, nutricionista, farmacêutica, psicólogo, enfermeira ESF, e
- Nível médio e técnico: auxiliar consultório dentário ESF, agente comunitária da saúde.

Valor do contrato: R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais).

Data da Assinatura: 19/03/2012 - Vigência: 31/12/2012

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 35/2012-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 35/2012-PMS

Pregão Presencial nº. 11/2012-PMS - Processo nº. 20/2012-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: FAÍSCA COMÉRCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.680.568/0001-40, estabelecida na Rua Abrão Brandalise, nº 155, Santa Tereza, na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.560-000,.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição e instalação de conjuntos motobomba e painéis de comando e proteção para a Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura de Schroeder/SC, conforme ANEXO X - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	<p>Conjunto moto bomba para recalque de água potável tendo o motor a potência máxima de 12,5cv 380Vca 60Hz.</p> <p>- Ponto 1 de trabalho: vazão 37m3/h +_ 2% e Altura manométrica de 54mca +_ 2%</p> <p>- Ponto 2 de trabalho: vazão 50m3/h +_ 2% e Altura manométrica de 47mca +_ 2%</p> <p>A serem instalados na rua 03 de outubro e na localidade de Schroeder I</p>	02	Unidade	2.400,00	4.800,00
02	<p>Painel de comando e proteção para acionamento local e remoto para motor trifásico 380 v, 12,5 cv.</p> <p>Contendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> * 01 caixa metálica para acondicionar o inversor e demais componentes de acionamento e proteção: * disjuntor monofásico para proteção de fonte 220vca * fonte 220vca com saída 24vcc 2a. * tres relés acopladores 24vcc conexao din * 1 inversor trifásico 380vca para motor 12,5cv com ihm na porta; * * 1 disjuntor trifásico para proteção do inverter; * 1 seletor 2 posições fixas; (liga /desliga) deverá ser localizado na porta do painel. * ventilador q 120 * 2 conjuntos grelha e filtro na parte superior da caixa metálica; * regua de borne (bornes 4mm2, borne terra 4mm² e bornes de comando de 2,5 mm²); <p>Materiais eletricos diversos como:</p> <p>Anilhas, terminais, abraçadeira, cabos, canaletas, trilho e etc.</p> <p>Todas chaves e componentes deverao ser devidamente identificados.</p> <p>Deverá acompanhar manuais em portgues dos componentes e diagrama eletrico.</p> <p>Funcionamento:</p> <p>O inversor deverá acionar bomba para manter a rede pressurizada conforme ajustado em pressostato já instalado.</p> <p>E não poderá funcionar em caso de falta de água que será monitorado por outro pressostato também já instalado.</p> <p>A serem instalados na rua 03 de outubro e na localidade de Schroeder I</p>	02	Unidade	9.300,00	18.600,00
TOTAL R\$					23.400,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Valor do contrato: R\$ 23.400,00 (vinte e três mil e quatrocentos reais).

Data da Assinatura: 27/03/2012 – Vigência: 31/12/2012

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

**Convocação Processo Seletivo nº. 002/2011-SECEL/
PMS - Anelise Terezinha Tibulo Longen**

Convocação Processo Seletivo nº. 002/2011-SECEL/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ANELISE TEREZINHA TIBULO LONGEN, inscrita no CPF sob nº. 937.149.470-00, aprovada em 13º lugar no Processo Seletivo nº. 002/2011-SECEL/PMS, para o cargo de SERVENTE, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 28 de abril de 2012, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevê o item 10.3, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 26 de março de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

**Convocação Processo Seletivo nº. 002/2011-SECEL/
PMS - Roberto Nogueira de Oliveira**

Convocação Processo Seletivo nº. 002/2011-SECEL/PMS

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. ROBERTO NOGUEIRA DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob nº. 000.478.078-73, aprovada em 12º lugar no Processo Seletivo nº. 002/2011-SECEL/PMS, para o cargo de SERVENTE, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-1191), até o dia 28 de abril de 2012, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevê o item 10.3, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 27 de março de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Timbó

PREFEITURA

Decreto Nº 2663, De 09 de Fevereiro de 2012

DECRETO Nº 2663, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2012

Dispõe sobre obras, serviços e/ou demais atividades de movimentação de terra e/ou camada superficial, estando aí incluído a terraplenagem e dá outras providências.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso V, c/c art. 70, inciso I, alínea "m" e "n" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990 e,

Considerando que "As atividades de mineração, terraplenagem e olarias, dependerão de licença do Município e demais órgãos competentes." (Art. 53 da LC nº. 364/2008 - Dispõe sobre o Código de Posturas do Município de Timbó e dá outras providências);

Considerando que "As atividades de movimentação de terra e ou camada superficial do solo dependerão de prévia análise e liberação do órgão ambiental competente, observados os requisitos estabelecidos em lei, sob pena de embargo e paralisação da obra ou atividade" (Art. 16 da LC nº. 336/07 - Institui a Política Municipal do Meio Ambiente, dispõe sobre a proteção, controle e melhoria da qualidade ambiental, e dá outras providências);

Considerando que o COMDEMA trata-se de "órgão consultivo e deliberativo, com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Prefeito Municipal de Timbó, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado." (Art. 1º da Lei nº 2011, de 12 de junho de 1998), tendo como competências "Estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e a manutenção da qualidade do meio ambiente, observada a legislação federal e estadual, com vistas ao uso racional dos recursos ambientais", além de "Deliberar sobre a realização de estudos das alternativas e das possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando aos órgãos envolvidos as informações necessárias" e "Decidir, como última instância administrativa em grau de recurso, sobre multas e outras penalidades impostas pelo órgão executor da política municipal do meio ambiente;" (Art. 2º da Lei nº 2011, de 12 de junho de 1998);

Considerando que a Lei nº. 4.771/65 (Institui o novo Código Florestal) e demais dispositivos legais (em especial aqueles relacionados ao Plano Diretor) definem critérios genéricos acerca do uso dos imóveis;

Considerando a necessidade de regulamentar os referidos dispositivos legais, principalmente no que tange a estabelecer condições relacionadas às obras, serviços e demais atividades de movimentação de terra e/ou camada superficial, estando aí incluídos terraplenagem.

DECRETA:

Art.1º Fica regulamentado através do presente decreto os requisitos mínimos necessários à concessão de licença para execução de obras, serviços e/ou demais atividades de movimentação de terra e/ou camada superficial, estando aí incluídos os serviços de terraplenagem.

Parágrafo único. Nenhuma obra de movimentação de terra de que trata o caput do presente artigo, poderá ser realizada no Município de Timbó, sem a observância dos termos deste regulamento e da

legislação aplicável à espécie.

Art.2º As obras, serviços e/ou demais atividades descritas no art. 1º ficam divididas em 03 (três) categorias distintas, sendo de:

I. PEQUENO PORTE: com volumes até 1.000m³ (mil metros cúbicos) de terras;

II. MÉDIO PORTE: com volume superior ao limite definido como de pequeno porte (1.000m³) até o limite de 3.000m³ (três mil metros cúbicos) de terras;

III. GRANDE PORTE: com volumes superiores a 3.000m³ (três mil metros cúbicos) de terras.

Art.3º As referidas obras, serviços e/ou demais atividades a serem realizadas junto a cidade de Timbó, sejam elas de natureza pública ou privada, devem ser precedidas de consulta de viabilidade ao órgão de Meio Ambiente do Município de Timbó, através de formulário próprio, onde o interessado deverá identificar a área (inclusive com croquis de localização/situação), empresa executora, além de juntar o documento de comprovação de propriedade ou posse do bem.

§1º A análise técnica das referidas obras, serviços e/ou demais atividades de movimentação de terra e/ou camada superficial serão efetivadas sob a égide dos dispositivos legais, regulamentos, manifestações/pareceres dos órgãos competentes e demais normas aplicáveis à espécie.

§2º Sendo considerado viável o objeto da Consulta de Viabilidade, o órgão de Meio Ambiente indicará na resposta os documentos e demais informações que se fizerem necessárias a regular instrução do Requerimento de Licenciamento, os quais deverão ser obrigatoriamente apresentados pelo interessado.

§3º Da negativa quanto aos termos da consulta de viabilidade caberá Recurso ao COMDEMA, no prazo de 10 (dez) dias contados de sua ciência.

§4º O COMDEMA terá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar manifestação acerca do recurso, podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado.

Art.4º Para serviços de grande e médio porte, assim definidos pelo art. 2º, o interessado deverá juntar ao Requerimento de Licenciamento os seguintes documentos:

I. resposta à Consulta de Viabilidade;

II. identificação do executor do serviço e autorização do proprietário do imóvel, quando este não for o próprio interessado;

III. cópia do RG e CPF do proprietário do imóvel;

IV. cópia do CNPJ da empresa que for executar o serviço e no caso de pessoa física, cópia do RG e CPF do responsável pelo serviço;

V. comprovação de propriedade do imóvel;

VI. levantamento planialtimétrico do terreno, contendo sua localização, acessos, hidrografia, características do entorno num raio de 20 (vinte) metros, levantamento topográfico da área de intervenção e do entorno e vegetação;

VII. projeto de terraplenagem contendo:

a) mapa do imóvel com indicação e dimensionamento das áreas de corte e das áreas de aterro;

b) perfis do terreno contendo indicação de cortes e aterros;
c) dimensionamento dos volumes de corte e dos volumes de aterro;
d) altimetria final com indicação dos "of-sets" após a terraplenagem;
e) termo de doação do material, quanto excedente;
f) Reserva Legal devidamente averbada quando realizada em área rural;
g) indicar coordenadas geográficas do local onde serão efetuadas as obras, serviços e/ou demais atividades;
h) sinalização adequada na área;
i) fotos anexas ao projeto da área a ser objeto das obras, serviços e/ou demais atividades.

VIII. descrição do sistema de drenagem de águas pluviais a ser adotado durante as obras e após a conclusão das mesmas;

IX. anotação de função técnica (AFT), anotação de responsabilidade técnica (ART) de projeto e execução, contendo o serviço a ser realizado, identificando o local e o dimensionamento das áreas e dos volumes envolvidos;

X. identificação do bota-fora e suas características;

XI. recolhimento da taxa municipal.

Art.5º Os serviços de pequeno porte, assim definidos pelo art. 2º, serão analisados pela Assessoria de Meio Ambiente que poderá ou não solicitar a apresentação de projeto, conforme o caso.

Art.6º Nas áreas inundáveis, independentemente da categoria da obra e/ou serviço, a emissão de licença municipal para realização das atividades reguladas por este decreto pelo órgão de Meio Ambiente, dependerá de prévia análise e manifestação favorável do COMDEMA, com supedâneo nos estudos hidrológicos, geológicos e geográficos, além de outros pareceres técnicos competentes.

Parágrafo único. Conforme particularidades do caso concreto, poderá o órgão de Meio Ambiente condicionar a liberação da licença para execução de serviço em áreas não inundáveis, a prévia análise e manifestação favorável do COMDEMA - Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

Art.7º O não cumprimento do disposto no presente Decreto culminará nas seguintes sanções:

I. embargo e paralisação imediata das obras, serviços e/ou demais atividades, até a completa regularização e não sendo esta possível, as atividades serão encerradas definitivamente;

II. multa a ser aplicada em caso de não cumprimento dos termos do embargos e/ou advertência, promovendo, se necessário, a recuperação da área.

Art.8º A multa de que trata o inciso II do artigo anterior será fixada nos moldes do artigo 46 da Lei Complementar nº 336, de 05 de outubro de 2007, abaixo transcrito:

"Art.46 - O valor das multas será aplicado em Unidades Fiscais do Município - UFM's, de acordo com a gravidade da infração, sendo:
I - para infrações leves, multa de 100 (cem) a 1.000 (mil) Unidades Fiscais do Município - UFM's;

II - para infrações graves, multa de 1.000 (mil) a 3.000 (três mil) Unidades Fiscais do Município - UFM's;

III - para infrações gravíssimas, multa de 3.000 (três mil) a 5.000 (cinco mil) Unidades Fiscais do Município - UFM's.

§ 1º - Ao quantificar a pena, a autoridade administrativa fixará primeiramente a pena base, correspondente ao valor intermediário dos limites mínimos e máximos, elevando-a, nos casos com

agravantes, e, reduzindo-a, nos casos com atenuantes.
§ 2º - Poderão ser estipuladas multas diárias, enquanto persistirem os problemas."

Art. 9º As sanções previstas no presente Decreto não afastam nem prejudicam a aplicação das demais medidas administrativas ou judiciais atinentes à espécie, inclusive as decorrentes da responsabilidade civil por dano a patrimônio público, particular ou ao meio ambiente e em havendo indícios de crime, deverá a Autoridade Municipal encaminhar a documentação ao Ministério Público, para as providências cabíveis.

Art. 10. É de obrigação e responsabilidade exclusiva do proprietário, interessado e do(a) contratado(a) executar as obras, serviços e/ou demais atividades relacionadas ao presente Decreto, bem como realizar a limpeza e recuperação das vias públicas e/ou particulares que forem prejudicadas com a execução das mesmas, sinalizar a área e informar ao órgão de Meio Ambiente municipal sobre o término dos trabalhos.

Art. 11. O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 09 de fevereiro de 2012; 142º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Aviso de julgamento da habilitação Carta Convite N.º 40 2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CARTA CONVITE 0040-2012

AVISO DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA LICITAÇÃO 0040/2012

O MUNICÍPIO DE TIMBÓ, leva ao conhecimento dos interessados que foi habilitada a empresa Projetar Engenharia Ltda ME e inabilitadas as empresas Habitark Engenharia Ltda e Zenite Engenharia Ltda. A íntegra da ata de julgamento encontra-se no Departamento de Licitações, na sede da Prefeitura de Timbó.

Data: 27/03/2011.

JEAN M. R. VARGAS

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Extrato Inexigibilidade N.º 46 2012

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 46/2012

CONTRATANTE: Prefeitura de Timbó

CONTRATADO: Lancatur Transporte e Turismo Ltda.

OBJETO: Aquisição de vale-transporte destinado aos servidores, estagiários e contratados que utilizam transporte coletivo para deslocamento municipal, sendo de sua respectiva residência ao local de trabalho e vice-versa.

VALOR TOTAL: R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais)

Timbó, 27 de março de 2012

LAÉRCIO D. SCHUSTER JÚNIOR

Prefeito de Timbó

Três Barras

PREFEITURA

Inexigibilidade

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 37/2012.

Contratante: O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS, através de seu Prefeito ELOI JOSE QUEGE. CONTRATADO: ORGANIZAÇÕES ALFA CAMPOS LTDA - ME - CNPJ 03.683.634/000,1-84.

OBJETO: Prestação de Serviços Funerais.

FUNDAMENTO LEGAL: lei 8.883/94, EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2012.

Inexigibilidade

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 37/2012.

Contratante: O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS, através de seu Prefeito ELOI JOSE QUEGE.

CONTRATADO: FUNERARIA HUMENHUK LTDA - CNPJ 83.192.344/0001.77.

OBJETO: Prestação de Serviços Funerais.

FUNDAMENTO LEGAL: lei 8.883/94, EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2012.

Ata de Registro de Preço Julian Odachowski e Filhos LTDA Nº36/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 36/2012.

EDITAL DE PREGÃO Nº. 31/2012.

Interessado: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de 2012, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa JULIAN ODACHOWOSKI E FILHOS LTDA, CNPJ nº. 02.672.502/0002-94, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

JULIAN ODACHOWOSKI E FILHOS LTDA					
Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
002	100,00000	QUIL	7,1700	717,00	ARROZ (5 KG)
Marca: 0001 NAVEGANTES					
003	100,00000	QUIL	9,1400	914,00	ACUCAR REFINADO (PCT DE 5 KG)
Marca: 0001 ALTO ALEGRE					
004	4,00000	QUIL	3,4900	13,96	REFORMADOR DE MASSA (PCT 250 GR)
Marca: 0001 PAN FACIL					

006	30,00000	UNID	2,0900	62,70	FILTRO PARA CAFE 103
Marca: 0001 BRIGITA					
007	150,00000	UNID	2,9800	447,00	OLEO DE SOJA REFINA-DO 100% NATURAL (LATA 900 ML) SEM COLESTEROL
Marca: 0001 COAMO					
008	115,00000	QUIL	2,4900	286,35	FEIJAO PRETO NOVO TIPO I (PCT 01 KG)
Marca: 0001 RIO BELO					
010	100,00000	UNID	2,9800	298,00	LEITE CONDENSADO 395 GRAMAS
Marca: 0001 TRIANGULO					
011	150,00000	UNID	1,2900	193,50	MILHO VERDE (LATA APROX. 200 GRS)
Marca: 0001 GOIAS VERDE					
012	150,00000	UNID	1,2400	186,00	ERVILHA (LATA APROX. 200 GRS)
Marca: 0001 GOIAS VERDE					
013	20,00000	UNID	7,8800	157,60	FERMENTO PARA PAO (PCT DE 500 GR.)
Marca: 0001 ELITE					
014	50,00000	UNID	1,8400	92,00	FERMENTO ROYAL
Marca: 0001 ROYAL					
015	30,00000	QUIL	1,0800	32,40	SAL (1 KG)
Marca: 0001 MARLIN					
016	250,00000	LATA	2,9700	742,50	CREME DE LEITE 300GR
Marca: 0001 TIROL					
017	100,00000	CAIX	2,6400	264,00	CHA PRETO (SAQUINHO)
Marca: 0001 NEILAR					
018	50,00000	PACO	2,7900	139,50	COCO RALADO (SEM ACUCAR) COM 100GR O PACOTE
Marca: 0001 SOCOCO					
019	30,00000	ROLO	3,0400	91,20	EMBALAGEM P/ FREEZER 5 Kg
Marca: 0001 BOM PACK					

020	30,00000	QUIL	1,4400	43,20	CANJIQUELHA TIPO I DE MILHO, EMBALAGEM PLASTICA DE 01 KG., DATA DE FABRICACAO MAXIMA DE 30 DIAS.
Marca: 0001 ZANIN					
021	50,00000	QUIL	3,2000	160,00	POLENTA
Marca: 0001 SINHA					
023	40,00000	QUIL	3,6000	144,00	MACARRAO TIPO SPAGUETTE (PCT. 01 KG)
Marca: 0001 PUPININI					
024	50,00000	QUIL	3,8700	193,50	MACARRAO COM OVOS TIPO NINHO, EMBALAGEM PLASTICA. DATA DE FABRICACAO MAXIMA DE 30 DIAS. (ENTREGAR EM PACOTES DE 0,500 GR).
Marca: 0001 GALO					
025	40,00000	LATA	3,8900	155,60	EXTRATO DE TOMATE 850 GR
Marca: 0001 QUERO					
026	100,00000	POTE	3,1400	314,00	MARGARINA (POTE 500 GR)
Marca: 0001 PRIME					
029	80,00000	CAIX	2,3200	185,60	LEITE LONGA VIDA, SEMIDESNATADO, CAIXA DE 1 LITRO. EMBALAGEM TETRA-PACK
Marca: 0001 AURORA					
031	20,00000	PACO	1,2400	24,80	TEMPERO PRONTO (SALSA E CEBOLINHA) POTE 10 GR
Marca: 0001 NEILAR					
032	40,00000	QUIL	1,3900	55,60	FUBA (1KG)
Marca: 0001 ZANIN					

033	50,00000	QUIL	9,5700	478,50	BATATA PALHA
Marca: 0001 BOCONI					
034	10,00000	CAIX	0,4000	4,00	PALITO DE DENTE
Marca: 0001 ZINA					
037	50,00000	QUIL	2,9800	149,00	FARINHA DE MILHO BRANCA
Marca: 0001 CAMPO MAGRO					
038	250,00000	PACO	2,2000	550,00	SUCO (PCT DE 500gr) DIVERSOS SABORES
Marca: 0001 SUMMER					
039	10,00000	CAIX	3,8400	38,40	AMIDO DE MILHO (CX.COM APROXIMADAMENTE 01 KG)
Marca: 0001 NEILAR					
040	150,00000	CAIX	0,6700	100,50	GELATINA (CX. COM 85 G) (DIVERSOS SABORES).
Marca: 0001 ORIENTE					
041	100,00000	CAIX	0,9800	98,00	PUDIM (CX. COM APROX.85 GR) DIVERSOS SABORES
Marca: 0001 NEILAR					
042	25,00000	FRAS	1,6900	42,25	CANELA EM PO (POTE 25 GR.)
Marca: 0001 NEILAR					
043	20,00000	PACO	1,2900	25,80	CRAVO DA INDIA (PCT 10 GR)
Marca: 0001 NEILAR					
045	100,00000	QUIL	4,1900	419,00	FLOCOS DE MILHO PRE-COZIDO. COTAR O PRODUTO EM QUILO. ENTREGAR EM PACOTES DE 500 GR.
Marca: 0001 IOKI					
046	100,00000	QUIL	3,2800	328,00	ERVA MATE
Marca: 0001 PEROLA					
047	400,00000	PACO	0,7800	312,00	BOLACHA RECHEADA
Marca: 0001 ZADIMEL					
048	60,00000	QUIL	2,2900	137,40	SAGU (PCT. 500 GR)
Marca: 0001 NEVE					

049	70,00000	QUIL	1,4300	100,10	CANJICA BRANCA DE 1ª. (PACOTE 500 GR)
Marca: 0001 PINDUCA					
051	300,00000	QUIL	3,9400	1.182,00	COXA E SOBRE COXA DE FRANGO
Marca: 0001 DIPLOMATA					
053	200,00000	QUIL	5,9000	1.180,00	PERNIL
Marca: 0001 DO VALE					
054	200,00000	QUIL	9,7900	1.958,00	CARNE MOIDA
Marca: 0001 DO VALE					
056	30,00000	QUIL	15,3000	459,00	BACON
Marca: 0001 PACAS					
057	50,00000	QUIL	13,3900	669,50	PRESUNTO FATIADO
Marca: 0001 FRICASA					
058	50,00000	QUIL	14,1000	705,00	QUEIJO FATIADO TIPO PRATO
Marca: 0001 TIROL					
060	30,00000	UNID	5,9700	179,10	MORTANDELA
Marca: 0001 PEPERI					
061	40,00000	QUIL	6,1000	244,00	REQUEIJAO
Marca: 0001 TIROL					
062	200,00000	QUIL	1,1900	238,00	LARANJA
Marca: 0001 IN NATURA					
064	150,00000	QUIL	2,4800	372,00	TOMATE
Marca: 0001 IN NATURA					
065	110,00000	UNID	2,2400	246,40	COUVE FLOR
Marca: 0001 IN NATURA					
066	130,00000	QUIL	1,4400	187,20	BETERRABA (FRESCA)
Marca: 0001 IN NATURA					
067	200,00000	QUIL	2,4800	496,00	MACA
Marca: 0001 IN NATURA					
069	100,00000	QUIL	3,9800	398,00	AIPIM, LAVADO, DESCASCADO E EMBALADO EM EMBALAGENS PLÁSTICAS.
Marca: 0001 IN NATURA					
070	100,00000	QUIL	1,6800	168,00	BATATA DOCE
Marca: 0001 IN NATURA					
071	60,00000	QUIL	1,7800	106,80	CENOURA
Marca: 0001 IN NATURA					
072	80,00000	QUIL	1,9400	155,20	ABOBRINHA
Marca: 0001 IN NATURA					

073	80,00000	QUIL	1,8700	149,60	CHUCHU
Marca: 0001 IN NATURA					
074	80,00000	QUIL	2,9800	238,40	VAGEM - IN NATURA
Marca: 0001 IN NATURA					
077	20,00000	QUIL	7,9800	159,60	ALHO
Marca: 0001 IN NATURA					
078	35,00000	QUIL	1,3700	47,95	CEBOLA
Marca: 0001 IN NATURA					
080	170,00000	QUIL	1,4800	251,60	BATATA
Marca: 0001 IN NATURA					
081	50,00000	CAIX	1,3400	67,00	CALDO DE GALINHA
Marca: 0001 ORIENTE					
Total JULIAN ODACHOWOSKI E FILHOS LTDA			18.555,31 Julgamento: MEN. PREÇO		

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epígrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 31/2012 – Procedimento Administrativo nº. 36/2012, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço registrado: Os preços cotados poderão ser reduzidos ou majorados em observância à Legislação Federal pertinente, com o compromisso de informar por escrito, e comprovar mediante nota fiscal do produto, as alterações de preço que vierem a ocorrer durante a vigência do Contrato.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 22 de março de 2012.

ELOI JOSE QUEGE
Prefeito Municipal

JULIAN ODACHOWOSKI E FILHOS LTDA
CNPJ nº. 02.672.502/0002-94

Testemunhas:

1 NILTON AVANIR HURMUS
2 JACY DE FÁTIMA ABUDA

Ata de Registro de Preço SUPERMERCADO MARCILIO DIAS LTDA Nº 36/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 36/2012.

EDITAL DE PREGÃO Nº. 31/2012.

Interessado: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de 2012, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa SUPERMERCADO MARCILIO DIAS LTDA, CNPJ nº. 06.116.423/0001-58, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços

unitários.

SUPERMERCADO MARCILIO DIAS LTDA

Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
044	80,00000	CARG	7,8000	624,00	AGUA MINERAL 20 LITROS
Marca: 0001 TREZE TIILIAS					
Total SUPERMERCADO MARCILIO DIAS LTDA 624,00 Julgamento: MEN. PREÇO					

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epígrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 31/2012 - Procedimento Administrativo nº. 36/2012, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço registrado: Os preços cotados poderão ser reduzidos ou majorados em observância à Legislação Federal pertinente, com o compromisso de informar por escrito, e comprovar mediante nota fiscal do produto, as alterações de preço que vierem a ocorrer durante a vigência do Contrato.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 22 de março de 2012.

ELOI JOSE QUEGE
Prefeito Municipal

SUPERMERCADO MARCILIO DIAS LTDA
CNPJ nº. 06.116.423/0001-58

Testemunhas:

1 NILTON AVANIR HURMUS
2 JACY DE FÁTIMA ABUDA

Ata Registro de Preço Eugenio Steidel - Supermercado Nº 36/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 36/2012.

EDITAL DE PREGÃO Nº. 31/2012.

Interessado: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de 2012, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa EUGENIO STEIDEL - SUPERMERCADO, CNPJ nº. 83.193.433/0001-38, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente ao(s) item(ns) abaixo discriminado(s), com seu(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s).

EUGENIO STEIDEL - SUPERMERCADO					
Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
001	100,00000	QUIL	6,8600	686,00	TRIGO PACOTE COM 5 KG
Marca: 0001 GARDENIA					

009	100,00000	UNID	4,7200	472,00	ACHOCO-LATADO (APROX. 400 GR)
Marca: 0001 LEO					
022	40,00000	QUIL	4,7100	188,40	MACARRAO FETUCCINE (PCT 1 KG)
Marca: 0001 TODESCHINI					
027	50,00000	POTE	2,4300	121,50	DOCE DE FRUTA - GOIABA OU BANANA OU FIGO - ENTREGAR EM POTE DE 500 GRAMAS. DATA DE FABRICAÇÃO DE 30 DIAS. COTAR VALOR EM KG
Marca: 0001 AUREA					
028	50,00000	POTE	3,3400	167,00	DOCE DE LEITE EM PASTA POTE DE 400 GR.
Marca: 0001 AUREA					
030	100,00000	DUZI	2,8900	289,00	OVOS DE GALINHA
Marca: 0001 ITIMURA					
035	200,00000	PACO	5,1400	1.028,00	BOLACHA
Marca: 0001 TODESCHINI					
036	200,00000	PACO	2,7400	548,00	BOLACHA SALGADA
Marca: 0001 TODESCHINI					
050	40,00000	PACO	3,0800	123,20	FAROFA PRONTA 0% DE GORDURA TRANS - PACOTE 500 G.
Marca: 0001 PREFERIDA					
052	120,00000	QUIL	4,2100	505,20	SALSICHA
Marca: 0001 PEPERI					
055	200,00000	QUIL	10,4500	2.090,00	CARNE BOVINA PARA PANELA DE 1a QUALIDADE
Marca: 0001 PAMPLONA					
059	180,00000	LITR	1,9600	352,80	IOGURTE - FRSC 1000ML
Marca: 0001 DANINHA					
063	150,00000	QUIL	0,9400	141,00	BANANA
Marca: 0001 IN NATURA					
068	100,00000	QUIL	2,0800	208,00	MAMAO

Marca: 0001 IN NATURA					
082	30,00000	QUIL	2,1900	65,70	ARROZ BRANCO
Marca: 0001 URBANO					
Total EUGENIO STEIDEL - SUPERMERCADO				6.985,80	Julgamento: MEN. PREÇO

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 31/2012 – Procedimento Administrativo nº. 36/2012, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço registrado: Os preços cotados poderão ser reduzidos ou majorados em observância à Legislação Federal pertinente, com o compromisso de informar por escrito, e comprovar mediante nota fiscal do produto, as alterações de preço que vierem a ocorrer durante a vigência do Contrato.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 22 de março de 2012.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

EUGENIO STEIDEL - SUPERMERCADO

CNPJ nº. 83,193,433/0001-38

Testemunhas:

1 NILTON AVANIR HURMUS

2 JACY DE FÁTIMA ABUDA

Ata Registro de Preço Supermercado Bom Dia Um LTDA Nº36/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 36/2012.

EDITAL DE PREGÃO Nº. 31/2012.

Interessado: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de 2012, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa SUPERMERCADO BOM DIA UM LTDA, CNPJ nº. 81003097/0001-98, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente ao(s) item(ns) abaixo discriminado(s), com seu(s) respectivo(s) preço(s) unitário(s).

SUPERMERCADO BOM DIA UM LTDA					
Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
005	150,00000	QUIL	11,9600	1.794,00	CAFE (PACOTE 500 GR)
Marca: 0001 MARCANA					
075	80,00000	QUIL	1,4900	119,20	PEPINO IN NATURA
Marca: 0001 IN NATURA					
076	90,00000	UNID	2,2900	206,10	ACELGA
Marca: 0001 IN NATURA					

079	150,00000	UNID	0,9900	148,50	REPOLHO
Marca: 0001 IN NATURA					
Total SUPERMERCADO BOM DIA UM LTDA				2.267,80 Julgamento:	
MEN. PREÇO					

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epígrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital nº. 31/2012 – Procedimento Administrativo nº. 36/2012, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço registrado: Os preços cotados poderão ser reduzidos ou majorados em observância à Legislação Federal pertinente, com o compromisso de informar por escrito, e comprovar mediante nota fiscal do produto, as alterações de preço que vierem a ocorrer durante a vigência do Contrato.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 22 de março de 2012.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

SUPERMERCADO BOM DIA UM LTDA

CNPJ nº. 81003097/0001-98

Testemunhas:

1 NILTON AVANIR HURMUS

2 JACY DE FÁTIMA ABUDA

Tunápolis

PREFEITURA

Processo de Licitação nº 45/2012 Máquina Nova

Processo de Licitação nº 45/2012

Edital de Pregão Presencial nº 38/2012

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação,

na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por ITEM, que tem por objeto a aquisição de 1(uma) máquina ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, NOVA que será destinada para a Secretaria Municipal da Agricultura, de acordo com o convênio firmado com a Prefeitura Municipal e Governo Estadual de SC.

Entrega dos envelopes será dia 11/04/2012 às 9h30min.

Informações no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 27 de março de 2012.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Processo de Licitação nº 45/2012 Máquina Nova

Processo de Licitação nº 45/2012

Edital de Pregão Presencial nº 38/2012

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação,

na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por ITEM, que tem por objeto a aquisição de 1(uma) máquina ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, NOVA que será destinada para a Secretaria Municipal da Agricultura, de acordo com o convênio firmado com a Prefeitura Municipal e Governo Estadual de SC.

Entrega dos envelopes será dia 11/04/2012 às 9h30min.

Informações no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 27 de março de 2012.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

Turvo

PREFEITURA

Lei 2114/2012

LEI nº 2.114/12, de 22 de março de 2012

CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL A ENTIDADE QUE ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Turvo, através do Fundo Municipal de Saúde, autorizado a conceder subvenção social ao Hospital São Sebastião de Turvo, CNPJ 86.513.124/0001-96, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), pagos em 10 parcelas mensais de R\$ 10.900,00 (dez mil e novecentos reais) e 01 parcela de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), durante o exercício de 2012, objetivando a manutenção das atividades médico-hospitalares da maternidade.

Art. 2º. A entidade beneficiada sujeita-se a aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas de conformidade com as normas de direito financeiro e as exigências da Prefeitura.

Art. 3º. As despesas da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria inserida no orçamento anual do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 22 de março de 2012.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Lei 2115/2012

LEI Nº 2.115/12, de 22 de março de 2012.

CONCEDE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA A COOPERATIVA TURVENSE DE IRRIGAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina.
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar Convênio com a finalidade de repassar contribuição financeira a Cooperativa Turvense de Irrigação, devidamente inscrita no CNPJ nº 76.838.077/0001-05, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), a serem repassados em 07 (sete) parcelas de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e 01 (uma) parcela de R\$ 1.000,00 (um mil reais), durante o exercício de 2012, para aplicação destes recursos na manutenção de suas atividades estatutárias.

Art. 2º. A entidade beneficiada sujeita-se a aplicação dos recursos dentro da finalidade específica e a sua prestação de contas de conformidade com as normas de direito financeiro e as exigências da Prefeitura Municipal de Turvo.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 22 de março de 2012.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças - designado.**Lei 2116/2012**

LEI nº 2.116/12, de 22 de março de 2012

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, ATRAVÉS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE CLUBE DE MÃES DE TURVO

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina.
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, através da Prefeitura Municipal de Turvo, autorizado a firmar Convênio com a finalidade de repassar verba pecuniária a Associação de Clube de Mães de Turvo, entidade sem fins lucrativos, portadora do CNPJ nº 07.645.979/0001-02, com sede e foro da Comarca de Turvo/SC, declarada de utilidade pública através da Lei Municipal nº 1.780/2006, de 04 de Julho de 2006, para aplicação destes recursos na manutenção e funcionamento de suas finalidades estatutárias.

Art. 2º. O presente convênio prevê o repasse de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), repassados em 10 (dez) parcelas mensais de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), compreendendo os meses de março a dezembro de 2012.

Art. 3º. Caberá à Associação do Clube de Mães encaminhar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o recebimento de cada parcela, a prestação de contas dos recursos recebidos, ao setor competente da Prefeitura.

Parágrafo Único. A liberação da parcela subsequente fica condicionada à apresentação da prestação de contas de que trata o presente artigo.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 22 de março de 2012.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças - designado.**Lei 2117/2012**

LEI nº 2.117/12, de 22 de março de 2012.

CONCEDE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À INSTITUIÇÃO PRIVADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina.
Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar convênio com a finalidade de repassar contribuição financeira a ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES TÉCNICO - UNIVERSITÁRIOS DE TURVO/SC, CNPJ nº 06.118.761/0001-29, no valor de R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais), pagos durante o exercício de 2012, visando sua manutenção e funcionamento.

Parágrafo Único. A entidade beneficiada sujeita-se à aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas em conformidade com as normas vigentes e as exigências desta Prefeitura.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 22 de março de 2012.

RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO
Secretário de Adm. e Finanças - designado.**Lei 2118/2012**

LEI nº 2.118/12, de 22 de março de 2012

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA PASTORAL DA CRIANÇA - AAPAC DA DIOCESE DE CRICIÚMA.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar convênio com a Associação de Amigos da Pastoral da Criança - AAPAC da Diocese de Criciúma, objetivando a manutenção de suas atividades estatutárias.

Parágrafo Único. Para atingir os objetivos pretendidos no convênio a ser firmado, o Município repassará a importância de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), durante o exercício de 2012.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 22 de março de 2012.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Lei 2119/2012

LEI Nº 2.119/12, de 22 de março de 2012

CONSTITUI A UNIDADE ORÇAMENTARIA DA COMDEC – COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Visando o cumprimento do Decreto 7.257 de 04/08/2010, alterado pelo Decreto 7.505 de 27/06/2011, que determina por meio de Cartão de Pagamento de Defesa Civil – CPDC das despesas realizadas pelo ente beneficiário com os recursos transferidos pelo Ministério da Integração Nacional para a execução das ações de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais fica constituída a Unidade Orçamentária da COMDEC – COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL que observará o disposto nos artigos 71 a 74 da Lei Federal no 4.320, de 17/03/64, autoriza o Poder Executivo a proceder as alterações necessárias no PPA, LDO e LOA inserindo as receitas e despesas, utilizando os recursos da Defesa Civil como fonte que formarão esta Unidade Orçamentária, como também o programa e a atividade específica dentro do Orçamento Municipal, assim discriminado:

07	Órgão: SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS
07.02	Unidade Orçamentária: COMDEC – COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL
58	Programa: COMDEC - Coordenadoria Municipal de Defesa Civil
2.031	Atividade: Manutenção e funcionamento da Defesa Civil do Município
06	Função: Segurança Pública
182	Subfunção: Defesa Civil
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0	(elemento de despesa material, serviços...) Aplicações Diretas

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 22 de março de 2012.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças – designado.

Lei 2120/2012

LEI Nº 2.120/12, de 22 de março de 2012

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM O LAR BENEFICIENTE SÃO VICENTE DE PAULO.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a

firmar Convênio com o Lar Beneficiente São Vicente de Paulo de Ararangua-SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ nº 83.871.178/0001-35, com a finalidade de abrigar idosos do Município de Turvo perante o Lar Beneficiente São Vicente de Paulo.

Art. 2º. O Convênio terá vigência de 10 (dez) meses, a contar da data da assinatura, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), repassados em dez parcelas mensais de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), compreendendo os meses de março a dezembro de 2012.

Art. 3º. Fica a entidade acima obrigada a prestar contas dos recursos recebidos mensalmente, obedecida à legislação vigente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 22 de março de 2012.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Lei 2121/2012

LEI Nº 2.121/12, de 22 de março de 2012.

AUTORIZA CUSTEIO DE DESPESAS DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ARTESANAL ANITA GARIBALDI, EM EVENTOS CULTURAIS DE INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Turvo, autorizado a custear despesas com transporte da Associação Cultural e Artesanal Anita Garibaldi, entidade sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública através da Lei Municipal no 1.809/2006, CNPJ 08.013.428/0001-80, nos deslocamentos para fora do Município, quando da sua participação em eventos culturais em que represente o Município de Turvo.

Parágrafo Único. As despesas com transporte serão custeadas pelo Município para as localidades de Criciúma, no Estado de Santa Catarina, e Pinhal da Serra, Carazinho, Canoas e Espumoso, no Estado do Rio Grande do Sul, nas datas que forem definidas pelo calendário de eventos, no período de abril de 2012 a dezembro de 2012.

Art. 2º. O Município contratará as despesas na forma da Lei Federal 8.666/93 (Lei das Licitações), correndo as despesas por conta do orçamento vigente.

Art. 3º. A Associação requisitará ao Poder Executivo Municipal a contratação dos serviços de transporte, mediante comprovação da realização do evento, número de pessoas que participarão, tempo de permanência e a cidade em que se dará o evento, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 22 de março de 2012.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Lei 2122/2012

LEI nº 2.122/12, de 22 de março de 2012.

AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE BEM MÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Turvo, estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, através de leilão, um veículo, cor branca, chassi 8AC9036624A910902, código do renavan no 826790720, placa MEU 2051, ano fabricação 2003, ano modelo 2004, combustível diesel, marca modelo I/M. Benz Sprint Viaturea e espécie tipo caminhão / ambulância.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 22 de março de 2012

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Lei 2123/2012

LEI Nº 2.123/12, de 22 de março de 2012.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 2.048/10, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 1º da Lei Municipal nº 2.048/10, de 16 de dezembro de 2010, passa a vigorar com o acréscimo de parágrafo único.

"Art. 1º.

Parágrafo Único. Para atender o disposto neste artigo, fica o Município de Turvo autorizado a colocar a disposição da CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina, um funcionário público municipal, com ônus para o Município."

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 22 de março de 2012.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Lei 2124/2012

LEI Nº 2.124/12, de 22 de março de 2012.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE TURVO A FIRMAR CONVÊNIO COM O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE - CAMPUS SOMBRI

O Prefeito Municipal de Turvo, estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Turvo autorizado a firmar convênio com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Sombrio, durante o exercício de 2012 e 2013, objetivando o desenvolvimento de curso técnico de nível médio e/ou formação inicial e continuada na área profissional de informática ou outras.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 22 de março de 2012.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Lei 2125/2012

LEI Nº 2.125/12, de 22 de março de 2012.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM ASSOCIAÇÃO IRMÃ CARMEN.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação Irmã Carmen, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 00.900.930/0001-00, com a finalidade de abrigagem de crianças e adolescentes do Município de Turvo perante a Casa Lar Irmã Carmen.

Art. 2º. O Convênio terá vigência de 10 (dez) meses, a contar da data da assinatura, no valor de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais), repassados em dez parcelas mensais de R\$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais), compreendendo os meses de março a dezembro de 2012.

Art. 3º. Fica a entidade acima obrigada a prestar contas dos recursos recebidos mensalmente, obedecida à legislação vigente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 22 de março de 2012.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Decreto 14/2012

DECRETO Nº 014/12, de 22 de Março de 2012.

DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA DE AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PADRONIZADOS E CONSOLIDADOS COM O PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Decreta:

Art. 1º. Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional – STN nº 828, de 14 de dezembro de 2011, os Procedimentos



Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

ITEM	CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO)
1 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas	
1.1 – Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa.	Janeiro de 2013
1.2 - Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa.	Janeiro de 2013
2 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência	
2.1 – Registro das obrigações e provisões por competência.	Janeiro de 2013
2.2 – Divulgação de cada classe de provisão.	Janeiro de 2013
3 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis	
3.1 – Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.	Abril de 2012
4 – Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como: depreciação, amortização, exaustão	
4.1 – Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis.	Abril de 2012
4.2 – Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos.	Abril de 2012
4.3 – Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.	Abril de 2012
5 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura	
5.1 – Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura.	Janeiro de 2013
5.2 – Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura.	Janeiro de 2013
5.3 – Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura.	Janeiro de 2013
5.4 – Registro contábil dos ativos de infraestrutura.	Janeiro de 2013
6 – Implementação de Sistema de Custos	
6.1 – Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados.	Janeiro de 2014
6.2 – Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos.	Janeiro de 2014
6.3 – Implementação do sistema de custos.	Janeiro de 2014
7 – Aplicação de Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais	
7.1 – Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP.	Janeiro de 2013

7.2 – Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.	Janeiro de 2013
8 – Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	
8.1 – Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial.	Janeiro de 2014
8.2 – Implementação de controle de estoque/almojarifado.	Janeiro de 2014

Art. 2º. Fica automaticamente prorrogado os prazos estabelecidos no art. 1º, em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º. Os Procedimentos Contábeis referidos neste decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Turvo(SC), 22 de Março de 2012.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e Reg. o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO
Secretario de Adm. e Finanças - designado.

Decreto 15/2012

DECRETO NO 015/12, de 22 de março de 2012.
ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 117/11, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 56 da Lei Federal no 5.991/73 e Lei Municipal nº 040/51,

DECRETA

Art. 1º. A tabela do Decreto nº 117/11, de 28 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Escala de Plantão das farmácias nos domingos e feriados nacionais e municipais, na sede do Município de Turvo (Lei no 040/51, art. 3º, inciso II, letra b), a partir de 02 de abril de 2012.

Abril	Maio	Junho	Julho
02 – Biofarma	07 – Biofarma	04 – Santa Rita	02 – Cararo
09 – Vita Farma	14 – Vita Farma	11 – Biofarma	09 – Santa Rita
16 – Med Farma	21 – Med Farma	18 – Vita Farma	16 – Biofarma
23 – Cararo	28 – Cararo	25 – Med Farma	23 – Vita Farma
30 – Santa Rita			30 – Med Farma

Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
06 – Cararo	03 – Med Farma	01 – Vita Farma	05 – Vita Farma
13 – Santa Rita	10 – Cararo	08 – Med Farma	12 – Med Farma
20 – Biofarma	17 – Santa Rita	15 – Cararo	19 – Cararo
27 – Vita Farma	24 – Biofarma	22 – Santa Rita	26 – Santa Rita
		29 – Biofarma	

Dezembro
03 – Biofarma
10 – Vita Farma
17 – Med Farma



24 – Cararo
31 – Santa Rita”

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 22 de março de 2012.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças – designado.

RREO do 1º Bimestre de 2012

Município de TURVO - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	0,00
Previsão Atualizada		—	29.000.000,00
Receitas Realizadas		4.538.732,11	4.538.732,11
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	0,00
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	29.000.000,00
Créditos Adicionais		—	6.492.072,47
Dotação Atualizada		—	35.492.072,47
Despesas Empenhadas		14.570.382,47	14.570.382,47
Despesas Liquidadas		3.386.610,55	3.386.610,55
Superavit Orçamentário		—	1.152.121,56
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			
Despesas Empenhadas		14.570.382,47	14.570.382,47
Despesas Liquidadas		3.386.610,55	3.386.610,55
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			22.964.482,84
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		0,00	-1.770.126,45
Resultado Primário		0,00	1.309.037,11
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	109.723,00	0,00	109.723,00
EXECUTIVO	109.723,00	0,00	109.723,00
TOTAL:	109.723,00	0,00	109.723,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		-33.958,96	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		423.944,98	13.035.457,11
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2012	2020	2030
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	197.247,98
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		643.298,63	15,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Videira

PREFEITURA

Lei Nº 2.721/12

LEI Nº 2.721/12, DE 26 DE MARÇO DE 2012.

Altera a Lei nº 2.659/11, que "Autoriza baixar, desafetar e alienar, pela oferta de melhor preço, através de licitação pública, equipamentos e bens públicos inservíveis que especifica, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 2.659/11, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a baixar, desafetar do cadastro dos bens patrimoniais e alienar, com base em prévia avaliação, através de licitação pública, pela oferta de melhor preço e no estado em que se encontram os seguintes bens:

1) 1 (um) Transformador Elétrico 150KVA (tensão primária 23,1 e tensão secundária 380/220 voltz - modelo antigo)
Número do Patrimônio: 21.348

2) 1 (uma) Retroescavadeira Case 580L
Ano: 2001
Frota: 96
Número do Patrimônio: 21.350

3) 1 (uma) Ensiladeira junil - mod. 4.100
Frota: 93
Número do Patrimônio: 21.400

4) 1 (um) Automóvel VW Kombi - Camioneta
Placa: LYH - 1376
Chassi: 9BWZZZ23ZPP006074
Ano: 1993 Modelo: 1993
Capacidade: 09 Passageiros
Cor Predominante: Branca
Código Renavam: 552775029
Frota: 39
Número do Patrimônio: 19.820 (NR)

5) Aproximadamente 5.000 Kg de Sucata de Ferro
Número do Patrimônio: 21.402

6) Aproximadamente 4.000 Litros de Óleo Queimado (usado)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de março de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de março de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.722/12

LEI Nº 2.722/12, DE 26 DE MARÇO DE 2012.

Homologa o II Termo Aditivo ao Convênio nº 17444 2011-0, que entre si celebram o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Videira e o Município de Videira.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica homologado o II Termo Aditivo ao Convênio nº 17444 2011-0, que entre si celebram o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Videira e o Município de Videira, o qual visa alterar a classificação orçamentária da cláusula segunda das despesas da concedente do convênio.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de março de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de março de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 9.985/12

DECRETO Nº 9.985/12, DE 26 DE MARÇO DE 2012.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.679/11, de 14 de dezembro de 2011.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 157.559,27 (cento e cinquenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e vinte e sete centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

16 - Fundo Municipal de Assistência Social
01 - Fundo Municipal de Assistência Social
2.070 - Assistência ao Idoso
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 Aplicações Diretas 95.000,00

16 - Fundo Municipal de Assistência Social
01 - Fundo Municipal de Assistência Social
2.072 - Assistência a Criança e ao Adolescente
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 Aplicações Diretas 62.559,27

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 157.559,27

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro do exercício de 2.011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de março de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de março de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0236/12

PORTARIA nº 0236/12

Converte, para efeito de aposentadoria, o período de Licença Prêmio proporcional, não gozado, de Servidor Público que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no caput do art. 106 do Estatuto do Servidor Público Municipal (Lei Complementar nº 007/97) e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 3623/2012,

RESOLVE

Converter, para efeito de aposentadoria, o período não gozado de Licença Prêmio proporcional de 03 (três) anos, 1 (um) mês e 28 (vinte e oito) dias da servidora MILDRE TEREZINHA LENHANI VANZ, Atendente de Creche, o qual será computado em dobro, totalizando 113 (cento e treze) dias, os quais correspondem ao período compreendido entre 1º.05.1991 a 30.06.1994, em obediência ao caput do artigo 106 da Lei 007/97.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de março de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de março de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0237/12

PORTARIA Nº 0237/12

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00002/10-2, nos assentos funcionais da servidora ODILA MARIA ZAGO detentora da matrícula funcional nº 5077 e do cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 3619/2012,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora, ODILA MARIA ZAGO, detentora da matrícula nº 5077 e do cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00002/10-2, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de março de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de março de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0238/12

PORTARIA Nº 0238/12

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00045/09-0, nos assentos funcionais do servidor ATÍLIO PADILHA DE LIMA detentor da matrícula funcional nº 1621 e do cargo de provimento efetivo de Pedreiro, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 3721/2012,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do servidor, ATÍLIO PADILHA DE LIMA, detentor da matrícula nº 1621 e do cargo de provimento efetivo de Pedreiro, a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00045/09-0, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de março de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de março de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0239/12

PORTARIA nº 0239/12

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 3949/2012,

RESOLVE

Autorizar o uso do Largo da Estação Ferroviária, pela GDO Produções Ltda, nos dias 29 e 30 de março de 2012, das 09:00h às 17:00h, para realização de uma ação promocional para divulgação do show nacional com Maria Cecília e Rodolfo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de março de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de março de 2012.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0240/12

PORTARIA Nº 0240/12

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00028/07-1, nos assentos funcionais da servidora MILDRE TEREZINHA LENHANI VANZ detentora da matrícula funcional nº 1870 e do cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 3621/2012,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora, MILDRE TEREZINHA LENHANI VANZ, detentora da matrícula nº 1870 e do cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00028/07-1, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de março de 2012.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de março de 2012.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0241/12

PORTARIA nº 0241/12

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 3924/2012,

RESOLVE

Autorizar o uso do Largo da Estação Ferroviária, pela Câmara de Dirigentes Lojistas, no dia 07 de abril de 2012, das 09:00h às 16:00h, para realização do Projeto Recicla CDL.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de março de 2012.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de março de 2012.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0242/12

PORTARIA nº 0242/12

Exonera Servidor Municipal

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Exonerar, SANDRO ANTONIO CAREGNATO, do cargo comissionado de Secretário Municipal de Saúde e Ação Social, símbolo DAS-1, nomeado pela Portaria nº 0375/09.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 05 de abril de 2012.

Videira, 26 de março de 2012.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de março de 2012.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0243/12

PORTARIA nº 0243/12

Autoriza Interdição de Rua

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do contido Processo Administrativo nº 3905/2012

RESOLVE

Autorizar a Interdição da Avenida Antonio Nico Fávero (Beira Rio), no dia 23 de junho do corrente ano, das 07:00h às 17:00h, para a realização do Dia Solidário, pela Êxito Editora e Comunicação em parceria com o Colégio Salvatoriano Imaculada Conceição.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de março de 2012.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de março de 2012.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0244/12

PORTARIA nº 0244/12

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 3906/12,

RESOLVE

Autorizar o uso do Espaço do Largo da Estação Ferroviária pela Êxito Editora e Comunicação, juntamente com as Farmácias Líder

Farma, o Laboratório Vida e o Grupo Carboni, no dia 12 de maio de 2012, das 09:00h às 15:00h, para realização da Campanha Hábito Legal, visando a redução da quantidade de sacolas plásticas e a utilização de sacola retornáveis para as compras no comércio geral.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 26 de março de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de março de 2012.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Pregão Presencial 53/2012 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2012 - PMV
REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 53/2012 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE 560 UNIDADES DE CESTAS BÁSICAS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS PARA OS MESES DE MAIO, JUNHO, JULHO, AGOSTO, SETEMBRO, OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2012. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 23 de Abril de 2012, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 26 de Março de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Pregão Presencial 54/2012 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2012 - PMV
REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 54/2012 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS EM DIVERSOS LOCAIS NO MUNICÍPIO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 09:00 horas do dia 12 de Abril de 2012, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 09:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 27 de Março de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Pregão Presencial N. 52/2012 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2012 - PMV

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 52/2012 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE BATERIAS AUTOMOTIVAS PARA AS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA, BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 19 de Abril de 2012, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 26 de Março de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 19/2012 - FMS

MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2012 - FMS

O Prefeito Municipal de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 19/2012 - FMS. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE CARGAS DE GÁS P13 E P45 PARA USO NOS POSTOS DE SAÚDE LOCALIZADOS NO PERÍMETRO URBANO E INTERIOR DO MUNICÍPIO, VIGILÂNCIA SANITÁRIA, ALMOXARIFADO CENTRAL, SAMU, PAM, PAME 24 HRS E CAPS. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 20 de Abril de 2012, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 26 de Março de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 20/2012 - FMS

MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2012 - FMS
REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 20/2012 - FMS. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE 40 UNIDADES DE CESTAS BÁSICAS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS SERVIDORES MUNICIPAIS PARA OS MESES DE MAIO, JUNHO, JULHO, AGOSTO, SETEMBRO, OUTUBRO, NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2012. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 23 de Abril de 2012, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 27 de Março de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato n. 0260/2012

Extrato do Contrato n. 0260/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SIRLEI MARIA TOMAZ DA SILVA

CPF: 511.380.349-91

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA IVONE SINIGAGLIA

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 14 de abril de 2012

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato n. 0261/2012

Extrato do Contrato n. 0261/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JOSIANE APARECIDA ZAGO

CPF: 048.498.519-16

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA IRACI RODRIGUES DOS SANTOS

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato n. 0262/2012

Extrato do Contrato n. 0262/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SONIA RODRIGUES DA SILVA

CPF: 006.864.399-37

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA SONIA APARECIDA GARIPUNA

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 29 de fevereiro de 2012

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato n. 0263/2012

Extrato do Contrato n. 0263/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: KELLY ANA MUHLBRANDT

CPF: 030.271.069-88

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ODILA MARIA ZAGO

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 15 de abril de 2012

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato n. 0264/2012

Extrato do Contrato n. 0264/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: PATRÍCIA MENDES DOS SANTOS

CPF: 010.424.039-37

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ZENIRA ZIMERMANN ARIOTTI

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 30 de abril de 2012

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato n. 0265/2012

Extrato do Contrato n. 0265/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FABIANI BREZOLIN

CPF: 944.553.339-91

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA VANI LÚCIA PAVIANI

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 15 de abril de 2012

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato n. 0266/2012

Extrato do Contrato n. 0266/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARISTELA CONCEIÇÃO CARLESSO

CPF: 457.629.029-00

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA LEONI APARECIDA PEREIRA

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 15 de abril de 2012

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato n. 0273/2012

Extrato do Contrato n. 0273/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SOLANGE RISSARDI ZARPELON

CPF: 695.158.329-34

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA ILETE MARIA MASCARELLI DALLAGNOL

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de março de 2012

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato n. 0275/2012

Extrato do Contrato n. 0275/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DELAIZE TRINDADE

CPF: 057.478.529-90

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIA LUIZA ILDEBRANDO SOARES
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 29 de fevereiro de 2012
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato n. 0284/2012

Extrato do Contrato n. 0284/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: IVANIR MARIA SILVA EV
CPF: 384.815.109-04

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA IDA TEREZA BUSS DONZELLI
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 09 de abril de 2012
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato n. 0285/2012

Extrato do Contrato n. 0285/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JEDELI TAIANE MARCHETTI
CPF: 044.123.639-10

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA YASMIM ABDALLA MAIA DE PAULA
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 15 de abril de 2012
FUNÇÃO: PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.529,77 (Um mil, quinhentos e vinte e nove reais e setenta e sete centavos)

Extrato do Contrato n. 0286/2012

Extrato do Contrato n. 0286/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GRACIELI MEZAROA GUERRA
CPF: 023.497.309-99

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIA SILVANA DE MOURA
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 30 de abril de 2012
FUNÇÃO: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.529,77 (Um mil, quinhentos e vinte e nove reais e setenta e sete centavos)

Extrato do Contrato n. 0289/2012

Extrato do Contrato n. 0289/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SIMONE PEREIRA DIAS
CPF: 009.114.639-92

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL

INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012
FUNÇÃO: PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
CARGA HORÁRIA: 30 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.147,33 (Um mil, cento e quarenta e sete reais e trinta e três centavos)

Extrato do Contrato n. 0297/2012

Extrato do Contrato n. 0297/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FABIANE PIVOTTO BONDAN
CPF: 005.760.139-94

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARIA CRISTINA NODARI
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 15 de março de 2012
FUNÇÃO: PROFESSORA MG02
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 1.187,97 (Um mil, cento e oitenta e sete reais e noventa e sete centavos)

Extrato do Contrato n. 0307/2012

Extrato do Contrato n. 0307/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: EDIANA DE OLIVEIRA PINTO DOMINGUES
CPF: 016.388.179-01

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA MARINES DE ALMEIDA
VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 30 de março de 2012
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato n. 0318/2012

Extrato do Contrato n. 0318/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DERLI BORGES DE OLIVEIRA
CPF: 802.938.759-87

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 20 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato n. 0319/2012

Extrato do Contrato n. 0319/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: ANDERSON ANGELO CORREA
CPF: 004.816.659-60

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 20 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012
FUNÇÃO: TRABALHADOR BRAÇAL
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato n. 0320/2012

Extrato do Contrato n. 0320/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: EDIVANDRO JOSÉ DAMIÃO GALDINO
CPF: 071.732.689-66

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 20 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012
FUNÇÃO: TRABALHADOR BRAÇAL
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato n. 0321/2012

Extrato do Contrato n. 0321/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: GIOVANI DAMBROS
CPF: 043.210.779-74

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 20 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012
FUNÇÃO: TRABALHADOR BRAÇAL
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato n. 0322/2012

Extrato do Contrato n. 0322/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: MOISÉS PERIN
CPF: 892.164.079-72

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 15 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012
FUNÇÃO: TRABALHADOR BRAÇAL
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato n. 0323/2012

Extrato do Contrato n. 0323/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: RICARDO GARBIN
CPF: 078.242.659-00

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 16 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012
FUNÇÃO: TRABALHADOR BRAÇAL
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato n. 0324/2012

Extrato do Contrato n. 0324/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: RAFAEL RODRIGUES DE JESUS
CPF: 072.300.989-98

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 16 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012
FUNÇÃO: TRABALHADOR BRAÇAL
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato n. 0325/2012

Extrato do Contrato n. 0325/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: LEANDRO LUIZ MICHELON
CPF: 079.984.109-90

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 15 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012
FUNÇÃO: TRABALHADOR BRAÇAL
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato n. 0326/2012

Extrato do Contrato n. 0326/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: NILSON DA MOTTA JUNIOR
CPF: 081.591.479-29

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 15 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012
FUNÇÃO: TRABALHADOR BRAÇAL
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato n. 0327/2012

Extrato do Contrato n. 0327/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: TIAGO GOMES DE GOIS
CPF: 046.920.899-62

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
VIGÊNCIA: de 17 de fevereiro de 2012 a 31 de julho de 2012
FUNÇÃO: TRABALHADOR BRAÇAL
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato n. 0328/2012

Extrato do Contrato n. 0328/2012
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ADRIANA APARECIDA COSTA

CPF: 004.314.749-66

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 20 de fevereiro de 2012 a 31 de maio de 2012

FUNÇÃO: TRABALHADOR BRAÇAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato n. 0329/2012

Extrato do Contrato n. 0329/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARIA APARECIDA FENILI

CPF: 548.785.949-34

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 20 de fevereiro de 2012 a 31 de maio de 2012

FUNÇÃO: TRABALHADOR BRAÇAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato n. 0330/2012

Extrato do Contrato n. 0330/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ROSANGELA KOKOWIC

CPF: 007.382.699-56

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 20 de fevereiro de 2012 a 31 de maio de 2012

FUNÇÃO: TRABALHADOR BRAÇAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 647,17 (Seiscentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos)

Extrato do Contrato n. 0343/2012

Extrato do Contrato n. 0343/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JULIANA NUNES

CPF: 043.661.459-60

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA JOANETE TERCILA PERIN

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 a 30 de abril de 2012

FUNÇÃO: PROFESSORA MG02

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.187,97 (Um mil, cento e oitenta e sete reais e noventa e sete centavos)

Extrato do Termo de Rescisão n. 0041/2012

Extrato do Termo de Rescisão n. 0041/2012

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0289/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SIMONE PEREIRA DIAS

CPF: 009.114.639-92

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir 23 de março de 2012.

Associações

EGEM

Edital Nº 19/2012 - Chamamento para inscrição Capacitação Metologia de Trabalho- AMARP

EDITAL Nº 19/2012

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

CAPACITAÇÃO SOBRE TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1. OBJETIVO DO CURSO

Capacitar trabalhadores da assistência social para a utilização dos instrumentos técnico-operativos no trabalho social com famílias, garantindo a busca do fortalecimento do território.

2. PÚBLICO-ALVO

Gestores e Trabalhadores da Política de Assistência Social que atuam na proteção social básica e especial, demais interessados.

3. CALENDÁRIO**QUADRO I**

Cidade/Local	Videira/SC Auditório da Câmara Municipal de Vereadores Rua Adolfo Konder, s/n (Rua atrás da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe – AMARP).
Período das inscrições	De 27/03/2012 a 15/05/2012
Vencimento do boleto de cobrança	15/05/2012
Homologação das inscrições	17/05/2012
Período de realização do 1º módulo	24 e 25 de abril de 2012
Período de realização do 2º módulo	31 de maio e 01 de junho de 2012
Carga horária total	30 horas/aulas
Quantidade de vagas	80

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES**QUADRO I – Dos Valores**

Tipo de inscrição	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 200,00
Demais participantes	R\$ 300,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.
CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Anexo I - RREO 1 BIM 2012

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	99.651.749,00	99.651.749,00	16.824.630,13	16,88	16.824.630,13	16,88	82.827.118,87
RECEITAS CORRENTES	89.341.749,00	89.341.749,00	16.289.798,59	18,23	16.289.798,59	18,23	73.051.950,41
RECEITA TRIBUTARIA	12.558.000,00	12.558.000,00	1.500.628,20	11,95	1.500.628,20	11,95	11.057.371,80
IMPOSTOS	10.810.000,00	10.810.000,00	1.300.919,63	12,03	1.300.919,63	12,03	9.509.080,37
TAXAS	1.663.000,00	1.663.000,00	163.082,80	9,81	163.082,80	9,81	1.499.917,20
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	85.000,00	85.000,00	36.625,77	43,09	36.625,77	43,09	48.374,23
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.588.500,00	3.588.500,00	504.239,46	14,05	504.239,46	14,05	3.084.260,54
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.938.500,00	2.938.500,00	323.348,36	11,00	323.348,36	11,00	2.615.151,64
Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Pública	650.000,00	650.000,00	180.891,10	27,83	180.891,10	27,83	469.108,90
RECEITA PATRIMONIAL	6.154.820,00	6.154.820,00	2.549.617,01	41,42	2.549.617,01	41,42	3.605.202,99
RECEITAS IMOBILIARIAS	87.320,00	87.320,00	12.843,00	14,71	12.843,00	14,71	74.477,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	5.992.500,00	5.992.500,00	2.474.430,84	41,29	2.474.430,84	41,29	3.518.069,16
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	60.000,00	60.000,00	60.857,75	101,43	60.857,75	101,43	-857,75
Outras Rec. Patrimoniais	15.000,00	15.000,00	1.485,42	9,90	1.485,42	9,90	13.514,58
RECEITA DE SERVIÇOS	1.033.000,00	1.033.000,00	46.525,29	4,50	46.525,29	4,50	986.474,71
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	63.184.929,00	63.184.929,00	11.333.267,24	17,94	11.333.267,24	17,94	51.851.661,76
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	63.109.929,00	63.109.929,00	11.323.337,64	17,94	11.323.337,64	17,94	51.786.591,36
Transf. de Instituições Privadas	3.000,00	3.000,00	50,80	1,69	50,80	1,69	2.949,20
Transf. de Conv.	72.000,00	72.000,00	9.878,80	13,72	9.878,80	13,72	62.121,20
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.822.500,00	2.822.500,00	355.521,39	12,60	355.521,39	12,60	2.466.978,61
Multas e Juros de Mora	1.180.500,00	1.180.500,00	135.508,37	11,48	135.508,37	11,48	1.044.991,63
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	742.500,00	742.500,00	68.246,15	9,19	68.246,15	9,19	674.253,85
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	629.800,00	629.800,00	120.853,78	19,19	120.853,78	19,19	508.946,22
RECEITAS DIVERSAS	269.700,00	269.700,00	30.913,09	11,46	30.913,09	11,46	238.786,91
RECEITAS DE CAPITAL	10.310.000,00	10.310.000,00	534.831,54	5,19	534.831,54	5,19	9.775.168,46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	9.500.000,00	9.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.500.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	9.500.000,00	9.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.500.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	150.000,00	150.000,00	24.630,12	16,42	24.630,12	16,42	125.369,88
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	610.000,00	610.000,00	510.201,42	83,64	510.201,42	83,64	99.798,58
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	610.000,00	610.000,00	88.909,21	14,58	88.909,21	14,58	521.090,79
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	421.292,21	0,00	421.292,21	0,00	-421.292,21
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.382.290,00	5.382.290,00	1.249.152,58	23,21	1.249.152,58	23,21	4.133.137,42
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.382.290,00	5.382.290,00	1.249.152,58	23,21	1.249.152,58	23,21	4.133.137,42
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	311.290,00	311.290,00	35.732,34	11,48	35.732,34	11,48	275.557,66
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.071.000,00	5.071.000,00	1.213.420,24	23,93	1.213.420,24	23,93	3.857.579,76
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	311.290,00	311.290,00	35.732,34	11,48	35.732,34	11,48	275.557,66

Continua 1/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.382.290,00	5.382.290,00	1.249.152,58	23,21	1.249.152,58	23,21	4.133.137,42
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.071.000,00	5.071.000,00	1.213.420,24	23,93	1.213.420,24	23,93	3.857.579,76
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	105.034.039,00	105.034.039,00	18.073.782,71	17,21	18.073.782,71	17,21	86.960.256,29
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	105.034.039,00	105.034.039,00	18.073.782,71	17,21	18.073.782,71	17,21	86.960.256,29
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	105.034.039,00	105.034.039,00	18.073.782,71	17,21	18.073.782,71	17,21	86.960.256,29
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	4.167.985,99	—	—	526.327,59	—	—
Superávit Financeiro	—	4.167.985,99	—	—	526.327,59	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	100.515.039,00	10.184.950,78	110.699.989,78	20.989.584,69	20.989.584,69	10.131.811,38	10.131.811,38	9,15	100.568.178,40
DESPESAS CORRENTES	67.185.239,00	2.460.925,36	69.646.164,36	18.987.862,64	18.987.862,64	9.736.127,61	9.736.127,61	13,98	59.910.036,75
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	37.442.720,00	1.960,46	37.444.680,46	7.763.329,01	7.763.329,01	5.412.366,29	5.412.366,29	14,45	32.032.314,17
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.496.980,00	0,00	1.496.980,00	698.662,52	698.662,52	698.662,52	698.662,52	46,67	798.317,48
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.245.539,00	2.458.964,90	30.704.503,90	10.525.871,11	10.525.871,11	3.625.098,80	3.625.098,80	11,81	27.079.405,10
DESPESAS DE CAPITAL	25.979.300,00	7.824.025,42	33.803.325,42	2.001.722,05	2.001.722,05	395.683,77	395.683,77	1,17	33.407.641,65
INVESTIMENTOS	24.179.300,00	7.824.025,42	32.003.325,42	1.801.688,24	1.801.688,24	195.649,96	195.649,96	0,61	31.807.675,46
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.800.000,00	0,00	1.800.000,00	200.033,81	200.033,81	200.033,81	200.033,81	11,11	1.599.966,19
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.250.500,00	0,00	7.250.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.250.500,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	100.000,00	-100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	4.519.000,00	0,00	4.519.000,00	781.310,38	781.310,38	781.310,38	781.310,38	17,29	3.737.689,62
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.519.000,00	0,00	4.519.000,00	781.310,38	781.310,38	781.310,38	781.310,38	17,29	3.737.689,62
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	105.034.039,00	10.184.950,78	115.218.989,78	21.770.895,07	21.770.895,07	10.913.121,76	10.913.121,76	9,47	104.305.868,02
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	105.034.039,00	10.184.950,78	115.218.989,78	21.770.895,07	21.770.895,07	10.913.121,76	10.913.121,76	9,47	104.305.868,02
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	7.160.660,95	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	105.034.039,00	10.184.950,78	115.218.989,78	21.770.895,07	21.770.895,07	10.913.121,76	18.073.782,71	9,47	104.305.868,02

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 2.825.243,94

FONTE:

VIDEIRA, 27/03/2012

CRISTINA KLOCK
Contadora CRC/SC 020534/O-0

ALEXANDRE GANASINI
Secretario de Finanças

SANDRA BALDO
Coord Sistema Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Anexo II - RREO 1 BIM 2012

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	100.515.039,00	110.699.989,78	20.989.584,69	20.989.584,69	10.131.811,38	10.131.811,38	92,84	9,15	100.568.178,40
Legislativa	1.180.000,00	1.180.000,00	164.070,22	164.070,22	146.294,21	146.294,21	1,34	12,40	1.033.705,79
Ação Legislativa	1.180.000,00	1.180.000,00	164.070,22	164.070,22	146.294,21	146.294,21	1,34	12,40	1.033.705,79
Administração	6.750.100,00	7.150.100,00	1.948.303,59	1.948.303,59	1.124.572,66	1.124.572,66	10,30	15,73	6.025.527,34
Planejamento e Orçamento	660.000,00	660.000,00	111.913,11	111.913,11	108.308,56	108.308,56	0,99	16,41	551.691,44
Administração Geral	5.520.100,00	5.920.100,00	1.761.974,21	1.761.974,21	944.854,11	944.854,11	8,66	15,96	4.975.245,89
Normatização e Fiscalização	570.000,00	570.000,00	74.416,27	74.416,27	71.409,99	71.409,99	0,65	12,53	498.590,01
Segurança Pública	457.000,00	457.000,00	35.338,90	35.338,90	7.358,82	7.358,82	0,07	1,61	449.641,18
Policimento	457.000,00	457.000,00	35.338,90	35.338,90	7.358,82	7.358,82	0,07	1,61	449.641,18
Assistência Social	3.536.938,00	3.575.938,00	806.034,45	806.034,45	281.037,83	281.037,83	2,58	7,86	3.294.900,17
Assistência ao Idoso	197.082,00	197.082,00	98.261,80	98.261,80	11.000,00	11.000,00	0,10	5,58	186.082,00
Assistência ao Portador de Deficiência	74.550,00	74.550,00	74.050,00	74.050,00	8.726,00	8.726,00	0,08	11,70	65.824,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	2.245.237,00	2.284.237,00	445.943,12	445.943,12	221.920,41	221.920,41	2,03	9,72	2.062.316,59
Assistência Comunitária	1.020.069,00	1.020.069,00	187.779,53	187.779,53	39.391,42	39.391,42	0,36	3,86	980.677,58
Previdência Social	4.386.000,00	4.386.000,00	723.522,35	723.522,35	672.858,29	672.858,29	6,17	15,34	3.713.141,71
Previdência do Regime Estatutário	4.386.000,00	4.386.000,00	723.522,35	723.522,35	672.858,29	672.858,29	6,17	15,34	3.713.141,71
Saúde	12.748.941,00	15.489.941,00	6.096.592,96	6.096.592,96	1.783.342,25	1.783.342,25	16,34	11,51	13.706.598,75
Atenção Básica	3.668.031,00	5.698.031,00	1.634.655,64	1.634.655,64	554.715,37	554.715,37	5,08	9,74	5.143.315,63
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	8.402.450,00	9.113.450,00	4.286.898,43	4.286.898,43	1.162.223,55	1.162.223,55	10,65	12,75	7.951.226,45
Vigilância Sanitária	353.460,00	353.460,00	94.962,78	94.962,78	48.744,42	48.744,42	0,45	13,79	304.715,58
Vigilância Epidemiológica	325.000,00	325.000,00	80.076,11	80.076,11	17.658,91	17.658,91	0,16	5,43	307.341,09
Educação	22.307.200,00	24.136.832,78	4.672.932,69	4.672.932,69	2.087.450,82	2.087.450,82	19,13	8,65	22.049.381,96
Administração Geral	1.339.000,00	1.339.000,00	241.992,07	241.992,07	202.114,26	202.114,26	1,85	15,09	1.136.885,74
Alimentação e Nutrição	361.200,00	573.764,90	13.782,50	13.782,50	40,00	40,00	0,00	0,01	573.724,90
Ensino Fundamental	8.360.500,00	8.911.860,46	1.803.205,52	1.803.205,52	634.384,54	634.384,54	5,81	7,12	8.277.475,92
Ensino Médio	81.000,00	81.000,00	1.242,78	1.242,78	118,64	118,64	0,00	0,15	80.881,36
Ensino Superior	690.000,00	690.000,00	330.000,00	330.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	690.000,00
Educação Infantil	11.475.500,00	12.541.207,42	2.282.709,82	2.282.709,82	1.250.793,38	1.250.793,38	11,46	9,97	11.290.414,04
Cultura	287.000,00	287.000,00	41.752,10	41.752,10	33.400,17	33.400,17	0,31	11,64	253.599,83
Difusão Cultural	287.000,00	287.000,00	41.752,10	41.752,10	33.400,17	33.400,17	0,31	11,64	253.599,83
Urbanismo	24.765.000,00	25.375.318,00	3.148.750,99	3.148.750,99	1.362.159,36	1.362.159,36	12,48	5,37	24.013.158,64
Infra-estrutura Urbana	17.730.100,00	17.832.656,33	1.256.242,41	1.256.242,41	972.185,12	972.185,12	8,91	5,45	16.860.471,21
Serviços Urbanos	7.034.900,00	7.542.661,67	1.892.508,58	1.892.508,58	389.974,24	389.974,24	3,57	5,17	7.152.687,43
Habitação	340.000,00	340.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	340.000,00
Habitação Urbana	340.000,00	340.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	340.000,00

Continua 1/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	100.515.039,00	110.699.989,78	20.989.584,69	20.989.584,69	10.131.811,38	10.131.811,38	92,84	9,15	100.568.178,40
Saneamento	550.000,00	550.000,00	20.401,28	20.401,28	15.241,28	15.241,28	0,14	2,77	534.758,72
Saneamento Básico Urbano	550.000,00	550.000,00	20.401,28	20.401,28	15.241,28	15.241,28	0,14	2,77	534.758,72
Agricultura	5.307.000,00	5.307.000,00	484.193,28	484.193,28	378.976,28	378.976,28	3,47	7,14	4.928.023,72
Abastecimento	5.307.000,00	5.307.000,00	484.193,28	484.193,28	378.976,28	378.976,28	3,47	7,14	4.928.023,72
Indústria	100.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Promoção Industrial	100.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Comércio e Serviços	1.110.000,00	1.110.000,00	501.993,17	501.993,17	280.437,39	280.437,39	2,57	25,26	829.562,61
Turismo	1.110.000,00	1.110.000,00	501.993,17	501.993,17	280.437,39	280.437,39	2,57	25,26	829.562,61
Transportes	910.000,00	4.910.000,00	125.156,22	125.156,22	97.526,00	97.526,00	0,89	1,99	4.812.474,00
Transporte Rodoviário	900.000,00	4.900.000,00	125.156,22	125.156,22	97.526,00	97.526,00	0,89	1,99	4.802.474,00
Outros Encargos Especiais	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Desporto e Lazer	1.284.090,00	1.494.090,00	419.523,15	419.523,15	201.401,90	201.401,90	1,85	13,48	1.292.688,10
Desporto Comunitário	1.284.090,00	1.494.090,00	419.523,15	419.523,15	201.401,90	201.401,90	1,85	13,48	1.292.688,10
Encargos Especiais	7.245.270,00	7.200.270,00	1.801.019,34	1.801.019,34	1.659.754,12	1.659.754,12	15,21	23,05	5.540.515,88
Outras Transferências	300.000,00	300.000,00	134.000,00	134.000,00	31.500,00	31.500,00	0,29	10,50	268.500,00
Outros Encargos Especiais	6.945.270,00	6.900.270,00	1.667.019,34	1.667.019,34	1.628.254,12	1.628.254,12	14,92	23,60	5.272.015,88
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.250.500,00	7.250.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.250.500,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.519.000,00	4.519.000,00	781.310,38	781.310,38	781.310,38	781.310,38	7,16	17,29	3.737.689,62
Legislativa	14.000,00	14.000,00	2.112,07	2.112,07	2.112,07	2.112,07	0,02	15,09	11.887,93
Ação Legislativa	14.000,00	14.000,00	2.112,07	2.112,07	2.112,07	2.112,07	0,02	15,09	11.887,93
Administração	502.000,00	502.000,00	92.729,22	92.729,22	92.729,22	92.729,22	0,85	18,47	409.270,78
Planejamento e Orçamento	55.000,00	55.000,00	10.029,49	10.029,49	10.029,49	10.029,49	0,09	18,24	44.970,51
Administração Geral	387.000,00	387.000,00	73.630,17	73.630,17	73.630,17	73.630,17	0,67	19,03	313.369,83
Normatização e Fiscalização	60.000,00	60.000,00	9.069,56	9.069,56	9.069,56	9.069,56	0,08	15,12	50.930,44
Assistência Social	117.000,00	117.000,00	20.674,35	20.674,35	20.674,35	20.674,35	0,19	17,67	96.325,65
Assistência à Criança e ao Adolescente	117.000,00	117.000,00	20.674,35	20.674,35	20.674,35	20.674,35	0,19	17,67	96.325,65
Saúde	500.000,00	500.000,00	99.916,63	99.916,63	99.916,63	99.916,63	0,92	19,98	400.083,37
Atenção Básica	85.000,00	85.000,00	14.888,23	14.888,23	14.888,23	14.888,23	0,14	17,52	70.111,77
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	385.000,00	385.000,00	77.543,52	77.543,52	77.543,52	77.543,52	0,71	20,14	307.456,48
Vigilância Sanitária	16.000,00	16.000,00	6.100,43	6.100,43	6.100,43	6.100,43	0,06	38,13	9.899,57
Vigilância Epidemiológica	14.000,00	14.000,00	1.384,45	1.384,45	1.384,45	1.384,45	0,01	9,89	12.615,55
Educação	2.543.000,00	2.543.000,00	415.239,53	415.239,53	415.239,53	415.239,53	3,80	16,33	2.127.760,47
Administração Geral	163.000,00	163.000,00	27.173,86	27.173,86	27.173,86	27.173,86	0,25	16,67	135.826,14
Ensino Fundamental	1.052.000,00	1.052.000,00	167.380,08	167.380,08	167.380,08	167.380,08	1,53	15,91	884.619,92

Continua 2/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2012/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.519.000,00	4.519.000,00	781.310,38	781.310,38	781.310,38	781.310,38	7,16	17,29	3.737.689,62
Educação	2.543.000,00	2.543.000,00	415.239,53	415.239,53	415.239,53	415.239,53	3,80	16,33	2.127.760,47
Educação Infantil	1.328.000,00	1.328.000,00	220.685,59	220.685,59	220.685,59	220.685,59	2,02	16,62	1.107.314,41
Urbanismo	590.000,00	590.000,00	101.252,80	101.252,80	101.252,80	101.252,80	0,93	17,16	488.747,20
Infra-estrutura Urbana	590.000,00	590.000,00	101.252,80	101.252,80	101.252,80	101.252,80	0,93	17,16	488.747,20
Agricultura	140.000,00	140.000,00	32.741,30	32.741,30	32.741,30	32.741,30	0,30	23,39	107.258,70
Abastecimento	140.000,00	140.000,00	32.741,30	32.741,30	32.741,30	32.741,30	0,30	23,39	107.258,70
Comércio e Serviços	25.000,00	25.000,00	4.860,08	4.860,08	4.860,08	4.860,08	0,04	19,44	20.139,92
Turismo	25.000,00	25.000,00	4.860,08	4.860,08	4.860,08	4.860,08	0,04	19,44	20.139,92
Desporto e Lazer	88.000,00	88.000,00	11.784,40	11.784,40	11.784,40	11.784,40	0,11	13,39	76.215,60
Desporto Comunitário	88.000,00	88.000,00	11.784,40	11.784,40	11.784,40	11.784,40	0,11	13,39	76.215,60
TOTAL (III) = (I + II)	105.034.039,00	115.218.989,78	21.770.895,07	21.770.895,07	10.913.121,76	10.913.121,76	100,00	9,47	104.305.868,02

FONTE:

VIDEIRA, 27/03/2012

CRISTINA KLOCK	ALEXANDRE GANASINI	SANDRA BALDO	WILMAR CARELLI
Contadora CRC/SC 020534/O-0	Secretário de Finanças	Coord Sistema Controle Interno	Prefeito Municipal

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Telefone: 48 3221- 8800

Nota Fiscal: Após a realização do curso serão enviadas as notas fiscais pelos Correios, juntamente com os certificados de participação emitidos pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

PRIMEIRO ENCONTRO – 15 Horas

24 de maio

8h30 às 12h

A centralidade da família no Sistema Único de Assistência Social
Território como instância articuladora das famílias
Os elementos básicos do processo metodológico do trabalho com famílias
A dimensão sócio-assistencial e sócio-educativa no trabalho com famílias
Diretrizes para o trabalho com famílias
Objetivos para o trabalho com famílias

13h30 às 17h30

Indicadores para o trabalho com famílias
Critérios para o trabalho com famílias
Orientação e Acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias
Família e a rede dos serviços socioassistenciais
As ações intersetoriais no atendimento das famílias

25 de maio

8h30 às 12h

Instrumentos técnico-operativos no trabalho social com famílias
Acolhida e da Escuta qualificada das famílias
Entrevista
Etapas e técnicas da entrevista
A arte e as técnicas lúdicas no trabalho desenvolvido com famílias
Plano de Acompanhamento Familiar
Genograma: instrumento para identificação do relacionamento entre os membros da família
Ecomapa: instrumento de identificação das relações externas da família

SEGUNDO ENCONTRO – 15 Horas

31 de maio

8h30 às 12h30

Visita Domiciliar
Técnicas para o desenvolvimento da visita
Vantagens e desvantagens da visita
Profissionais visitantes
Plano de Desenvolvimento do Usuário - PDU
Plano Individual de Atendimento - PIA

13h30 às 17h30

Informações sobre o processo de acompanhamento familiar
Estudo Socioeconômico e CadÚnico
Prontuários de acompanhamento
Relatório Social e Relatório Psicológico
Reunião de equipe
Reuniões para estudo dos casos

01 de junho

8h30 às 12h30

Mediação familiar: prática de intervenção com famílias
Grupos com famílias: como constituir-los e quais suas finalidades

O trabalho em equipe interdisciplinar no atendimento da família

Compromissos éticos da equipe interdisciplinar em relação aos instrumentos técnico-operativos no trabalho com famílias

7. PALESTRANTES

Janice Merigo

Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Assistente Social da Federação Catarinense de Municípios – FECAM. Conselheira Estadual de Assistência Social. Trabalhou como Assistente Social no município de Dionízio Cerqueira e da Palhoça/SC e da Palhoça/SC, na proteção social especial no atendimento das famílias envolvidas com situações de violência intrafamiliar. Docente do Curso de Serviço Social da UNISUL - Campus Florianópolis. Coordenadora e Docente do Curso de Pós-graduação em Gestão Social de Políticas Públicas. Docente do Curso de Pós-graduação em Políticas Públicas e Demandas Familiares.

Karla Borges.

Graduada em Serviço Social. Especialista em Gestão da Política de Assistência Social, e em Políticas Públicas e Cidadania. Servidora efetiva da Prefeitura Municipal de Criciúma. Atua na coordenação da Proteção social Básica. Atua como conselheira de direitos de assistência social e da criança e do adolescente. Mestranda em Serviço Social pela PUC/RS.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O material do curso será disponibilizado na página da EGEM na internet uma semana após a realização do curso, para que os participantes possam consultá-lo.

b) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2009

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NORIVAL FIORIN
Prefeito de Luzerna
Presidente da EGEM

Consórcios

CIGA

Extrato Contrato 101 - Rateio - Campo Alegre

Extrato de Contrato nº 101/2012

Contrato de Rateio - Campo Alegre

CONTRATANTE: Município de Campo Alegre

CNPJ: 83.102.749/0001-77

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 17/2012

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Campo Alegre e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 22/2009.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2012.

EDINANDO BRUSTOLIN

Diretor Executivo do CIGA

CIMVI

Contrato nº 009/2012 - Serviços especializados de engenharia de minas

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 009/2012

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: RPL Engenharia

OBJETO: Serviços especializados de engenharia de minas

VALOR: R\$11.370,00 (onze mil trezentos e setenta reais)

PRAZO: de 17 de fevereiro a 16 de maio de 2012.

Íntegra em www.cimvi.sc.gov.br/publicações/cimvi/contratos

Timbó, 17 de fevereiro de 2012.

CARLOS ALBERTO PEGORETTI

Presidente

Contrato nº 010/2012 - Organização e promoção de cursos de capacitação em gastronomia regional

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 010/2012

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Associação Vale das Águas

OBJETO: Organização e promoção de cursos de capacitação em gastronomia

VALOR: R\$15.360,00 (quinze mil trezentos e sessenta reais)

PRAZO: de 01 de março a 31 de agosto de 2012.

Íntegra em www.cimvi.sc.gov.br/publicações/cimvi/contratos

Timbó, 23 de fevereiro de 2012.

CARLOS ALBERTO PEGORETTI

Presidente

Contrato nº 011/2012 - Fornecimento de serviços de lanche

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 011/2012

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Restaurante e Danceteria Roda D'Água Ltda.

OBJETO: Fornecimento de serviços de lanche.

VALOR: R\$4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais)

PRAZO: de 01 de março a 31 de agosto de 2012.

Íntegra em www.cimvi.sc.gov.br/publicações/cimvi/contratos

tratos

Timbó, 23 de fevereiro de 2012.

CARLOS ALBERTO PEGORETTI

Presidente

Contrato nº 012/2012 - Serviços de divulgação de Seminários de Resíduos Sólidos

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 012/2012

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Rafael Felipe Costa Niess.

OBJETO: Serviços de Divulgação de Seminários de Gestão de Resíduos Sólidos

VALOR: R\$2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais)

PRAZO: de 01 de março a 31 de maio de 2012.

Íntegra em www.cimvi.sc.gov.br/publicações/cimvi/contratos

Timbó, 01 de março de 2012.

CARLOS ALBERTO PEGORETTI

Presidente

Contrato nº 013/2012 - Serviços de Limpeza e Conservação

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 013/2012

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Ronaldo Guercke Firma Individual

OBJETO: Serviços de limpeza e conservação

VALOR: R\$12.000,00 (doze mil reais)

PRAZO: de 01 de março a 31 de maio de 2012.

Íntegra em www.cimvi.sc.gov.br/publicações/cimvi/contratos

Timbó, 01 de março de 2012.

CARLOS ALBERTO PEGORETTI

Presidente